

## Sumário dêste número

**EDITORIAL:** Geógrafos na Bahia — Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (p. 325).

**COMENTÁRIO:** Literatura e Geografia — FERNANDO SEGISMUNDO (p. 327).

**TRANSCRIÇÕES:** Mudança da Capital do País: Parecer da Comissão Parlamentar — Dep. EUNAPIO QUEIRÓS (p. 333). — Descrição dos Campos Gerais — AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE (p. 371).

**RESENHA E OPINIÕES:** Instituições geográficas brasileiras — Prof. PIERRE DEFFONTAINES (p. 383) — Manaus — sua origem e desenvolvimento — Prof. AGNELO BITTENCOURT (p. 385) — Conservação da fertilidade do solo como medida básica de defesa da agricultura nacional — ARTUR TORRES FILHO (p. 395) — O imigrante e o problema da terra — JOSÉ ARTUR RIOS (p. 402).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** O Reno — Prof.<sup>a</sup> MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO (p. 409) — Cadastro de Professores de Geografia, organizado pela Secção Cultural do C.N.G. (p. 417).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Câmara dos Deputados (p. 419) — Presidência da República — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (p. 419) — Conselho Nacional de Geografia (p. 419) — Ministério da Agricultura (p. 420) — Ministério da Guerra (p. 420) — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (p. 421) — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (p. 421) — Sociedade Brasileira de Agricultura (p. 421) — Sociedade Brasileira de Geografia (p. 422) — Instituto Brasileiro de Geopolítica (p. 423) — CERTAMES — I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia (p. 423) — Congresso Internacional de Geógrafos, Geólogos e Historiadores (p. 423) — II Reunião Brasileira de Ciência do Solo (p. 423) — IV Congresso de História Nacional (p. 423) — UNIDADES FEDERADAS — Minas Gerais (p. 424) — MUNICÍPIOS — Goiânia (p. 425) — Macapá (p. 425) — Pelotas (p. 425) — EXTERIOR — Portugal (p. 425).

**RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS:** Relatórios dos Representantes Estaduais Apresentados à VIII Reunião Ordinária da Assembléa Geral do C.N.G. — Sergipe (p. 426).

**BIBLIOGRAFIA:** REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (p. 427) — Periódicos (p. 427) — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Índice dos assuntos constitutivos dos boletins ns. 73 a 82 (p. 429).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 30 de novembro de 1948 — Leis (p. 435) — Decretos (p. 437) — INTEGRA DA LEGISLAÇÃO DE INTERESSE GEOGRÁFICO — Leis (p. 442) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico — Rio de Janeiro p. 443) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Assembléa Geral — Integra das resoluções ns. 156 a 160 (p. 444).

# Boletim Geográfico

Ano VII

JULHO DE 1949

N.º 76

Editorial

I. B. G. E.
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
BIBLIOTECA
N.º de Reg. <u>218</u>
Data <u>6-10-58</u>

## Geógrafos na Bahia

*Nas atividades geográficas brasileiras do corrente ano, inscreveu-se uma homenagem, que se impôs como verdadeiro imperativo nacional.*

*Quero referir-me ao 4.º centenário da fundação da Cidade do Salvador com a implantação do Governo Geral no Brasil.*

*A efeméride não pertence à Bahia, mas ao Brasil, que, em todos os recantos, se movimentou, através dos expoentes da sua inteligência e da sua cultura, para comemorar dignamente o notável feito.*

*Assim, na Bahia e fora da Bahia, mas na cidade do Salvador sobretudo, estão sendo levadas a efeito, desde o comêço do ano, iniciativas de larga repercussão cultural, com que os intelectuais brasileiros, de todos os matizes, estão prestando homenagem à gloriosa data histórica.*

*Nesse movimento geral de aclamações, não poderia faltar a manifestação dos geógrafos, que se ocupam do estudo de um país, que naquele fato histórico encontra um dos fundamentos da sua constituição.*

*Por isso, bem esclarecidos e previdentes, foram os membros da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia que, reunidos em 1948, deliberaram que a IX sessão ordinária da Assembléia, a realizar-se em julho de 1949, tivesse por sede, ao invés da Rio de Janeiro habitual, a Cidade do Salvador, em caráter excepcional.*

*O pronunciamento foi comunicado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que assinou, em 27 de maio último, o decreto n.º 26 708, autorizando a realização na Cidade do Salvador da referida sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia e também da sessão análoga e simultânea da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.*

*Isso significa a presença na gloriosa Cidade do Salvador dos representantes dos governos estaduais, do governo da União e das instituições privadas, para a discussão dos problemas da geografia e da cartografia nacional.*

*Acresce a importante circunstância de que, na forma regulamentar, os delegados à Assembléia devem ser os dirigentes das repartições geográficas, federais e estaduais, o que assegura à reunião elevado caráter especializado e uma concentração objetiva dos estudos e debates.*

*A homenagem dos geógrafos é realmente significativa: onde, há quatro séculos, se fundava a cidade máter, os maiores responsáveis pela geografia nacional se reúnem, preocupados em congregarem os esforços no sentido de ativar-se um melhor conhecimento da terra brasileira, com que se dará fundamento cada vez mais racional e eficaz ao progresso da nação.*

**CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO**

Secretário-Geral do C.N.G.



**Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Millionésimo, que o Conselho está elaborando.**

## Literatura e Geografia

FERNANDO SEGISMUNDO

No entender do leigo, será contrassenso incluir-se um livro de literatura, um romance por exemplo, entre os tratados de geografia, como documento duma região ou dum acidente. Certo, a obra de ficção — conto ou poesia — não é estritamente uma composição geográfica, mas, do mesmo modo que um tomo de geografia é obra literária, um romance ou volume de versos podem constituir excelente repositório de dados geográficos. Dai a inclusão frequente de muitos dêles, nas estantes dos especialistas.

A bem dizer, a distinção entre atividade literária e atividade geográfica, especificamente consideradas, data de um século apenas. Uma e outra disciplina sempre andaram juntas, desde os documentos mais primitivos, às produções da centúria passada. Há excelente literatura em Homero, como há, nêle, ótimas contribuições geográficas, a respeito da Hélade e seus habitantes.

As “Canções de Gesta” são, ao mesmo tempo, literatura e geografia, como o são as canções folclóricas de todos os povos. Pierre Monbeig já observou<sup>1</sup> que, como complemento às teorias das tormentas ou dos climas do mar da China, *O Tufão*, de Joseph Conrad, é livro indispensável. Fundamental, também, se lhe afigura o *Londres*, de Paul Morand, para o estudo do nascimento e desenvolvimento do grande pôrto inglês. Kipling, no *Kim*, estudou, como poucos profissionais da geografia humana, as massas hindus. O número de exemplos crescerá conforme quisermos, sem que, com isto, se coloquem os geógrafos entre as fileiras dos literatos, e êstes nas alas daqueles. Tal se explica pelo fato de a descrição da paisagem constituir o campo comum da geografia e da literatura<sup>2</sup>.

No Brasil, sobejam os casos de escritores, cujo pensamento jamais se voltou para os arraiais da geografia e que, não obstante, compuseram admiráveis trabalhos de caráter científico.

Antes de nos determos em alguns, queremos insistir no fato de só há pouco tempo, haver a geografia se tornado ciência independente dos demais conhecimentos. No que nos diz respeito à *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry, hoje obra indispensável para o conhecimento do passado nacional, em seus aspectos histórico e etno-geográfico, foi, inicialmente, um livro destinado a combater as afirmações de outro viajante do século XVI (André Thevet). E não se olvide que seu autor era, a princípio, quando estêve na baía de Guanabara e tomou seus apontamentos, nada mais que um artífice, um sapateiro. Depois é que estudou teologia, passando a atuar nas hostes calvinistas. No entanto, quem desejar conhecer o Rio de Janeiro, ao tempo dos franceses — a baía, a flora, a fauna, o clima, os habitantes — não poderá deixar de recorrer ao literato, ao religioso Léry, que redigiu a *Viagem*, na condição de mero observador, sem cultura especializada, nem qualquer propósito de escrever uma obra de geografia ou de história.

<sup>1</sup> e <sup>2</sup> *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1940.

Euclides da Cunha é outro caso de literato-geógrafo, ou melhor: de jornalista-geógrafo. Sabe-se que *Os Sertões* tiveram origem na série de reportagens, por êle transmitidas ao *Estado de São Paulo*. Quer dizer: um dos maiores monumentos da cultura americana, o maior, talvez, dos livros brasileiros, foi, originariamente, uma sucessão de artigos de jornal, escritos por um engenheiro face ao teatro de Canudos. Hoje, Euclides da Cunha é justamente reivindicado pelos antropogeógrafos brasileiros, como o primeiro e o mais insigne dos de sua grei.

E não constituirá a literatura, a melhor auxiliar da geografia, sua iniciação lógica, desde a infância à maturidade? Se a geografia moderna não mais é o conjunto monótono das nomenclaturas infindáveis, a cartografia sem interesse, a fria estatística, para ser um misto de ciência natural e social, — não vemos porque não se incentivar nas escolas de todo o gênero e em tôdas as idades, o uso do livro de viagens e de aventuras, como primeiro passo na senda fascinante dos conhecimentos geográficos.

Não haverá estudante que, passado o período escolar, se recorde, com rigor, das ilhas do oceano Pacífico — Samatra, Bornéu, Java — ou da península de Malaca, ou do mar Amarelo, ou de Hong-Kong. Os nomes não lhe serão estranhos, mas sua “visualização” num mapa mnemônico será impossível, o mais das vêzes. E outras, nem os nomes dêstes acidentes se lhe terão gravado na lembrança.

Porque o ensino que recebeu foi teórico, enfadonho, importuno. Mas duvidamos que o mesmo estudante que não se recorda do oceano Pacífico e do litoral asiático, esqueça essas denominações lidas, por exemplo, na empolgante novela de Herman Melville — *Moby Dick*, que, em vernáculo, recebeu o sub-título de *A fera do mar*.

E assim sucederá com todos aquêles que sabem das aventuras de Livingstone e Stanley, no continente africano, ou dos que, na juventude, puderam familiarizar-se com os livros de Júlio Verne.

Há um diário do jornalista belga Jean Gabus — *Os esquimós nas margens da baía de Hudson* — que vale por muitos dos tratados existentes a respeito dêsse grupo étnico, inclusive as atraentes reportagens ilustradas de *The National Geographic Magazine*. Gabus pretendeu realizar uma jornada ao setentrião canadense, e o que observou, maravilhou-o tanto, que compôs um livro a que não faltam, sequer, mapas. Tudo viu e anotou. Primeiro, a paisagem: o *bush*, ou vegetação raquítica; o *barrenland*, ou terra estéril da tundra; os pequenos lagos; os pedregulhos; depois, os líquens e os musgos; os caribus, as renas e os lobos; finalmente, e sobretudo, os esquimós, suas tendas e alimentação, suas tatuagens, crenças, caçadas. De permeio, o gelo, o frio, o deserto, a solidão.

Ainda sôbre essas regiões e outras mais próximas do Pólo Norte, Jack London deixou-nos alguns livros imortais, verdadeiras obras primas de literatura universal, e valiosíssimos subsídios da ciência geográfica. No Alasca, extremo ocidental do continente americano, vizinho da Sibéria, entre o mar de Bering e o oceano Glacial Ártico, desenrolam-se algumas das maiores tragédias já descritas, e alguns episódios que jamais se apagarão da mente do leitor.

Alí reinam as baixas temperaturas; o termômetro desce aos 80° negativos. O verão é curto, típico das latitudes elevadas. Há neve e nevoeiros eternos, há silêncio e desolação. Mas, nesse mundo hostil também há ouro, e aventureiros, e sede e fome de fortuna, ânsia de gozos e de poder.

É nesse estranho cenário, ora na península do Alasca, ora às margens do Yukon, ora ainda, e quase sempre, nas pistas intermináveis do chão gelado, que

Jack London observou suas personagens, em busca da fortuna, asselvajadas e sem escrúpulos, sofrendo, matando e morrendo. Ao lado destas, as mais belas descrições da natureza — as geleiras, a vegetação, a fauna; os indígenas, seus trenós, sua alimentação (peixe seco, óleo de foca, e, muitas vezes, quando a fome aperta, bocados de couro mole ou calçado indiano), enquanto fora, rondando os iglus, uivam os lobos famintos.

Voltando ao Brasil: É nos livros dos romancistas, que melhor poderemos conhecer certas particularidades da flora e da fauna, e as características de determinados grupos étnicos. Para não nos alongarmos, citaremos, apenas, alguns dos escritores mais em evidência, cujas produções compreendem vários ciclos: o das sêcas, o do cacau, o do açúcar, o agro-pastoril. São êles Domingos Olímpio, Raquel de Queirós, José Américo, Jorge Amado, José Lins do Rêgo, Dalcídio Jurandir.

São numerosos, mas ainda insuficientes, os trabalhos geográficos relativos à Amazônia brasileira. Para o povo, não há, a bem dizer, um livro — compêndio ou monografia — que lhe possa proporcionar visão completa dessa região, desde o quadro natural ao indígena. Dentro da disciplina, aluno ou mestre, se realmente interessados no tema, haverão que recorrer a meia dúzia de trabalhos, pelo menos, para que o assunto se apresente nítido e total. No caso do estudante ou do homem do povo, nota-se a impossibilidade de tal acontecimento. Mas, se ao invés de obras geográficas, se puser ao dispor do pretendente um romance como *A Selva*, — obter-se-á o fim almejado, de maneira simples e sugestiva.

Nesse livro de Ferreira de Castro, está recolhida a floresta equatorial, em tôda sua exuberância. A mata virgem, a *Hyloea* de Humboldt, foi transportada àquelas páginas densas e patéticas, com tôda a coorte de dramas que nela soem ocorrer, entre seringalistas sonhadores e negociantes rapaces, à margem dos igapós ou no âmago obscuro da selva portentosa. Bem merecido lhe é o juízo de Afrânio Peixoto: “Não há um debuxo, uma pintura, vasta e poderosa tela que a tenha riscado, colorido, sombreado, para a nossa evocação distante, de leitores e admiradores, como nesse filme ideal, êsse romance vivido e vivo, de Ferreira de Castro”.

Pois o livro do grande escritor português é de tal substância científica, que veio a merecer um mapa do cartógrafo brasileiro, Jaguaribe de Matos, colaborador de Rondon. O mapa do local onde decorre a ação de *A Selva*, já integra a segunda edição brasileira do romance.

A contribuição geográfica dos autores até aqui mencionados, terá sido, sem dúvida, accidental. Nêles, não houve o designio de “fazer” geografia ou de contribuir para a difusão desta. Onde se revela o intento, a nosso ver, é em dois dos maiores literatos do século passado: José de Alencar e Gonçalves Dias. Ambos se notabilizaram pela evidência que deram ao brasilíndio, incorporando à literatura nacional uma nova escola — o indianismo.

Em certo sentido, os dois escritores se identificam: ambos tiveram origem espúria: Alencar houve por pai um sacerdote, Gonçalves Dias era filho de progenitores solteiros. Ambos viveram pouco: nenhum atingiu os 50 anos, falecendo Gonçalves Dias aos 41 e Alencar aos 48 anos. Os dois foram, o que chamaríamos hoje, escritores “nacionalistas”, isto é: dispensaram aos temas brasileiros, atenções até então negadas por qualquer outro artista. Gonçalves Dias, além de compor as *Poesias Diversas*, as *Saudades*, os *Hinos* e as *Visões*, dirige sua sensibilidade para as *Poesias Americanas* e *Os Timbiras*, inaugurando, a bem dizer,

um novo sistema literário, já que o indianismo apenas balbuciou nas tentativas de Gonçalves de Magalhães e Junqueira Freire. As *Poestas Americanas* são o melhor de toda a obra poética gonçalvina, o mais original de sua personalidade artística, aquilo que o imortalizará através dos tempos. E não só o indianismo lírico projetou-o na história literária, como também suas produções em prosa a respeito da mesma tradição nacional, tais *Brasil e Oceânia* e o *Dicionário da Língua Tupi*.

Senhor de lúcida inteligência e de cultura multiforme, Gonçalves Dias não se limitou ao exercício cômodo da criação literária, nos moldes clássicos, aliás de resultados pouco expressivos, a nosso ver; antes dirigiu seus passos para a instrução, a que serviu viajando pelas províncias e pelo estrangeiro, e empregando suas atividades no estudo da natureza e do silvícola brasileiros. Dêste mister resultaram as obras referidas, das quais o *Dicionário* constitui, ainda hoje, meritória contribuição ao conhecimento da língua tupi. A intenção estará no trato das particularidades da natureza indígena, que o levaram a pesquisar, nos autores de antanho, tudo que se relacionava com os ameríndios. "O canto do piaga", "I-Juca-Pirama" e outras composições, são o resultado flagrante desse interesse que tão alto elevou as tradições indígenas.

"I-Juca-Pirama", ao mesmo tempo que é "uma obra prima da literatura continental e o mais belo fragmento épico que o homem americano inspirou à literatura romântica"<sup>3</sup>, vale como iniciação à antropogeografia do brasilíndio.

É conhecido o enredo do poema: jovem guerreiro tupi cai prisioneiro dos Timbiras, que se preparam para sacrificá-lo, consoante os ritos e a tradição. Prestes a morrer, pede que o soltem para ir em socorro do pai, alquebrado e cego, prometendo voltar. É atendido e confessa ao velho o que lhe acontecera. Este, cheio de cólera e de orgulho, fá-lo comparecer, de novo, ante seus algozes, que concluem as cerimônias interrompidas e matam-no.

A descrição do episódio é perfeita, revelando o trato assíduo dos melhores cronistas pelo vate glorioso. Começa aludindo ao "concílio guerreiro da tribo senhora" e ao convite feito às nações amigas para que venham banquetear-se com a carne do prisioneiro. Depois, expõe a cerimônia que antecede à morte:

"Acerva-se a lenha da vasta fogueira,  
Entesa-se a corda da embira ligeira,  
Adorna-se a maça com penas gentis".

Agora são as mulheres que cumprem sua parte na usança, cortando os cabelos e tingindo o corpo do que vai morrer. Enquanto isso,

"Em fundos vasos d'alvacentas argila  
Ferve o cauim":

Antevendo o fim próximo, o guerreiro encara-o satisfeito  
"Porque além dos Andes  
Revive o forte"

(alusão ao lugar onde certas tribos situavam o paraíso). Depois a libertação e o retorno, com o canto do velho tupi:

"Mandai vir a lenha, o fogo

A maça do sacrificio

e a muçurana ligeira; Em tudo o rito se cumpra!"

Finalmente, a lembrança do ancião timbira:

"Meninos, eu vi!"

<sup>3</sup> Cf. Josué Montelo — "Gonçalves Dias", p. 104. Publicação da Academia Brasileira. Rio de Janeiro, 1942.

Perlustrem-se os historiadores dos primeiros tempos — os jesuítas, um Thevet, um Léry, outros tantos — e concluir-se-á pela irrepreensível fidelidade da exposição dos fatos, tal qual se passaram na sociedade indígena. Ali nada se inventou, nada mereceu exagêro: tudo foi poetizado como verdadeiramente sucedeu.

Gonçalves Dias fêz literatura e revelou-se homem de ciência. Sob êste aspecto, sua contribuição à geografia, com especialidade à etnografia, é sumamente valiosa. De resto, não foram as poesias de cunho acadêmico, de linguagem coimbrã, que lhe deram notoriedade.

A glória adveio-lhe do índio, da eloquência com que soube apresentá-lo ao mundo, fixando-o para sempre na galeria dos tipos imortais. Daí, o acêrto de Bilac, delimitando-lhe a auréola:

“E, eternizando o povo americano,  
Vives eterno em teu poema ingente”.

Do indianismo foi iniciador, no romance, José de Alencar. Ao passo que Taunay enaltecia a ingenuidade sertaneja, Franklin Távora se ocupava dos costumes campestres, Machado tentava o romance humorístico, Júlio Ribeiro preferia o realismo e Aloísio de Azevedo revelava-se naturalista, — José de Alencar, aos 28 anos, surgia com *O Guarani*, “o grande poema do indianismo brasileiro”, como há muito foi proclamado<sup>4</sup>.

Trilhando o rumo de Chateaubriand e Cooper, que então punham em voga o romantismo, Alencar deu nova direção ao romance brasileiro. Ao *O Guarany* seguiram-se outros romances magníficos, a mor parte dêles, tendo como tema as lendas indígenas, os costumes dos selvagens, sua vida na paz e na guerra: *Iracema* e *Ubirajara* são dos mais apreciados, depois daquele, considerado sua magna obra.

No *O Guarani*, o autor, ao mesmo tempo que tece o drama de D. Antônio de Mariz e sua família no Brasil, animando de vida perene as figuras de Ceci, Isabel, Alvaro e Loredano, apresenta, pela primeira vez na literatura em prosa, com vigor inexcedível, a natureza americana e o brasilíndio em luta contra os conquistadores. As primeiras linhas do capítulo inicial já são pura geografia: “De um dos cabeços da serra dos Órgãos, desliza um fio d’água que se dirige para o norte, e engrossando com os mananciais, que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal.

“É o Paquequer: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito”.

Geográfica é a apresentação de Peri: “Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamavam aimará, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates, caía-lhe dos ombros até ao meio da perna, e desenhava o talhe delgado e esbelto como um junco selvagem.

“Sôbre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, côm de cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos, cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a frente... o rosto um pouco oval...”.

Geográfica é a descrição dos Aimorés: “Homens quase nus, de estatura gigantesca e aspecto feroz; cobertos de peles de animais e penas amarelas e escarlates, armados de grossas clavas e arcos enormes...” “... outros completamente nus, tinham o corpo untado de óleo por causa dos insetos”.

<sup>4</sup> Pedro Júlio Barbuda — “Língua Portuguesa”, IV parte (Literatura Brasileira), Bahia, 1916.

E tantos seriam os exemplos quantos desejássemos, pois o livro é todo composto da vida dos indígenas e de sua reação frente aos intrusos.

No final de cada volume, inseriu Alencar as notas explicativas do texto, abonando-as com os autores clássicos do passado nacional e outras autoridades, desde os jesuítas a Ives d'Evreux, Silva Lisboa, Aires do Casal, Varnhagen. Os próprios heróis da história vêm explicados em seu sentido linguístico: Peri significa "junco silvestre" na língua guarani, e Ceci quer dizer, no mesmo idioma, "magoar, doer".

O glossário, que é regular no *O Guarani*, avulta em *Iracema*, novela de tamanho reduzido. Aquêlê livro é da mocidade, quando a cultura do autor seria menos extensa. *Iracema* foi escrita aos 35 anos, quando os conhecimentos de Alencar se tinham enriquecido de muito. Aí, êle já estava "meio descrido das coisas, e mais dos homens; e, por isso, buscava na literatura, diversão à tristeza que me infundia o estado da pátria entorpecida pela indiferença"<sup>5</sup>.

O labor literário empolgava-o, consumindo-lhe tôdas as energias. Daí suas incursões pelo passado, seus estudos, seus planos de criação poética e prosaica. *Iracema* obedeceu ao propósito que o autor acalentava de revelar as lendas do Ceará — sua terra natal. Para consegui-lo, principiou pelo estudo da língua indígena, cujo conhecimento "é o melhor critério para a nacionalidade da literatura"<sup>6</sup>.

O livro provou a excelência do projeto e da sua execução, mero "ensaio" ou "mostra", como escreveu Alencar modestamente, ao qual deveriam seguir-se esforços de maior fôlego. Em consequência, é elevado o número de notas a que o leitor é remetido para o domínio do texto. Nomes de aves, plantas, objetos de uso doméstico, utensílios guerreiros, crenças religiosas, rios e cidades são complemento indispensável à lenda inesquecível dos "verdes mares bravios onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba" e da "virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna e mais longos que seu talhe de palmeira".

Como Gonçalves Dias, José de Alencar ficará na história literária e cultural brasileira por seus livros nacionalistas, onde o selvagem ocupa o primeiro plano. A obra teatral, a participação na política, as colaborações jornalísticas, os panfletos e os discursos são simples acessórios daquela altíssima glória.

<sup>5</sup> e <sup>6</sup> *Iracema*, pp. 150 e 152, respectivamente. Edição do Instituto Nacional do Livro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1948.

# Mudança da Capital do País: Parecer da Comissão Parlamentar

*Relatório Geral*, apresentado à Câmara Federal dos Deputados, em sessão de 7 de dezembro de 1948.

Deputado EUNÁPIO QUEIRÓS

## INTRODUÇÃO

Lamento ter de abusar da paciência de V. Excia. e dos meus nobres colegas, mas a missão de que fomos incumbidos é de suma relevância para os destinos do Brasil e, assim, não devemos recuar perante quaisquer sacrifícios, que se anteponham aos objetivos de esclarecer o nosso espírito e de contribuir para a melhor instrução e orientação do Plenário, na deliberação de tão alto porte e de tanta responsabilidade.

Julguei, por isso, ser indispensável rebuscarmos as raízes primárias da questão, que remontam a mais de século, para que, estabelecendo uma cadeia de todos os fatos registados até o presente, possamos ter uma compreensão justa e nítida dos fundamentos e da evolução da idéia de interiorização da nossa capital federal.

Por outro lado, a indeterminação do problema, que tem sido conduzido mais por intuição e sentimento, do que por debate amplo e aprofundado das razões superiores que poderiam tê-lo inspirado, exige cuidado muito especial desta Comissão e máxima serenidade, a fim de que os altos interesses da União fiquem devidamente preservados.

E para aquilatar-mos da transcendência da questão, bastaria atentarmos nos termos em que ela deverá ser equacionada.

Não se trata de localizar ou transferir, simplesmente, uma capital com o fito de melhor atender “à situação presente de um país”, por se haver reconhecido graves defeitos e inconveniências na atual localização. Verdade é que não seria difícil apontar falhas e contraindicações do Rio de Janeiro, como sede do governo federal, para justificar a necessidade de procurarmos uma outra localização — em cidade existente ou não — que melhor atendesse ao desenvolvimento e aos interesses “atuais” do Brasil.

Trata-se, evidentemente, de localizar em nosso extenso território, uma capital para o “Brasil do futuro”. Trata-se de escolher uma “posição” que deva atender — sem risco de erro — ao que virá a ser a nação brasileira.

E isso num país em que o seu desenvolvimento econômico, social e político não obedece a qualquer planejamento, em que o “arbitrismo” é inteiramente sobrepujado pelo “determinismo”.

Não obedecemos, em nenhum setor das nossas atividades, como povo, nem nos mais rudimentares serviços públicos, a uma diretriz previamente estabelecida. Caminhamos sem bússola, por instinto.

Os nossos ensaios de sistematização dos conhecimentos, quando se referem ao âmbito nacional, são ainda bastante falhos. Os próprios dados do passado não merecem confiança, pois a estatística entre nós é muito recente e os fatos históricos, às vezes, são deturpados.

N. da R. — Deixaram de ser reproduzidos os votos dos membros da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, porque já foram publicados no relatório da mencionada Comissão, e não encerram contribuição original do autor do presente trabalho.

A nossa marcha para o futuro não é cega, mas é desordenada. No momento presente, as possibilidades financeiras do país, somente no âmbito interno, estão comprometidas além dos limites da realidade, com grandiosos planos:

- 1 — Plano de Viação Nacional,
- 2 — Plano de Aproveitamento do S. Francisco,
- 3 — Plano de Valorização da Amazônia,
- 4 — Plano de Obras contra as Sêcas,
- 5 — Plano Salte,
- 6 — Plano de Mudança da Capital Federal.

A pergunta que, imediatamente, nos é sugerida é a seguinte: Tais planos se acham devidamente entrosados de modo que se completem? — Tais planos são parcelas de um "Plano Geral" produzido pelo movimento da "linha diretriz" do interesse supremo da nação?

Infelizmente, não!

Compreendemos que isso não está certo, tanto assim que a própria Constituinte de 1946, no artigo 205 da Constituição Federal, instituiu um "Conselho Nacional de Economia" incumbido de estudar a vida econômica do país.

Dêste modo, pois, não estamos habilitados a uma ponderada previsão do nosso desenvolvimento de amanhã.

Se êle escapa ao nosso "arbitrio", uma "previsão fundamentada" é impossível. E não esqueçamos as "variantes" das relações externas.

Por tudo isso, cresce tanto de gravidade o problema que o Congresso tem a resolver na localização da capital do Brasil futuro, quanto de importância a missão confiada a esta Comissão.

Todavia, estou certo de que chegaremos a bom termo, confiado na competência e patriotismo dos ilustres membros desta Comissão e na sabedoria e prudência do seu presidente que, já uma vez, nesta Casa, como relator da Grande Comissão de 1946, soube firmar a respeitabilidade de seu caráter e o valor de sua cultura e inteligência.

\* \* \*

No propósito de me desempenhar dêste trabalho, que, para honra minha, me foi confiado pelos ilustres membros desta Comissão, sobre assunto inteiramente novo para mim, procurei, prontamente, inteirar-me de tudo quanto pude encontrar respeito à matéria, inclusivos os elementos subsidiários da mensagem presidencial, constantes de 28 relatórios e estudos, e apresentar uma "resenha histórica" dos fatos que antecederam o dispositivo constitucional de 1946, uma síntese dos trabalhos e opiniões dos membros da Comissão Técnica e, por fim, um estudo pessoal baseado nos citados trabalhos.

O meu objetivo é mais o de concorrer para o melhor esclarecimento do assunto, do que mesmo apresentar uma solução perfeita para o mesmo, o que se torna realmente difícil, quando se trata de uma questão política de transcendental relêvo como esta.

Se questões suscitadas dentro de limites tecnológicos esbarram em divergências de difícil conciliação, não é de estranhar que, quando elas se alçam ao terreno social e político, sujeitas à apreciação de ângulos completamente distintos e por observadores da mais heterogênea formação cultural, tais divergências atinjam um caráter irreconciliável e que somente a opinião de uma maioria — nem sempre ajustada, possa conseguir uma solução — nem sempre a mais acertada.

Reconhecendo, pois, a dificuldade de solução perfeita e a alta responsabilidade desta Comissão, é que procurei, com dedicação, honestidade e absoluta ausência de parcialidade, esclarecer a matéria tanto quanto me permitiram a escassez de tempo e as minhas aptidões modestas.

\* \* \*

### RESENHA HISTÓRICA

1 — A primeira idéia de mudança da atual capital do país, para o interior, data de 1789, quando os Inconfidentes mineiros a incluíram nas suas reivindicações, sem contudo tratarem do problema de localização.

2 — Em 1809, foi publicado um discurso, em Lisboa, atribuído a William Pitt, em que o autor preconizava a criação, no interior do Brasil, de uma Nova Lisboa.

3 — Em 1810, o conselheiro e chanceler Veloso de Oliveira dizia, em Memorial apresentado ao príncipe regente: “E’ preciso que a Côrte se não fixe em algum pôrto marítimo, principalmente se êle fôr grande e em boas proporções para o comércio... A capital se deve fixar em lugar são, ameno, aprazível e isento de confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas”.

4 — Em 1813, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça escreveu, no *Correio Brasiliense*, um artigo em que, criticando a má escolha da sede do governo, pugnava pela sua localização em um “país do interior, central e imediato às cabeceiras dos grandes rios”.

E dizia: “Êste ponto central se acha nas cabeceiras do famoso rio São Francisco e numa situação que se pode comparar com a descrição que temos do paraíso terreal”.

Como objeções que fazia à localização atual, escreveu: — “basta lembrar que está a um canto do território do Brasil, que a sua comunicação com o Pará é de imensa dificuldade e que, sendo um pôrto de mar, está o governo ali sempre sujeito a uma invasão inimiga de qualquer potência marítima”.

5 — A 9-10-1821, José Bonifácio de Andrada e Silva redigiu as instruções aos deputados de São Paulo às côrtes de Lisboa, nas quais se lê: “... parece-me também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Côrte de Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus...” Esta proposta foi aprovada, no palácio do governo de São Paulo, no dia imediato.

6 — Em 1822, um dêsses deputados às côrtes de Lisboa, publicou um *“Aditamento ao projeto de Constituição para fazer aplicável ao Reino do Brasil”*, constante de uma série de 13 artigos, estando o primeiro assim redigido:

“No centro do Brasil, entre as nascentes dos rios confluentes do Paraguai e Amazonas, fundar-se-á a capital dêste reino, com a denominação de Brasília, ou qualquer outra”.

7 — Em 1823, o mesmo José Bonifácio de Andrada e Silva, na sessão de 9 de julho, da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, apresentou uma “Memória sôbre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova capital”, a qual não foi transcrita nos anais da Assembléa.

8 — Relata João Barbalho que os patriotas da Confederação do Equador, de 1824, tinham o propósito essencial de, formando a república, “fundar, em lugar fértil, sadio e abundante d’água, uma cidade central para capital que, pelo menos, distasse 40 léguas da costa do mar”.

\* \* \*

Entretanto, e apesar de tantas recomendações, em 1834, era criado o “Município Neutro”, desmembrado da “Provincia Fluminense”, para sede do governo central e sob sua imediata jurisdição.

\* \* \*

9 — Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Pôrto Seguro, de 1839 a 1850, fêz renascer a questão, em repetidos artigos e memoriais, insistindo na necessidade de mudança da capital.

10 — Em 1852, Holanda Cavalcante apresentou um projeto de lei ao Senado, que foi discutido na sessão de 10 de junho de 1853, sem maior repercussão.

11 — Em 28 de julho de 1877, Varnhagen dirigiu ao ministro da Agricultura, Tomás Coelho, da Vila Formosa da Imperatriz, um famoso officio, no qual dava contas de sua incumbência de estudar zonas para imigração e fazia a apologia do núcleo que reúne entre si as três grandes conchas fluviais do Império”.

“... e a respeito da qual, julgo que deveríamos, desde já, dar algumas providências, a fim de a ir preparando para a missão que a Providência parece ter-lhe reservado..., “Não entrarei aqui, Exmo. Sr., na questão da alta conveniência para o Império e até para o Rio de Janeiro, da mudança da capital...” — “... Em todo

o caso, Exmo. Sr., uma paragem da importância desta, única em relação ao Brasil todo, que pela bondade de seu clima e sua fertilidade, recomendaria, no estrangeiro, o Brasil todo, que pela sua posição favoreceria notavelmente o desenvolvimento do comércio interno de todas as províncias, o que (quando viesse a ser a sede do governo) afiançaria, nos séculos futuros, a segurança e unidade do Império, parece-me que é digna de merecer, desde já, a devida atenção dos poderes públicos do estado, fazendo convergir para ela, todas as comunicações, começando pela continuação da "Estrada Pedro II"... Também, a linha de "Casa Branca" (E.F. Mojiana) se poderia para esta paragem encaminhar..."

Em artigo sobre o assunto, insistia Varnhagen:

"... a verdadeira paragem para ela (a capital), é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui terminante... É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, dos dois grandes rios que abraçam o Império; isto é, o Amazonas e o Prata, com as do São Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca a meia distância de toda a extensão do nosso litoral".

Tratando da "posição mais conveniente para o assento da cidade" disse: "os seus limites devem ser oferecidos pelos mesmos três rios que fazem a posição tão vantajosa — deve ser o compreendido no triângulo formado pelos três portos de canoas de cada um deles, que mais se aproximam entre si; ou, se se quiser, pelo círculo que passa por esses três pontos. — Seria fácil achar posição favorável, talvez, junto às lagoas de Félix da Costa, Formosa, etc."

12 — Proclamada a República, a Constituição provisória estabelecida pelo decreto n.º 914-A, de 23 de outubro de 1890, do governo provisório, mantinha em foco a questão da mudança, conforme se vê do seu artigo 2.º:

"Cada uma das antigas províncias formará um estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto outra cousa não deliberar o Congresso. Se o Congresso resolver a mudança da capital, escolhido para este fim o território mediante o consenso do estado ou estados de que tiver de desmembrar-se, passará o atual Distrito Federal de per si a constituir um estado".

13 — No Congresso Constituinte, resultante do advento do regime republicano, o assunto foi amplamente discutido por vários deputados e notadamente por Tomás Delfino. Virgílio Damásio apresentou proposta da transferência da capital para o interior, "em lugar que seria determinado". Aventou a idéia da localização já sugerida, na vila Formosa da Imperatriz, e justificou-a pela "disseminção do progresso no interior do país" e "porque se derramarão com muito mais facilidade, com muito mais rapidez, as conquistas da civilização em torno da nova capital". Referiu-se mais "à vantagem estratégica de tirá-la da beira-mar" e "a facilidade com que, nesse ponto, poderemos acudir as nossas fronteiras, para defendê-las de cada um dos nossos inimigos".

Lauro Müller apresentou uma emenda, dispondo que a capital se estabeleceria no Planalto Central, em uma zona de superfície determinada, e justificou-a, fazendo-a acompanhar do ofício de Varnhagen já mencionado.

Essa emenda, assinada por 88 congressistas, converteu-se no artigo 3.º da Constituição de 1891, primeira forma concreta que tomou a idéia:

Art. 3.º — "Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14 400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal".

Parágrafo único. — Efetivada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um estado.

\* \* \*

Depreende-se do conhecimento de todos esses fatos e de seus pormenores, que a história nos apresenta, não ter havido um estudo prévio, circunstanciado, comparado, que demonstrasse ser esse o "melhor" entre outros lugares para o estabelecimento da nova capital.

Admitiu-se a necessidade de transferir a capital para o interior do país, com os objetivos de resguardá-la contra fáceis ataques de inimigos, de melhor se favorecer o povoamento e a civilização da região central e de livrar o governo do contato com o “confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas”, natural em grandes portos.

Por “intuição”, foi sugerida essa transferência para a posição geográfica mais singular do nosso território, “única em relação ao Brasil todo”, no dizer de Varnhagen, a qual conseguiu impressionar, por essa singularidade e pelas empolgantes descrições posteriormente feitas, a tantos quantos dela tiveram conhecimento.

Não houve um estudo comparativo, selecionado entre outras regiões, de modo que a única apontada e tão louvada, com o realce da singularidade geográfica, de fato muito expressiva e até simbólica, considerável ainda quanto aos mais fáceis meios de transporte da época — as estradas que correm — reforçada, ademais, pelo ufanismo nacional, cristalizou-se na consciência dos homens públicos de então.

Ao que nos parece, em face de dados históricos, foi Varnhagen o primeiro a fazer observações na “região central”, do Planalto, observações que, possivelmente, tiveram o prestígio de impressionar a Constituinte de 1891 e de provocar a redação do artigo terceiro da Constituição Federal.

\* \* \*

14 — Uma Comissão, chefiada pelo Dr. Luis Cruls e constituída de mais de 20 membros — astrônomos, geólogos, higienistas, médicos, botânicos, etc. — foi incumbida, pelo governo federal, de dar cumprimento ao dispositivo constitucional, sendo os seus objetivos definidos pelo seguinte “Aviso”, de 17 de maio de 1892, do Ministério de Obras Públicas:

“No desempenho de tão importante missão, deves proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar, da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das águas que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc., da região explorada e tudo o mais que diretamente se ligue ao assunto que constitui o objeto da vossa missão”...

Em 1894, a Comissão apresentou seu relatório com os dados da demarcação da área do Distrito Federal, que tomou, desde então, o nome de “Retângulo de Cruls”.

Da leitura desse relatório, tem-se a impressão de que a Comissão não se empenhou na seleção — por comparação — de várias zonas contidas no extenso Planalto Central do país.

Diz Cruls:

“O problema da demarcação da zona podia receber várias soluções, entre as quais convinha escolher aquela que satisfizesse, o mais completamente possível, o *desideratum* que o legislador teve em vista ao inserir na Constituição o seu artigo 3.º”...

“... O Planalto “Central”, indicado no art. 3.º da Constituição... tem a sua “região central” localizada na zona onde se encontram as cabeceiras dos principais rios do sistema hidrográfico brasileiro: o Araguaia, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná e onde a altitude média oscila entre 900 e 1 300 metros”.

... Além destas considerações, não podíamos perder de vista “as origens históricas da questão”, que, como vimos acima, data do começo deste século, e, sem dúvida, o legislador as tinha na mente quando designou o Planalto Central para o local onde mais tarde se fundaria a nova capital. É, pois, indubitável que era a região próxima dos Pirineus que “cumprira explorar”, e, com efeito, os resultados ulteriores confirmaram a nossa opinião.”

A Comissão, no seu relatório, não mencionou considerações de ordem política e administrativa, “que não são de nossa competência”, como diz Cruls, que acrescenta adiante:

“Em suma, acreditamos que procedendo à demarcação na região onde a fizemos, correspondemos ao que o legislador tivera em mente quando inseriu o artigo 3.º da Constituição”.

“E o nosso modo de pensar parece encontrar confirmação na própria resolução do Congresso Nacional, mandando agora proceder à fixação do local para a futura capital da República na zona demarcada no Planalto Central”.

Enfim, terminou a Comissão por demarcar, na região preferida, um retângulo esférico, de 160 por 90 quilômetros de lados, com a superfície de 14 400 quilômetros quadrados, constituído por arcos de paralelos e meridianos, situado entre as latitudes sul 15° 20' 00" e 16° 8' 35" e as longitudes a oeste de Greenwich — 3h 9m 25s, e 3h 15m 25s, e por apresentar os estudos sobre as condições de clima, salubridade, topografia, geologia e energia hidráulica, consideradas plenamente satisfatórias para a localização de uma cidade.

Ao concluir seu relatório, diz ainda o Dr. Luís Cruls, rebatendo objeções que se faziam, então, quanto à distância da nova capital:

“... a distância, a *vol d'oiseau*, entre esta capital e o centro da zona demarcada, sendo de cerca de 970 kms., será sempre possível construir-se uma estrada de ferro... que terá no máximo 1 200 quilômetros... que poderá ser vencida em 20 horas... donde se vê que a objeção da distância não é sustentável.

De semelhante estrada de ferro, com traçado o mais direto possível, não poupando as necessárias obras d'arte, dependerá o bom ou o mau êxito do importante projeto da mudança da capital federal, encarado pelo lado dos benefícios que sua realização pode trazer para o desenvolvimento da região central do Brasil.

É certo, pois, que assim ligada ao pôrto do Rio de Janeiro, a futura capital federal não tardará a tornar-se um centro industrial e comercial, cuja vitalidade será um fator importante e poderoso para a futura prosperidade deste rico país.”

15 — A 23 de agosto de 1893, diversos deputados apresentaram um projeto de lei ao Congresso, propondo que “o governo mandasse fazer os estudos de uma outra zona na região cortada pelas linhas de limites dos estados de Goiás, Bahia e Piauí, no Planalto Central e com o fim especial de para ela mudar a capital da República”, o qual foi rejeitado.

Após a apresentação do relatório Cruls, surgiram violentas polêmicas em torno do assunto da escolha da localização, nas quais se criticava ter a Comissão aceito semelhante incumbência, de tão grande responsabilidade política, em face da indeterminação e insuficiência de elementos constantes das instruções apresentadas pelo governo, mormente, sendo a parte técnica de importância secundária.

Sem nenhum propósito de combater, a esta altura, a chamada “Solução Cruls”, que, aliás, poderá vir a ser considerada a melhor, força é, porém admitir que o problema teve a sua solução influenciada pelas origens “históricas da questão” e não pela análise dos fatos complexos, determinantes da mudança da capital, com a escolha, em correspondência com tais exigências, de sua melhor localização no território nacional.

Somos, assim, forçados a admitir que houve, de certo modo, inversão na ordem dos acontecimentos, dos quais resultou o artigo 3.º da Constituição de 1891, bem como a sua concretização sob a forma da “Solução Cruls”.

Quero dizer que, provocada por impressionante singularidade geográfica, tivemos, por intuição, e não por dedução, a localização da nova capital determinada na Constituição.

Para cumprimento da lei, fizeram-se estudos restritos para a demarcação do novo Distrito Federal. A “escolha” não pode, pois, ser considerada como “conclusão” de um estudo comparativo orientado pelos imperativos da mudança.

A localização foi, como disse, adotada por “intuição” e, não por “seleção”.

Os dados históricos não nos autorizam a considerar a localização da nova capital no “retângulo de Cruls”, ou mesmo no “Planalto Central”, como a resultante, repito, de um estudo que encarasse todos os aspectos pelos quais devesse ser considerada tão importante questão.

16 — Vários trabalhos esparsos e sem maior interêsse foram publicados a partir de 1894, notando-se os de Antônio Martins de Azevedo Pimentel, alguns dos quais publicados, posteriormente, na *Revista do I. H. G. Brasileiro*.

17 — Entre as festividades comemorativas do centenário da Independência, por iniciativa do deputado Americano do Brasil, convertida no decreto n.º 4 494, de 18 de janeiro de 1922, foi colocada uma pedra fundamental da, então, futura capital, em Planaltina.

O citado decreto, transcrito a seguir, não teve execução no seu artigo 3.º, tornando-se inoperante, salvo na parte referente à formalidade comemorativa.

“Art. 1.º — A capital federal será oportunamente estabelecida no Planalto Central da República, na zona de 14 400 quilômetros quadrados que, por força do art. 3.º da Constituição Federal, pertencem à União, para esse fim especial já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2.º — O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada no ponto mais apropriado da zona a que se refere o artigo anterior, a pedra fundamental da futura cidade, que será a capital da União.

Art. 3.º — O Poder Executivo mandará proceder aos estudos do traçado mais conveniente para uma estrada de ferro que ligue a futura capital federal a lugar em comunicação ferroviária para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, bem como das bases ou do plano geral para a construção da cidade, comunicando ao Congresso Nacional, dentro de um ano da data deste decreto, os resultados que obtiver”.

\* \* \*

18 — O assunto não foi esquecido; também não mereceu novos estudos mais aprofundados ou atualizados.

As Constituições seguintes não renunciaram ao objetivo. A de 1934, incluiu nas suas “Disposições Transitórias”:

“Art. 4.º — Será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil. O presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instruções do governo, procederá a estudos das várias localidades adequadas à instalação da capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança”.

19 — A Constituição de 1937 admitiu a transferência da capital, sem manifestação explícita, dispondo:

“Art. 7.º — O atual Distrito Federal, “enquanto” sede do governo da República, será administrado pela União”.

20 — Nada, entretanto, nesse intervalo, foi feito para melhor encaminhar o assunto. Criado o I.B.G.E., um grande e muito prestável centro de estudos, não lhe passou despercebida a questão ao tratar da redivisão territorial do Brasil. Assim é que, em 19 de julho de 1945, a resolução n.º 279, da Assembléia Geral, mencionou:

“Parece, pois, que não se pode pôr em dúvida a necessidade de interiorizar a capital, como medida de segurança nacional, tanto interna como externa. Para onde, entretanto, se poderá fazer esta mudança? Também parece fora de dúvida: para o Planalto Central de Goiás, perto da cidade de Formosa, onde já está demarcada a área do futuro Distrito Federal”.

Justificando a medida, mostra sua situação *entre quatro dos futuros estados, no centro de gravidade do mapa político do Brasil*, constituindo também um *ponto simbólico, pois dêle fluem águas que se vão repartir pelas três grandes bacias brasileiras*.

21 — Chegamos assim aos dias atuais, sem que o problema tivesse assumido uma feição diferente daquela porque vinha sendo apresentado desde mais de um século.

Na Assembléa Constituinte de 1946, o dispositivo da Constituição de 1934 foi conservado quase literalmente.

Um fato novo, entretanto, surgiu: é que a unanimidade até então verificada sobre a localização da nova capital, que dava a impressão de estar a solução Cruls na "consciência da coletividade", foi profundamente atingida. Nenhuma contribuição nova foi trazida para o maior esclarecimento e o melhor fundamento da questão, mas, quase meio a meio, a opinião da Constituinte cindiu-se entre a solução histórica e uma nova localização no Triângulo Mineiro<sup>1</sup>.

Por 108 votos contra 102, foi mantida a tradição e o dispositivo constitucional das Disposições Transitórias teve a seguinte redação:

"Art. 4.º — A capital da União será transferida para o Planalto Central do país.

§ 1.º — Promulgado este Ato, o presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.

§ 2.º — *O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao Domínio da União.*

§ 3.º — Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital.

§ 4.º — Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o estado da Guanabara".

22 — Uma outra solução, transitória, foi sugerida por Teixeira de Freitas, a qual consistia na transferência imediata da capital para Belo Horizonte, como primeira etapa para a interiorização definitiva no Planalto Central. Diz êle:

"... É preciso, é indispensável, se a nossa geração quer de fato dar ao Brasil as verdadeiras condições de vida e desenvolvimento, mudemos "depressa" a capital, para o Planalto Central; mas que também a nova cidade destinada a recebê-la, a título definitivo, se construa com *estudo e vagar*".

"... a mudança da capital para o interior, não é só indispensável, mas também é urgentíssima; porque é neste instante o problema "número um" do Brasil, aquêle de cuja solução depende uma transformação radical, de transcendente alcance econômico e político, em todos os aspectos da vida nacional."

"... que, havendo de ser longo o prazo para a construção da nova capital federal, a mudança de sede do governo, para o interior, deve, sem embargo, ser efetivada quanto antes;"

"... que essa contingência, condicionando de maneira absoluta a realização do patriótico objetivo em vista, torna obrigatória a escolha de Belo Horizonte como sede federal provisória e base de operações para tudo quanto se refira à grande empresa."

Tal sugestão, defendida proficientemente pelo seu autor, parece não ter logrado impressionar o espírito público de forma a encontrar aceitação, nem mesmo entre os estudiosos do assunto.

23 — Dando cabal cumprimento ao dispositivo constitucional, o senhor presidente da República nomeou, dentro do prazo legal, uma "Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil", composta de doze abalizados técnicos, que foram os seguintes:

- 1 — General Djalma Poli Coelho, presidente,
- 2 — Engenheiro Luís Augusto da Silva Vieira, vice-presidente,
- 3 — Engenheiro Antônio Carlos Cardoso,
- 4 — Engenheiro Artur Eugênio Magarinos Tôrres Filho,
- 5 — Engenheiro Christovam Leite de Castro,
- 6 — Engenheiro Francisco Xavier Rodrigues de Sousa,

<sup>1</sup> N. R. Houve aí, sem dúvida, um lapso do autor. O trabalho intitulado *Memória sobre a Mudança do Distrito Federal*, então recentemente publicado, de autoria do Eng. Lucas Lopes propondo a localização no Triângulo Mineiro, influíu inquestionavelmente na decisão verificada na Constituinte.

- 7 — Engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno,
- 8 — Engenheiro Jorge Leal Burlamaqui,
- 9 — Engenheiro Lucas Lopes,
- 10 — Engenheiro Luís de Anhaia Melo,
- 11 — Engenheiro Odorico Rodrigues de Albuquerque,
- 12 — Doutor Geraldo H. de Paula e Sousa.

Foi designado para exercer as funções de presidente da Comissão, o general Poli Coelho.

A Comissão foi empossada pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, no dia 19 de novembro de 1946, e imediatamente iniciou os seus estudos de gabinete, passando aos serviços de campo em maio de 1947.

A 22 de julho de 1948, a Comissão chegou à decisão final, aprovando, no dia 3 de agosto, o relatório final dos trabalhos que foi entregue ao senhor presidente da República, em audiência de 12 do mesmo mês.

Na cidade de Corumbá, a 21 de agosto de 1948, o senhor presidente da República assinou a Mensagem n.º 393 que encaminhou o trabalho da Comissão Técnica ao Congresso Nacional, para deliberação dêste, de acôrdo com o § 2.º do artigo 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dando assim cumprimento ao § 1.º do mesmo artigo.

A "Mensagem" informa ao Congresso que a Comissão julgou suficiente, para o momento, criar e organizar o novo Distrito Federal, com extenso território e limites adequados, situado no planalto goiano e abrangendo integralmente o "Retângulo de Cruls", capaz de prover 80% de suas necessidades. A solução preferida foi apoiada por sete, em doze dos membros constitutivos da Comissão, opinando a minoria pela solução do Triângulo Mineiro.

O senhor presidente faz ver que se o Congresso acolher a solução da maioria, ficará dispensada, por desnecessária, a fase intermediária da delimitação, prevista pela Constituição, restando apenas, em face dos imperativos constitucionais, a incorporação da área ao Domínio da União e a fixação da data da mudança.

Julga, assim, o senhor presidente, cumpridos os seus deveres constitucionais, nesta fase, a respeito da interiorização da capital da República — "relevante imposição da Lei Magna, que é também uma exigência dos superiores interesses da nação brasileira".

Acompanham a mensagem o relatório técnico da Comissão e sua justificação, trabalhos de autoria de seus diversos membros e várias contribuições de elementos estranhos, porém, interessados na melhor solução do problema. Estes trabalhos, mais aprofundados e abrangendo novos aspectos da questão, trazem grande contribuição para o melhor esclarecimento do Congresso Nacional e do público.

#### OS TRABALHOS DA COMISSÃO TÉCNICA

Após os indispensáveis trabalhos preliminares de gabinete, em conjunto, resolveu a Comissão dividir-se em várias Sub-Comissões: a de Investigações Geográficas, dirigida pelo engenheiro Christovam Leite de Castro; a de Estudos Geológicos, pelo engenheiro Odorico de Albuquerque; a de Estudos Agronômicos, pelo engenheiro Artur Tórres Filho; a de Energia, pelo engenheiro Antônio Carlos Cardoso, e a de Climatologia, pelo engenheiro Francisco de Sousa.

Como orientação preliminar para o estudo em campo, foram fixadas pela Comissão as seguintes conclusões:

1.ª) "A Comissão adota, para efeito de seus estudos, o seguinte conceito geográfico de Planalto Central do Brasil: é a parte central do planalto brasileiro, compreendendo o maciço que tem por limites ao sul o rio Grande, a leste o rio São Francisco e que ao norte e ao oeste descamba suavemente na direção geral do noroeste, estendendo-se até as primeiras cachoeiras a jusante dos rios amazônicos e até às bordas da encosta envolvente do pantanal matogrossense".

2.ª) "Adoção de um critério seletivo dentro dessa região, relativo ao povoamento e ao clima. O índice de povoamento não deveria ser menor de 5 habitantes por quilômetro quadrado, que é o valor médio

da densidade demográfica brasileira, admitindo-se, porém, as exceções do Retângulo de Cruis e da Chapada dos Veadeiros, de densidade menor.

De referência ao clima, para compensar os efeitos da baixa latitude, a altitude da região selecionada para estudo não seria inferior a 700 metros, admitindo-se, também, exceção para a área de Ituiutaba.

3.<sup>a</sup>) A questão do custo das terras não teria significação especial."

Aceitos esses critérios, provisoriamente, como uma primeira aproximação em busca da solução final, a Sub-Comissão de Investigações Geográficas, em trabalho de gabinete, procurou fixar certo número de áreas que deveriam ser submetidas aos estudos de campo.

De acordo com os critérios estabelecidos e os diversos fatores influentes na localização de uma capital, foram preferidas as seguintes áreas como segunda aproximação:

- a) Uberaba;
- b) Ituiutaba;
- c) Uberlândia;
- d) Patos de Minas;
- e) Ipameri;
- f) Goiânia;
- g) Quadrilátero de Cruis; e
- h) Chapada dos Veadeiros.

Tal seleção, todavia, não implicaria na exclusão de outras áreas que, no decorrer das investigações, se mostrassem interessantes.

"Ao marcar as 8 regiões, embora como hipóteses de trabalho de campo, a Comissão firmou uma seleção preliminar em favor do sudeste do Planalto, pois no consenso geral da Comissão, as demais porções do Planalto deslocam por demais a situação da capital", diz o relatório.

#### SUB-COMISSÃO DE INVESTIGAÇÕES GEOGRÁFICAS

Para a realização das investigações geográficas, foi organizada a Seção Especializada, que empreendeu duas expedições. A Primeira Expedição, chefiada pelo professor Francis Ruellan, professor do Curso de Aperfeiçoamento dos Geógrafos do C.N.G., e composta de geógrafos, geógrafos-auxiliares da Divisão de Geografia e de outros técnicos, teve a incumbência de realizar estudos minuciosos de locais. A Segunda Expedição, chefiada pelo professor Fábio Guimarães, coordenador da Divisão de Geografia, assistido pelo professor Léo Waibel, assistente técnico do C.N.G., e composta, mais, de competentes geógrafos e outros técnicos, teve como objetivo efetuar estudos regionais, quer particularizados, quer em seu enquadramento no âmbito nacional.

A Primeira Expedição totalizou 65 dias de trabalho efetivo de campo, entre 27 de junho e 1 de setembro de 1947; a Segunda Expedição, 80 dias, entre 4 de julho e 22 de setembro do mesmo ano.

Ambas as Expedições concentraram seus estudos nas 8 regiões previamente selecionadas pela Comissão, sem prejuízo de outras pesquisas que se impusessem pela sua importância.

#### RELATÓRIO DA PRIMEIRA EXPEDIÇÃO

"Seu objetivo era um estudo de geografia regional, apoiado num levantamento expedito das diversas zonas, do ponto de vista do relevo, da natureza do solo, do clima, da vegetação, das possibilidades econômicas, procurando, assim, sítios favoráveis à instalação de uma grande cidade destinada à futura capital do país.

A Expedição proporia sítios à Comissão, cabendo ao Parlamento e ao governo brasileiro a escolha do local definitivo".

O “primeiro estudo” feito foi o da “geografia regional do Planalto Central”, cuja forma de relêvo mais característica, na área reconhecida de 700 por 500 quilômetros, é a chapada, grande planalto quase horizontal, “cuja continuidade é impressionante”, constituindo zonas secas ocupadas por campos cerrados, muito pobres e de acentuada aridez, geralmente desertas. A dificuldade de obtenção de água, muitas vezes salobra, obriga ao seu abandono e “não se poderia, pois, pensar na instalação de uma grande cidade nessas chapadas”.

O “segundo estudo” refere-se aos vales e ao “nível intermediário”, onde se encontram sítios interessantes para a instalação de uma grande cidade e existem terrenos aproveitáveis para a agricultura, alguns de terra roxa. “Essas terras ricas, são reveladas por um sinal que não engana nunca, a presença da floresta, o “mato grosso”, como se diz em Goiás, ... e aí se situam as zonas de abastecimento da futura capital”.

O “terceiro estudo” se refere aos critérios que podem guiar a escolha de um sítio para a capital”

São êles:

a) “Critérios combinados de altitude, clima e exposição”, opinando a expedição pelos sítios compreendidos entre 700 e 1 200 metros de altitude e situados em encostas de vales voltados para o setor leste.

b) “Critérios fundamentais do relêvo, abastecimento de água e de força hidroelétrica”.

O primeiro destes últimos diz respeito aos trabalhos de construção da cidade, aos serviços de distribuição de águas e esgotos, à circulação urbana e ao lado estético-urbanístico, para o que é favorável o “nível intermediário”.

O segundo é evidente e força a preferência, ainda, aos sítios do “nível intermediário”.

Quanto ao terceiro, verifica-se a existência de grande número de quedas e não de uma forte concentração de águas, aconselhando isto um programa de equipamento progressivo, dependente de melhor estudo posterior.

Outras circunstâncias são apontadas para a escolha conveniente:

c) “O abastecimento” — “... os sítios do Triângulo Mineiro, os das vizinhanças de Patos de Minas e os do Quadrilátero de Cruls, vizinhos das zonas de cultura que se estendem de Anápolis a Inhumas e à Colônia Agrícola do Rio das Almas, são os mais favoráveis”.

d) “As comunicações” — que devem ser estudadas em suas repercussões regionais e nacionais, não constituem dificuldade para qualquer das regiões indicadas.

e) “Materiais para construção” — Não forcem preferência sobre qualquer localização.

f) “Mão de obra e povoamento” — O problema da mão de obra é delicado, devendo haver muito cuidado para não serem deslocados os trabalhos agrícolas da região.

g) “O problema do preço da terra” — Tem, também, sua importância, pois pode causar grandes dificuldades financeiras, tornando irrealizável o projeto de mudança da capital. Está, neste particular, uma das preferências por Goiás.

h) “Apoio nos centros urbanos já organizados” — Para isto, o Triângulo Mineiro oferece maiores vantagens.

i) “Papel da nova capital” — “Se ela deve constituir, exclusivamente, um centro político e administrativo, gozando de tôdas as comodidades possíveis para ela mesma e sua vizinhança, localizada ao centro de uma zona já muito povoada, os sítios mais apropriados acham-se no sul do Planalto Central.

Se ela deve ser, antes, um foco, um centro de colonização e de irradiação para o grande Sertão do norte e do oeste, deve-se localizá-la *à beira da estepe ou do deserto.*”

"Para se constituir êsse centro de irradiação e civilização, com ligações fáceis com todos os centros regionais, o sítio escolhido deve permitir a construção fácil de uma estrêla de estradas e de vias férreas".

j) "Dimensões do Distrito Federal" — "E' desejável que sejam muito grandes para evitar especulação, que escaparia ao contrôle do govêrno brasileiro, e para permitir a realização de estradas, vias férreas, aproveitamento das quedas d'água, abertura de pedreiras, instalação de olarias, fábricas de cimento e exploração de florestas, etc.". Não deveria ser adotada a forma geométrica. Convirá o aproveitamento dos limites naturais.

Os sítios observados pela Primeira Expedição, foram:

1.º Em Minas Gerais:

- a) a zona de Sant'Ana dos Patos, na zona D;
- b) a zona do Rio Claro, na zona A;
- c) a zona entre Prata e Itulutaba, na zona B;
- d) a zona do Ribeirão Bebedouro, entre Toribatê e Tupaciguara, na zona C.

2.º Fronteira Minas-Goiás:

- a) vale do rio São Marcos;
- b) sítios da beira do Paranaíba.

3.º Em Goiás:

- a) sítio do vale do Andorinha, na zona E;
- b) sítios do Norte, da zona F;
- c) os sítios da zona G.

Mais ainda:

- a) sítios dos vales dos rios Areias e Descoberto;
- b) a zona leste e ao sul da Planaltina;
- c) a zona do alto vale do Paraná;
- d) a zona do norte de Anápolis;
- e) a zona entre Anápolis e Silvânia;
- f) a zona ao norte de Luziânia.

O relatório da Primeira Expedição não foi além desta apresentação com os pormenores de cada sítio, sem, entretanto, fazer a seleção necessária.

No relatório do diretor da Secção, é feita referência a êste fato, com a seguinte informação, porém:

"... é oportuno ressaltar aqui a classificação dos sítios, o que, aliás, mereceu comprovação do chefe da Primeira Expedição, perante a Comissão:

1) Muito bons:

- a) Rio Claro (Uberaba);
- b) entre Anápolis e Silvânia (Goiânia, Anápolis).

2) Bons:

- a) Sant'Ana dos Patos (Patos de Minas);
- b) rio São Marcos.

3) Regulares: Os demais".

## RELATÓRIO DA SEGUNDA EXPEDIÇÃO

"Sendo o primeiro objetivo da expedição obter uma compreensão geral da natureza do chamado Planalto Central do Brasil, procurou-se abranger a maior área possível, por meio de itinerários cuidadosamente planejados. O conceito da "posição" da nova capital foi sempre o guia que presidiu à escolha dos itinerários, procurando-se, ao mesmo tempo, estudar não só as 8 zonas previamente escolhidas pela Comissão, como também os espaços entre elas compreendidos".

A área explorada foi de cêrca de 200 000 quilômetros quadrados, em 80 dias de trabalhos de campo.

O relatório fez ressaltar que êsses estudos, feitos em curto prazo, e dentro de área restrita, por si sós, não vêm dar solução cabal ao problema, contribuindo, entretanto, para limitar, de muito, a indeterminação do problema. Recomenda, pois, como indispensáveis, novas pesquisas e levantamentos, para juízo definitivo.

O relatório, antes de entrar na discussão do problema da mudança da capital, trata de uma apreciação sôbre a geografia geral do Planalto Central, que considera uma região geográfica de características próprias. São estudados o relêvo, estrutura, clima, hidrografia, vegetação, solos, ocupação humana, tipos de economia, âmbito do Planalto.

Entre êsses estudos, mereceu especial referência o das ocorrências florestais que se verificam em três regiões do sudeste do Planalto:

1.º) A região do "Mato Grosso de Goiás", que corresponde a afloramentos de rochas eruptivas básicas antigas, em uma área de 20 000 quilômetros quadrados, aproximadamente, no coração de Goiás (Anápolis);

2.º) a região de "Mata da Corda", em Minas (Patos), com área de cêrca de 5 000 quilômetros quadrados, resultante da decomposição de tufo vulcânicos, produzindo solo fértil rico sobretudo em fósforo;

3.º) as florestas dos vales dos rios Paranaíba e Grande, assentadas em ocorrências de "terra roxa" que resulta de decomposição do *trapp*, — rocha efusiva básica, — em área de ordem de 18 000 quilômetros quadrados.

Existem outras áreas florestadas nos "vãos" dos rios Maranhão e Paraná, de pequena extensão, do tipo "mato seco" e solos menos férteis.

Estas ocorrências prendem-se às zonas também de maior adensamento da população, verificando-se a quase superposição dos mapas de vegetação e os da densidade demográfica.

Quanto à dependência econômica da região, ficou verificado que, em sua maior parte, é tributária de São Paulo e apenas a orla oriental e a "Mata da Corda" apresentam ligações mais importantes com o Rio e Belo Horizonte, podendo-se dar, como linha divisória das influências, a de Araxá a Paracatu.

Passando o relatório "ao estudo geográfico do problema da localização da nova capital", coloca acertadamente a questão da seguinte forma:

"A escolha do local para a capital é um problema político, mas os fundamentos são, essencialmente, geográficos.

O político aponta os objetivos que se têm em vista; o geógrafo fornece os elementos em que êle se fundamentará para atingi-los, sem prejuízo da contribuição de outros técnicos especializados".

Duas noções essenciais são devidamente fixadas para a boa compreensão do assunto: as de "Sítio" e "Posição", extremamente familiares aos geógrafos.

"Sítio" é o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. Suas características são: o relêvo, o clima, o solo, a vegetação, os abastecimentos diversos, etc.

"Posição" é a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Envolve considerações sôbre condições geográficas de outras áreas que não aquela em que se acha situada, como sejam acidentes geográficos distantes, grandes linhas do relêvo do território nacional, cursos d'água importantes, fronteiras políticas, vias mestras de transportes e comunicações, posição do oceano, relações com outras regiões e centros povoados, estendendo-se até a considerações de ordem internacionais. Diz o relatório:

"Um mau sítio pode ser melhorado pelo esforço humano; mas o homem nada poderá fazer quanto à posição" e, daí, a importância que deve merecer a escolha da posição, pois é decisiva. Leo Waibel caracterizou perfeitamente a questão, dizendo: "Posição é assunto de *estratégia*, e sítio é questão de *tática*".

Ao país, interessa a posição da sua capital, enquanto o sítio interessará, de modo particular, aos seus habitantes.

No primeiro caso, opinam o geógrafo e o político; no segundo, o urbanista e o geógrafo.

Entretanto, a consideração dos dois aspectos deve sempre ser tomada conjuntamente para a obtenção de uma solução mais perfeita possível.

*Conceito de boa posição* — Os requisitos de uma boa posição dependem da compreensão que temos das funções de uma capital.

São examinadas, a seguir, conforme o relatório:

a) *Funções essenciais a qualquer cidade* — Considera dispensável comentá-las.

b) *Função estratégica* — É considerada em plano secundário.

c) *Posição em relação às divisas interestaduais* — Isto diz respeito mais ao Distrito Federal. Comenta a aversão à criação de um Distrito Federal inteiramente envolvido pelo território de um só dos estados federados, motivo por que aconselha preferência a uma situação entre dois ou mais estados ou estendê-la até atingir esta condição, o que poderá, entretanto, resultar em área muito grande.

Aliás, acha condensável uma grande área, o que não é normal num país de organização federativa.

d) *Função colonizadora* — Não é sua função específica. Como qualquer cidade, a capital contribuirá para o desenvolvimento de sua esfera de influência. A colonização de uma extensa área não depende de um centro urbano e sim de muitos, a exemplo do que ocorre no próprio Planalto, onde se encontram diversas cidades na frente pioneira: Ituiutaba, Uberlândia e Anápolis. Tal função, aliás, destaca-se de uma cidade para outra, como ocorreu em Uberaba, antiga "bôca do sertão", que se deslocou para Uberlândia e, hoje se acha em Anápolis e Ituiutaba.

"O fato de uma cidade ser capital não lhe dá necessariamente a função colonizadora... É impressionante como se atravessam grandes espaços quase despovoados logo que se deixa a capital mineira em direção a oeste por exemplo... Em Goiás, é Anápolis e não Goiânia que exerce a função pioneira... E não esqueçamos que, junto ao Rio de Janeiro, ainda há grandes espaços de fraco aproveitamento... chamados "Sertão Carioca".

e) *Função político-administrativa* — É a função específica de qualquer capital, e sua localização deve obedecer às exigências político-administrativas, como tem acontecido em todos os países que construíram novas capitais.

A tendência é colocá-la em posição central, não no centro geométrico do território, que não é homogêneo em seus diversos aspectos, e sim de referência à parte do país efetivamente ocupada, isto é, ao "ecúmeno".

Atendendo ao futuro, deve ser levado em consideração o ecúmeno potencial, pela tendência da extensão do desenvolvimento demográfico, tornando-se por isso, aconselhável um certo deslocamento da posição em relação ao centro demográfico atual, mas nunca excessivo, sob pena de prejudicar-se demasiadamente a administração do país, no tempo atual.

"A função administrativa, a primeira condição para que uma capital esteja bem situada, é que seja localizada em posição central em relação à parte efetivamente povoada do país, considerando-se, ao mesmo tempo, as tendências do povoamento num futuro próximo.

"Como centro político, a função mais importante é a unificadora. A capital deve ficar em posição tal que facilite a ação dos órgãos centrais do estado sobre todas as partes do país, ou, em outras palavras, que seja possível estabelecer fácil acesso a esses pontos..." equilibrando as tendências centrífugas acentuadas em país extenso e com regiões importantes, nitidamente diferenciadas.

"As regiões do país são, entretanto, sempre desiguais em importância atual e em possibilidades futuras. A capital não deve, em hipótese alguma, perder o contacto com as regiões mais desenvolvidas, que constituem o que os geógrafos de língua inglesa chamam a *core area*. Tal desligamento é sempre funesto à unidade nacional".

São citados os exemplos de Washington e Camberra, de um lado, e, doutro lado, o de Madri, a qual em discordância desse princípio, desprezando a impor-

tância da Catalunha, a mais rica das regiões espanholas, provocou o foco separatista de Barcelona.

Reforçando tal opinião, transcreve citações de Brunhes et Vallaux, nas quais confirmam que a posição central desejada não é o centro geométrico de todo o território que compõe o estado, mas o centro das grandes massas demográficas, o que não se verifica sobre um mapa comum e sim sobre um mapa das densidades de população. Uma capital colocada no centro geométrico estaria provavelmente muito distante das concentrações da população, numerosas e sedentárias, que constituem, verdadeiramente, o estado.

f) Uma última condição considerada é a da posição em relação às fronteiras do país, especialmente às chamadas "fronteiras vivas", o que é uma questão de estratégia militar, nitidamente, e por isso não foi discutida.

Resumindo os fundamentos ou condições de uma boa posição da capital, fixa o relatório:

1.º) Situação central em relação às regiões povoadas do país, isto é, em relação ao ecúmeno;

2.º) situação tal que permita fáceis comunicações com as diversas regiões do país, tendo em vista a função unificadora na capital e mantendo seu estreito contacto com a *core area*;

3.º) proximidade de uma divisa interestadual.

Para a primeira condição, desenhou-se um mapa com as "isarithmas" da população do Brasil. Do seu estudo, verificou-se que "o centro de gravidade da população tende a se deslocar para sudoeste, aproximando-se cada vez mais da zona sudoeste do Planalto Central, ou seja, da zona das nascentes do rio Paranaíba".

Quanto à segunda condição, conclui o relatório:

"Dada a situação da grande área bem povoada — a *core area* — que se estende do norte do Paraná ao nordeste de Minas Gerais, contendo os dois maiores centros culturais e econômicos do Brasil (Rio e São Paulo), e, tendo em vista que a capital deve manter contacto com essa área, chega-se, igualmente, à mesma conclusão: a melhor posição da capital do Brasil dentro do Planalto Central, será a de um ponto localizado na zona sul-oriental desse planalto".

A "terceira condição", bem menos importante, é, porém, atendida com a localização na zona sul-oriental do Planalto.

Passou-se, então, por um sistema comparativo de pontos, a proceder-se à seleção entre as melhores "posições" indicadas, que tomaram a seguinte classificação:

- |   |   |                               |
|---|---|-------------------------------|
| 1 | — | Zona D — Patos de Minas,      |
| 2 | — | A — Uberaba — Araxá,          |
| 3 | — | C — Uberlândia — Tupaciguara, |
| 4 | — | E — Ipameri — Pires do Rio,   |
| 5 | — | B — Ituiutaba,                |
| 6 | — | F — Goiânia — Anápolis,       |
| 7 | — | G — Retângulo de Cruls,       |
| 8 | — | H — Chapada dos Veadeiros.    |

Quanto à seleção de "sítios" foi estabelecida uma hierarquia para a sua apreciação, que é a seguinte:

	Pontos
1 — Topografia .....	20
2 — Clima .....	20
3 — Abastecimento de água .....	15
4 — Proximidade de florestas .....	15
5 — Energia hidráulica .....	10
6 — Materiais de construção .....	5
7 — Natureza do subsolo .....	5
8 — Paisagem atraente .....	10
Soma .....	100

O relatório faz, em seguida, análise dessas condições de sítios relativamente a cada uma das 8 posições indicadas e, finalmente, apresenta uma classificação em que são examinados, conjuntamente, os dois aspectos — “posição” e “sítio”.

Chega, assim, o relatório, ao “Sumário das Conclusões” em que diz:

“Três zonas parecem-nos ser dignas de atenção quanto à localização da nova capital federal.

A mais bem dotada é a de Uberlândia-Tupaciguara, seguindo-se, por ordem decrescente de preferência, a do Alto Paranaíba ou de Patos de Minas e a de Goiânia-Anápolis.

Sugerimos que três áreas, contidas em tais zonas, sejam objeto de estudos mais pormenorizados, sendo essencial um bom levantamento topográfico para a pesquisa de bons sítios destinados à nova capital”.

O diretor da Secção, em seu relatório, faz menção a todos os assuntos acima tratados e conclui, referindo-se às 3 regiões mencionadas:

“Trata-se duma segunda seleção, pois a Comissão, em excelentes estudos de gabinete, escolheu 8 regiões, reduzindo de muito a imensa área do planalto. Em nova fase de estudos, concentrada nas 3 regiões apenas, todos os aspectos do problema da localização da capital seriam examinados em minúcia e a fundo, para chegar-se à solução ótima, tão desejada por todos”.

Resumindo os estudos da Sub-Comissão, vemos que a Primeira Expedição apontou cerca de 15 sítios, dando-nos informações sobre cada um, sem estabelecer uma classificação preferencial. A Segunda Expedição apresentou uma classificação para as oito regiões previamente indicadas, sob o critério de posição e pormenores, consideradas 8 condições necessárias ao bom sítio, para cada uma delas. Resultou desse estudo comparativo a preferência a 3 zonas: Uberlândia-Tupaciguara, Patos de Minas e Goiânia-Anápolis, recomendando, ainda, uma observação mais particular de sítio, em cada uma delas.

O relatório da Sub-Comissão de Estudos Geográficos não foi além, dando-nos, a mais, uma classificação para os sítios estudados pela Primeira Expedição, como “Muito Bons” (2), “Bons” (2), e “Regulares” (os demais).

Os documentos em meu poder não informam sobre trabalhos da Comissão Técnica relativos à aproximação final, isto é, escolha definitiva da posição e sítio preferidos.

Dos resultados acima referidos, passa-se às declarações de votos pessoais dos membros das Comissões e, em última etapa, aos votos finais com suas justificações. Nota-se, pois, uma solução de continuidade nos trabalhos técnicos, e, como veremos adiante, o alheamento de alguns membros da Comissão aos valiosos trabalhos das Sub-Comissões, na argumentação dos seus votos.

#### TRABALHOS DAS OUTRAS SUB-COMISSÕES

Feita esta exposição dos trabalhos da Sub-Comissão de Investigações Geográficas, vejamos os resultados colhidos pela Sub-Comissão de “Investigações agronômicas”, conforme os estudos realizados pelo agrônomo Arruda Câmara.

Foram feitas observações, ainda que dentro das regiões indicadas, apenas nas do Planalto Goiano, acerca de águas, terras, flora, fauna, queimadas, condições meteorológicas, agricultura, plantas úteis e plantas daninhas.

Desses estudos, concluiu-se o seguinte:

- ser baixo o padrão de vida da população rural,
- ser o clima sadio e ameno,
- a salubridade, favorável,
- haver água, abundante e potável, exceto a dos tributários do Maranhão e Paraná, que são salobras,
- ocorrerem chuvas regulares,
- não existirem, propriamente falando, terras inaproveitáveis nas regiões consideradas. As que não se prestam às explorações agrícolas, servem, ainda que subsidiariamente, para a indústria pastoril.

“A lavoura é mais desenvolvida nos centros rurais de maior densidade demográfica. A pecuária constitui a maior fonte de riqueza. As indústrias rurais, quase sempre rudimentares, apresentam pequeno desenvolvimento.

Não se poderia, sem correr o risco de grave erro, condenar ou eleger essa ou aquela região pelo índice e variedade de sua produção atual. O necessário, indispensável, mesmo, é a verificação cuidadosa das possibilidades em cada uma das regiões, considerando-se, naturalmente, as zonas produtoras situadas a distâncias compatíveis com as necessidades do abastecimento”.

E' de opinião que, excetuada a Chapada dos Veadeiros, em qualquer das regiões goianas em estudo, o abastecimento será assegurado dentro de um raio de 150 quilômetros, para produtos perecíveis, e até 350 quilômetros, para os inalteráveis; distâncias que considera razoáveis para o abastecimento de uma cidade-capital.

E termina aconselhando a realização de estudos pedológicos na região mais indicada, dada a grande responsabilidade do empreendimento.

Conforme se vê, as observações feitas, de indiscutível valor, não se estenderam às 8 regiões indicadas pela Comissão e, assim, por si sós, em nada facilitam a realização de um processo seletivo, como se tem em vista, para a melhor localização da nova capital.

\* \* \*

A “Sub-Comissão encarregada dos estudos sobre o clima”, em interessante trabalho que abrangeu tôdas as regiões indicadas, nos oferece a seguinte conclusão:

“De acôrdo com o estudo feito, conclui-se que a região situada entre os paralelos sul 14° e 17° e os meridianos 47' e 49°30' W.G. é a que apresenta características mais uniformes de clima. As estações do ano decorrem de modo a satisfazer condições de conforto, particulares aos bons climas”.

\* \* \*

“As observações da Sub-Comissão de Estudos Geológicos”, também de inegável valor para o conhecimento do Planalto Central, não nos trazem qualquer subsídio para orientar o critério de seleção inerente à solução do problema.

\* \* \*

*Sub-Comissão para Estudo do Abastecimento de Energia para a Nova Capital e Distrito Federal.*

Esta Sub-Comissão, composta dos engenheiros Antônio Carlos Cardoso e Lucas Lopes, teve a incumbência de realizar “estudos sobre energia elétrica e combustíveis, visando ao suprimento do Distrito Federal, suposto com área entre 14 400 e 50 000 quilômetros quadrados e uma população, máxima para a capital de 500 000 habitantes”.

A dita Sub-Comissão chega às seguintes conclusões:

“Em vista da multiplicidade de áreas a estudar e da sua vastidão não seria possível, na presente fase de estudos da Comissão, a realização de investigação minuciosa sobre os recursos energéticos de tôdas aquelas áreas. Realizou, pois, a Sub-Comissão, estudos de ordem geral com os dados oficiais existentes e aqueles que pôde coligir de outras fontes, bem como reconhecimentos nos principais locais.

Baseada nos estudos que apresenta pôde, entretanto, esta Sub-Comissão concluir que, qualquer que seja, entre as regiões mencionadas, aquela finalmente escolhida para o novo Distrito Federal e para a localização da capital, sempre será possível prover o abastecimento de suas necessidades energéticas.

Estas serão supridas, sobretudo, pelo aproveitamento do potencial hidroelétrico existente no Planalto Central, onde poderá ser instalado um sistema de usinas hidroelétricas de grande potência e

mediante a adução da respectiva energia ao Distrito Federal por uma rêde de linhas de transmissão. Essa rêde deverá interligar as várias fontes produtoras, a fim de assegurar, de modo geral, a eletrificação, atendendo às necessidades das cidades e regiões vizinhas e dos transportes ferroviários, num conjunto coordenado com o "Plano Nacional de Eletrificação".

Os potenciais hidroelétricos conhecidos da região vizinha do Retângulo Cruls, embora limitados em consequência das condições hidrográficas locais, parecem suscetíveis de aproveitamento correspondente às necessidades da nova capital".

Referindo-se à deficiência dos estudos, continua:

"É, portanto, com a ressalva destas considerações que podemos nos pronunciar quanto ao aproveitamento dos recursos em potencial hidráulico da região próxima do Retângulo de Cruls.

Quanto ao aproveitamento dos potenciais hidro-elétricos da região "Sul", Tupaciguara-Uberlândia, as conclusões, conquanto se apresentem com as mesmas ressalvas, são, porém, mais definidas, pois a avaliação dos recursos de energia hidráulica já tem sido objeto de estudos mais completos e sabe-se que, em ordem de grandeza, os recursos são muito mais abundantes. Outrossim, são menores as distâncias de transportes da energia entre as fontes geradoras e o centro de consumo na zona selecionada para estudos nesta região".

"Como observação final e dentro do objetivo estrito dos estudos técnicos que competem a esta Sub-Comissão, classificamos a área referida, Tupaciguara-Uberlândia, na fronteira dos estados de Minas Gerais e Goiás, como a mais favorável sob o ponto de vista do abastecimento de energia elétrica.

"Entretanto, à questão de suprimento de energia não deve ser atribuído o caráter de fator eliminatório quanto à localização da capital. E' apenas um dos fatores importantes a considerar para as condições de sua economia e desenvolvimento. Deverá ser ponderado em conjunto com outros fatores também de primordial importância, como salubridade, abastecimento geral, posição geográfica e, sobretudo, os de ordem administrativa e política".

Conforme fizemos sentir linhas atrás, êstes importantes trabalhos das Sub-Comissões não foram coordenados pela Comissão, a fim de que se chegasse a uma solução final, de acôrdo com os elementos colhidos das investigações.

Dêsses trabalhos, passou-se à apresentação dos votos pessoais dos membros da Comissão, alguns exaustivamente fundamentados, outros, porém, alheios aos elementos técnicos fornecidos pelos trabalhos de campo das Sub-Comissões.<sup>1</sup>

### PARECER DO RELATOR

A Constituição Federal de 1946 determinou sumariamente: "A capital da União "será" transferida para o Planalto Central do país".

Dispondo sôbre a forma do cumprimento dêste dispositivo, determinou, ainda, que uma comissão de técnicos procederia ao estudo da nova localização; que o Congresso deliberaria a respeito dêsse estudo e estabeleceria prazo para o início da delimitação da área escolhida e data para a mudança da capital.

Finalmente, deu uma destinação à atual capital federal.

Cumpr, pois, ao Congresso, nesta fase, deliberar a respeito da localização da nova capital, fixando sua resolução em lei especial.

Devemos concordar com que, assim como ocorrera em 1892, o problema foi submetido à Comissão Técnica com acentuadas características de indeterminação, quer pela amplitude e imprecisão dos limites do Planalto, dito Central, quer pela não fixação da área do novo Distrito Federal, quer, principalmente, pela nenhuma fixação de critérios nem condições, orientadores da escolha.

<sup>1</sup> Seguem-se os votos da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital.

Em tal circunstância, a Comissão Técnica teve de estabelecer preliminarmente, certas bases e orientação própria, a fim de poder dar desempenho a sua missão.

Entretanto, vê-se da exposição que acabamos de fazer, resumindo os relatórios e declarações de votos, que a resolução final não foi uma seqüência lógica dos estudos feitos segundo a orientação traçada e conceitos adotados; quero dizer: não houve uma coordenação dos valiosos estudos realizados para que se chegasse à solução definitiva.

A fim de que possamos encaminhar, ordenadamente, a análise que nos cabe fazer da matéria, adotaremos o seguinte método: 1) Entendimento que devemos dar à nossa presente atribuição constitucional; 2) fixação do conceito de Planalto Central; 3) apuração dos motivos que impuseram a deliberação de mudar a capital e que deveriam ter influenciado os constituintes de 1946 ao assumirem a transcendente decisão; 4) determinação das condições exigidas para a nova localização; e 5), enfim, escolha, entre as soluções indicadas da que melhor se enquadra dentro das conclusões estabelecidas no estudo dos itens anteriores.

Quanto ao item 1), já ficou acima dito como compreendemos os limites da atribuição do Congresso nesta fase dos trabalhos relativos ao dispositivo constitucional.

Consoante com a compreensão que damos ao texto do dispositivo, o Congresso tem inteira liberdade de ação para escolher esta ou aquela solução apresentada pela Comissão Técnica, aproveitá-la parcialmente ou adotar solução diferente, desde que fique respeitada a limitação dada ao Planalto Central.

Outro pormenor que precisa ser fixado é o do entendimento da expressão: "estudo da localização da nova capital". Estamos, no particular, de acordo com a decisão da Comissão Técnica, traduzida nas seguintes palavras:

"Antes de iniciar o ataque direto do problema, teve a Comissão de precisar rigorosamente a verdadeira compreensão que deveria dar à sua tarefa específica de proceder ao "estudo da localização da nova capital da União"; aí a palavra "capital", evidentemente, não poderia caber dentro do conceito restrito de uma cidade de maiores ou menores dimensões e sim do próprio Distrito Federal... e êsse Distrito Federal deveria ser escolhido no Planalto Central do país". (Resolução final).

"... entendeu a Comissão de aceitar uma interpretação mais liberal das disposições transitórias de nossa lei básica, passando a estender seus estudos a "várias outras regiões do Planalto..."

"... Logicamente, a Constituição não poderia fechar a questão em torno de um assunto técnico dessa natureza; — seria não admitir a evolução dos conhecimentos humanos, arriscando-se a decretar soluções que, ótimas no passado, poderiam já não ser tão perfeitas na época atual... A Comissão definiu seu objetivo como "indicação ou escolha da localização do futuro Distrito Federal". (Voto de Luís Vieira).

Parece-nos, entretanto, que a incumbência da Comissão Técnica não estaria completamente satisfeita sem a escolha, dentro do novo Distrito Federal, então localizado, do sítio da cidade capital.

Da leitura do dispositivo constitucional, compreende-se, pela falta de referência à localização da cidade, que êste trabalho se encontra incluído no cometimento da Comissão Técnica, não estando assim limitada, exclusivamente, à localização do Distrito.

Item 2 — *Fixação do conceito de Planalto Central do país.* Na introdução ao relatório do Dr. Luís Cruls, lê-se:

"Vejam, em primeiro lugar, qual o sentido das palavras do artigo 3.º da Constituição, onde se encontra a expressão "Planalto Central do Brasil". É evidente que, por "Planalto Central" se deve entender a parte do planalto brasileiro *mais central* em relação ao centro do território, isto é, mais próximo deste. Esta é, indubitavelmente, a única interpretação exata da expressão "Planalto Central" que figura na Constituição..."

... O planalto (brasileiro) ocupa grande parte dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais Gerais, parte menor de Goiás e estende-se, sob forma de faixas estreitas, uma na Bahia, a leste do rio São Francisco, outra ao oeste d'êste mesmo rio até os limites do estado de Goiás com o do Maranhão e do Piauí; outra, finalmente, ao longo do litoral, em direção ao sul até o Rio Grande. Eis em traços longos a configuração geral do planalto brasileiro que nos interessa diretamente. D'êste planalto, porém, a única parte à qual coube a denominação de "central" é aquela que se acha nas proximidades dos Pirineus, no estado de Goiás, não somente por ser, na realidade, a mais próxima do centro do Brasil, como também, por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná".

Na Constituinte de 1946, em votação procedida na sessão de 10 de setembro de 1946, foi aprovado dispositivo com a seguinte redação:

"Art. 4.º — A capital da União será transferida para a região central do país".

Devido a emenda de redação, subemendada pela Grande Comissão, chegou-se ao dispositivo seguinte:

"Art. 4.º — A capital da União será transferida para o Planalto Central do país".

O espírito dominante na Constituinte, não temos dúvida, foi o de localizar a nova capital em qualquer trecho conveniente do interior do país, ficando confiada a técnicos abalizados a escolha da melhor localização, baseada em estudos geográficos, econômicos e políticos, sem qualquer restrição à área já demarcada pela Comissão Cruls.

Tanto assim foi que, havendo sido apresentada emenda restritiva ao Triângulo Mineiro, venceu a idéia de estudo amplo por Comissão Técnica, sem, entretanto, qualquer referência à Solução Cruls.

Certamente, a maior liberdade de ação muito favoreceria o desejado acôrto da solução, mesmo porque a limitação ao "Planalto Central do país" não significava a resultante de qualquer estudo aprofundado, anteriormente feito.

A Comissão Técnica, procurando definir o "Planalto Central do país", fê-lo "de acôrdo com as opiniões de Orville Derby, Teodoro Sampaio, Delgado de Carvalho e outros mestres da geografia nacional" ao aprovar a seguinte resolução:

"A Comissão adota, para efeito de seus estudos, o seguinte conceito geográfico de "Planalto Central do país" — é a parte central do planalto brasileiro compreendendo o maciço que tem por limites ao sul o rio Grande, a leste o rio São Francisco, e que, ao norte e ao oeste, descamba suavemente na direção geral do noroeste, estendendo-se até às primeiras cachoeiras a jusante dos rios amazônicos e até as bordas da encosta envolvente do pantanal matogrossense".

Esta área tem a amplitude de cerca de 2 000 000 de quilômetros quadrados.

O senhor presidente da Comissão Técnica, em diversos trabalhos de sua autoria, manifesta-se pela obediência ao conceito de Cruls, dando como significado da expressão usada pelos constituintes de 1946 — *Planalto Central do país* — "o trecho já pertencente à União por força da Constituição de 1891".

Entretanto, adotando "um largo espírito de liberdade de opinião, nos trabalhos internos da Comissão, resolveu estender os estudos a várias regiões do "Planalto Brasileiro", situadas algumas mesmo em zonas que poderiam não dever ser compreendidas no Planalto Central".

Acreditamos que a Comissão Técnica andou acertadamente ao adotar um campo de pesquisa bem mais amplo do que o fêz a Comissão Cruls, medida que assegura melhor defesa dos supremos interesses da nação, podendo mais livremente ser debatido o assunto, acima de interesses regionais e em face à evolução da nossa vida política e dos recursos técnicos da atualidade.

Parece-nos, assim, conveniente e acertada a definição dada à expressão "Planalto Central do país" pela Comissão Técnica.

Item 3 — *Motivos determinantes da mudança da capital* — Para chegarmos à apuração dos motivos que impõem a mudança da atual sede do governo federal, teremos, preliminarmente, de fixar quais as “funções” essenciais que uma capital deve exercer e as “condições” a que deve satisfazer.

Isto feito, teremos de criticar a posição e sítio da atual capital, sob êsses aspectos, para concluirmos sôbre os motivos que impõem a sua transferência.

Vejamos, assim, as funções geralmente atribuídas à nova capital:

1) *Função colonizadora*, cujos objetivos são:

a) Prover a aceleração da ocupação demográfica das áreas menos habitadas do país (sem prejuízo da melhor assistência às regiões povoadas);

b) estimular o desenvolvimento econômico das regiões pouco ou nada desenvolvidas (sem deixar de assegurar a continuidade do desenvolvimento das regiões de maior progresso);

c) influenciar o progresso social das regiões mais evolvidas e encaminhá-lo para o interior do país.

2) *Função política*, que tem por finalidade:

a) Assegurar a unidade nacional e a manutenção do esquema federativo.

3) *Função administrativa*, para o que necessitamos:

a) Procurar a melhor posição do governo federal, no sentido de tornar mais eficiente a administração dos serviços públicos federais e de permitir o aperfeiçoamento das instalações dos órgãos governamentais e a melhor prática dos serviços burocráticos.

4) *Função geopolítica*, cujo objetivo é:

a) Assegurar o fortalecimento da posição do país no continente sul-americano, visando sua preponderância.

5) *Função estratégica*, que visa:

a) Assegurar a melhor defesa militar do país;

b) facilitar meios de transportes eficientes entre a capital e tôdas as unidades federadas e certas fronteiras.

\* \* \*

Passemos agora às condições indicadas para o bom estabelecimento de uma cidade-capital:

1) *Condições próprias de uma boa cidade comum*:

a) higiênicas (clima e salubridade);

b) facilidade de abastecimento (mantimentos, água, energia);

c) facilidade de acesso;

d) geológicas (solo para edificações e materiais de construção);

e) proximidade de florestas;

f) topográficas (favoráveis às edificações e aos serviços públicos);

g) paisagem atraente (evitar a monotonia, a fim de tornar a cidade agradável. Em geral, esta condição é contraditória com a anterior, pois, como vemos, as mais belas cidades da predileção do público oferecem topografia acidentada).

2) “Ambiente tranqüilo”, onde não existam grandes problemas locais capazes de absorverem a atenção do governo federal;

3) “localização em região capaz de grande desenvolvimento econômico”;

4) “contacto com a área povoada e desenvolvida, isto é, o *ecúmeno*” e, preferencialmente, com a zona de sua maior densidade, isto é, a *core area*;

5) “posição favorável quanto às ligações com certas fronteiras, ditas, fronteiras de tensão”;

6) “estar nas divisas de dois ou mais estados”.

Vejamos como se comporta a atual sede do governo federal, diante destas condições e funções:

Quanto às condições comuns a qualquer cidade, não seria o Rio de Janeiro, hoje em dia, condenado, pois as condições mais adversas já foram vencidas pela técnica, como sejam as relativas à salubridade, acesso pelas vias terrestres, o mau solo (em parte) para construções e topografia acidentada. Por outro lado, os meios de abastecimento, o acesso marítimo e a impressionante paisagem dão-lhe uma situação privilegiada. Certas dificuldades, como a dos transportes urbanos, sanáveis com o melhor aproveitamento de excelentes áreas mais distantes do centro descongestionando-o, estão dependendo da execução de obras perfeitamente realizáveis, como sejam os transportes subterrâneos, etc.

As condições 3), 4) e 5) são satisfatoriamente atendidas pela atual localização e não constituem motivos para a transferência da sede do governo. Quanto à localização, compreendendo territórios de dois ou mais estados, não nos parece merecer grande cuidado, salvo se viesse a ficar encravada em um dos mais poderosos estados, a sofrer dependência exclusiva do mesmo. O caso da atual capital, encravada num estado dos menores, sem que tenha jamais suscitado qualquer reação por parte de outros estados, é a prova do que dizemos.

Quanto, finalmente, à questão da existência de ambiente de tranqüilidade, condição 2), merece alguns comentários mais extensos.

De fato, há vantagens em que a sede de um governo ofereça a tranqüilidade necessária à concentração no estudo de grandes problemas. Quando, porém, a intranqüilidade é proveniente de agitações sociais de caráter grave, como aquelas que fermentam de preferência, em nossos grandes centros e constantemente estão vindo à tona, é um dever preferencial do governo estar vigilante e presente, pronto para agir. Não é admissível que o governo possa despreocupar-se de semelhante problema ou pense em resolvê-lo, isolando-se. Distante, suas preocupações, certamente, aumentarão e jamais poderá sentir melhor os problemas nacionais. Diz Lucas Lopes, com muito acerto:

“Não se pode negar razões ponderáveis à idéia de impedir que a nova capital se transforme numa cidade pletórica, numa “megalópolis tumultuosa”. Não será, entretanto, conveniente que ela se isole numa “tôrre de marfim”, dentro de uma região pobre e pouco povoada.

Se é verdade que a vida agitada das grandes cidades dificulta a ação administrativa e absorve a atenção dos governantes, prendendo-os a questões locais e mesquinhas, não é menos verdade que nas ruas das grandes metrópoles foram alcançadas as maiores conquistas sociais de nossa civilização. Os ideais democráticos vivem e palpitam intensamente no borborinho das grandes artérias e na penumbra das vielas suburbanas. Se nelas proliferam fermentos de lutas sociais que precisam ser, muitas vezes, dominadas, é em sua superfície que, quase sempre, se erguem barricadas contra a tirania e a prepotência.

Numa capital isolada e fechada, longe da atividade criadora e renovadora dos grandes centros urbanos, os governos correrão o risco de perder, comumente, o contacto com a realidade e se transformarem em órgãos ausentes, quando dêles se esperem decisões prontas e oportunas”.

Em parte alguma do mundo, jamais se verificou a transferência de uma capital, invocando-se tal motivo.

Pelo que observamos, não cremos que alguns problemas locais, decorrentes, às vezes, da ação ou omissão do próprio governo, tenham influído prejudicialmente na sua linha de comportamento ou na sua atenção para os diversos problemas nacionais.

Seja como for, porém, se alguns acham ser este um dos imperativos da mudança, não poderá êle indicar qualquer preferência por esta ou aquela região; quando muito, constituiria um defeito da atual sede do governo.

Mais adiante, teremos oportunidade de voltar ao assunto.

Passemos agora às funções da capital:

#### 1) *Função colonizadora:*

A interiorização da capital como elemento colonizador, conservando-a, ao mesmo tempo, em fortê contacto com as regiões mais desenvolvidas do país, econômica e socialmente, é dos aspectos mais importantes da questão.

Os defensores da interiorização acreditam que a capital assentada no Planalto Central, principalmente se o fôr próximo ao ponto de convergência das três grandes bacias hidrográficas, operará extraordinário desenvolvimento econômico e social do Brasil Central (resguardando-se, porém, a cidade-capital dos efeitos desse desenvolvimento para não prejudicar a "tranqüilidade" desejada ao governo), desenvolvimento que será irradiado para "todos os rincões" do país. Não seria mesmo concebível que se pretendesse, com a mudança, colonizar apenas uma região muito limitada. A situação excêntrica da atual capital atribui-se, em grande parte, o atraso em que se encontram essas regiões.

O Brasil é constituído, na sua ampla extensão territorial, por várias regiões de características nitidamente diferenciadas, sob os mais diversos aspectos. Nenhuma homogeneidade se verifica no seu meio físico.

Regiões de assombrosa fertilidade são sucedidas por vastos espaços de difícil aproveitamento, quer pela inclemência do clima quer por obstáculos, às vezes, insuperáveis. Outras regiões propícias, que existem além desses vazios, têm a seu desfavor os ônus das distâncias terrestres, onde os meios de transportes não podem competir com os transportes pelo mar. Assim é que, partindo da Amazônia, cuja economia ainda não foi equacionada, encontramos a faixa litorânea que, do Maranhão à Bahia, foi penetrada com êxito até o contacto com as regiões secas do Nordeste, as quais amorteceram as forças de penetração e fixação. Da Bahia para o sul, a serra do Mar dificultou a penetração, em virtude dos pesados ônus do seu acesso.

A criação de um poderoso núcleo de civilização sôbre o planalto, em São Paulo, intimamente ligado ao grande porto de Santos, favorecido pela continuidade de boas terras para a lavoura e condições fáceis para o estabelecimento de vias de transporte eficientes, possibilitou profunda penetração que, atingindo os limites do estado, avançou pelo sul de Minas, enquanto condições econômicas o permitiram; atravessou o Triângulo Mineiro, em busca das férteis terras do rio Grande e do Paranaíba, e alcançou o planalto goiano, visando às excelentes zonas do Mato Grosso de Goiás; penetrou o sul do Mato Grosso e, também, o noroeste do Paraná. São Paulo vem dirigindo, desse modo, a ocupação da parte da bacia platina, situada em território brasileiro, e constitui o centro impulsor do progresso em toda essa região. Assim é que a economia e as relações sociais do noroeste do Paraná, de Mato Grosso, de Goiás e do sul de Minas estão sólidamente vinculadas ao centro econômico e social que é São Paulo.

No extremo sul, temos um estado de economia autônoma, o Rio Grande do Sul, extremamente favorecido por condições naturais do solo, clima, etc., e com a sua penetração facilitada pelos vales do Jacuí e do Ibicuí que o cortam de leste a oeste e constituem linha de drenagem da economia de todo o estado, o qual tem seu ponto de concentração em Porto Alegre.

O Brasil se desenvolve, pois, não como um todo homogêneo, mas de acordo com as possibilidades regionais e as oportunidades que ocorrem, eventualmente, para cada uma delas. Essas regiões, de economia distinta entre si, não se acham, ainda, num estágio de desenvolvimento suficiente e a sua ocupação demográfica é deficiente, verificando-se largos vazios, mesmo ao longo do litoral, que se avantajam em boas condições de aproveitamento aos do Planalto Central.

Vejamos o que diz Lucas Lopes, com muita precisão:

"O "ecúmeno" brasileiro tem ainda um grande potencial de expansão. A mudança da capital é mesmo considerada uma providência capaz de determinar no amplo alargamento do ecúmeno em direção ao Brasil Central. Não será porém suficiente para criar no coração do Brasil um *nuclear core*. Toda análise de nossas possibilidades econômicas reais convence-nos de que não encontraremos nas regiões mais centrais do nosso território os fundamentos de uma grande concentração humana... Evidentemente, a mudança da capital e um grande esforço de aparelhamento tecnológico, em sua área de influência, irão permitir um deslocamento substancial da frente pioneira. Não serão porém capazes de criar um *nuclear core*, na acepção atribuída a este conceito nos estudos de geografia política... No estado de imaturidade geopolítica em que nos encontramos, não poderemos dizer que possuímos um *nuclear core*. Existirão, talvez, vários *nuclear core* no Brasil atual: Belém, São Luís, Recife,

Cidade do Salvador, Rio, São Paulo e Pôrto Alegre são hoje verdadeiros *nuclear core* de setores regionais, mais ou menos descontínuos em sua ocupação humana, mas vinculadas em sua vida econômica, pela larga e franca via do Atlântico”.

Parece-nos que ninguém contestará que a nossa civilização e progresso fixaram-se nas regiões, onde as condições foram propícias e não aonde os quisemos levar. Os seus interesses giram em torno de suas capitais econômicas. Onde tais condições não se verificam, nem mesmo os eficientes meios de transportes puderam fixar as populações: haja vista os desertos que ladeiam algumas de nossa vias férreas.

Em três sentidos foi tentada a penetração do Planalto Central. Do leste, partindo-se do Rio de Janeiro, como ponto de apoio, extinguiu-se a força de penetração em Pirapora, por falta de vitalidade econômica da região atravessada e pelas fracas expectativas das regiões ainda por atravessar; por isso, vem servindo apenas essa ponta de trilhos para o transporte de produtos da região sanfranciscana. Do norte, tentada corajosamente por Couto de Magalhães, falhou pela falta de um forte centro de impulsão e pelos obstáculos oferecidos pelo Tocantins, o Araguaia e pelas selvas amazônicas. Enfim, pelo sul, apoiada no maior centro econômico nacional, que é São Paulo, e bem sucedida graças à influência do centro de impulsão e dos incentivos contínuos de toda a região atravessada, os quais não permitiram a anulação do impulso inicial.

Essa penetração, vinda do sul, que já atingiu o coração do planalto, alcançando Anápolis e que tende a descer o Tocantins e o Araguaia, ligando o centro de maior potencial econômico, São Paulo, a regiões quase desérticas, mas que oferecem possibilidades de desenvolvimento, constitui uma segunda linha de ocupação efetiva, que se ergue por detrás do sertão nordestino, contornando-o e completando o seu envolvimento. Indubitavelmente, o eixo São Paulo-Uberlândia-Anápolis-Rio Tocantins-Belém constituirá, para o futuro, a linha de ataque para a conquista do oeste e deve merecer, na atualidade, especial atenção do governo da União.

E' interessante notar que a localização da nova capital tende para este eixo no sentido São Paulo-Belém.

Não se pode negar que a situação aí do governo federal emprestaria a essa região grande vitalidade, se bem que uma capital não deva ter função pioneira e, por si só, pouco possa influir no desenvolvimento econômico da região.

A disputa que alguns estados travam em torno da posse da nova capital tem como principal motivo a esperança de que boas vias de comunicação e a exploração de energia elétrica, serviços assistenciais e a criação de algumas indústrias acompanhem a transferência da capital. Esta, sob a condição já preconizada de jamais se tornar um centro industrial, será apenas um pequeno centro consumidor formado por população de fraco poder aquisitivo, como são os funcionários públicos.

Assim, a capital seria o chamariz das vias de transportes eficientes, que constituem os mais decisivos fatores de civilização e progresso, desde que as condições do meio o permitam.

Estamos convencidos de que a função colonizadora de uma capital é de pequena significação, e, para prová-lo, aí estão os exemplos da própria capital federal, de várias capitais de estados e sedes municipais, que nem sempre conseguiram incentivar o progresso em torno de si mesmas, notando-se os maiores surtos, às vezes, em regiões distantes e até isoladas.

Mesmo em relação ao planalto goiano, não foi a capital federal que levou até lá os fundamentos do progresso — pois a sua influência não conseguiu se fazer sentir além da margem esquerda do rio São Francisco.

Coube a São Paulo, apesar de sua maior distância, essa função, porque estendeu até lá os primeiros meios de transportes e a garantia do consumo. Assim é que 80% do intercâmbio comercial e social daquela região e também do Triângulo Mineiro se realizam com o grande centro industrial bandeirante. As relações com o Rio de Janeiro, capital federal desde 1763, são, praticamente, nulas, ainda hoje. Será que o impulso dado por São Paulo, e que poderá ser bastante auxiliado com o melhoramento dos meios de transportes e outros fatores de progresso, não seja suficiente para assegurar amplo desenvolvimento daquela

zona e que se torne necessário a criação de novo centro de impulsão? Acreditamos que sim. Mas duvidamos que uma cidade burocrática possa satisfazer tais objetivos.

Pensamos que a simples localização da capital no planalto central só terá influência sobre uma limitada região, tanto mais restrita quanto mais limitadas forem as possibilidades de expansão industrial e comercial da futura sede do governo.

Aos transportes eficientes, a uma boa política agrária (a exemplo do que se realiza na Colônia Agrícola de Goiás), à garantia da colocação da produção a preços razoáveis e aos serviços de assistência, sob seus diversos aspectos, é que cabe influenciar a ocupação do nosso grande *hinterland*.

Não parece admissível que a capital localizada no Planalto Central possa influir diretamente no progresso de todos os estados da federação, mesmo que viesse a ser grande centro comercial e industrial. Um país tão extenso e de condições físicas tão heterogêneas deve dispor naturalmente de várias capitais econômicas regionais, que centralizem a produção e sua distribuição e impulsionem o progresso.

A capital federal é precisamente um "centro de coordenação" política e administrativa e, às vezes, exerce o papel de centro social e cultural, mas lhe escapa, a nosso ver, esse papel fundamentalmente colonizador que se lhe quer atribuir com predominante influência sobre todo o território nacional.

2) *Função política* — No campo político, a função da capital é consolidar a unidade nacional e manter o esquema federativo.

Em seu magnífico estudo — *Vias de acesso ao Planalto Central*, o engenheiro Jorge Burlamaqui, referindo-se aos efeitos desintegradores decorrentes do desajustamento das nossas fronteiras política e econômica — fruto dos mais variados fatores geográficos, da influência da exploração de produtos básicos em diversas épocas e da ausência de uma poderosa rede de transporte — e focalizando a nossa política de reação contra tais efeitos, a qual está intimamente ligada aos problemas da circulação e do povoamento das grandes áreas interiores, chega à exata observação de que, "todas as vezes que o poder constituído tem sofrido abalos nos seus fundamentos, o sentimento de reforçar a unidade nacional tem se revelado, em coincidência impressionante, quer pela articulação dos nossos meios de transportes, através da elaboração de planos gerais de viação nacional, quer pela fundação de novos núcleos de povoamento impulsionadores do progresso, através dos dispositivos constitucionais de 1891, 1934 e 1946, determinantes de transferência da capital federal para o Planalto Central".

O mesmo se dá quando acontecimentos externos ameaçam a integridade nacional. E, apoiando Oliveira Viana, cita:

"Para estabelecer um máximo de unidade política sobre uma base física máxima, torna-se indispensável um máximo de circulação".

Lucas Lopes, apreciando a tese de que a capital deve estar vinculada ao *nuclear core* e situada numa área de grandes atividades econômicas, sociais e políticas, começa dizendo:

"Os instintos de segurança coletiva e de luta têm envolvido sempre o Brasil inteiro, desde que atingiu sua unificação política. Contra forças externas que pressionem suas fronteiras, um sentimento total de unidade é a reação do Brasil".

Admite, entretanto, a existência de forças de desagregação, que representam um potencial de separatismo, apesar dos fortes elementos de união nacional — a raça, a língua e as tendências religiosas. Tais forças, porém, só teriam expressão se se localizassem em regiões que possuíssem condições propícias à formação de novos estados. E prossegue:

"A capital de um governo federativo, como a do Brasil, precisa ser localizada de modo a se manter em contacto estreito com as áreas de maior progresso e de mais riquezas, porque nelas é que se formam *les milieux favorables à l'écllosion et au développement des Etats*. Os governos federais, escolhidos democraticamente pelo voto universal, representarão sempre o conjunto de aspirações regionais. Serão sempre os defensores básicos da unidade nacional.

Contra êles podem se levantar forças políticas regionais tendentes ao separatismo. Eles as esmagarão, se a sua capital, — a sua sede e a sua base de apoio, — estiver vinculada à região mais forte do país. Se, entretanto, esta região mais forte e isolada se opuser ao governo federal e caminhar para o separatismo, êste será irremediável”.

Continuando em seu estudo, admite que o separatismo entre nós torna-se cada vez menos ponderável, apesar da extensão do nosso território capaz de conter vários estados. A evolução da técnica tornou mais eficientes os governos centrais, aumentou a sua ação de presença em todos os pontos do território nacional, permitiu maior participação dos setores regionais distantes na atuação dos governos nacionais, enfim,

“a evolução técnica tende a aumentar sempre a intensidade das forças de unidade nacional do Brasil, tende a aproximar e modificar aspirações regionais em ideais nacionais, fortalecendo vínculos de dependência mútua”.

Oliveira Viana realça o trabalho dos nossos estadistas na construção de um sistema poderoso e complexo de meios unificadores:

“A unidade política pela fundação do Império e a instituição do regime monárquico; a unidade do direito; a unidade da justiça; a unidade do ensino, principalmente do ensino superior e a concentração dos centros universitários; a unidade da organização militar e, por fim, a unidade partidária pela formação dos partidos nacionais”.

Apesar da descentralização inerente ao nosso esquema federativo “que encerra fermentos de separatismo”, sábias medidas político-administrativas têm contrabalançado essas tendências, pela adoção de programas de governo, considerando o Brasil como um todo, estabelecendo planos nacionais de obras e dando-lhes prioridade de acôrdo com o grau de interesse nacional.

Por outro lado, o marcante progresso industrial de algumas regiões está a exigir, cada vez mais, amplo mercado para colocação de sua produção — nem sempre perfeita e sempre mais cara que a estrangeira — o que as prende aos interesses das regiões menos evoluídas. E não podemos ignorar a tendência universal de aproximação, cada dia mais acentuada, em face da necessidade de sobrevivência dos povos que se dividiram, nitidamente, nas duas grandes correntes que hoje se entrecrocaram.

Pelo exposto, apoiamos a conclusão do engenheiro Lucas Lopes:

“A questão da localização da capital federal não é suficiente, por si só, para infundir novos rumos à questão da unidade nacional”.

E acrescentamos: não podemos predizer quais as conseqüências que o deslocamento preconizado poderá provocar sobre o equilíbrio político existente, fruto de uma ação política continuada e eficiente durante séculos.

No particular, é interessante focalizar o fato de que as mudanças das capitais dos Estados Unidos e da Austrália tiveram, como primordial objetivo, a solução de crises que comprometiam a unidade nacional. Washington e Camberra tiveram sua localização ditada pelas condições de um equilíbrio político e daí a sua alta significação na vida das duas grandes nações.

No nosso caso, não existem problemas de política interna a serem resolvidos ou atenuados pela transferência da sede do governo, carecendo assim de significação, no particular, esta idéia.

### 3) *Função administrativa.*

“O progresso técnico, nestes últimos cem anos, fêz contrair a terra. Considerando o aumento da velocidade, êsse fato pode-se medir na razão de 100 para 1 nos transportes, e 1 000 000 para 1 nas comunicações. Assim se forjou, diz Lecomte du Nouy, uma nova solidariedade, ignorante das distâncias, das montanhas, dos oceanos, como um forte elo entre todos os homens da Terra.

“O mecanismo da civilização moderna está de tal forma ligado ao progresso tecnológico e suas repercussões sociais, que diante do

desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações, a ninguém é lícito afirmar que uma posição centralizada seja necessária para que a ação dirigente se processo em termos equânimes" (*Luis Anhaia Melo*).

"Não será apenas com a criação de um ambiente habitável e com o encurtamento de distâncias a beneficiar determinados estados em prejuízo de outros que as facilidades administrativas se evidenciarão, mesmo que se consiga por esse meio, um resultado médio superior ao que oferece a situação nitidamente excêntrica da atual metrópole. A vantagem inicial, com a diferenciação de distâncias, irá perdendo de importância à medida que crescer a eficiência dos processos de transportes e comunicações até o ponto de se anular como expressão na vida administrativa do país". (*Luis Vieira*).

A administração do país se processa através de um sistema de departamentos, situados em estados ou regiões, que se comunicam com o centro coordenador e diretor, sediado na capital federal, servindo-se dos meios de transportes e comunicações. Dado o progresso desses meios, perdeu, evidentemente, significação a posição da sede. Tal como o corpo humano, servido por um perfeito sistema de comunicações — o sistema nervoso — a posição excêntrica do cérebro não impede que uma ordem transmitida aos músculos do pé seja atendida, em tempo e forma, igualmente às transmitidas aos músculos da face.

Ai estão os exemplos de países bem administrados e cujas capitais são extraordinariamente excêntricas, como sejam: Estados Unidos, Argentina, Rússia Soviética, etc., etc.

Em países de regime democrático como o nosso, em que a lei de meios é elaborada por Ministérios, cujos titulares procedem de diversos estados e por representantes de todas as unidades, com mandatos de curto prazo, os benefícios da administração são distribuídos, quase excessivamente, não só pelos estados como até por municípios, sem nenhuma vantagem da região onde se situa a capital federal. Ai estão as mais arrojadas iniciativas do governo preferencialmente dirigidas para as regiões mais distantes e menos desenvolvidas, tais como o aproveitamento de Paulo Afonso, as Obras contra as Secas, a Valorização da Amazônia e o Aproveitamento do São Francisco. A presença do senhor presidente da República tem-se feito sentir tanto no estado do Rio como em Corumbá ou Juazeiro.

Deixamos de nos alongar sobre o assunto, pois estamos certos de que ninguém defenderia a tese da centralização da capital pelas vantagens da administração geral do país. Os fatos, como dissemos, ai estão para negá-las.

4) *Função geopolítica* — O aspecto geopolítico da mudança da capital foi estudado principalmente pelos senhores general Poli Coelho e engenheiro Lucas Lopes, dentre os membros da Comissão Técnica. Transcrevamos as seguintes conclusões relativas ao caso que nos interessa mais diretamente, ou seja, o do nosso fortalecimento e preponderância no continente sul-americano:

Do general Poli Coelho:

"... De modo que no ponto de vista da geopolítica sul-americana, sob o qual devemos encarar a segurança do estado brasileiro, o que precisamos fazer, quando antes, é realizar a ocupação da nossa "Terra Central", mediante a interiorização da capital, porque esse é o meio que todos reconhecemos como o mais rápido e eficaz para se realizar aquela indispensável ocupação e o conseqüente fortalecimento econômico da nação".

O engenheiro Lucas Lopes, focalizando com acerto os problemas geopolíticos dos dois grandes países sul-americanos, diz:

"A possibilidade de vir a Argentina a se tornar uma grande potência parece condicionada à sua expansão territorial, e não, como no Brasil, a um processo de evolução econômica, no interior de suas fronteiras".

E' voz corrente que os argentinos alimentam a esperança de que seu estado venha a ser a mais importante nação sul-americana e, sendo a sua economia

essencialmente agro-pastoril, teriam de buscar o seu complemento mineral nas regiões andinas do Chile e da Bolívia; complemento de energia nas fronteiras do Brasil e garantia de defesa com a eliminação do Uruguai.

Dai, a necessidade de contrabalançar esse esquema com um plano de ação bem orientado e eficiente.

Apontam-se, como fatores urgentes de fortalecimento de nossa posição, a ocupação do nosso espaço físico ainda fracamente habitado, a consolidação da defesa e o aumento da vigilância de nossas fronteiras, ditas de tensão.

E' aconselhada para atender a tais objetivos a interiorização da capital em posição conveniente.

Parece-nos que a questão da ocupação dos nossos vazios demográficos depende de três fatores primordiais: existência de regiões exploráveis economicamente; vias de transportes eficientes e elemento humano.

As regiões de "terra de cultura", conforme o que observamos e os relatórios especializados informam, não abundam. Na região considerada como o Planalto Central, com cerca de 2 000 000 de quilômetros quadrados, foram localizadas no setor sudeste três zonas apenas de "bons terrenos de cultura". — as margens dos rios Grande e Paranaíba, com cerca de 18 000 quilômetros quadrados, a Mata da Corda, com 5 000 quilômetros quadrados, e o Mato Grosso de Goiás, com cerca de 20 000 quilômetros quadrados, num total, pois, de 43 000 quilômetros quadrados, aproximadamente, e já praticamente ocupadas, exceção do noroeste do Mato Grosso de Goiás.

Conforme vimos, a região litorânea e os territórios dos estados do sul ainda se acham muito longe de saturação demográfica, verificando-se a ocorrência de extensos vazios. Por outro lado, a expansão do ecúmeno não é convergente para qualquer "centro de gravitação", ela se produz, em geral, paralelamente a si mesma e com maior ou menor velocidade, de acordo com as condições do meio local ou fatores externos. Dois centros, apenas, apresentam-se com verdadeiro adensamento de população e são o Rio e São Paulo, os quais, contudo, não podem ser considerados como "megalópolis". Dêles, dificilmente se conseguirá fazer retornar aos rudes trabalhos de lavoura, aqueles que ali se fixaram ou tentam fazê-lo.

"O aumento da população, quer pelo seu crescimento vegetativo, quer pela imigração, é o fator natural e decisivo da expansão do ecúmeno".

Infelizmente, a ótima oportunidade imigratória, do após guerra, tão bem aproveitada pelos Estados Unidos e Argentina, não foi por nós utilizada. Em nossas classes pobres e médias, a mortalidade infantil é assombrosa, cifrada nas estatísticas em 35% até à idade de 2 anos. Nas classes mais favorecidas, a limitação da natalidade é generalizada. Doutra parte, a mortalidade de adultos é considerada prematura em alto grau.

A migração dos nordestinos, apelidades geralmente de "baianos", tangidos pelas sécas, tem sido um dos principais fatores de ocupação das regiões agrícolas do Sul e do próprio Planalto, como tivemos oportunidade de verificar, havendo certas zonas goianas das quais se diz: "Ali só dá baiano".

Mas, grandes obras estão em andamento, por feliz iniciativa do Congresso e do Executivo, tendentes à fixação das populações nordestinas. Cogita-se de transformar o velho rio São Francisco, com a sua atual "função carreadora de gentes", em um novo agente de fixação dos nossos sertanejos em suas margens, outrora prósperas: e de captar, em Paulo Afonso, as energias capazes de atraírem as iniciativas que revivificarão a exangue economia nordestina.

Já as Obras contra as Sécas muito têm conseguido nessa política de fixação, e, lá, na Amazônia, o Plano de sua Valorização abrirá novas possibilidades migratórias.

Parece-nos, sim, que a rápida ocupação dos vazios centrais do país terá como principal obstáculo a deficiência do fator humano; não sendo de crer que a simples instalação ali da sede do governo, com os benefícios disso decorrentes, e a transferência de uma população dificilmente adaptável ao novo meio, possam exercer excepcional atração sobre as populações já adaptadas em outras regiões melhor desenvolvidas e com maiores facilidades naturais.

Neste particular, estamos inteiramente de acordo com o pensamento do engenheiro Jorge Burlamaqui, quando, após judiciosas considerações sobre a

ocupação do Planalto, admite que o governo poderia, de fato, provocar uma antecipação da "ocupação espontânea", adotando medidas capazes de atrair e fixarem as correntes migratórias internas (ao que eu acrescentaria a imigração européia), quer por meio da construção de grandes vias terrestres de penetração, transversais e longitudinais, quer pela formação de núcleos de colonização (a exemplo, digo, do que se realiza, magnificamente, na Colônia Agrícola de Goiás).

Após a verificação do sentido da movimentação das correntes migratórias, poderia, então, ser localizada a "posição" da nova capital, sem o risco de surpresas decorrentes de forças econômicas espontâneas ou contingências naturais pouco conhecidas.

Reconhecemos a imperiosa necessidade da ocupação do nosso "espaço físico", como fator da preponderância do Brasil na América do Sul, conseqüente do seu fortalecimento. Verificamos, porém, que o problema desta ocupação recai no caso já estudado e devidamente esclarecido da "função colonizadora" da nova capital.

5) *Função estratégica* — De acôrdo com as manifestações dos mais altos responsáveis pela segurança nacional, ficam reconhecidas certas vantagens da interiorização da capital, quer para a ocupação do *hinterland* e o decorrente fortalecimento nacional, quer sob certos aspectos defensivos. Entretanto, mais do que a internação dos órgãos governamentais, interessaria à defesa nacional o retraimento para o interior, a coberto de quaisquer ameaças diretas, do parque industrial e instalações militares, ora localizadas na orla marítima e em posição nada recomendável. Advertem certas autoridades que muitos são os problemas reconhecidos de mais imediato interesse para a segurança e defesa nacionais a reclamarem urgente e desvelada atenção do poder público, salientando o perigo do retardamento de sua solução cada vez mais imperiosa. Retardamento que, naturalmente, se daria se fôssem concentrados esforços e recursos em finalidades outras, por mais importantes que pareçam e em desacôrdo com as possibilidades reais do Tesouro Nacional. Isso não impede, entretanto, sejam iniciadas providências tendentes à efetivação do projeto de mudança da capital.

Para maiores esclarecimentos, veja-se o parecer a respeito publicado, em caráter "reservado", pelo E.M.E. e E.M.G.

Quanto ao estabelecimento de "mais fáceis vias de transportes" entre a capital e os estados da federação, se, teoricamente, é, de pronto, concebível e exequível, na realidade e de acôrdo com as nossas possibilidades financeiras, parecem-nos muito remotas as eficientes ligações com os estados do norte, nordeste e leste. E tal sucede no momento em que o Plano Salte objetiva a ultimação das ligações de tôdas as capitais dos estados, por ferrovias e rodovias, com a capital federal, exceção do Pará e Amazonas, aliás, ligados por via marítima. Enquanto isto, somente duas ferrovias alcançaram o Planalto — a E.F. Goiás e a R. M. V., estando a outra ponta de trilhos, que para lá tendia, paralisada em Pirapora. Por aí, compreende-se a vastidão do problema da ligação da nova capital com tôdas as capitais estaduais, sem o que falharia a vantagem preconizada. Não diferenciamos a questão rodoviária da ferroviária, pois, sob ambos os aspectos, o problema é idêntico, se tratarmos de rodovias modernas e eficientes, como elas deverão ser, em se tratando da capital de um país.

Não devemos, ainda, perder de vista que a centralização de uma poderosa rede de estradas, numa cidade meramente política, não teria significação econômica, o que só se verifica entre regiões produtoras e, principalmente, quando as mercadorias são de natureza diferente, pois que as necessidades de intercâmbio entre regiões de produção idêntica são diminutas.

\* \* \*

Na análise que acabamos de fazer, julgamos indispensável tratar o assunto com um máximo de objetividade, evitando os entusiasmos fáceis e excessos de imaginação. Procuramos raciocinar com a frieza de quem planeja uma batalha decisiva, que não pode ser mal sucedida.

E' preciso que tenhamos devidamente apuradas as razões ponderáveis que justificam e impõem os pesados sacrifícios da mudança da capital, a fim de que as providências que forem tomadas correspondam aos legítimos objetivos.

A nossa objetividade pode parecer, às vezes, tisonada de qualquer intuito de dificultar o cumprimento do dispositivo constitucional, salientando obstáculos ou depreciando razões invocadas.

Não alimentamos tais intuítos. O assunto é transcendente, a solução "não poderá padecer de erro" e o estudo da questão deve ser feito com a consideração de todos os prós e contras, sem o receio de contrariar quaisquer preconceitos. Prestarão maior serviço à pátria aqueles que se preocuparem em conhecer, justamente, a verdade e as dificuldades, do que os outros que, porventura, desmedidamente otimistas, só procurem enxergar futuras e infalíveis vantagens finais. Sem o primeiro trabalho, muita vez, fica-se em meio caminho e os prejuízos de toda sorte seriam inestimáveis.

Formulando, pois, a pergunta: — "Quais os motivos que forcem a transferência da sede do governo federal para uma nova cidade a ser construída no Planalto Central, motivos suficientemente ponderáveis para justificarem os pesados ônus de sua execução? Que resposta obteremos?"

Comumente ouvimos a citação das seguintes vantagens:

- a) Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil Central;
- b) afastar os órgãos do governo das influências prejudiciais da atual capital federal e situá-los em ambiente de tranqüilidade, conveniente ao estudo e meditação dos grandes problemas nacionais, sem ter a atenção desviada pelos problemas locais, que agitam os grandes centros. E ainda;
- c) modificar a mentalidade do governo, que se inclina favoravelmente para as atividades industriais, despertando, por influência do meio, um sentido agrícola que constitui a verdadeira base econômica da nação. Diz-se que a permanência do governo no Rio de Janeiro aprofunda o abismo traçado entre a cidade e o campo e que sua ação não representa os anseios da grande maioria dos brasileiros.

Acêrca dos dois primeiros itens, já nos manifestamos; resta-nos aduzir uma consideração ao 3.º. No regime democrático, os homens que ocupam os postos de comando, no Legislativo e no Executivo, geralmente já têm a sua formação sedimentada. Mantêm êles compromissos com os seus representados, e o curto prazo do exercício de seus mandatos não basta para modificar-lhes o procedimento. Os ministros de Estado continuarão a ser trazidos de diferentes estados, representantes de diversos interesses, e pouca influência terá sobre êles o ambiente temporário da nova sede. Quando tal influência vier a se fazer sentir, se tal acontecer, já se estará operando nova substituição dos quadros.

Os exemplos do atual Congresso e do Poder Executivo não permitem tal suposição. Tudo depende da mentalidade dos homens eleitos e, assim, cabe ao eleitorado distingui-los.

Diante do estudo feito, estamos convencidos de que as principais funções de uma capital são a política e a administrativa. Deve ela, além das condições usuais de uma boa cidade comum, estar situada na *core area* ou à mesma fortemente vinculada e ligada a todos os centros importantes do país, assim como às fronteiras de tensão, por eficientes meios de transportes e comunicações.

A função estratégica, mesmo considerada em conjunto com a função geopolítica, na opinião de autoridades, relativamente à transferência para o Planalto Central, se manifesta pela ocupação dos vazios demográficos, para o fortalecimento do potencial econômico da nação, recaindo, assim, no caso da função colonizadora.

Esta, a nosso ver, é reclamada, não pelo papel pioneiro que possa desempenhar a capital — notadamente quando se lhe proíbe desenvolvimento industrial acentuado — mas pelos elementos de progresso que ela deve atrair.

Na realidade, o que se necessita é de estradas, assistência educativa e sanitária, energia elétrica e eficiente política agrária. Na desconfiança de se obterem tais benefícios por outros meios, procura-se um artifício que force a sua extensão para o interior do Planalto, que é a transferência da capital.

Isto significa a adoção do caminho mais longo e mais custoso.

Não encontramos, pois, motivos tão ponderáveis que condenassem, decisivamente, a atual sede do governo da nação e determinassem a urgência de sua transferência para o interior do país, a qualquer preço.

Não seria sincero na tradução do meu pensamento e no cumprimento do meu dever, se evitasse este exame da matéria e me dedicasse, exclusivamente, ao problema da "execução" da mudança da capital, que nos é imposto pelo texto constitucional.

Ainda, o exame sob outros aspectos teria de ser feito.

Haveria segura compensação para a mudança, diante dos avultados encargos e sacrifícios que custará à nação?

— Haveria "oportunidade", em face às dificuldades financeiras, econômicas e políticas que a nação atravessa, em efetua-la agora?

Seria demasiado, porém, continuar, aqui, em tal exame, em face da nossa incumbência relativa ao cumprimento a ser dado ao dispositivo constitucional.

Não conviria também, dir-se-á, a análise feita sobre os motivos que impõem a mudança, em vista desse mesmo imperativo constitucional. E' que certamente, para remediar um mal, precisamos conhecê-lo e, assim, era necessário apurarmos quais as deficiências da atual sede, a fim de que pudéssemos efetuar a escolha de outra localização, a qual viesse a satisfazer, definitivamente, tôdas as condições e funções exigidas de uma boa capital para o Brasil do futuro.

\* \* \*

Diante das conclusões a que chegamos e em face à obediência devida ao preceito constitucional e ao cumprimento da missão que nos foi confiada, teremos, deste modo, de abandonar a diretriz que adotamos, considerando prejudicados os itens 4 e 5, e de colocar o problema sobre outro enunciado: *Qual a melhor localização no Planalto Central para se construir uma nova capital para o Brasil?* Já não se trata, pois, de remediar graves inconvenientes da atual sede, os quais estariam prejudicando os supremos interesses da nação, e sim de "satisfazer a tradicional aspiração dos brasileiros de terem a sua capital no interior do país e no Planalto Central".

O problema torna-se mais simplificado e o caráter de urgência fica atenuado.

Teremos de selecionar uma região do Planalto Central, que atenda às funções que a capital deve exercer e escolher um local para a cidade, local que satisfaça as condições que lhe são inerentes e que já tivemos oportunidade de enumerar; isto é, teremos de selecionar uma "posição" conveniente aos interesses nacionais; aí demarcar o Distrito Federal e, dentro dessa área, escolher o "sítio" que ofereça condições satisfatórias para o estabelecimento da cidade.

O estudo mais importante é o da "posição" que deverá satisfazer as condições essenciais seguintes:

- a) Situação central em relação às regiões povoadas do país, mantendo estreita ligação com a *core area*;
- b) situação que permita fáceis comunicações "com as diversas regiões do país" e com as fronteiras de tensão;
- c) situação que não desperte animadversão por parte de certos estados da federação, a fim de evitar quebra do equilíbrio na unidade nacional;
- d) situação em região que permita desenvolvimento econômico.

\* \* \*

A Comissão Técnica, respeitando os itens *a* e *b* e estudando o assunto, numa primeira aproximação, manifestou sua preferência pelo setor sul-oriental do Planalto Central e, dentro desta área, atendendo ao item *d* e a certas condições de "sítio", opinou, em segunda aproximação, por três zonas, situadas em proximidade de "terras de cultura ou regiões florestadas", denominadas: Vale do Paranaíba, Mata da Corda e Mato Grosso de Goiás.

Estas soluções foram particularizadas da seguinte forma:

- 1.<sup>a</sup>) Uberlândia-Tupaciguara (vale do Paranaíba),
- 2.<sup>a</sup>) Patos de Minas (Mata da Corda),
- 3.<sup>a</sup>) Goiânia-Anápolis (Mato Grosso de Goiás).

Foram recomendados, para cada uma delas, sítios adequados, dependendo a escolha definitiva de estudos especializados posteriores.

De tal estudo, passou a Comissão Técnica, pela sua maioria, à adoção de uma solução diferente, qual seja a, já anteriormente referida, do Retângulo de Cruls ampliado para o norte e situado no setor norte-oriental do Planalto, com divisas naturais e a extensão de 78 000 quilômetros quadrados.

A minoria dos membros da Comissão chegou a um ajuste dos seus pontos de vista, fundados nos estudos técnicos procedidos, opinando pela solução de uma área na fronteira mineiro-goiana, na região denominada — Uberlândia-Tupaciguara.

Assim, quatro regiões podem ser consideradas como indicadas pelos diversos técnicos em condições de satisfazerem os objetivos da mudança:

- 1 — Retângulo de Cruls com ampliações;
- 2 — Uberlândia-Tupaciguara;
- 3 — Patos de Minas; e
- 4 — Goiânia-Anápolis.

Por outro lado, duas "correntes" se manifestaram, dentro da Comissão, esposando pontos de vista de uma interiorização mais ou menos profunda.

Uma, a minoritária, acha que a nova capital deve estar fortemente vinculada ao ecúmeno e, especialmente, ao *nuclear core*. Poderia esta, no máximo, deslocar-se para a atual frente pioneira, ao local para onde se dirige o centro de gravidade da nossa população. Apóia-se a referida corrente no princípio enunciado por Brunhes e Vallaux: *La position centrale cherchée n'est point le centre geometrique de tout le territoire que compose l'Etat, mais, le centre des grands masses de peuplement, ce que ressort non sur une carte ordinaire, mais sur une carte des densités de population...*

*"Une capitale placée au centre geometrique du territoire serait souvent fort loin des masses humaines nombreuses et sédentaires que constituent vraiment l'Etat."*

O problema foi, pelo engenheiro Lucas Lopes, equacionado da seguinte maneira:

"Para o Brasil atual, admite-se que o Rio de Janeiro estaria numa boa posição, dado o acesso fácil que proporciona para a grande maioria dos brasileiros e sua situação no verdadeiro *nuclear core* do país. Apesar da existência de vários *nuclear core* em nosso território, considerando-se, porém, a enormidade dêste, pode-se considerar que o *nuclear core* do país fica definido na área de um polígono cujos vértices são provavelmente Rio, Vitória, Belo Horizonte, Bauru e Santos.

Esta área tem como um dos mais importantes característicos ser relativamente central em relação ao ecúmeno brasileiro e possuir as condições climáticas e econômicas que, ao par de sua posição geográfica lhe conferem evidente destaque em nosso quadro geopolítico.

Apoiada no oceano, é ela vinculada a três grandes portos e outros menores. Isolada, a princípio, do mar por duas barreiras sucessivas, a Mantiqueira e a serra do Mar, é hoje penetrada por vias eficientes que a moderna técnica de transporte construiu". (L. Lopes).

Tratando do clima, constância das chuvas, qualidade dos solos, reservas minerais, da maior concentração de potencial hidro-elétrico, posição geográfica favorável ao comércio marítimo de cabotagem e internacional, além de sua situação focal, em relação às linhas mais nítidas de expansão do ecúmeno em direção ao centro do país, conclui o engenheiro Lucas Lopes:

"Tudo isto parece destinar êste polígono singular à função importantíssima de verdadeiro *nuclear core* do Brasil futuro.

Até onde seria possível e conveniente, através de um Plano Político Nacional, deslocar êste *nuclear core* em direção ao Brasil Central e fazê-lo evolver a área em que provavelmente se localizará o centro de gravidade de nossa população futura, é uma questão das mais palpitantes do problema da mudança da capital federal".

Após o minucioso estudo feito, chegou a minoria da Comissão à solução "Tupaciguara", por mais se aproximar dos pontos de vista adotados e devido a outras condições de ordem prática, que facilitariam a execução da mudança.

A outra corrente, a majoritária, acha que a interiorização deve ser tão profunda quanto possível. Por isso, desprezando as conclusões dos estudos da Comissão de Investigações Geográficas, deu preferência a uma área que se estendeu até o extremo norte do Planalto Central, no setor norte-oriental, com 425 quilômetros, na sua maior dimensão, a fim de nela ser, posteriormente, loca-

lizado o sítio da cidade-capital, sendo o sentido de interiorização profunda concebido na direção sul-norte, ao longo do eixo São Paulo-Belém, e não leste-oeste.

A justificação desta escolha já foi amplamente divulgada, quer na justificação do voto da maioria e quer nas declarações de votos dos adeptos desta solução, das quais demos um resumo, anteriormente. Focalizaremos, novamente, alguns aspectos:

Sob os fundamentos de que o novo Distrito Federal deverá abastecer os 300 000 habitantes presumíveis da nova capital, na data da mudança, em cêrca de 80% das suas necessidades, concluiu-se que poderia ter uma área algumas vêzes maior que a determinada em 1891. Assim, assumiria o porte de verdadeiro território e constituiria "um todo quase autárquico para a satisfação de suas necessidades".

Outro fundamento invocado foi o de que deveria existir "ampla liberdade de ação para o planejamento", o que decorreria de ampla extensão territorial e pequeno índice econômico-demográfico inicial, para não dificultar a solução financeira.

Foi ainda mencionado que a área escolhida, não sendo uma "mancha" privilegiada, mas, sim, uma região representativa das condições gerais do meio brasileiro, sua exploração constituiria a inauguração de grande escola experimental para o Brasil.

Parece-nos, ainda, que a idéia de utilização de verbas da Amazônia influiu para que a área escolhida se projetasse sôbre a bacia amazônica, numa profundidade de cêrca de 400 quilômetros.

A própria ausência de grande potencial hidráulico na região é olhada com benevolência, no sentido de proteger o futuro Distrito Federal, contra as agitações da indústria e de preservar a tranqüillidade, tão defendida, para a sede do governo.

Assim, foi escolhida uma área com cêrca de 77 000 quilômetros quadrados, a qual se estende do sul para o norte, entre o paralelo sul do retângulo de Cruls e a confluência dos rios Paranã e Tocantins, e que, de leste a oeste, vai dos limites com a Bahia e Minas até as margens do rio Tocantins. Nenhuma indicação foi feita para o sítio da capital.

\* \* \*

Em se tratando de construir uma capital definitiva para o Brasil do futuro, parece-nos que o pensamento de sua interiorização está naturalmente ligado a uma penetração tão profunda como praticamente seja possível.

Teoricamente, a tendência seria o centro geográfico, para atender a desejada equanimidade da distribuição das distâncias e das atenções do governo.

A diversidade dos potenciais econômicos das várias regiões em que se divide o país, determinando uma correlativa diversidade da ocupação demográfica, naturalmente obriga a que o mapa das densidades demográficas deva ser também considerado. Ai, entra, porém, a consideração mais delicada e ao mesmo tempo mais importante: Qual será o mapa das densidades demográficas num futuro remoto, que nos possa indicar a melhor localização? Lucas Lopes desenvolveu o assunto com bastante competência, mas, em um país que tem crescido e continua a crescer ao sabor de "determinismos", não nos achamos muito seguros do que venha a acontecer.

A localização da capital na frente pioneira, como elemento colonizador, sugere naturalmente a sua "temporariiedade". Se há fundamento para a sua transferência na atualidade, quando a frente pioneira avançou 800 quilômetros sôbre a orla costeira, o fundamento persistirá para futuras situações idênticas, pois teremos, ainda, muitos 800 quilômetros a desbravar, na direção do oeste.

Parece-nos evidente que, desde que sejam respeitadas as fundamentais exigências da "posição", deverá ser preferida a interiorização mais profunda, a fim de atenuar o caráter de transitoriedade que possa ter a futura capital e melhor atender aos anseios de todo o território nacional.

Não estamos tratando, evidentemente, de construir uma cidade "bôca de sertão", para impulsionar o progresso de uma região. Não lhe poderemos, também, atribuir um poder intrínseco tão grande, capaz de, por si mesma, influenciar o desenvolvimento econômico e social de uma vasta região e muito menos de um país todo.

A capital deve, forçosamente, estar apoiada nos grandes centros econômicos e sociais do país, para que, recebendo os seus poderosos influxos, possa impulsionar para a diante as forças do progresso.

Seria como uma nova base de operações, devidamente apoiada numa poderosa retaguarda. Não poderemos "saltar" e sim "avancar".

Cogita-se de construir a sede definitiva do governo da nação, a qual deverá atender a diversas funções e, principalmente, às de caráter político.

Assim, certas facilidades atuais, como as de transportes existentes, não deverão servir de elementos decisivos para a escolha. Fugirmos aos objetivos defendidos para a mudança, não volvéssemos as nossas vistas para as facilidades a serem oferecidas às regiões mais desfavorecidas pelo progresso, as quais, justamente, se procura desenvolver e civilizar com a mudança da capital.

Em que pése à grande autoridade da Comissão Técnica, não concordamos com a solução de sua preferência, pelas seguintes razões:

a) Por estar exageradamente deslocada das regiões desenvolvidas do país;

b) porque não reconhecemos a necessidade de um território tão amplo, nem da autonomia econômica do futuro Distrito Federal. No primeiro caso, estaríamos afastando-nos da tradição da organização federativa, que, geralmente, situa as sedes de governo numa unidade municipal ou distrital. Assim, teríamos uma área superior às de 6 estados da federação, a qual dificilmente poderia ser administrada por uma organização municipal. Seria, praticamente, um novo estado privilegiado. No segundo caso, seria dificultado o intercâmbio comercial entre os estados e o Distrito, com evidentes prejuízos para outras relações, o que contribuiria para o isolamento da sede do governo;

c) pela pobreza generalizada das terras, o que ainda mais dificultaria o estabelecimento de correntes migratórias, dadas as melhores condições existentes em outras regiões do país;

d) pela idéia de ser a sede do governo uma cidade morta. Existe uma contradição entre o desejo de "ocupar" o Brasil Central e a construção de uma cidade modelo, de vida pacata, nos peneplanos do Planalto Brasileiro. Se uma poderosa capital-pôrto, como o Rio de Janeiro, não conseguiu estender sua influência, durante cerca de dois séculos, até uns 500 quilômetros de profundidade, não será uma cidade burocrática que poderá excedê-la, principalmente, se a cercarmos de território auto-suficiente. Aos poderosos centros comerciais-industriais, como é o exemplo de São Paulo, cabe esse papel.

Concordamos, entretanto, com a opinião da Sub-Comissão de Estudos Geográficos de que a localização deve estar contida no setor sul-oriental do Planalto Central. Vale a pena registrar aqui a observação do deputado Israel Pinheiro de que, se invertéssemos para o sul a ampliação feita da área de Cruls pela maioria da Comissão, todo aquele setor estaria incluído no território adotado.

Quanto a solução Patos de Minas apesar das boas condições que oferece de sítio e posição, não satisfaz uma interiorização profunda, conveniente, mais bem atendida pelas outras soluções apontadas e bem classificadas. Assim, consideramo-la afastada.

Resta-nos, agora, decidir entre as posições Tupaciguara e Anápolis.

Consideramos as condições de sítio nestas regiões, praticamente equivalentes, de acôrdo com as informações da Comissão Técnica, pois que as deficiências de uma e outra podem ser, tecnicamente, solucionadas.

Apoiaremos, assim, o nosso exame nos "critérios de posição", devendo confessar que, em relação ao Brasil todo, as diferenças entre essas duas posições, de características fisiográficas muito semelhantes, aparecem com pequena significação, quando se relacionam com a vastidão do território nacional.

A distância entre Tupaciguara e Anápolis é de cerca de 250 quilômetros, enquanto os pontos extremos do território pátrio distam, entre si, de cerca de 4 500 quilômetros.

Primeiro — Quanto ao critério de "situação central ou de estreita ligação com a *core area*", nenhuma das duas posições acha-se em situação central, nem poderemos prever se se formará em tórno delas uma *core area* e, muito menos, o *nuclear core* do Brasil, no futuro. Evidentemente, Tupaciguara, na atualidade, acha-se em mais estreita ligação com o sudeste brasileiro (Rio e São Paulo) pela sua maior proximidade e mais numerosas vias de comunicação.

Anápolis também se acha ligada por estrada de ferro ao sudeste brasileiro, se bem que menos eficientemente. Como dissemos, facilidades atuais não devem prevalecer ao ponto de ditarem preferência. E, respeitando a idéia que aceitamos da maior interiorização, para melhor atender às necessidades de todo o território nacional, somos de opinião que a posição de Anápolis é também satisfatória.

Segundo — Quanto a “fáceis comunicações com as diversas regiões do país e com as fronteiras de tensão”, parece-nos, de acôrdo com o brilhante trabalho do engenheiro Jorge Burlamaqui Leal — *Vias de Acesso para o Planalto Central* — e numa visão do conjunto de todo o país, que, inegavelmente, a região goiana melhor se apresenta como um centro de convergência para as grandes linhas dos transportes nacionais e para o estabelecimento de um plano de Viação Nacional mais racional. Basta considerarmos que as  $\frac{3}{4}$  partes do território pátrio ficam situadas ao norte do paralelo de Anápolis, bem como a situação singular desta região em relação às grandes bacias hidrográficas, para lhe conferirmos justa preferência. Não devemos perder de vista que não estamos tratando do Brasil atual, mas, sim, procurando atender à aspiração nacional de ser a capital federal situada na região central do país, para servir ao Brasil futuro.

Quanto às fronteiras de tensão, ao sul e ao sudoeste, das quais Tupaciguara mais se aproxima, não podemos, também, perder de vista, que o litoral nordestino constitui hoje uma nova fronteira digna de máximas atenções e que melhor atendida será pela posição de Anápolis.

Terceiro — Quanto “à situação em região que permita desenvolvimento econômico apreciável”, ambas as posições apresentam idênticas possibilidades, inegavelmente, o “Mato Grosso de Goiás”, mais extenso do que as boas faixas dos vales dos rios Paranaíba e Grande, e menos explorado, oferece maiores possibilidades; também, inegavelmente, as possibilidades energéticas de Tupaciguara sobrepõem as de Anápolis. Dadas as pequenas distâncias entre elas, o transporte resolveria qualquer deficiência, em condições econômicas.

Quarto — Finalmente, vejamos o “aspecto político, isto é, a posição que melhor satisfaz aos sentimentos de concórdia e união por parte das populações dos diversos estados”. Para mim, esse aspecto é de suprema importância, pois, da união nacional depende o melhor futuro da nação.

Impossível é discutir questões de sentimento, e já Lucas Lopes fêz sentir, com muito acêrto, que a solução da questão da mudança seria mais ditada pelo sentimento do que pelos números.

Não sei se, erradamente, deixo-me, porém, influenciar, com mais força, pelo aspecto político do assunto. E nêle basearei o meu voto. Reconheço, entretanto, quanto isto tem de pessoal, por mais que queiramos raciocinar, interpretando os interesses da coletividade.

Penso que a capital em Tupaciguara, situada no território de um dos mais poderosos estados e, indiscutivelmente, subordinada ao domínio quase exclusivo da economia do mais poderoso estado, que é São Paulo, não constitui sábia providência política, tendente ao fortalecimento dos laços de confraternização que devem unir as unidades federadas.

A solução Tupaciguara inclui, é certo, parte de território goiano no novo Distrito Federal; a capital estará, porém, em território mineiro.

Certamente, seriam providenciadas ligações ferro ou rodoviárias com todos os estados. Pensa-se mesmo em que a futura capital será o centro de uma estrêla de vias de transportes e comunicações.

Quanto, porém, à sua efetivação, tendo-se em vista a extensão e dificuldades que o nosso território oferece, e a velocidade de execução, desoladoramente lenta, com que se arrastam construções da mais urgente necessidade para a defesa nacional, não poderemos alimentar ilusões sôbre o prazo de execução dessa estrêla de estradas, até porque os planos em construção não poderiam, nem deveriam, ser sacrificados.

Assim durante longo prazo, teríamos a nova capital prêsa aos dois maiores estados, o que se consolidaria, cada vez mais, com o correr do tempo.

E’ verdade que, em Anápolis, o aspecto econômico não seria muito diferente, pois, já hoje, a economia regional está inteiramente ligada à de São Paulo.

A capital aí, porém, estará mais próxima das regiões do Leste, do Nordeste e do Norte. Encravada num dos estados menos desenvolvidos, despertará maiores simpatias do povo brasileiro e terá um benéfico sentido político.

Já fiz notar, com suficiente clareza, que somente São Paulo está em condições de dirigir a ocupação do Planalto Central através do eixo São Paulo-Uberlândia-Anápolis-Peixe-Belém. E nos consideramos felizes por contar entre as unidades federadas uma que esteja em condições de desenvolvimento tais que possibilitem sua extensão pelas unidades vizinhas, consolidando, pela ocupação material, os grandes méritos que já lhe cabem pelo trabalho desbravador de seus antepassados.

Suspeito, porém, que a nação não desejaria ter a sua "capital política" exclusivamente prêsa, e tão diretamente, às mais poderosas de suas unidades, enquanto praticamente isolada de quase tôdas as outras.

Por isso, apesar de não existirem nítidas ou profundas diferenças entre as duas posições em aprêço, no particular do aspecto econômico, penso que a "solução Anápolis" tem um sentido político condizente com o supremo interesse da unidade nacional e, por tudo isso, dou-lhe a minha preferência.

Tendo chegado a esta conclusão, quanto à posição da nova capital, cumprenos, agora, deliberar sôbre a constituição física do Distrito Federal.

No que diz respeito à área, os membros da Comissão Técnica, componentes da maioria, opinaram pela de 77 000 quilômetros quadrados, e os da minoria pela de 5 a 6 000 quilômetros quadrados.

Vejamos as áreas de alguns distritos federais de outros países e, também, do nosso:

Distrito Federal do Rio de Janeiro .....	1 171 km <sup>2</sup>
Distrito Federal de Camberra .....	2 330 km <sup>2</sup>
Distrito Federal de Washington .....	200 km <sup>2</sup>
Distrito Federal de Roma .....	2 074 km <sup>2</sup>
Distrito Federal de Bruxelas .....	1 107 km <sup>2</sup>
Distrito Federal do México .....	1 498 km <sup>2</sup>
Distrito Federal de Berlim .....	310 km <sup>2</sup>
Distrito Federal de Paris (Sena) .....	490 km <sup>2</sup>

Na opinião do professor Anhaia Melo, uma área de 30 000 hectares, ou sejam 300 quilômetros quadrados, seriam suficientes para conter uma cidade moderna, de 250 000 habitantes, com seus parques, reservas e cidades satélites.

O engenheiro Lucas Lopes, para atender a tôdas as necessidades urbanísticas de uma capital, elevou esta área ao total de 100 000 hectares, ou sejam 1 000 quilômetros quadrados.

Alguns estados brasileiros têm as seguintes áreas:

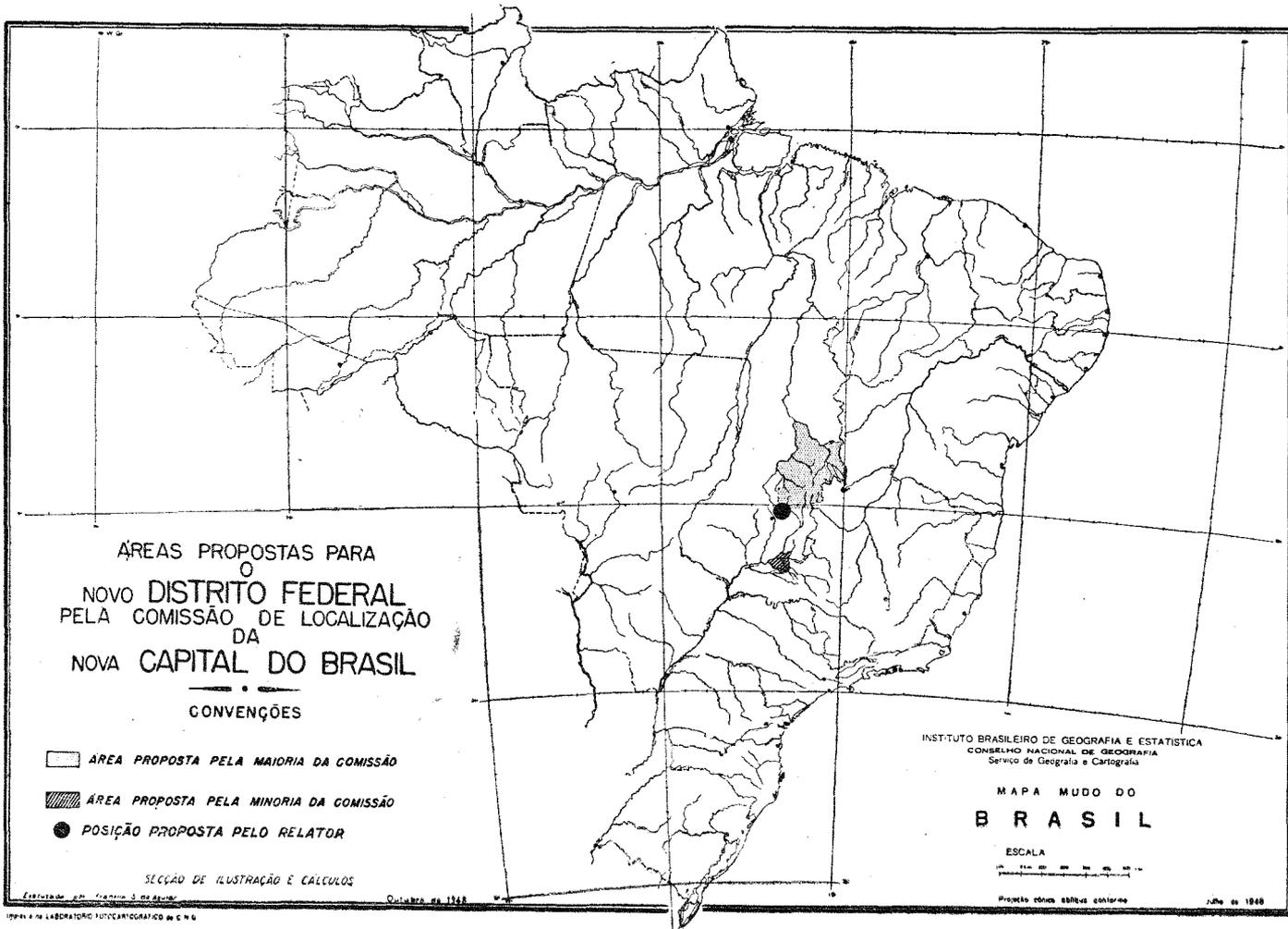
Rio Grande do Norte .....	53 000 km <sup>2</sup> apte.
Paraíba .....	56 000 km <sup>2</sup> apte.
Alagoas .....	28 000 km <sup>2</sup> apte.
Sergipe .....	21 000 km <sup>2</sup> apte.
São Paulo .....	247 000 km <sup>2</sup> apte.
Rio de Janeiro .....	42 000 km <sup>2</sup> apte.
Pernambuco .....	97 000 km <sup>2</sup> apte.
Santa Catarina .....	94 000 km <sup>2</sup> apte.

Não existe uma norma técnica para estabelecermos a área de um Distrito Federal.

Penso que o D.F. deve conter a cidade-capital com tôdas as instalações de que possa vir a necessitar para o futuro. Discordo da necessidade de bastar-se a si mesmo, pois, desde que se trata de uma cidade privilegiada, é natural que ofereça possibilidades de intercâmbio com tôdas as unidades federadas.

Assim, sou de opinião que uma área de 5 a 6 000 quilômetros quadrados, conforme sugere a minoria da Comissão Técnica, será suficiente.

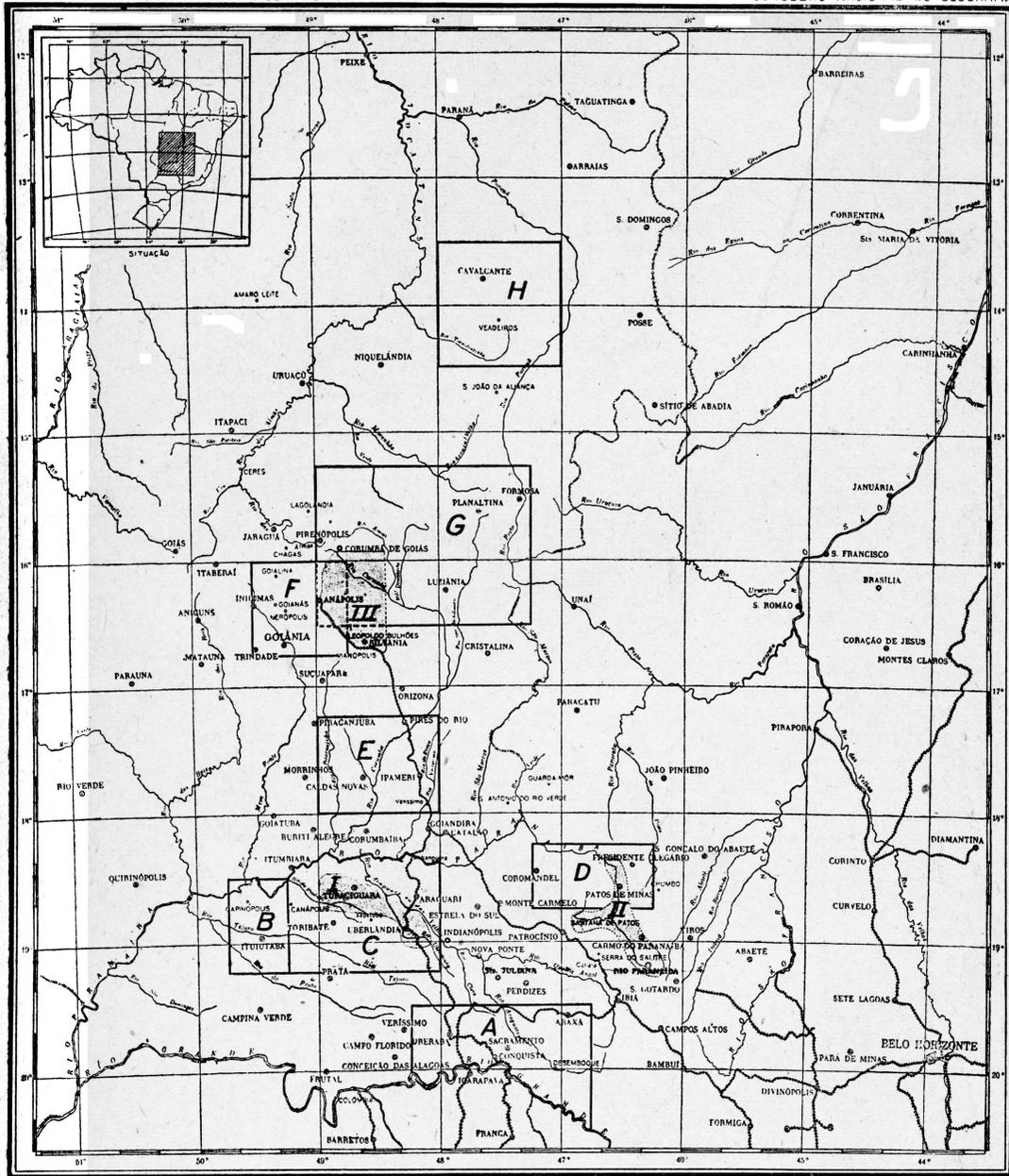
Quanto à forma do D. F., penso que, na região denominada "Anápolis-Goiânia" pela Comissão Técnica, seja estudado o melhor "sítio" para a capital, atendendo a tôdas as condições já estabelecidas, e, em torno desse sítio, seja circunscrita, por limites naturais ou não, regulares ou não, uma área aproximadamente de 5 000 quilômetros quadrados, a qual será incorporada ao domínio da União.



# MAPA DO SUDESTE DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA



□ ZONAS SELECIONADAS PELA COMISSÃO PARA ESTUDOS PRELIMINARES

● ÁREAS CIRCUNDAVAS DA 2ª EXPEDIÇÃO, PARA ESTUDOS ESPECIAIS

**I** ZONA DE UBERLÂNDIA E TOULOUZAN

**II** VALES DOS RIOS PARANAÍBA E SÃO FRANCISCO

**III** ZONA A LESTE DE SÃO PAULO

## CONVENÇÕES

CAPITAL ..... ●

CIDADE ..... ●

VILA ..... ●

POVOADO ..... ●

Estado de terra ..... —

Cursos d'água ..... —

Limite inferior Sefal ..... —

# Descrição dos Campos Gerais<sup>1</sup>

Capítulo XIV de "*Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*", Tomo 2.º, Paris 1851.

AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE

Os "Campos Gerais", assim designados por causa de sua grande extensão, não formam nem uma comarca nem um distrito; constituem uma destas porções de territórios que se distinguem em todos os países, independentemente das divisões políticas, por seu aspecto, a natureza de suas produções e de seu solo: onde desaparecem as características em vista das quais se lhes atribui nomes particulares, aí estão seus limites, e estas designações deixam de ser applicadas. A margem esquerda do Itararé começam os "Campos Gerais", região muito diferente da que a precede a nordeste e terminam a pequenas distâncias do "Registro de Curitiba",<sup>2</sup> onde o solo se torna mais desigual e onde florestas imponentes e sombrias se sucedem às risonhas pastagens.

Estes "campos" constituem certamente uma das mais belas regiões por mim percorridas desde que chegara à América; não são sufficientemente planos para aparentar a monotonia de nossas planícies da Beauce; contudo as ondulações do terreno não são tão acentuadas a ponto de limitar o horizonte. Até onde se estende a vista descortinam-se imensas pastagens; capões, onde domina a útil e majestosa *Araucaria*, estão esparsos aqui e ali nas depressões e contrastam por seus tons sombrios com o verde encantador das campinas. Algumas vêzes afloram nas encostas das colinas bancos rochosos, originando o aparecimento dos lençóis d'água que se precipitam nos vales. Numerosos rebanhos de equinos e bovinos pastam nestes campos e animam a paisagem; avistam-se poucas casas, mas elas são bem cuidadas e rodeadas por pequenos jardins com macieiras e pessegueiros.<sup>3</sup> O céu já não é tão deslumbrante quanto nos trópicos, mas talvez convenha mais à fraqueza de nossa vista.

Já falei em outro lugar<sup>4</sup> sobre os limites da *Araucaria brasiliensis*; disse que esta árvore muda de porte em suas diferentes idades, que em sua juventude seus ramos, como que quebrados, lhe dão um aspecto bizarro; que mais tarde ela se arredonda à maneira de nossas macieiras; que, adulta, ela se projeta perfeitamente reta a uma grande altura e termina por um corimbo de galhos, como um prato imenso, perfeitamente regular, de coloração verde escura; acrescentei, enfim, que suas sementes comestíveis e as escamas que compõem suas pinhas separam-se com a maturidade, espalhando-se sobre o chão. E' a *Araucaria brasiliensis* que, por sua altura, a elegância majestosa de suas formas, sua imobilidade e o verde escuro de sua folhagem, contribui para a maior originalidade dos "Campos Gerais". As vêzes esta árvore pitoresca, elevando-se aqui e ali no meio das pastagens, revela toda a beleza de seu porte e, por seus tons sombrios, faz ressaltar o verde suave das gramíneas que crescem a seus pés. Em outros lugares, aparece em grupos formando densos capões; mas, enquanto nossos pinheiros deixam aparecer apenas algumas plantas entre êles, sob a conífera brasileira cresce uma vegetação herbácea numerosa e subarbustos, cuja folhagem variada e os ramos delicados, contrastam com a rigidez de suas

<sup>1</sup> Não preciso dizer que não se deve confundir os Campos Gerais do sul da província de São Paulo com os imensos campos do mesmo nome, tão bem descritos pelo príncipe de Neuwied (*Reise*, II, 179), e que, começando no limite da região de florestas da província da Bahia, ligam-se aos desertos de Minas, de Pernambuco, de Goiás etc. (N. T. — O autor aqui certamente emprega "deserto" no sentido de vazão demográfico).

<sup>2</sup> Vide um dos capítulos seguintes.

<sup>3</sup> Vide meu *Aperçu d'un Voyage au Brésil*, 42, ou as *Mémoires du Museum d'histoire naturelle*, vol. IX e a *Introduction à l'Histoire des plantes les plus remarquables*, XXXIX.

<sup>4</sup> *Voyage aux sources du Rio de S. Francisco*, etc., I, 84.

formas. Quando as *Araucarias* admitem em seu meio outras grandes árvores, estas últimas apresentam geralmente uma folhagem tão escura quanto a sua; no entanto, no meio dos bosques pouco densos e freqüentados pelo gado, vê-se muitas vezes uma árvore alta que, não somente por seu porte, mas também por sua côr clara, contrasta, por assim dizer, completamente, com a conífera brasileira. Enquanto esta apresenta apenas alguns verticilios de galhos grossos, curvados como candelabros, aquela é constituída por um número prodigioso de ramos; as fôlhas da *Araucaria* são de um verde escuro; as suas, brancas na sua face inferior, assemelham-se, quando vistas de longe, às do nosso salgueiro; é a "vassoura de casca preta", assim designada porque, sendo ãa madeira branca, é recoberta por uma casca tão negra quanto o ébano. Nas margens do Tibaji, não é mais uma árvore semelhante ao salgueiro que contrasta com a *Araucaria brasiliensis*, mas o próprio salgueiro de fôlhas estreitas, longas e esbranquiçadas com os galhos inclinados para o chão.

A *Araucaria* não somente constitui o ornamento dos "Campos Gerais", como também é extremamente útil aos seus habitantes: sua madeira branca, marcada raramente por veios rosados, pode ser empregada em marcenaria e construções e, embora seja mais dura, compacta e pesada do que o pinheiro da Rússia e da Noruega, poderá ser certamente aproveitada para a fabricação de mastros, quando comunicações mais fáceis forem estabelecidas entre os "Campos Gerais" e o litoral. Com um tamanho regulando com a metade de um dedo, suas sementes não são, é verdade, esfarinháveis como a castanha, mas lembram o sabor desta fruta, sendo mesmo mais delicadas. Desde tempos imemoriais elas têm contribuído para a subsistência dos indígenas que as chamavam *ibá*, o fruto, o fruto por excelência; <sup>5</sup> apenas desembarcaram no litoral do Brasil, os europeus conheceram a árvore que os produz, e era em grande parte destas sementes que se nutriam os antigos paulistas em suas bárbaras e aventureiras expedições contra o Paraguai. <sup>6</sup> Ainda hoje em dia, os habitantes dos "Campos Gerais" comem as sementes da *Araucaria brasiliensis*, empregando-as também, com êxito para a engorda de porcos. Conhecendo a grande utilidade desta árvore, êles a respeitam, e só a abatem quando necessário, exceção única talvez em todo o Brasil, o que assinalo com satisfação. Aliás, é preciso confessá-lo, há menos mérito em não destruir a *Araucaria brasiliensis* do que se teria ao conservar tantas outras espécies preciosas que diariamente tombam sob os golpes do colono imprevidente. Como nossos pinheiros e abetos, a *Araucaria brasiliensis* dá-se bem em terrenos arenosos e a abundância desta árvore é, para os habitantes dos "Campos Gerais", o indício dos lugares menos próprios para a agricultura.

Os bosques de *Araucaria* não constituem o único ornamento desta região: rios e numerosos córregos contribuem para embelezá-la, difundindo a frescura e a fertilidade. Seus leitos não são constituídos por vasa malsã; em sua maioria, fato digno de menção, correm límpidos e rápidos sôbre lajes rochosas, e tôdas as vezes que a água cai de um plano mais elevado, o que acontece com freqüência, ela escava na laje inferior buracos arredondados, aos quais se dá o nome de "caldeirões".

Muitos dêstes rios, entre os quais o Tibaji e o Caxambu, transportam diamantes que são depositados nos caldeirões, onde os contrabandistas vêm procurá-los. Esta pedra preciosa é encontrada igualmente nas terras das margens dos rios e córregos e constitui uma das riquezas dos "Campos Gerais".

Um fato muito notável prova o quanto o clima desta região difere daquele do norte do Brasil. Em 1819 a penúria foi, nesta região, tão grande quanto em Minas, no Rio de Janeiro e em Goiás, mas uma causa inteiramente diferente a tinha provocado: nas províncias que acabo de citar, a falta d'água tinha

<sup>5</sup> José de Anchieta, *Epist. in Not. ultramar.*, I, n.º 111, 160.

<sup>6</sup> Southey, *Hist. Braz.*, II, 306.

prejudicado as plantações, enquanto aqui, seu insucesso foi ocasionado por chuvas por demais abundantes, que não tinham permitido a realização das queimadas nos terrenos já roçados.

Seja como fôr, não seria engano pensar, em vista do que tenho dito, que os "Campos Gerais" constituem uma região extremamente saudável. Apesar das geadas de todos os invernos, pode-se dizer que seu clima é temperado; os ventos são freqüentes, o ar circula livremente; as águas, muito inferiores, é verdade, às da parte oriental de Minas Gerais, são no entanto bastante boas; não existem pântanos em quase nenhum lugar e os rios, como vimos anteriormente, correm rapidamente sobre leitos rochosos. De 26 de janeiro a 4 de março de 1820 não houve, talvez, dois dias seguidos sem chuvas, sendo realmente esta a estação mais chuvosa; aqui não se conhece, no entanto, os longos periodos de seis meses de seca que, em Minas e em Goiás, afetam tão lamentavelmente o sistema nervoso. Ninguém é atacado por febres intermitentes (sesões), tão comuns nas margens do rio Doce e do São Francisco. Respirando ar puro, habitualmente ocupados em montar a cavalo, atirar o laço ou reunir o gado galopando pelas pastagens, os habitantes dos "Campos Gerais" gozam de uma saúde robusta<sup>7</sup> e vê-se entre eles um grande número de velhos; todavia, bem o sabemos, mesmo nas regiões mais favorecidas pela Providência as doenças não perdem jamais os tristes direitos que têm sobre nossa natureza. As que atacam mais freqüentemente os habitantes dos "Campos Gerais" são os resfriados, a asma e as hemorróidas e, é preciso dizê-lo, as doenças venéreas não são menos difundidas nesta região do que nas outras partes do Império do Brasil.

Seria um erro acreditar-se que a maior parte da população dos "Campos Gerais" é constituída de mestiços. Há, nesta região, um número infinitamente maior de homens realmente brancos do que nos distritos de Itapeva e Itapetininga e, na época de minha viagem, quase todos os trabalhadores da cidade de Castro pertenciam inteiramente à nossa raça. Não se deve pois estranhar que, apesar de sua profunda ignorância, os habitantes dos "Campos Gerais" falem um português muito mais correto que os habitantes das vizinhanças da cidade de São Paulo e o pronunciem tão bem; assim, por exemplo, não pronunciam o *ch* como *ts*, nem o *g* como *dz*; estas alterações foram introduzidas pelos indígenas na língua portuguesa e os colonos do distrito de Castro tinham pouco contacto com eles.

Bem diferentes dos povos mestiços que povoam os arredores de Itapeva, os habitantes dos "Campos Gerais" são geralmente altos e bem proporcionados; possuem os cabelos castanhos e a tez corada e sua fisionomia revela bondade e inteligência.

As mulheres são muitas vezes extremamente belas; possuem faces rosadas e uma delicadeza de traços que eu ainda não observara em nenhuma brasileira. Não se encontra nelas, é verdade, a vivacidade que caracteriza as francesas; andam com lentidão e fazem poucos movimentos, mas não têm nada do embaraço que revelam tantas vezes as mulheres de Minas quando, por acaso, são vistas pelos estrangeiros (1816-1822). E' raro que as senhoras dos "Campos Gerais" se escondam à aproximação dos homens; elas acolhem seus hóspedes com uma polidez simples e graciosa, são amáveis e, embora desprovidas de instrução, a mais elementar, sabem dar encanto à sua conversação.

Quando entrei nos "Campos Gerais", não somente fiquei impressionado pelo aspecto desta região, inteiramente novo para mim, como também me senti desambientado diante dos colonos, totalmente diferentes dos mineiros e mesmo dos habitantes do norte da província de São Paulo. Os homens são sempre encontrados a cavalo; trazem um laço de couro (laço) amarrado a uma sela

---

<sup>7</sup> Vide minha *Introduction a l'histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay*, XXXIX.

de tipo especial denominada "lombilho", e quase sempre estão galopando. As crianças aprendem desde pequenas a atirar o laço, a formar o "rodeio"<sup>8</sup> e a perseguir os cavalos e os bovinos. Observei um menino de três a quatro anos que já sabia girar o laço em torno de sua cabeça e a lançá-lo com muita destreza. Não se têm aliás outras idéias que não estejam ligadas à criação de gado; a ignorância é extrema. Saber ler e escrever é ser um homem instruído e, entre os proprietários mais eminentes contam-se muitos que não possuem este saber (1820); poderia citar, por exemplo, um coronel da Guarda Nacional e que gozava de uma justa reputação por sua liberalidade e por sua riqueza. Encontrei por toda parte gente hospitaleira, excelente, à qual não faltava inteligência, mas cujas idéias eram tão pouco desenvolvidas que, muitas vezes, eu não podia manter a conversa por mais de um quarto de hora.

O clima temperado dos "Campos Gerais" deveria incentivar os homens ao trabalho; todavia, o gênero de vida que a própria natureza da região os levou a adotar, cria nêles o hábito da preguiça. A criação de gado exige poucos cuidados; os que a ela se dedicam só estão ocupados em certos momentos e mesmo este gênero de ocupação constitui uma espécie de divertimento. Galopar na vastidão dos campos, atirar o laço, fazer batidas para reunir o gado em determinado lugar (fazer o rodeio), tudo isto constitui para os jovens, exercícios que lhes tornam odioso qualquer trabalho sedentário; geralmente nas ocasiões em que não estão a cavalo, em que não correm atrás das vacas e dos touros, entregam-se ao repouso.

Não se deve crer, no entanto, que os habitantes dos "Campos Gerais" permanecem sempre em sua terra. Homens de tôdas as condições, trabalhadores das cidades, agricultores, logo que obtêm algum dinheiro, partem para o sul, aí compram mulas ainda não domadas e vêm revendê-las em sua própria região ou conduzem-nas até Sorocaba.

Não existem nos "Campos Gerais" proprietários ricos como nos "têrmos" de Itapeva e de Itapetininga. Estes desfrutam de suas rendas longe de suas propriedades e os outros têm o bom espírito de residir em suas terras. Suas casas estão longe de aparentar esta espécie de magnificência que se nota na construção das "fazendas" dos antigos mineiros; mas são limpas e, como já assinalei, bem conservadas. O mobiliário destas casas é de uma simplicidade extrema: o da peça em que se recebem os estranhos consiste apenas em uma mesa e bancos de madeira. Como em Minas, é nas camas que se mostra maior luxo; não possuem dossel, mas os lençóis são muito finos e bordados em toda a volta. O travesseiro é recoberto por um saco de musselina guarnecido do lado, tendo-se o costume de usar outro menor sobre êle, também ornado com bordados. Entre os proprietários ricos serve-se chá com queijo, biscoitos e doces numa bonita bandeja envernizada, luxo que contrasta com a simplicidade singular da casa.

Os "Campos Gerais" gozam de uma vantagem que não posso omitir. A criação de gado, à qual sua população geralmente se dedica, exige pequeno número de escravos, enquanto a fabricação de açúcar e o trabalho nas minas requer um grande número dêles. O rico coronel Luciano Carneiro, do qual falarei mais adiante, possuía apenas trinta; contavam-se somente, em 1820, quinhentos escravos em todo o "têrmo" da cidade de Castro, estando êles em mãos de um pequeno número de pessoas. Os homens pouco prósperos não os possuíam; faziam êles mesmos suas plantações, pois o trabalho não é aqui considerado ignominioso, ao contrário do que se verificava, na época da minha viagem, em várias partes da província de Minas.

Todavia, embora o trabalho não seja considerado vergonha, aqui, como nas outras partes do Brasil, trabalha-se o menos possível. A vida dos homens muito pobres pouco difere da dos índios selvagens. Plantam apenas o que é

<sup>8</sup> Vide adiante.

estritamente necessário para satisfazer as necessidades de suas famílias. Passam meses inteiros na floresta ocupados em caçar animais selvagens e aí constroem suas cabanas, alimentando-se dos animais que abatem (1820).

E' considerável o número de cabeças de gado que possuem os proprietários ricos. Apenas em sua fazenda de Jaguariaiba (Jaguariaíba), o coronel Luciano Carneiro, do qual já falei, possuía nada menos de duas mil vacas sem contar os touros e os novilhos.

Mesmo sendo de boa raça, o gado desta região é inferior ao da comarca de São João d'El Rei, na provincia de Minas. Pude confrontá-los em casa de um proprietário que tinha feito vir alguns touros desta comarca.

Os comerciantes vão buscar nas "fazendas" os novilhos. Estes são vendidos quase todos para o Rio de Janeiro. Alguns anos antes de minha viagem, quando o gado ainda vinha do Rio Grande do Sul para a capital, os bois eram vendidos nos "Campos Gerais" por apenas 4 "patacas" ou seja 1280 réis (8 fr.): na época de minha passagem por esta região, eram pagos à razão de 5 000 réis (31 fr. e 25 c.), e uma vaca de muito boa qualidade valia 6 000 réis (37 fr. e 50 c.). Estas vacas fornecem geralmente quatro garrafas de leite por dia, além daquelle com que alimentam os bezerros.

O leite nesta região é muito bom e constitui o principal alimento dos pobres e dos escravos. Provei também excelente manteiga em casa do sargento-mor da cidade de Castro mas tratava-se de um produto difficilmente encontrado. Entretanto, se os habitantes dos "Campos Gerais" quisessem se esforçar em produzi-lo aumentariam seus rendimentos, pois a manteiga poderia ser enviada ao pôrto de Paranaguá e daí expedida para o Rio de Janeiro, onde este artigo, que se costuma importar da Europa, é vendido comumente a preços muito elevados (1820). Os queijos dos "Campos Gerais" nada ficam devendo aos de Minas, mas também são fabricados em pequeno número. O trabalho sedentário da indústria de laticínios não poderia agradar a esses homens que em geral amam apenas os exercícos violentos a cavallo ou um repouso absoluto.

Como em todo o resto do Brasil, deixa-se o gado vagar em liberdade no meio das "campos", e no entanto, são talvez menos selvagens que os da Europa que vivem em estábulos. Sua familiaridade deve ser attribuída ao hábito que se tem de lhe distribuir sal. Estive em casa de um rico proprietário na ocasião em que os vaqueiros, a cavallo, tangiam as vacas e os novilhos para o curral; meu hospedeiro chamava os animais pronunciando as palavras "toma", "toma", que indicam a distribuição de sal e, no mesmo momento, o gado se acercou de nós.

Aqui, como nas zonas de Minas e Goiás, onde os terrenos não são ricos em sal, os fazendeiros são obrigados a dá-lo aos bovinos para mantê-los em condições satisfatórias; mas as distribuições são menos freqüentes que em certas partes da provincia de Minas, sem dúvida porque o pasto dos "Campos Gerais" é mais substancial do que o "capim gordura".<sup>11</sup> Em algumas propriedades as distribuições são feitas de dois em dois meses, em outras, somente quatro vêzes por ano. O proprietário da fazenda Fortaleza fazia dar de cada vez um "alqueire"

<sup>9</sup> Em 1838 os bois eram vendidos na mesma região por, aproximadamente, 10 000 réis (Muller, *Ensaio*, tab.), o que com o câmbio a 350 (Say, *Hist. des Relations*, tab. *synopt.*), corresponde a 28 fr. e 50 c.; assim, apesar da guerra civil no Rio Grande, que por longo tempo tinha impedido qualquer exportação desta provincia, o preço do gado tinha baixado nos Campos Gerais e não aumentado como seria de esperar; por conseguinte a produção deve ter feito progressos sensíveis neste periodo.

<sup>10</sup> Vê-se que um dos nossos sábios viajantes foi completamente enganado quando lhe afirmaram que "*les Brésiliens du Sud sont uniquement occupés du soin de garder leurs troupeaux* (Voyage de la Favorite, IV, 131)". Não se cuida dos rebanhos em lugar algum do Brasil (N. T. — refere-se Saint-Hilaire aos cuidados comumente praticados na Europa: estabulação, etc.). O que disse Rugendas sobre o gado tão pouco apresenta perfeita exatidão, mas em uma obra no gênero da sua, são os desenhos o que se vai procurar e os seus são encantadores.

<sup>11</sup> O *capim gordura* (*Melinis minutiflora*) é uma graminea que, em Minas, ocupa as áreas que foram por certo tempo cultivadas (vide minhas três *relações* precedentes).

de sal (40 litros) para 100 animais, proporção que parece ser a mesma em toda a região. A fim de chamar o gado para receber o sal, os vaqueiros a galope pelo campo, gritam, como disse há pouco, as palavras "toma", "toma"; os bois e as vacas respondem mugindo e acorrem de todos os lados. Coloca-se o sal em montículos no chão, tendo-se o cuidado de escolher, para esta distribuição, um local próximo de algum riacho. Depois de comer um pouco, o gado bebe água e volta para acabar com o que resta, lambendo o solo até que não exista mais nada de seu alimento predileto.

Nesta região pode-se calcular para cada ano um número de novilhos igual a um quarto do de vacas. Na verdade, os bezerros são mais numerosos, mas as doenças eliminam alguns, e outros são levados por ladrões ou comidos pelos animais selvagens.

Na época em que as vacas estão para dar cria é preciso procurar os bezerros a fim de matar os vermes que se juntam na cicatriz umbelical. Sempre a cavalo os vaqueiros espalham-se no campo; cercam um determinado trecho e fazem uma batida, à procura dos bezerros, nos lugares recuados e protegidos onde as vacas costumam parir. Aproximando-se pouco a pouco, tornam o círculo cada vez mais estreito, conduzindo então os animais para certo local. Aí eles fazem sua inspeção e conduzem para a "fazenda" os bezerros que precisam ser tratados, tendo o cuidado de levar as mães juntamente com eles. São estas as únicas vacas cujo leite é aproveitado; o das outras é desperdiçado pelo proprietário. Quando as "fazendas" têm uma grande extensão, levam-se vários dias para percorrê-la inteiramente: em Paranaipitanga, por exemplo, a propriedade de que já falei, faz-se diariamente um novo "rodeio" voltando ao primeiro no fim da semana quando toda a "fazenda" já fôra visitada.<sup>12</sup>

O gado é marcado com a idade de dois anos e os touros castrados com quatro; depois engordam durante um ano, sendo então vendidos.<sup>13</sup>

No ato da castração, muitos proprietários retiram inteiramente os testículos dos touros, outros alcançam o mesmo objetivo de maneira diferente. Descrevo-a como a vi praticar na fazenda Morangava: Todos os touros tinham sido reunidos em um "curral" que, como já tive ocasião de descrever, é uma espécie de parque, geralmente quadrado, cercado por estacas longas e grossas. Um vaqueiro laçava um touro pelos chifres, outro fazia o mesmo com suas pernas traseiras e, enquanto manejavam os laços, um terceiro homem puxava o rabo do touro e prostrava-o por terra. Deitando-o de lado, prendiam-lhe as duas pernas traseiras e colocavam-lhe o rabo sob uma das coxas. O laço que prendia as pernas era passado por volta dos chifres, a fim de aproximá-las da cabeça, o que fazia aparecer bem os testículos entre as coxas, e então o escroto era amarrado a um pedaço de pau, com 4 pés de comprimento, que era apoiado no chão. Terminados estes preparativos um vaqueiro, com toda sua força, dava pauladas sobre a parte do escroto que estava presa à estaca de madeira, rompendo-se desta maneira os vasos espermáticos. Ffinda a operação era o touro libertado, voltando para junto dos seus companheiros. Os criadores que preferem esse sistema de castração à retirada dos testículos dizem que esta última dá origem muitas vezes a feridas, onde se instalam os vermes dificultando seu fechamento. Alguns desses touros mugiram horrivelmente durante a castração, mas a maioria dentre eles suportava

<sup>12</sup> O hábito de reunir o gado em épocas fixas e em um lugar determinado é encontrado também em certas zonas de Minas (*Voyage aux sources du Rio de S. Francisco, etc. I, 249*). Acredito no entanto que só no sul da província de São Paulo se começa a empregar a expressão "fazer o rodeio" comumente empregada na província do Rio Grande do Sul e, segundo Azara, no Paraguai.

<sup>13</sup> Spix e Martius que não viajaram além de Sorocaba dizem, em uma passagem curta mas muito bem redigida, sobre os rebanhos da província de São Paulo, que o gado é marcado com um ano, os touros castrados com dois e abatidos com quatro anos ou mesmo mais (*Reise, I, 273*). Em uma província tão grande quanto a de São Paulo não é impossível que haja diferenças tão acentuadas.

com tranqüilidade essa dolorosa operação. Asseguraram-me que após este gênero de castração os testículos diminuem pouco a pouco de volume, acabando por se obliterar quase que completamente.<sup>14</sup>

Não somente os bovinos mas também os cavalos são criados nos "Campos Gerais". Meu excelente hospedeiro de Jaguariáiva, o coronel Luciano Carneiro, além dos bovídeos possuía ainda oitocentos equinos e comprava no Sul jovens cavalos que revendia com lucros, depois de os ter feito domar. Testemunhei o método que empregavam para este fim e procurarei descrevê-lo. Quando o "negro domidor" (N. T. — domador) conseguia montar um dos cavalos selvagens, fazia-se passar todos os outros de um "curral" muito pequeno, onde eles estavam como que amontoados, para um outro maior, separado do primeiro por uma porteira. Atirava-se o laço em torno do pescoço de um dos cavalos que estacava imediatamente, fazendo-se depois os outros voltarem para o pequeno curral. Colocava-se então as rédeas no cavalo que fôra laçado, e, sobre seu dorso, uma sela denominada "lombilho". O "negro domidor" tentava então montá-lo e não pude deixar de admirar seu sangue frio e sua perfeita tranqüilidade. Por mais fogoso que fôsse o animal, por mais saltos que desse, era impossível descobrir qualquer alteração na fisionomia do "negro domidor"; quando o cavalo se deitava por terra, o domador saltava com agilidade e logo montava novamente sem proferir uma só palavra. Em pouco tempo fazia-o sair do "curral" e galopava ao lado ou atrás de um outro cavalo já domesticado, a "madrinha", que era montado por outro empregado da fazenda. Ao fim de dez minutos os dois cavaleiros voltavam ao "curral" e já o cavalo selvagem mostrava-se mais tranqüilo, sendo então deixado em liberdade nos "campos". Dois ou três meses de semelhante exercício são suficientes, segundo me afirmaram, para domesticar os mais fogosos cavalos.

A raça dos cavalos desta região é, aliás, pequena, e não me pareceu bem constituída.

Todos os proprietários das "fazendas" possuem um rebanho de carneiros, mas estes não são vendidos e poucas pessoas se alimentam de sua carne (1820); possuem-nos unicamente por causa da lã, com a qual fabricam cobertores e outros tecidos grosseiros.<sup>15</sup> Em geral os cordeiros e suas mães pastam em liberdade nos "campos", mas, apesar de geralmente não se afastarem muito das casas, algumas pessoas têm o costume de fazê-los entrar à noite em um "curral" onde é menor o perigo de serem devorados pelos animais selvagens. Quando as ovelhas têm cria nova alguns fazendeiros mais cuidadosos costumam recolhê-las a uma espécie de estábulo a fim de livrá-las da voracidade dos "caracará" que, ao que se diz, comem-lhes a língua. E' no mês de agosto, antes de recommear o calor que se costuma tosquiá-los os carneiros. Estes animais apreciam mais ainda o sal do que os bovinos e, quando são bem cuidados, recebem uma ração cada quinze dias.<sup>17</sup>

<sup>14</sup> Em minhas *Relações* precedentes descrevi com certa minúcia o modo como se faz a criação de gado em diferentes regiões do Brasil. Pode-se deprender dessas descrições que, se em parte alguma se possuem estábulos e em muitos lugares o fazendeiro é obrigado a distribuir sal aos animais, os cuidados que estes recebem variam segundo a natureza da região, os hábitos dos agricultores, seu grau de civilização, etc.... Não se pode esperar, portanto, que a criação de bovinos se processe em Minas, Goiás ou nos arredores dos Campos de Goitacases da mesma maneira que nos Campos Gerais e que o gado obtido seja, em toda parte, o mesmo.

<sup>15</sup> Em um documento atribuído ao curitibano Francisco de Paula e Silva Gomes, publicado no *Anuário do Brasil, 1847, p. 526*, diz-se que a lã dos numerosos rebanhos de carneiros criados nos Campos Gerais é empregada para a fabricação de uma grande quantidade de mantas de várias espécies "xergas" e "cochonilhos" exportados para o mercado de Sorocaba.

<sup>16</sup> Os "caracará" a que me refiro parecem corresponder ao *Falco brasiliensis*, Lin. — Max. Neuwied, *Beitraege, III, 190*.

<sup>17</sup> Em minhas *Relações* precedentes, encontram-se pormenores sobre a maneira como são criados os carneiros em diferentes regiões do Brasil.

Em vista de tudo que foi descrito acima, se pode concluir facilmente que as vastas pastagens dos "Campos Gerais" constituem a principal fonte de riqueza da região. São pastos excelentes e muito nutritivos e, a não ser nos meses em que se fazem sentir as geadas, conservam um verdor tão fresco quanto o de nossas pastagens nos dias de primavera; porém não apresentam uma variedade de flores tão grande. Quando novos, são constituídos de uma erva extremamente tenra conhecida pelo nome de "capim mimoso".

Como em Minas e Goiás, atea-se fogo às pastagens para que o gado encontre no capim tenro que nasce após a queimada, um alimento a um tempo agradável e substancial. Da mesma forma que os criadores do Rio Grande, perto de São João d'El Rei,<sup>18</sup> os dos "Campos Gerais" têm o cuidado de dividir seus pastos em várias porções às quais põem fogo sucessivamente, a fim de que o gado disponha sempre de ervas novas. Segundo a extensão de suas fazendas fazem as queimadas, durante o ano em duas ou três porções de "campo": a primeira no mês de agosto, a segunda em outubro e a terceira em fevereiro. Um pasto nunca é queimado antes de completar um ano, tendo sido mesmo observado que quanto maior sua idade mais forte êle renascerá. O pasto novo é denominado "verde" e o antigo "macega"; o primeiro forma um tapête quase rasteiro, enquanto o segundo atinge, aproximadamente, a altura de nossas *prairies*. Assisti, em 13 de fevereiro, a uma "queimada": o fogo consumia as hastes e as fôlhas velhas, mas apenas ressecava as que ainda estavam verdes. Estas últimas ficavam por terra aqui e ali e o pasto, depois de queimado, lembrava os nossos campos quando ainda não se recolheu tudo o que geralmente escapa aos trabalhadores em sua faina de cortar e empilhar o feno. Em um pasto queimado apenas há três dias ainda não há verde, mas no fim de uma semana o gado aí já encontra alimento. Os "campos" que se queimam muito freqüentemente e os que são pisoteados, sem cessar, pelo gado, esgotam-se; as gramíneas tornam-se mais raras, desenvolvendo-se em seu lugar as ervas pertencentes a outras famílias e principalmente pequenos arbustos. Assim, nunca há boas pastagens perto das habitações. Entretanto pode-se devolver a êsses pastos sua qualidade primitiva deixando-os sem queimar por mais tempo. Não encontrei nenhuma flor nas "macegas", mas somente nas partes do campo que tinham sido queimadas há menos tempo.

As pastagens excelentes dos "Campos Gerais" são aproveitadas como invernadas para as numerosas tropas de mulas que vêm do Rio Grande do Sul, distribuídas em "pontas" de quinhentas a seiscentas cabeças. Estas tropas chegam em fevereiro, depois de terem atravessado entre Lapa e Lajes o deserto (N.T. — região desabitada) de Viamão (Sertão de Viamão), onde perdem geralmente muito pêso. Em muitos casos, em vez de fazê-las continuar imediatamente a viagem, costuma-se deixá-las invernar até o mês de outubro, sendo então conduzidas para Sorocaba. Ao começar a invernada, são despedidos quase todos os camaradas que tinham trazido até aí as tropas, conservando-se apenas dois ou três e reengajando-se outros na ocasião de recomeçar a jornada.

Todos os proprietários dos "Campos Gerais" são criadores. Cultivam a terra apenas para satisfazer suas próprias necessidades e não exportam nenhum produto agrícola (1820). Isso não significa que a região não seja favorável a qualquer gênero de cultura que o clima permita; suas principais produções são: milho, trigo, arroz, feijão, fumo e algodão.<sup>19</sup>

O sistema de agricultura geralmente adotado pelos colonos desta região é o mesmo que encontramos no resto do Brasil: tal como em Minas, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro ou em Goiás, corta-se e queima-se a mata e, depois, semeia-se entre as cinzas. Veremos, no entanto, que para o cultivo do trigo

<sup>18</sup> *Voyage aux sources du Rio de S. Francisco, etc...* I, 69.

<sup>19</sup> Os Campos Gerais estão atualmente florescentes, diz Pedro Müller (1838); mas é ainda a criação de gado, não há dúvida, que faz a riqueza dos proprietários desta região, pois o mesmo estatístico afirma que eles não são grandes agricultores.

empregam o arado e sabem aproveitar os "campos". Esse afastamento do sistema tradicional, essencialmente destrutivo, é um feliz augúrio para o futuro da agricultura brasileira. Esperemos que os habitantes dos "Campos Gerais" não limitarão o uso do arado à cultura do trigo e que o exemplo, que eles terão a glória de dar, será finalmente imitado nas províncias mais setentrionais do império brasileiro. E' forçoso dizer, no entanto, que, em poucas regiões o método primitivo usado pelos agricultores brasileiros é menos contra-indicado que nos "Campos Gerais". Favorecida de diversas maneiras pela natureza, essa região goza ainda de uma enorme vantagem: seus solos não se esgotam em poucos anos, como acontece na província de Minas Gerais, ou, se isto se dá, facilmente sua fertilidade primitiva lhe é devolvida depois de um certo período de repouso. O milho ainda é cultivado nas clareiras abertas na floresta pelo fogo. E' plantado uma só vez nas terras onde a mata ainda não fôra derrubada e, depois da colheita, costuma-se deixar o solo em descanso durante quatro anos. Findo esse tempo, cortam-se e queimam-se as "capoeiras" que substituíram a mata virgem; em cada quatro anos pode-se plantar novamente no mesmo terreno, contanto que se tenha o cuidado de manter o gado afastado. Há mesmo muitas zonas em que as capoeiras, dentro de dois anos já estão suficientemente grandes para serem cortadas e as que atingem dezoito anos têm o mesmo vigor que a mata primitiva. E' geralmente em novembro, antes do período das grandes chuvas, que se tem o costume de plantar o milho, que é colhido em junho. Na verdade, desde os meses de abril ou maio, suas espigas estão maduras, mas tem-se observado que êle apodrece quando colhido antes de as geadas terminarem de secá-lo, e, por esse motivo, espera-se o mês de junho para fazer a colheita. Esse grão, que, em outras regiões do Brasil dá um rendimento de quatrocentos por um, não produz aqui mais de cem a cento e cinqüenta.

A cana de açúcar e os cafeeiros têm o seu limite no planalto dos "Campos Gerais",<sup>20</sup> mas, o algodoeiro, menos inimigo do frio pode ainda ser cultivado nessa região, alcançando aí seu limite, a vinte léguas de Curitiba, aproximadamente. Além do local denominado serra das Furnas, a maturação das cápsulas desta planta não está ainda terminada quando ocorrem as geadas, sendo inútil portanto, tentar cultivá-la. Mais ao norte, pelo contrário, só começa a gear depois da colheita e quando esta termina se tem o cuidado de cortar bem baixo os algodoeiros, a fim de não perecerem com o frio.<sup>21</sup> Não preciso dizer que, nesta região, onde a temperatura difere profundamente da que é mais favorável ao seu cultivo, o algodão produzido é de qualidade muito inferior.

Planta-se o feijão no mês de outubro e a colheita é feita no mês de janeiro, obtendo-se geralmente cento e cinqüenta por um. Quando intercalado com o milho, o feijão nada produz.

O trigo é cultivado nos terrenos que foram outrora cobertos de mata e também nos "campos". Não é plantado e sim semeado. Rende muito pouco quando substitui imediatamente a mata virgem e, por isso, tem-se o cuidado de cultivá-o sempre em terras de "capoeiras" ou nos "campos". Quando se pretende aproveitar para o trigo uma parcela de campo, começa-se por encurralar aí o gado e depois ara-se o terreno e semeia-se o trigo a mão, não se esquecendo de recobrir com terra os grãos, arrastando sobre eles, à guisa de grade, a copa de uma árvore puxada por bois. O trigo é semeado dois ou três anos segui-

<sup>20</sup> Veremos no próximo capítulo que, dedicando-lhe certos cuidados, o proprietário da fazenda de Caxambu conseguiu cultivar um pequeno trecho com cana de açúcar. E' provável que tenham tido cuidados especiais, como os d'este fazendeiro, que possibilitaram em 1838 a alguns cultivadores da região de Castro colhêr uma quantidade de cana suficiente para fabricar 50 "canadas" (209 litros) de aguardente. (Vide *Ensaio Estatístico* de Pedro Müller, *tab.* 3).

<sup>21</sup> Em Minas Novas, região muito quente que fornece uma grande quantidade de algodão, também se quebram os galhos do algodoeiro acima do solo, mas com o fim de impedir o grande crescimento da planta, para que a seiva tenha galhos menores a alimentar e, também, para facilitar a colheita. (Vide *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*, II, 108).

dos no mesmo terreno, sem que se deixe passar o gado no local. Após esse período, faz-se entrar o gado, a partir de dezembro, depois da colheita, até o mês de junho, época da sementeira. O campo fica estrumado por dois ou três anos, podendo-se continuar sempre a plantar no mesmo terreno. É na extremidade meridional dos "Campos Gerais" que se semeia em junho para colher em dezembro; do lado oposto, planta-se em março, colhendo em setembro ou outubro. De acôrdo com as observações de todos os agricultores da região, quanto mais fortes as geadas, melhor a colheita. O trigo cultivado nos "Campos Gerais" é barbado e seu grão é bem pequeno. Não me lembro aliás ter visto nenhuma outra espécie de trigo nas diferentes regiões do Brasil que percorri. Seja nos "campos", seja nos terrenos outrora ocupados por mata, o rendimento médio obtido é de dezesseis por um.<sup>22</sup> Como em Minas Gerais, os agricultores se queixam muito da ferrugem. O pão que se faz nos "Campos Gerais" é bem branco e muito saboroso. Em vista do que acabo de dizer sobre o pequeno tamanho dos grãos de trigo no Brasil, parece evidente que este cereal diminuiu de tamanho neste país, como já fôra observado no Paraguai na época de Azara.<sup>23</sup> Seria, portanto, essencial que fôssem importadas da Europa novas sementes, e se isso não se der, a degeneração certamente continuará a progredir.<sup>24</sup>

Cultiva-se o arroz nas margens dos rios, especialmente nas do Açungui,<sup>25</sup> que, como já assinaei, é o formador do Ribeira de Iguape. O arroz é plantado em setembro, sendo enterrado em buracos feitos com enxada, distantes de um palmo (22 centímetros) um do outro. Limpam-se uma vez os campos plantados com arroz, mas não se costuma ter esses cuidados com as plantações de milho, feijão ou trigo.

O fumo é plantado igualmente nos parques e nas "capoeiras" queimadas. Quando estas são escolhidas, a terra é estrumada e preparada com a enxada, enquanto, se a plantação fôr feita no parque, é suficiente ará-lo uma vez. Semeia-se o fumo em canteiros, desde a época de São João, até meados de agosto; antes do período da transplantação faz-se uma poda de maneira a manter um palmo de distância entre cada pé (22 centímetros). Em outubro, transplantam-se os pés que ficaram, dispondo-os em quincôncio, deixando entre cada um, quatro palmos (88 centímetros). Conserva-se a terra sempre limpa, e fazem-se pequenos montes aos pés de cada planta, cujas folhas mais baixas são cortadas. Desenvolvido o fumo, os botões florais começam a aparecer devendo ser logo cortados, o que se dá em janeiro. Depois desta época, deve-se retirar de oito em oito dias os brotos laterais que se formam na base da haste e nos verticilios das folhas, continuando-se esta operação até o "amadurecimento", que ocorre em fevereiro. Reconhece-se que a planta está madura quando, ao dobrar as folhas, elas se quebram. Esta prova é feita com as folhas superiores pois, se estas estiverem maduras, as de baixo certamente também estarão. Depois de ter colhido as folhas, são elas reunidas duas a duas e suspensas em um secador. Este é formado por duas grandes varas enterradas verticalmente, às quais se prendem, com um certo intervalo, pequenas varetas transversais, dispostas duas a duas, uma diante da outra. Uma das varetas é

<sup>22</sup> Pela descrição que fiz da maneira de se cultivar o trigo em Minas, pode-se ver que, nesta província, o grão é plantado e não semeado como nos Campos Gerais. Aliás, as épocas da sementeira e da colheita são, aproximadamente, as mesmas nas duas regiões e as sementes têm um rendimento semelhante numa e noutra. (Vide *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*, I, 390).

<sup>23</sup> *Voyage dans l'Amérique Meridionale*, I, 139.

<sup>24</sup> O Dr. Neves de Andrada partiu da França para o Rio Grande do Sul, há alguns anos, levando consigo excelentes sementes de trigo da Beauce e de trigo negro de Sologne, obtidas por meu intermédio. Não sei qual o resultado por ele alcançado.

<sup>25</sup> Lê-se Açungui nas *Memórias da capitania de S. Vicente de G. da Madre de Deus* (93), *Assungui no Didrio da Viagem etc.*... de Martim Ribeiro de Andrada (Revista trim., II, 2.º ser.) e, enfim, *Arassungui* no mapa, aliás muito útil, da província de São Paulo que foi editado no Rio de Janeiro em 1847. Casal, geralmente tão exato, escreve, *Assunguy* e é certamente desta maneira que este é pronunciado na região.

colocada de um lado das varas e a outra do lado oposto, de maneira a manter entre elas um espaço correspondente à espessura destas; é nesse espaço que as fôlhas são penduradas. São então deixadas por algum tempo no secador, que deve sempre ser feito sob um galpão. Depois de verificar se as nervuras centrais das fôlhas estão bem sêcas, estas são torcidas em torno de um cilindro ao qual está prêso uma manivela. Quando certa quantidade já foi torcida, a corda é passada do cilindro para uma vara. Duas vêzes por dia a corda é torcida no cilindro e novamente enrolada na vara, continuando-se a operação até que o fumo esteja perfeito.<sup>26</sup>

Algumas pessoas semearam com êxito o linho nos "Campos Gerais", e me asseguraram, mesmo, que se pode obter, três colheitas por ano. Havia nos arredores da fazenda Jaguariaíva um homem da comarca de São João d'El Rei que cultivava o linho, tecendo-o para vestir o pessoal de sua casa. Teria sido fácil aos agricultores das vizinhanças aprender com êle o processo empregado, mas ninguém se dava ao trabalho de lhe pedir informações. A cultura do linho poderia, no entanto, tornar-se muito útil aos habitantes dos "Campos Gerais". Com efeito, todos sabem que nossos tecidos tão frescos e agradáveis eram muito procurados nas regiões quentes da América, antes que nossas guerras com a Inglaterra obrigassem os colonos a se contentar com as fazendas de algodão. Se, em seu próprio país, êles encontrassem tecidos de cânhamo ou de linho, cuja falta vi lamentar com tanta tristeza, ("bretanhas" da França), certamente não hesitariam em voltar a usá-los.

Não sòmente nosso linho e nossos cereais são cultivados nesta bela região; aí também se plantam, com êxito, quase tôdas as nossas árvores frutíferas. Infelizmente, como já tive ocasião de dizer,<sup>27</sup> a época das grandes chuvas coincide com a da maturação dos frutos e, por êsse motivo, êstes não alcançam nunca, ou quase nunca a perfeição. E' preciso, no entanto, fazer exceção dos figos, que, como os de Minas, são excelentes. Provei também, em fevereiro, uvas brancas muito boas, mas em geral estas frutas, como quase tôdas as outras, não amadurecem completamente. A vinha não teme o calor, mas não suporta que a uma temperatura elevada se junte uma forte umidade. As uvas que amadurecem em Goiás na estação sêca e não são atingidas pela umidade do orvalho, são deliciosas, enquanto as dos "Campos Gerais" podem ser qualificadas de mediocres. O pessegueiro está como que naturalizado nesta região,<sup>28</sup> sendo mesmo empregado para formar cêrcas. Como em São Paulo,<sup>29</sup> é a primeira das árvores frutíferas a florescer e perde suas fôlhas anualmente, durante o mês de agôsto, aparecendo imediatamente as flores. Produz geralmente uma grande quantidade de frutos que começam a ser comidos em fevereiro. As cerejeiras e ameixeiras fornecem seus frutos a partir de janeiro e tive ocasião de provar, nos primeiros dias de fevereiro, ameixas que estavam suficientemente boas, dada a espécie a que pertenciam. Durante o mês de fevereiro, começa-se a colheita das maçãs e dos marmelos que se estende até abril. Segundo me afirmaram, as pereiras também produzem bons frutos. Quanto às bananeiras, pode-se considerar a cidade de Itapeva como seu verdadeiro limite no planalto de São Paulo. Todavia, obtêm-se ainda ótimas bananas nos "Campos Gerais" quando se escolhem exposições favoráveis e se trata a planta com cuidados especiais.

<sup>26</sup> O sistema de cultivo do fumo em Minas e os processos usados para a mesma planta nos Campos Gerais, assemelham-se muito, apesar de algumas diferenças resultantes das variações climáticas entre as duas regiões. (Vide *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais, I, 418*). — Diz o ministro do Império, em seu relatório à Assembléa Legislativa Geral de 1847, que enviou para São Paulo sementes de fumo de Havana e de Maryland, acompanhadas de instruções sôbre a maneira de cultivar estas variedades (*Anuário*, ano 1847, 25). Espero que estas sementes tenham melhor destino do que aquelas que enviei a Paris quando estava no Brasil.

<sup>27</sup> Vide o primeiro capítulo desta obra.

<sup>28</sup> Veremos mais tarde que o mesmo se dá mais ao sul, nas Missões.

<sup>29</sup> Vide o capítulo do primeiro volume intitulado "A cidade de São Paulo".

Em vista de tudo que acabo de dizer, pode-se concluir que não me enganei ao denominar os "Campos Gerais" o "paraíso terrestre" do Brasil. De tôdas as regiões dêste império que eu havia percorrido até então, em nenhuma se poderia estabelecer com maior êxito uma colônia de agricultores europeus. Estes aí encontrariam clima temperado, ar puro, frutos de seus países de origem e terreno onde, sem necessidade de esforços extraordinários, poderiam se dedicar a todos os gêneros de cultura a que estão acostumados. Como os habitantes da região, poderiam fazer criação de gado, recolhendo o estrume para fertilizar suas terras e, com um leite tão grosso quanto o das zonas montanhosas da França, fabricariam manteiga e queijo para o consumo das regiões mais setentrionais do Brasil. Que progresso teria alcançado esta região se, em lugar de instalar a colônia suíça em Cantagalo, ela tivesse sido fundada na parte dos "Campos Gerais" vizinha das terras ocupadas pelos índios selvagens. Por seu número os colonos teriam intimidado os indígenas e protegido a região contra seus assaltos; por outro lado, ensinariam aos antigos habitantes as práticas da agricultura européia que, sem dúvida, podem ser aplicadas nessa região muito mais facilmente que nas terras vizinhas do Rio de Janeiro. Felizes em sua nova pátria, cujo aspecto em alguns lugares, poderia lembrar-lhes a terra natal, pintariam o Brasil a seus compatriotas com as mais belas côres, e esta parte do império seria ocupada por uma população ativa e robusta.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Colonos suíços chamados ao Brasil pelo governo de D. João VI foram estabelecidos em 1820 nos arredores de Cantagalo, a 32 léguas do Rio de Janeiro, aproximadamente. Estes homens foram mal escolhidos e a maioria dentre eles desertou, mas a colônia foi mais tarde reformada e seu estado atual parece ser próspero. Maiores informações sôbre Nova Friburgo são fornecidas pelo *Dicionário* de Milliet e Lopes de Moura, bem como nas obras de Gardner e de Mme. Ida Pfeiffer (*Travels*, 515; — *Frauenfahrt*, I, 84). Estava eu no Rio de Janeiro quando se fizeram as negociações para a colonização de Nova Friburgo. Meu amigo, M. Maller, encarregado dos negócios da França, escrevia ao ministro em Paris: "Há aqui um aventureiro que trata com o governo português do estabelecimento de uma colônia suíça no Brasil; êle ludibriará o governo e êste por sua vez o enganará". Na realidade, isto não se deu desta maneira, pois o rei D. João VI foi enganado por todos. Tinha à sua disposição terrenos imensos, mas os homens que o cercavam fizeram-no comprar uma *fazenda* situada em uma região pouco fértil, e que já quase nada produzia. Por outro lado, Gachet, o aventureiro, comprometera-se a enviar ao Rio de Janeiro agricultores, mas entre os homens que aí chegaram, alguns talvez nunca tenham visto arar um campo ou semeá-lo. Este Gachet me fez uma visita: trata-se de uma personagem pequena e contrafeita, de quarenta a cinquenta anos de idade, cuja cabeça era longa e volumosa. Tinha um ar vulgar, uma linguagem incorreta, mas sua fisionomia indicava inteligência e vivacidade. Julguei de minha obrigação falar-lhe gravemente: senhor, disse-lhe, estou certo de que em muito pouco tempo, eu poderia reunir quantos europeus eu quisesse para trazê-los ao Brasil, mas seriam aventureiros, pessoas sem firmeza, que facilmente se podem influenciar. Não é isto que se espera de sua iniciativa: o governo dêste país tem-no tratado com benevolência e o Sr. deve agir estritamente conforme o combinado, trazendo para cá apenas agricultores honestos. Gachet prometeu-me que agiria neste sentido, mas todos sabem como cumpriu a palavra.

## Resenha e Opiniões

### **Instituições geográficas brasileiras \***

Muitas vezes me tem acontecido verificar que a massa do público brasileiro desconhece os serviços públicos que contribuem para melhor conhecimento e organização do país.

Lembro-me duma visita ao Ministério da Agricultura, no qual descobri numerosos serviços em plena atividade, como, por exemplo, o que diz respeito à colonização ou o que concerne à estatística. Este último está formando uma documentação geral de todos os municípios do Brasil, com um mapa especial para cada um, preparativo inicial para o futuro levantamento do cadastro brasileiro.

No andar superior, estava o centro de estudos da meteorologia para a aeronáutica, com a elaboração do mapa do tempo. Também aqui, grande esforço de progresso. Já se não trata apenas dum mapa do tempo do dia no Brasil, mas, mediante acôrdo com os outros estados da América do Sul, em breve será estabelecido o mapa do céu de todo o continente. Em breve, o Rio de Janeiro se tornará a capital do céu da América Meridional, ditosa hegemonia puramente desinteressada, pois se trata de centralizar, no Rio, as informações relativas a todas as perturbações que atravessem o céu sul-americano e assim dar à navegação aérea, em rápido progresso, neste continente, um instrumento de garantia e de orientação, indispensável. O Rio foi designado para ficar ao serviço do céu americano; e no Ministério da Agricultura, se encontra, em via de instalação e de aperfeiçoamento, todo o mecanismo do Departamento do Céu.

Como não havia eu de recordar essa visita ao Serviço Geológico, onde o sábio diretor me apresentou e comentou um grande mapa sintético, da geologia do Brasil, mapa ainda inédito, testemunho de tantos esforços,

tantas pesquisas? Quantas idéias falsas se espalham ainda na Europa, sobre a estrutura do Brasil? Venho a saber que o papel principal atribuído às falhas e esborcinamentos do relêvo é perfeitamente certo; que a serra Carioca, ao redor do Rio, é provavelmente uma cadeia em dobras paralelas, análoga a um Jura antiquíssimo; que a serra do Mar deve corresponder a um vasto domo autoclinal e o vale do Paraíba a um largo sulco sinclinal. Vamos desenrolar-se, graças às explicações dos colaboradores do Serviço Geológico toda a grande epopéia da confecção física do Brasil.

Outro dia, levam-me a ver o Instituto Tecnológico. Não conheço na Europa, semelhante organismo, que se ocupe unicamente de auxiliar o progresso técnico do país, estando a serviço de todos, para informar acerca dos aperfeiçoamentos industriais, à espreita de novas riquezas e dos melhores meios de se proceder à sua exploração; maravilhoso serviço de informações absolutamente desinteressadas, onde qualquer pessoa pode pedir consultas científicas a um grupo de especialistas, animados exclusivamente do desejo de facilitar ao país, as etapas do seu preparo. Nesse Instituto, nos podemos informar sobre todos os estaleiros do progresso já abertos, ou que se estão abrindo no Brasil. Podemos traçar como que um quadro da linha de frente, e do avanço da humanidade, num país, tão cheio de riqueza, mas onde tantos obstáculos se levantam ainda à exploração humana.

Nas mesmas paragens, outra visita me conduz à repartição do Saneamento da Baixada, luta imensa contra os pantanaes estéreis e perniciosos, que cercam o Rio e o convertem numa ilha quase isolada do resto do país, tornando precárias as suas comunicações e o seu abastecimento. A batalha contra os pântanos fôra vigorosamente empreendida nos tempos coloniais, principalmente pelos gigantescos trabalhos dos jesuítas. Estiveram, depois, tais trabalhos, abandonados, durante mais dum século; e foi

\* Estas são as impressões do cientista Pierre Deffontaines, quando de sua permanência entre nós, em 1938, ministrando um Curso especializado na extinta Universidade do Distrito Federal.

necessário recommençar quase tudo, desde o principio. Rios sinuosos, foram tornados retilíneos; vales de escoamento sulcam, em rede geométrica, os antigos alagadiços de mangue; estabeleceram-se novas colônias; estendem-se culturas, em que a laranja, principalmente, opera uma verdadeira invasão. E' uma paisagem que rapidamente se transforma e se humaniza.

Els agora um grande ministério cheio de trabalho: o das Relações Exteriores. Convidam-me a ver a mapoteca e a biblioteca. O diretor que é o próprio fundador, é um artista. Organizou uma sala de leitura, guarnecida de talha antiga, e de móveis coloniais, que fazem d'este recinto de trabalho um dos mais belos salões do Rio. A mapoteca reúne a mais considerável coleção de mapas sobre o Brasil, que existe no mundo inteiro: mapas antigos preciosísimos, mapas das fronteiras com anotações pessoais de Rio Branco. Ninguém poderá "fazer" geografia brasileira, sem consultar longamente tal riqueza documental. Para que esta ainda aumente, há ao lado, uma boa biblioteca, que possui coleções esquecidas de grandes revistas brasileiras e estrangeiras. Os arquivos diplomáticos constituem notável tesouro para os historiadores, admiravelmente sistematizado e fácil de consultar.

Historiadores e geógrafos terão grande interesse em visitar outro serviço deveras curioso: o da Inspeção das Fronteiras, instalado em belo edificio do bairro das Laranjeiras. Ali se encontra uma coleção de itinerários e de explorações, testemunhos dos grandes trabalhos geográficos realizados pela Comissão do general Rondon, e pelos seus predecessores. A maior parte do longínquo Brasil, das zonas amazonenses, tão hostil ao homem e cujos segredos, no entanto, há tanto tempo conhecemos. Não se deve esquecer que depois da Europa, o primeiro continente, cuja parte central exploramos, foi a América do Sul, apesar das enormes dificuldades do meio físico. Antes da América do Norte, bem antes da Ásia, Africa e Austrália, era o centro da América do Sul, penetrado pelos bandeirantes paulistas e as entradas amazonenses. Ficamos admirados perante a impavidez desses viajantes antigos.

A minha última visita foi para o Serviço Hidrográfico da Marinha. Está numa pequena ilha da baía, um prédio

construído no tempo do imperador Pedro II, no maravilhoso gnaisse carioca, um verdadeiro edificio histórico. Lá dentro reina o asseio, a minuciosa limpeza e a ordem perfeita que caracterizam tôdas as marinhas do mundo. Há uma turma de oficiais de marinha, que são técnicos do mapa, desenhadores que conhecem todos os segredos da fotografia aérea. Um almirante que é um sábio e um organizador, explica os resultados do trabalho. O serviço funciona há apenas quatro anos; e já 200 milhas da costa foram levantadas e publicadas; e há uma coleção espantosa de fotografias aéreas de Santos a Cabo Frio, talvez a mais extraordinária costa do mundo. De vez em quando, descobrem-se porções de litoral duma juventude extrema, onde a montanha sem transição, se mistura com o mar. Outros trechos, mais regularizados, possuem longas restingas arenosas, com lagoas. Como esconder o meu encantamento diante das séries fotográficas da enseada de Angra dos Reis ou das lagunas e alagadiços salgados de Cabo Frio?

Da fotografia aérea, passamos aos mapas; levantamentos como o da costa de Parati, são obra de oficiais familiarizados com os métodos mais modernos. Põem-me ao corrente dos trabalhos futuros; se o serviço é novo ainda, anima-o uma atividade vigorosa que está colimando o imenso trabalho do mapa do enorme litoral brasileiro. Avisto ali bem perto, um navio do serviço, prestes a partir para Santos, e saúdo o seu comandante que vai terminar o mapa do litoral, entre Santos e a Bertioxa. Prepara-se uma exploração minuciosa da grande enseada do Recôncavo, na Bahia. E todos esses técnicos me atestam, de repente, a sua admiração pela obra dum grande francês, o capitão Mouché, que, em alguns anos, levantou sozinho, há perto dum século, os mapas de todo o litoral brasileiro. E' esse mapa que se trata agora de refazer e rematar; antes, porém, de o substituir, esses homens em termos simples e profundos, termos de conhecedor, manifestam a sua admiração e o seu reconhecimento pelo trabalho antigo.

Volto dali, pensativo; e lembrando-me de todos os serviços que ainda desejo visitar e onde se trabalha: o Serviço Geográfico do Exército que próximamente deverei ver, o Serviço das Águas, a Inspeção das Estradas; as Obras contra as Sêcas; tan-

tos outros serviços econômicos — e considero que sou um estrangeiro, um turista, um excursionista ansioso de conhecer os mecanismos que fazem progredir um país, que tantas atividades moças tornam maravilhoso, e onde, por toda parte se encontra o impulso ardente, a paixão do ofício e da tarefa a realizar. E penso neste público que ainda não conhece, que não acompanha bastante os trabalhos em realização, trabalhos em que se evidencia o desinteresse e os esforços comuns. Quereria eu que houvesse um turismo especial dos Serviços Públicos, em relação aos quais, o interesse alheio, a curiosidade serve de estímulo e de recompensa àqueles que assim, sem alarde, se consagram ao progresso geral do país. Prezar e honrar as organizações que trabalham pelo país, é uma das mais úteis formas de patriotismo.

Quero concluir estas reflexões com o convite para uma viagem de que frequentemente se faz pouco caso, viagem de encantamento maior talvez, do que o proporcionado pelas ascensões ao Corcovado ou ao Pão de Açúcar, porque naquela se aliam intimamente um grato reconhecimento e um motivo de orgulho humano e brasileiro.

*Prof. Pierre Deffontaines*

★

### **Manaus — sua origem e desenvolvimento \***

Uma cidade não surge, nem cresce a ésmo. Um ou mais motivos podem determinar sua gênese, mas o desenvolvimento do núcleo inicial condiciona-se quase sempre a um impulso econômico. Em nosso país, ocorrem vários exemplos. Ora a descoberta e exploração de minas e de fontes virtuosas, ora o aproveitamento de encruzilhadas de caminhos e de pontos acessíveis nas costas, rios e lagos, ora lugares tidos como estratégicos, sobretudo nas fronteiras, ora antigos estabelecimentos da catequese — em quase todos os casos, o crescimento e o progresso dependeram ou dependem da manutenção de motivações econômicas.

O comerciante e o agricultor reforçam a ação dos semeadores de ci-

dades. São também, porisso, pioneiros da conquista e da civilização, no começo praticando o escambo, depois empregando a moeda.

Em qual desses cadinhos poderemos colocar a origem da cidade de Manaus? E' bom examinar o espirito de expansão, que caracterizava as atividades da politica de Portugal, ao determinar o esquadramento dos mares e dos continentes, na ansia de alargar indefinidamente os seus dominios.

A viagem de Pedro Teixeira, em pleno governo espanhol, subindo o rio Amazonas e colocando um marco à foz do rio Napo, foi uma das muitas provas da mentalidade imperialista dos lusitanos. Estava implicito, na sua politica de além-mar, indo muito para o ocidente do meridiano de Tordesilhas, anteceder-se e contrapor-se ao expansionismo avassalador de Castela. Não fôsse a energia indômita da gente da Lusitânia, as pretensões e avanços espanhóis vindos das ribas orientais dos Andes, pela solerte atuação do Pe. Samuel de Fritz e outros, uma grande parte do atual estado do Amazonas, possivelmente até o Rio Negro, não seria nossa.

Portugal fazia-se respeitar. As suas fortalezas falavam em nome do seu direito de conquista e dominio. Para garantir a jurisdição, a bôca dos canhões.

*Fundação da Fortaleza da Barra:* Viu o governo português que o Rio Negro era um excelente caminho para a penetração de holandeses e espanhóis. Fazia-se mister barrá-los.

Corria o ano de 1669. E, logo se fundou a Fortaleza de S. José do Rio Negro, chave militar e econômica, senão politica, da imensa região que ia aos campos do Rio Branco e às montanhas do Orinoco.

Local magnifico, à margem esquerda, alguns quilômetros acima da foz, onde habitavam as tribos dos Banibas, Barés, e Passés.

Foi encarregado de fundar êsse pósto militar, Francisco da Mota Falcão, por ordem do governador geral Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, sendo seu primeiro comandante Angélico de Barros, conforme nos contam o ouvidor Ribeiro de Sampaio e o capitão-tenente Araújo Amazonas. Juntaram-se depois às referidas tribos os famosos Manaus, descidos da zona de Mariuá. Novos indigenas atraídos por Tinoco Valente, outro comandante

\* Trabalho publicado, originariamente, no número de setembro de 1948, do *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*, de onde extraímos para transcrição neste mensário.

da Fortaleza, e pelos missionários, engrossaram a população local e desenvolveram a prosperidade com o seu trabalho no plantio de roças, na caça, na pesca e na extração de "drogas". Como era natural, o comércio apareceu para tirar proveito desse núcleo incipiente, que as necessidades do Reino teriam de fomentar, como uma das forças avançadas do seu vastíssimo domínio na América.

A Fortaleza jamais ficara desguarnecida e continuava a atrair quer novos indígenas, quer civilizados. Muitos destes vieram como soldados, servindo por oito anos, mesclando-se com a gente da terra. Como porta de entrada para o rio, a Fortaleza tornou-se realmente a dominadora das incursões, como a mantenedora da submissão dos aborígenes.

A 23 de agosto de 1743, visitou-a La Condamine. Aludindo à Fortaleza diz: "Há ali sempre um destacamento da guarnição do Pará, para manter o respeito das nações indígenas que lá habitam, e para favorecer o comércio de escravos nos limites prescritos pelas leis de Portugal, e todos os anos, este acampamento ambulante, a que se dá o nome de "tropa de resgate", penetra para diante das terras. O capitão comandante do Forte do Rio Negro estava ausente, quando ali apertamos: não me demorei aí mais que vinte e quatro horas"<sup>1</sup>.

O ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio lá esteve, em 1774, numa viagem de correição. E registou que a população do arraial crescido em torno do forte, chegava a 250 pessoas, incluindo 10 mulheres maiores de 90 anos<sup>2</sup>.

Apesar de sua excelente situação geográfica, o Lugar da Barra, como passou a ser chamado o sítio da Fortaleza, ao findar o século XVII e por todo o século XVIII, ainda não passava de um lugarejo sem maior importância, sobretudo por causa da concentração de advenas e de recursos em Mariuá (Barcelos), por ocasião dos trabalhos da Quarta Partida de Demarcação luso-espanhola. Pereira Caldas, chefe dos serviços por parte da Coroa de Por-

tugal, achava que o local da Fortaleza da Barra era mais apropriado para a sede do governo da capitania instaurada por Mendonça Furtado. E foi, sem dúvida, essa opinião que estimulou o coronel Manuel da Gama Lôbo d'Almada, 3.º governador dessa capitania, a transferir a sede do seu governo para o Lugar da Barra, em março de 1792. A capitania do Rio Negro encontrava-se sob a jurisdição de Francisco de Sousa Coutinho, capitão general do Grão Pará, que continuamente mostrava desaprovos aos atos do governador Lôbo d'Almada, entre os quais o da mudança da capital. Em ofícios a Sousa Coutinho, Lôbo d'Almada defendeu com calor a idéia: "... que o lugar mais central da capitania (que o é certamente este Forte) é também o mais acomodado e adequado para a dirigir", adiante informando sobre a sua relativa abundância de gêneros, "como peixe e farinha, os quais nunca faltam neste Forte, pois das vizinhanças dele é que sempre foi provida Barcelos, uma das povoações mais famintas desta capitania"<sup>3</sup>.

Uma determinação régia de 3 de agosto de 1798, reclamada por Sousa Coutinho, fez regressar a Barcelos a sede da capitania, o que causou profundo desgosto a Lôbo d'Almada.

*A Vila da Barra:* Como estivesse implícito, na sua função administrativa, o predicamento de "vila", dado à sede da capitania, o de Lugar da Barra foi sendo substituído nos papéis oficiais, como no uso popular. Não obstante a transferência, o lugarejo não mais perdeu a denominação da sua perdida hierarquia.

A 1.º de março de 1787, foi a Barra visitada pelo naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, a serviço do governo da metrópole. Dela, nos dá o seguinte relato: "Está a Fortaleza em frente de uma povoação de índios e alguns moradores brancos, a qual se divide em dois bairros ao longo da margem boreal: ambos eles ocupam uma porção da barreira entre os dois igarapés da Tapera dos índios Maués (sic) e dito Manaus. Porém, a porção da terra que serve de base ao primeiro bairro, onde estão situadas a matriz e ambas as residências do reve-

<sup>1</sup> Ch. — M. de La Condamine, *Viagem na América Meridional* — Trad. de Cândido Mota (filho) — Rio, 1944 — p. 88.

<sup>2</sup> "Apêndice ao Diário da Viagem que, em visita de correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente geral da mesma" — In *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, vol. VI.

<sup>3</sup> Ofício de Lôbo D'Almada a Sousa Coutinho, em 4 de abril de 1793 — In Artur César Ferreira Reis, *Lôbo D'Almada — um estadista colonial* — Manaus, 1940 — p. 212.

rendo vigário e do comandante, é mais alta e avançada para o rio do que a do segundo bairro, onde há 8 casas”.

A êsse tempo, a Barra tinha a seguinte população: —

Moradores brancos . . . . .	47	Fogos — 40
Índios . . . . .	243	
Pretos escravos . . . . .	11	
	<hr/> 301	

Apenas três ruas ou melhor caminhos traçavam a povoação. Na principal, viam-se 8 casas. As demais ficavam esparsas. Quase tôdas cobertas de palha inclusive a matriz consagrada a N. S. da Conceição e a residência do vigário.

A Fortaleza era o centro da vida militar, civil e comercial da região, pois tudo girava em torno de sua guarnição. Barcelos ficava muito longe. De 1754 ao ano em que lá estivera o infatigável naturalista, segundo suas informações, ali serviram os seguintes comandantes: o alferes Alexandre Tomás, o cabo de esquadra José Ferreira Tortolo, o tenente Teodoro da Frota, o capitão de granadeiros José da Silva Delgado, o alferes Crispim Lôbo de Sousa, o alferes Luis da Cunha Eça, o alferes Francisco Alves Caeiro, o tenente Bernardo Toscano de Vasconcelos, o alferes Crispim Lôbo de Sousa (pela 2.<sup>a</sup> vez), o tenente Francisco Vitorino José de Oliveira, o então tenente Crispim Lôbo de Sousa (pela 3.<sup>a</sup> vez), o tenente Manuel Lôbo de Almeida, o alferes Manuel Alves Romeiro Belo, o ajudante-auxiliar Custódio de Matos, Pimpim, o tenente Vitorino José de Oliveira (pela 2.<sup>a</sup> vez), o soldado Francisco Serrão de Oliveira e o cadete promovido a alferes, José da Costa Souto Maior<sup>4</sup>.

Apesar dos sensíveis melhoramentos que a vila usufruiu, com a presença e a ação administrativa de Lôbo d'Almada, muito longe ainda estava de apresentar casario e conforto condignos de uma sede do governo. As telhas de barro para as primeiras casas foram fabricadas em Belém (Pará). Depois, fundou-se uma olaria. A matéria-prima era trazida da outra margem do Rio Negro e bastante concorreu

para melhorar a construção dos prédios. Uma Ribeira (estaleiro) para o fabrico de canoas e igarités funcionava nas proximidades da Fortaleza. Nessas pequenas embarcações efetuavam-se as “diligências”, ou fôsem as expedições oficiais que conduziam as ordens do governo, as tropas, as autoridades. Essas diligências, também usadas no Pará, gastavam costumeiramente de 3 a 4 meses, de Belém à Barra.

Atestam a morosidade da viagem C. F. P. von Martius e J. B. von Spix quando dizem: “Havíamos feito a navegação de Belém à Barra do Rio Negro em três meses e meio, quando se pode com embarcações menores e com maior pressa, fazer o percurso em um mês”.

Êsses ilustres naturalistas chegaram à antiga Fortaleza da Barra em outubro de 1819. Ficaram embevecidos pela paisagem, que descrevem com deslumbramento, exclamando: “A todos êsses encantos, junte-se a majestosa tranqüilidade do clima equatorial, que proporciona manhãs frescas e noites serenas em alternância regular. Foi esta a primeira impressão que enfeitou a nossa estada por alguns dias em Barra do Rio Negro, e, quanto mais aqui demoramos, tanto mais se afigurava em nós o conceito de que esta região fôra para doces saudades, contemplações filosóficas, sagrada paz, profundo fervor.

Foi-nos citado o número da população em 3 000 habitantes; entretanto não se acha tôda no lugar, pois uma parte das famílias mora em fazendas ou pesqueiros e só vêm aqui por ocasião das festas das igrejas. Na época de nossa estada em Barra do Rio Negro, oficialmente chamada Fortaleza, esta ainda não era “vila”, mas simples “lugar”. Está situada na margem setentrional do rio Negro, a cerca de uma milha alemã de sua confluência com o Amazonas, num terreno desigual, cortado por diversos regos e consta, como tôdas as vilas do estado, quase exclusivamente de um só pavimento, cujas paredes são construídas de pau-a-pique e barro, cobertas geralmente de fôlhas de palmeiras”.

E, mais adiante, os ilustres viajantes acrescentam profeticamente: “Ainda faltam aqui médico, boticário,

<sup>4</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro* — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo 50, 2.<sup>a</sup> parte, 1887.

<sup>5</sup> J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil* — Trad. de D. Lúcia Lahmeyer — 3.<sup>o</sup> vol. p. 198.

e professor. A Barra do Rio Negro, com o crescimento da população, tornar-se-á praça muito importante para todo o comércio com o *hinterland* do Brasil. A sua situação, em aprazível altitude, dominando todo o rio Negro, nas proximidades do Amazonas e não distante da foz do Madeira, não poderia ter sido mais felizmente escolhida. Será a chave da parte ocidental da região”<sup>6</sup>.

Um fato pitoresco ocorrera no interregno da permanência de Martius na Barra. E’ êle mesmo quem no-lo conta. Diz que um dia lhe apareceu um vizinho, reclamando contra os furtos de que estava sendo vítima, o que attribuía à gente da expedição ali acantonada. Afirmava o reclamante que seus objetos de uso doméstico, como roupas estendidas nas cordas do quintal e, até, panelas com alimentos, desapareciam. O sábio ficou surpreendido, assegurando que sua gente não seria capaz de tamanha desonestidade, até porque nada lhe faltava. Mas, continuavam os furtos. O prejudicado pôe-se em atalaia, escondido. E então vê que o ladrão era um grande macaco coatá, muito manso, que pertencia ao Dr. Martius. O animal, bastante sagaz, aproveitando-se do momento em que os donos da casa saíam, conduzia para o mato próximo os referidos objetos, comia os acepipes e lá deixava as panelas e tudo o mais... Em resumo: o larápio foi acorrentado, para tranquillidade do vizinho...<sup>7</sup>.

Como se acaba de ver, pelo testemunho insuspeito de dois estrangeiros de grande projeção científica, a posterior cidade de Manaus, no começo do século XIX, não passava de uma “aldeia de palha”, mas na qual já se pressentia o surto de progresso, quer pela sua situação-chave do comércio e da administração pública, quer pelo aspecto encantador de suas terras.

Em 3 de dezembro de 1825, a Câmara Municipal, que funcionava em Barcelos, instalou-se, na Barra, por determinação do governo do Pará.

*Inquietação e decadência:* É interessante referir a visita que fez ao Lugar da Barra o oficial da marinha inglesa Henry Lister Maw, em março de 1828. Descreve a pobreza desse núcleo incipiente, avaliando-lhe a população em 3 000 pessoas inclusive índios, população acrescida eventualmente por

ocasião das festas de São João, Páscoa e Natal. Conta que ninguém podia subir o rio Negro sem que primeiro exhibisse seus papéis às autoridades da Barra. Fala-nos de Ricardo Zany, comandante da milícia, homem prestimoso, natural da Córsega, de onde se afastara para não se submeter ao domínio de Napoleão\*.

Maw refere que era costume, na Barra, não aparecerem as mulheres das principais famílias aos visitantes, mesmo ao serem oferecidos a êstes jantares ou outras homenagens.

A êste tempo, a Barra vivia uma fase de decadência, cessado o surto de prosperidade que usufruiu sob a gestão empreendedora e esclarecida de Lôbo d’Almada, surto que tão breve não seria repetido.

E nem sempre reinou a paz no seio da boa gente de Barra. Houve momentos de exaltação cívica, protestos contra a injustiça de não ter a capitania de S. José do Rio Negro entrado para o rol das províncias do Império, como era letra da Constituição e consequência dos fatos decorrentes da emancipação política do país. O mais notável desses movimentos foi, sem dúvida, a quartelada de 12 de abril de 1832: os soldados amotinados mataram seu comandante, coronel Filipe dos Reis que não gozava das simpatias gerais, quer devido ao rigor de sua disciplina, quer pela maneira pouco delicada com que tratava as figuras mais representativas da sociedade local. Foi nomeado para substituí-lo o coronel Ricardo Zany, que há muito se achava radicado à terra e aos seus interesses.

O caráter autonomista do movimento torna-se evidente com a designação do ouvidor Manuel Bernardino de Sousa Figueiredo como presidente da “Província”. Frei José dos Inocentes é enviado à Côrte, via Mato Grosso, afim de conseguir a homologação da efêmera vitória autonomista. Mas tudo se desfez com a chegada à Barra de uma expedição militar vinda de Belém.

Em 1833, com a execução do novo Código de Processo Criminal, quatro termos judiciários são criados na que se chamou comarca do Alto Amazonas, com as sedes em Barra (com o nome de

\* Henry Lister Maw *Narrativa da passagem do Pacifico ao Atlântico através dos Andes nas províncias do norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas até o Pará* — Trad. portuguesa — Liverpool, 1831.

<sup>6</sup> Idem, p. 212.

<sup>7</sup> Idem, p. 213.

Vila de Manaus), em Luzéia (com o nome de Maués), Barcelos e Ega (com o nome de Tefé). Barra pôde possuir, assim, sua própria Câmara Municipal, adquirindo crescente ascendência política sôbre as demais vilas.

Em 1835, a onda de inquietação revolucionária da Cabanagem alastrase pelo interior. A 6 de março de 1836, Manaus cai em poder dos cabanos. Seus chefes, Apolinário Maparajuba e Bernardo de Sena, instituem um governo cuja dominação se prolongaria em Manaus por seis meses, até 31 de agosto.

A êsse tempo, a vila havia alcançado um pequeno desenvolvimento. Ouvimos, a respeito, a informação de Ladislau Monteiro Baena, no seu *Ensaio corográfico sôbre a província do Pará*, publicado em 1839:

“Das casas que êste lugar tem no seu âmbito, a maior parte tem cobertura tecida de ramagem: e com a mesma se acham cobertos o Palácio dos antigos governadores, a Provedoria, o Quartel e os edificios de uma pequena Ribeira de construção de canoas e batelões. São cobertos de telhas a olaria, o hospital militar, os armazéns da Provedoria, e os dos meios de guerra como armas e pólvora e algumas casas de moradores. Tudo isto forma pequenas ruas e uma praça. Há duas igrejas, uma pequenina e outra é a matriz, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição. Ela foi levantada em 1695, pelos missionários carmelitas que então começavam a instituir nas disciplinas da piedade católica os silvícolas do Rio Negro; o governador Manuel da Gama Lôbo d'Almada a reedificou e ampliou.

“A população consta de 347 homens brancos, 327 mulheres brancas, 415 mamelucos, 450 mamelucas, 397 homens baços, 1 020 mulheres da mesma raça, 215 escravos, 164 escravas, 255 mestiços e 206 mulheres desta casta: todos os números de gente livre assomam a 2 809 e os escravos 379. Número de fogos 232”.

Em 1840 caiu o último reduto cabano da Mundurucânia. Com a fadiga e a lição dessa longa luta, entrou o Alto Amazonas num período de sossêgo em que pôde refazer-se lentamente dos prejuízos materiais e humanos que dela decorreram. Manaus desenvolveu-se.

A lei n.º 147, de 24 de outubro de 1848, da assembléia da província do Pará, elevou Manaus a novo predicamento, com o nome de cidade da Barra do Rio Negro. Tinha apenas 4 000 habitantes.

O nome de Manaus, posteriormente recuperado, foi substituído por êsse até 1856. Nesse ano, em virtude da lei n.º 68, de 4 de setembro, e cujo projeto fóra da autoria do deputado João Inácio Ribeiro do Carmo, o antigo arraial tornou-se a cidade de Manaus.

Manaus, sedê da comarca do Alto Amazonas, ia crescendo mofinamente e sofrendo as conseqüências da injustiça de não ter sido contemplada, em 1822, com o predicamento, que lhe cabia, de capital de uma das unidades políticas do Império. Sua vez chegaria, como chegou, com a execução da lei de 5 de setembro de 1850, que criou a província do Amazonas.

Em 1848, há um fato a destacar: a fundação do seminário onde se ensinava gramática latina, francês, música e canto.

*Manaus, capital da província:* Quando foi instalada a nova província, a 1.º de janeiro de 1852, Manaus possuía um pouco mais de 6 000 habitantes, e todo o Amazonas uns 40 000 civilizados, com 7 escolas primárias, na capital. As rendas provinciais, nesse ano, atingiram Cr\$ 19 000,00.

Para compreendermos melhor quanto era insignificante a cidade de Manaus, a essa época, leia-se o relatório do seu primeiro presidente, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Esclarece-nos que não existia um edificio público, condigno para o escopo de sua serventia, a começar pela Câmara Municipal, e a respeito nos diz: — “Não há uma casa própria para a Câmara Municipal celebrar suas sessões; e a em que funciona é alugada, insuficiente e pouco decente a uma corporação respeitável”. Sôbre a cadeia, esclarece o presidente: “Serve de cadeia um pequeno quarto no Quartel Militar, que pelo seu âmbito estreito, escuro e insalubre, parece mais um ergástulo tormentoso, que casa de detenção”. Tratando da igreja matriz: “A falta de igreja matriz, que ficou reduzida a ruínas por um incêndio accidental, é por demais sentida. Serve de matriz a capela de Nossa Senhora dos Remédios, distante do centro da cidade a quase um quarto de légua,

<sup>9</sup> Apud Barão de Marajó, *As Regiões Amazônicas* — 1895 — p. 392.

para onde, no tempo da cheia, em razão dos rios que entram pela cidade, não há passagem, a não ser em pequenas canoas com iminente risco de perda de vida; ou vindo por uma estrada ainda mal preparada, por onde se rodeia e faz maior distância e com demorada passagem".

Tenreiro Aranha regista, no seu referido relatório, não haver edificio próprio para servir de palácio do governo, que funcionava em casa particular, pequena e inadequada para as altas funções de administração pública. Fala de duas pontes de madeira, ambas já bem arruinadas, ligando os bairros de São Vicente ao da Matriz, e este ao dos Remédios.

Da antiga Fortaleza fundada em 1669 por Mota Falcão, diz: "O forte da capital tem apenas as ruínas das muralhas. O local é o mais impróprio e, ainda que despendessem consideráveis somas para sua reedificação, de utilidade alguma poderia servir"<sup>10</sup>.

Uma planta cadastral, levantada em 1852, que aqui juntamos, dá uma idéia do que era Manaus, quando investida dos foros de capital da mais vasta província do Império.

Referem-se a essa época as preciosas indicações de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, oficial da armada que serviu vários anos na região, estudando-a com minúcia e carinho:

"Consta a cidade de uma praça e 16 ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e iluminar. As casas são cobertas de telha e poucas de sólida fundação; porém são cômodas, espaçosas e desafogadas. Os sobrados são ainda em diminuto número. As lojas carecem de mais gosto em sua peculiar ostentação. Possui a cidade duas igrejas, a saber: matriz de N.S. da Conceição e a capela de N.S. dos Remédios, ambas de fundação à imitação da dos jesuítas no país, isto é, frágil e destituída de arquitetura; e o que compensa o povo com um trato e asseio que lhe fazem honra. Possui mais um quartel em uma bela praça, um armazém da arrecadação da Fazenda Nacional, uma olaria pertencente à mesma Fazenda Nacional, algumas casas para habitação dos empregados. Já se não apercebem os vestígios do palácio dos governadores (porque sua fundação era a mesma das igrejas

jesuíticas), da fábrica de tecidos de algodão e de alguns edificios de propriedade nacional. Avultam ainda as ruínas da Fortaleza de São José do Rio Negro e do Hospital de São Vicente; entre tudo o que faltou sempre um cais ou rampa para desembarque".

Sobre a população e seus costumes:

"São em número de 900 brancos e 2 500 mamelucos, 4 080 indígenas, 640 mestiços e 380 escravos, tudo em 900 fogos assaz dispersos. Vestem à moda séria e asseiadamente; as mulheres com gosto e luxo, realçadas por natural e superior graça. Falam muito bem o português, conquanto também usem muito da lingua geral. Passando parte do dia em banhos, torna-se-lhes o asseio uma qualidade inata". Durante a enchente, enquanto estão na cidade, os seus habitantes dedicam-se a "festas de igreja, bailes, jantares e passeios"; no verão espalham-se em trabalhos pelas praias e lagos. "Dão-se a empregos eclesiásticos, civis e militares; e mul assiduamente ao comércio quanto escassamente à agricultura, que não excede de algum algodão e café, além de substâncias alimentares. No que se chama comércio se compreende a pesca do pirarucu, a manipulação de mantegais de tartaruga e peixe boi e a extração de drogas preciosas. Seu principal sustento é tartaruga, peixe e aves, do que tudo há abundância; e carne de gado só aos domingos, e com mais freqüência no tempo da enchente, quando abunda o gado, descido do Rio Branco"<sup>11</sup>.

Entre dezembro de 1850 a novembro de 1851, portanto durante 11 meses, o grande botânico Richard Spruce residiu em Manaus. Entre os episódios que narra dessa estada, valerá colhêr um, como testemunho de um dos aspectos da vida de então; cinco escravos do mesmo proprietário fugiram para o Purus mas foram alcançados e regressaram. Um deles mostrou-se de tal modo indócil que "se julgou necessário encadeá-lo por uma perna a um poste, no pátio". À noite, atravessando o seu senhor o pátio, o escravo tentou assassiná-lo com uma faca. Frustrada a sua tentativa, encostou o cabo da faca no poste e rasgou o seu próprio ventre. "Na manhã seguinte — conta Spruce — quando eu ia para o banho,

<sup>11</sup> Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, *Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Amazonas* — Recife, 1852 — p. 190.

<sup>10</sup> Tenreiro Aranha, *Relatório* — Manaus, 1852.

seus companheiros de jugo o estavam conduzindo, morto, cosido num saco, para uma canoa, afim de lançá-lo ao meio do rio. Eles estavam rindo e gracejando como se carregassem um cão morto; e o acontecimento não parecia produzir a menor impressão nos vizinhos. Tais são as "belezas do sistema escravagista!..."<sup>12</sup>.

Na mesma ocasião em que Manaus acolheu Spruce, também acolheu outro famoso naturalista, Alfred Wallace, a quem devemos algumas preciosas páginas, acêrca de suas instituições e costumes. Fala-nos das casas, das coisas, dos homens.

Dêstes, por exemplo:

"Os habitantes mais civilizados da Barra dedicam-se todos ao comércio, não havendo ali qualquer outra diversão, se assim podemos considerar, que não seja a de beber e jogar em pequena escala.

A maior parte nunca abre um livro ou trata de empregar o seu tempo em qualquer outra ocupação intelectual.

Por conseguinte, o que nisso poderá inferir, é que se atende mais ao luxo; aos domingos principalmente, todos trajam as suas melhores roupas.

As mulheres vestem-se elegantemente, exibindo lindos vestidos, confeccionados com gases e musselinas francesas".

"Os homens, que passam a semana inteira em mangas de camisa e de chinelos, nos mundos armazéns, trajam, nesse dia, bonitos ternos escuros, chapéu de castor, gravata de setim e finíssimos sapatos de pelica.

Então, conforme é moda ali, é a ocasião própria para fazer visitas, indo uns às casas dos outros, para palestrar, tendo como assunto principal da conversação os escândalos, que se acumularam durante a semana".

Acrescenta que se ouviam na Barra, "diariamente, falatórios a respeito das mais respeitáveis famílias do lugar, os quais difficilmente seriam acreditados pelos habitantes dos piores bairros suspeitos de Londres"<sup>13</sup>.

Wallace testemunhou os primeiros dias de vida de Manaus como capital de

uma provincia. Regista a luta para obter uma casa, "o que naquela ocasião era muito difficil de conseguir, pois estavam quase todas occupadas, e os aluguéis de numerosas eram carissimos". "Isso tinha como principal causa o affluxo de numerosos adventicios e commerciantes, alli chegados em consequência da instalação do novo governo na cidade".

Quando Wallace assinalou tais factos, Manaus atravessava um periodo de difficuldades. "Desde 5 meses, alli não chegava navio algum, procedente de Belém do Pará, e havia absoluta falta de quase todos os gêneros de primeira necessidade. A farinha de trigo há muito tempo que se havia acabado e, consequentemente, não havia pão". "Esta falta de gêneros", explica o cientista inglês, "era devida a ter-se perdido, um mês antes, perto da Barra, um navio que vinha de Belém, carregado de provisões"<sup>14</sup>.

Por essas referências, é possível imaginar o que fôsse a vida em Manaus, crescendo aos seus problemas anteriores o do ajustamento à nova condição de capital de uma provincia do Império.

Quando o presidente da provincia, conselheiro Herculano Ferreira Pena, tomou posse, em 1853, de 243 casas no centro urbano, 122 eram cobertas de palha. "Pelas piores casas — informa o conselheiro — paga-se ordinariamente o aluguel mensal de 4 a 6 cruzeiros; pelas melhores, 15 a 25 cruzeiros, havendo algumas de 30 cruzeiros: nenhuma delas se acha desocupada"<sup>15</sup>.

Constituiu-se, então, a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, incorporada por Mauá, e que larga influencia iria ter para a prosperidade da região. Com o tráfego estabelecido pelos vapores "Marajo", "Monarca" e "Rio Negro", abertas as linhas do Madeira e do Solimões, assegurada a ligação regular com Belém, Manaus começou a usufruir das vantagens de sua posição.

Em 1860, Manaus recebeu a visita de Belmar, um viajante francês cujas informações sobre a cidade, pouco mais fazem do que repetir os dados constantes do *Dicionário* de Araújo Amazonas. E Belmar escreveu, por sua vez, estas palavras de confiança no futuro

<sup>12</sup> Richard Spruce *Notes of a Botanist on the Amazon and Andes* — Edição de Alfred Russel Wallace — Londres, 1908 — Vol. I — p. 241.

<sup>13</sup> A. R. Wallace, *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro* — Trad. de Orlando Torres — Edição "Brasiliana" — p. 201.

<sup>14</sup> Idem, p. 483.

<sup>15</sup> *Apud* Agnelo Bittencourt, *Corografia do Estado do Amazonas* — Manaus, 1925 — p. 273.

do pequeno burgo: "A posição de Manaus determinar-lhe-á ser um dia uma das mais importantes cidades do Alto Amazonas. Já é ela o entreposto de todo o comércio de importação e exportação que se faz na imensa bacia do rio Negro, comércio que não pode deixar de adquirir cada dia mais extensão e atividade, à medida que o país se povoe de trabalhadores"<sup>16</sup>

Em 1865, Louis Agassiz e sua luzida comitiva estiveram em Manaus. A narrativa dessa viagem, em grande parte escrita por madame Elizabeth Cary Agassiz, diz-nos largamente da cidade e dos seus arredores, bem como dos habitantes e seus usos.

"Que poderei dizer de Manaus? — indaga. É uma pequena reunião de casas, a metade das quais, prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao vê-las oscilantes decoradas com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade, na junção do rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação"<sup>17</sup>.

Madame Agassiz, com a autoridade de ser o seu um depoimento feminino, confirma a observação de Maw, há cerca de quarenta anos antes, quanto à vida semi-claustral das senhoras amazonenses. Muitas senhoras, verificou, "passam meses e meses sem sair de suas quatro paredes, sem se mostrar, senão raramente à porta ou à janela; pois, a menos que esperem alguém, estão sempre tão pouco vestidas que vão além da negligência". "A mulher, nessa porção do Império, se embota no torpor de uma existência inteiramente vazia e sem objetivo, ou se se revolta contra suas cadeias, a sua infelicidade só é comparável à nulidade de sua vida"<sup>18</sup>.

Não obstante tal recolhimento, davam-se bailes e o casal Agassiz teve oportunidade de assistir a um, em homenagem a Aureliano Cândido Tavares Bastos, campeão de abertura dos portos do Amazonas às bandeiras das nações amigas. Não havia carruagens: os

convivas, ataviados para a festa atravessavam as ruas enlameadas, a pé, às carreiras, alumando o caminho com lanternas de mão. Na noite dêsse baile, chegou a notícia da rendição de Uruguaiana. E um outro foi organizado por êsse motivo para a noite seguinte. Agassiz registra o que foi a comoção pública diante de tão desusadas comemorações.

Em 1867, o engenheiro Franz Keller-Leuzinger foi comissionado pelo governo imperial para realizar estudos sobre problemas de transporte no rio Madeira. No livro que escreveu descrevendo sua exploração, também presta o seu depoimento sobre Manaus. Diz-nos, por exemplo, da dificuldade e desconforto do desembarque e depois, como todos os outros, expande a sua exaltação e deslumbramento.

"As ruínas do pequeno forte português, São José da Barra do Rio Negro, — regista — são vistas à esquerda. Mas elas despertam muito menos interesse que um velho cemitério indígena, recentemente descoberto ao nivelar-se o terreno na vizinhança de suas muralhas. Centenas daquelas urnas de argila vermelha (igaçabas), que os aborígenas usam para enterrar seus mortos, são vistas em longas fileiras, e a não grande profundidade da terra. Em várias delas, os restos de ossadas humanas têm sido encontradas, e o seu estado de decomposição mostra que elas são de data bem antiga"<sup>19</sup>.

"A despeito de seu pomposo título, capital da província do Amazonas, Manaus é uma cidadezinha insignificante de uns 3 000 habitantes. Ruas sem calçamento e péssimamente niveladas, casas baixas e cabanas de construção a mais primitiva, sem nenhum cuidado de beleza arquitetônica, numerosas vendas de portugueses, — onde qualquer coisa pode ser conseguida, do vinho de Lisboa e tecidos estampados ingleses ao queijo brasileiro e ao pirarucu seco; de cosméticos e sabonetes de Paris ao cacho e ao cacau, de espingardas belgas a pontas importadas de arpão — certamente se negam em compor um imponente *ensemble*; enquanto a população, exibindo amostras de todas as possíveis misturas de sangue branco, negro e indígena, também nos lembra vigorosamente que estamos no coração do continente sul americano, no verdadeiro centro do vale amazônico, aberto apenas

<sup>16</sup> A. Belmar. *Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazones* — Londres, 1861 — p. 175.

<sup>17</sup> Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz, *Viagem ao Brasil* — Trad. de Edgar Sussekind de Mendonça — Edição "Brasíliana" — p. 247.

<sup>18</sup> Idem, p. 336.

<sup>19</sup> Tal cemitério estava localizado, provavelmente, no terreno ao lado do atual Palácio Rio Branco.

recentemente à civilização e ao comércio". Franz Keller remata a notícia que nos dá de Manaus, falando de como o impressionam de um lado o céu, a vegetação e as águas, e de outro a cordialidade da gente. Tais coisas, diz êle, "tendem a fazer-nos esquecer o desejo de luxos e ter como muito agradável a nossa primeira impressão de Manaus"<sup>20</sup>.

Durante o largo interregno que vai daí à proclamação da República pouco se fez pela princesa do Rio Negro. Os mais notáveis edifícios construídos nesse período foram a matriz e o Colégio Estadual do Amazonas, instalados em 1884, pelo presidente Ernesto de Vasconcelos Chaves. A Santa Casa de Misericórdia fôra instalada a 16 de maio de 1880, pelo presidente coronel José Clarindo de Queirós. Ainda não era o edifício que é hoje, remodelado e ampliado recentemente pelo saudoso arquiteto Aloísio Araújo<sup>21</sup>.

Um dos poucos melhoramentos integrados naquele período do regime monárquico, não deve ser esquecido: o "Asilo Elisa Souto", mais tarde "Instituto Benjamim Constant", instalado no dia 10 de julho de 1884, em que a província do Amazonas festejava a entrega das últimas cartas de alforria ao reduzido número de seus escravos. Não tinha a amplidão e o conforto que recebeu já no período republicano.

Mais outros edifícios tinham sido levantados, como o Paço Municipal, o Mercado de Ferro, o Quartel de Artilharia, Cadeia Pública, a Assembléia Legislativa (comprada ao capitalista Custódio Pires Garcia). Nenhum grupo escolar.

*Manaus, capital do estado:* Manaus havia progredido morosamente. Ao evento do novo regime possuía cerca de 20 000 habitantes, sem telégrafo, sem telefones, sem bondes, sem água canalizada, sem luz elétrica. Suas rendas eram mesquinhas. Mas o Amazonas teve a felicidade de ver, no começo do novo regime, valorizada a sua produção de borracha. Suas receitas se duplicavam anualmente. Era mister aplicar êsse dinheiro, satisfazendo os reclamos dos serviços públicos.

Eduardo Gonçalves Ribeiro, o "Pensador", quando governou o estado, pela segunda vez (de 1892 a 1896), foi o grande construtor de Manaus. "A maior parte dos melhoramentos que se realizaram nesta capital e no interior — já escreveu o signatário destas linhas — datam desse quadriênio. São justas as palavras daquele governador, a respeito desta capital: "Encontrei uma grande aldeia e fiz dela uma cidade moderna"<sup>22</sup>.

O "Pensador" remodelou a cidade. Fêz aterros e desaterros importantes, edifícios escolares, canalizações d'água aparelhada de um enorme reservatório, pontes de pedra e de ferro, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça e outros melhoramentos que foram inaugurados mais tarde. Seus sucessores seguiram-lhe o programa, embora menos intensamente.

Até a gestão Eduardo Ribeiro, o abastecimento de água para a população se fazia por meio de carros-pipas, puxados a boi ou a cavalo, e quase sempre de propriedade de portugueses, os "aguadeiros", que iam buscar o líquido no igarapé de Manaus, em certa altura, a montante da qual era proibido utilizar as suas águas para banhos ou outras serventias que as pudessem poluir<sup>23</sup>.

Entre os grandes aterros então executados, figura o que deu origem à atual avenida Eduardo Ribeiro, a principal da cidade, e que está situada, na sua maior extensão, onde era um enorme pantanal pelo centro da qual corria o igarapé do Espirito Santo. As avenidas Floriano Peixoto e Getúlio Vargas (anteriormente 13 de maio) ocupam o antigo igarapé do Atêrro, assim chamado por causa de um atêrro sobre arcada que o governo provincial man-

<sup>22</sup> Agnelo Bittencourt, ob. cit. — 290.

<sup>23</sup> Quando Agassiz esteve em Manaus, em 1875, os aguadeiros ainda não utilizavam carros e o seu officio não era como após, costumemente fornecido por portugueses. "Um dos meus grandes prazeres em Manaus — conta o sábio — é, à tarde, ao cair do dia, dirigir os meus passeios para a floresta vizinha e ver destilarem os "aguadeiros", índios ou negros que passam de volta por um estreito caminho, trazendo na cabeça um grande jarro vermelho de barro, cheio d'água. E' como uma procissão, de tarde e de manhã; a água do rio passa por não ser boa para se beber, e, de preferência, a cidade se fornece das pequenas lagoas e riachos da mata" (Ob. cit., 249). O polígrafo e amazonista Mário Ipiranga Monteiro dedicou ao estudo dos aguadeiros um valioso ensaio.

<sup>20</sup> Franz Keller, *The Amazon And Madeira Rivers* — Londres, 1874 — p. 34.

<sup>21</sup> Júlio Uchoa, *Santa Casa de Misericórdia* — Divulgação do Centro Teixeira de Freitas — Manaus, 1947.

dera construir, em frente ao atual Cine Politeama, no caminho da Cachoeirinha hoje avenida 7 de Setembro.

Quem escreve estas linhas, conheceu o centro urbano de Manaus limitado à área que tem pela parte norte, a rua Monsenhor Coutinho, pelo sul o rio Negro, por este a avenida Joaquim Nabuco, por oeste o igarapé de São Vicente. Fora daí ficavam os subúrbios, considerados lugares distantes, como os bairros dos Educandos (hoje Constantinópolis) a Cachoeirinha (arruada pelo prefeito Manuel Uchoa Rodrigues), Campinas, São Raimundo.

A Vila Municipal (hoje Adrianópolis) é recente. Data de 1906. Está situada no antigo terreno pertencente aos herdeiros do capitão de mar e guerra Nuno Álvares de Melo Cardoso, terreno êsse que foi, em parte, desapropriado, traçando-se nêles os lineamentos dos bairros, sob o governo municipal do capitão Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa.

Com os trabalhos de planificação da parte central da cidade, muito alterada ficou a topografia, como ainda o atestam certos pontos (igreja da Matriz e Remédios. Teatro Amazonas e Palácio da Justiça).

Os primitivos cemitérios de Manaus, inclusive o dos índios, desapareceram. O de Nossa Senhora dos Remédios, que se estendia lateralmente e pelos fundos da igreja dêsse nome, possuía ainda, em 1884, o seu grande "cruzeiro" de madeira, em frente ao atual templo da Loja Maçônica "Amazonas", e na parte sul da rua que aí foi aberta, recebendo o nome de rua da Cruz, mais tarde Leovigildo Coelho. Essa necrópole fôra fechada em 1856, por ordem do presidente Herculano Ferreira Pena, quando assolou a cidade uma epidemia de cólera.

O cemitério de São José, situado no limite sul da praça da Saudade, e aberto nesse ano de 1856, foi fechado ao ser aberto o de S. Raimundo no bairro dêsse nome, e criado para atender aos óbitos oriundos de um surto de varíola que então grassou. O cemitério São José foi demolido, já em nossos dias, e, no local, que se irrigara de tantas lágrimas, construiu-se a bela sede do Atlético Rio Negro Clube...

A atual necrópole de São João Batista foi aberta na gestão Lisboa, tendo sido o primeiro enterramento, nêles realizado, o do grande médico e jornalista Aprigio de Meneses.

Sucessor de Eduardo Ribeiro, o governador Fileto Pires Ferreira teve oportunidade de concluir e inaugurar muitos melhoramentos notáveis. O ano de 1896 foi excepcionalmente feliz a êsse respeito.

Em 1896, a 10 de fevereiro, verificou-se a inauguração da linha telegráfica sub-fluvial. A 1.º de março, dava-se a instalação do Instituto Benjamim Constant, em seu novo prédio. A 5 de julho, eram inauguradas as pontes de alvenaria sôbre os igarapés Manaus e Bittencourt. A 22 de julho, iniciou o tráfego a linha de viação urbana, partindo da praça Tamandaré ao reservatório do Mocó. A 22 de julho, inauguração do serviço de abastecimento d'água. A 15 de outubro<sup>24</sup>, inauguração do serviço de iluminação elétrica: ressaltada a prioridade de Campos, Manaus pode orgulhar-se de ser no país precursora de tal melhoramento. E para terminar condignamente êsse ano, a 31 de dezembro, inauguração do Teatro Amazonas.

O pôrto de Manaus, com os seus flutuantes únicos no gênero em tais proporções, foi inaugurado em 1902, na gestão de Silvério Néri.

A administração Constantino Néri deu-nos dois belos edifícios: a Biblioteca Pública e a Penitenciária: além de vários melhoramentos realizados sob a jurisdição municipal.

Entre as aquisições com que posteriormente foi enriquecido o patrimônio da cidade, cumpre destacar a do palacete Scholz, o atual Palácio Rio Negro, que custou apenas Cr\$ 200 000,00 em 30 de junho de 1918, governo Alcântara Bacelar<sup>25</sup>.

E recentemente, no governo Álvaro Maia, vários edifícios foram construídos e outros comprados e remodelados para os serviços públicos. Entre os construídos e os rematados convém registrar o Instituto de Educação, o Palácio Rio Branco, o Palácio das Municipalidades, a Inspeção do Tráfego. E não houve grupo escolar que não fôsse ampliado.

Com seus jardins vicejantes e ruas calçadas, com seus belos edifícios, Manaus transformou-se do que era no tempo de Agassiz para ser o que êle

<sup>24</sup> Júlio Uchoa, *Apontamentos para a história da iluminação em Manaus* — Divulgação do Centro Teixeira de Freitas — Manaus, 1947.

<sup>25</sup> Júlio Uchoa, *Palácio Rio Negro* — Divulgação do Centro Teixeira de Freitas — Manaus, 1947.

predisse: um grande centro de comércio e navegação, com suas instituições científicas e literárias, seus cursos técnicos, com os seus jornais e revistas bem colaborados, suas casas de diversão e, sobretudo, seu espírito de brasilidade, cordialidade e progresso.

Rio, agosto de 1948.

Prof. Agnelo Bittencourt

★

### Conservação da fertilidade do solo como medida básica de defesa da agricultura nacional

I — *Gênese do solo*: O solo agrícola é o produto da desagregação e decomposição das rochas, ao qual se incorpora a matéria orgânica. As propriedades físicas e químicas dependem muito da composição mineralógica das rochas originárias. Segundo Pisler: "A composição química e as propriedades físicas de uma terra, por conseguinte os seus caracteres agrícolas, têm certas relações naturais como o modo de formação dessas terras. Se soubermos de onde ela provém, estaremos bem perto de saber o que ela é". Assim sendo, é de grande importância, para conhecimento da "gênese de um solo", consultar-se as análises mineralógicas e químicas das rochas que contribuíram para sua constituição, quer se trate de terras formadas pela decomposição de rochas *in situ*, quer mesmo das de "transporte".

Entretanto, do ponto de vista pedológico, o "solo agrícola" é atualmente considerado como uma "entidade natural" e, não simples resultado da *erosão geológica*. Para bem conhecê-lo, é preciso que se considere o seu "perfil completo", isto é, a maneira por que as diferentes camadas se dispõem ou seja o conhecimento da sucessão dos "diferentes horizontes", acrescidos do substrato representado por uma camada ainda não decomposta ou desintegrada, denominada "rocha madre".

Ainda podemos definir *solo*, como sendo a formação natural de estrutura móvel e de espessura variável, proveniente da transformação da "rocha madre" subjacente, sob a influência de diversos processos físicos, químicos e biológicos.

"Os solos derivam da alteração das rochas pela ação de fenômenos de "in-

temperismo". As rochas que sofrem alteração podem, originariamente, ter sido mais ou menos consolidadas, sujeitas aos processos de diagênese; ou materiais depositados, ainda indenes desses processos, mas que sofrem logo, em sua zona superior, a ação do "intemperismo". Os processos de erosão, de transporte e de depósito devem ser considerados "mais de ordem geológica" do que "pedológica". A *criação do solo* é posterior ao depósito. De outro lado, pode ser incipiente processo de alteração, de sorte a ser o solo o próprio depósito". (Engenheiro Luís Flores de Moraes Rêgo — "Considerações gerais sobre a gênese e taxionomia dos solos no Brasil").

Os agrônomos dividem os solos em *autóctones*, gerados pela alteração das rochas *in situ*, e *alóctones*, estes formados de materiais transportados. O processo de transporte cria nova rocha que sofre menor ou maior alteração para produzir o solo. Naturalmente nos fenômenos de depósito das rochas inconsistentes, em geral muito modernos não há oportunidade para que se realize, propriamente, o processo pedológico. A rigor, a antiga classificação dos solos, em *autóctones* e *alóctones*, não tem mais razão de ser, visto o processo de transporte e formação do solo pertencer ao domínio da pedologia. "Os processos que geram os solos diferem dos de alteração em geral, todavia, em sua essência, os fenômenos são os mesmos; os primeiros podem ser considerados casos especiais dos segundos, operados muito superficialmente. (Engenheiro Luís Flores de Moraes Rêgo — "Considerações gerais sobre a gênese e a taxionomia dos solos no Brasil").

O estudo petrográfico e o mineralógico permitem determinar a origem do solo, e, bem assim, as espécies minerais que o compõem. Deve-se ao grande agrônomo Gasparin a demonstração da importância capital do estudo micrográfico das terras. Assim é que, para estudo das rochas, como das terras, o microscópio de luz polarizada trouxe preciosa contribuição na distinção de seus caracteres, sendo o exame petrográfico das terras aráveis reconhecido como de utilidade incontestável, não apenas em petrografia, mas também em agricultura.

As rochas são constituídas por elementos mineralógicos que, sob a influência de agentes vários (intemperismo) se decompõem e, com as plan-

tas e animais formam os solos. São esses agentes geológicos classificados em mecânicos, químicos, ígneos e orgânicos.

Dentre os agentes mecânicos, pode-se citar a ação atmosférica. O vento, pela sua ação direta ou carregando areias, exerce forte desgastamento sobre as rochas. A ação indireta da atmosfera é representada pelas mudanças de temperatura, pela evaporação, pela umidade, pelas massas d'água, etc. A temperatura com mudanças repentinas, tem o efeito de atuar nos elementos minerais das rochas, produzindo contrações e expansões de que resulta a desintegração das mesmas.

Os *solos aluvionais*, os melhores para a cultura, por sua origem estranha às rochas onde se encontram, carregados como são seus elementos pelas águas, constituem o resultado da decomposição das rochas pela ação direta da atmosfera e, em grande parte, pelas mudanças de temperatura. Os *solos locais* são, originários diretamente das rochas pela ação química do ar, das águas, e também pela ação das mudanças de temperatura.

2. Intervêm na formação dos solos, em suma, os seguintes fatores:

- 1 — Clima
- 2 — Topografia
- 3 — Rocha que sofre a alteração
- 4 — Vegetação natural.

Concordam os pedologistas modernos em atribuir ao clima papel primordial. Com efeito, deve-se aos fenômenos atmosféricos, que se incluem no clima, — principalmente à temperatura e às precipitações — o processo mais enérgico de *alteração e formação* dos solos.

*Desagregam-se* as rochas, ao mesmo tempo que seus elementos se *transformam*. Essas transformações consistem principalmente em *oxidações, reduções, e hidratações*.

Os solos são constituídos por materiais granulares de várias naturezas: quartzo, sílex, argilas, limonito, etc... Formam como que o meio no qual se processam fenômenos bio-químicos.

Dão-se migrações de elementos, hidratações e variações de oxidação. Esses processos apresentam seqüência de estados que, em conjunto, recebem a

denominação, "ciclo pedológico". Tem-se, assim, desde a rocha mal alterada, até os solos super-evolvidos.

A *água* age ainda e, fortemente, sobre os elementos mineralógicos das rochas. Bastará considerar que um litro d'água das chuvas contém em dissolução 25 centímetros cúbicos de diversos gases, dentre eles compreendendo 31% de oxigênio e 25% de anidrido carbônico.

Com o auxílio do anidrido carbônico, os silicatos se decompõem, transformando-se em carbonatos. E' por essa forma que se desagregam os granitos em cuja constituição entram os feldspatos, a mica, etc.

E' o que acontece com a *ortose* (K-2 Al-2 Si-6 O-16). O anidrido carbônico retira do silicato o potássio, para formar o carbonato de potássio; a sílica é posta em liberdade, em estado gelatinoso, e arrastada pela água. O silicato de alumínio, que se achava em combinação com o de potássio, colocado em liberdade, *hidrata-se* em presença da água e dá origem ao *caulim*. Essa a razão do nome de "caulinização" dada ao processo de alteração das rochas silicatadas. Verifica-se a seguinte reação.  $K-2 Al-2 Si-6 O-16 + CO-2 = CO-3 + (Si O-2)3 + Al-2 O-2 + Al-2 O-3 (Si O-2)3$ .

Tem-se dessa forma, a decomposição dos minerais silicatados do granito; transformam-se os órgãos de quartzo em saibro ou areia; o granito, em *argila*, proveniente do feldspato; a areia proveniente do quartzo da sílica posta em liberdade; e o carbonato de potássio que se incorpora à argila. A mica é também atacada, contribuindo a oxidação para sua desagregação.

Na zona superior predomina a eliminação de componentes, dando-se fenômenos de imigração, quer de ordem mecânica, chamados de *eluviação*, com relação do conteúdo de material de grandulação fina, quer envolvendo dissoluções físicas e químicas. Em horizonte inferior se depositam os materiais provenientes da zona superior, dando-se o fenômeno de *eluviação*. Segue-se a rocha modificada, que não sofreu os fenômenos de intercâmbio que geram os solos. As três zonas podem ser designadas pelas letras A, B, e C. Seu desenvolvimento se opera pelo grau de evolução e em obediência às modalidades gerais do processo pedológico.

A água, sob a forma de chuva, de cursos d'água e de gelo (geleiras, gelos flutuantes, etc.) constitui um dos mais poderosos fatores geológicos. A água exerce ação mecânica, nesse caso, o que depende, para efeito da desagregação das rochas, de sua estrutura, composição mineralógica e das formas topográficas da região.

II — *Erosão e destruição da fertilidade do solo agrícola*: 3 — *Erosão* é o desgaste do solo com o transporte de suas camadas superficiais ou profundas, provocado pela água, pelo vento ou por maus processos de exploração agrícola, atuando esses fatores separada ou simultaneamente.

O meio de evitá-la será pela execução de um *programa metódico de conservação do solo* e portanto, de sua fertilidade.

Com esse fim, o agricultor precisará estar atento, observando os efeitos da erosão nas culturas, pastagens, caminhos, etc., contendo a ação das enxurradas. Caso contrário, o solo irá se desgastando o que é denunciado pelo aparecimento de sulcos sobre o terreno.

Pouco e pouco o solo perderá sua fertilidade.

O solo que se formou lentamente pelo processo pedológico, levando a natureza cêrca de 1 000 anos para formar 40 mm de espessura pode ter esse trabalho destruído em poucos anos pela ação do homem, rompendo-se dessa forma o equilíbrio das forças naturais.

Nas *pastagens*, os sulcos de contorno são recomendáveis, sendo que nas culturas anuais é onde se faz sentir mais fortemente o efeito da erosão, devido ser o terreno revolvido. O livre escoamento das águas deve ser evitado, no sentido da maior declividade do solo.

A *cultura em faixas*, dividindo-se o terreno em faixas de nível, cuja largura variará com a declividade que não exceda de 8%, representa processo pouco dispendioso e muito recomendável.

Nos *pomares e culturas perenes*, tanto quanto possível, não só como fator de conservação, mas também como meio de facilitar a restauração da sua fertilidade, é também processo recomendável.

4 *Tipos de erosão* — Pondo de lado a erosão determinada pelo vento (importante nos climas secos) e pelas águas e marés, temos a *resultante das chuvas*, que pode dar lugar aos 4 tipos seguintes de erosão:

1 — erosão em lençol (*sheet erosion*)

2 — erosão em canais (*gully erosion*)

3 — erosão queda (*waterfall erosion*)

4 — erosão em desabamento (*sleep erosion*).

A primeira é consequência do deslizamento da água da chuva pela superfície do solo.

A segunda, pela concentração da água em pontos determinados e em consequência da enxurrada.

A terceira, quando a água se precipita de canais coletores ou escoadouros e solapa os terrenos marginais.

A quarta, quando a água, nos solos íngremes, se infiltra e ocasiona desmoronamentos.

Alguns geólogos só admitem a erosão *superficial*, em *canais* e a produzida pelo *vento*, êste último nos solos muito secos em que a água nêles não atue.

E' inegável que o homem, agindo sem método, tem sido um agente acelerador da esterilidade do solo. Entre nós, o machado, a enxada e o fogo, abatendo a floresta e destruindo a matéria orgânica do solo, sem medidas de precaução, tem concorrido, nos terrenos de declive, para destruir a fertilidade do nosso solo agrícola em grandes extensões territoriais.

#### *Fatores de erosão.*

Destacam-se como principais os seguintes:

1 — *Precipitações pluviométricas* (qualidade freqüência, intensidade e distribuição das chuvas);

2 — *Topografia ou declividade do solo* (grande declividade e comprimento do declive);

3 — *Propriedades físicas e químicas do solo* (textura; poder de absorção, profundidade, natureza do perfil, etc.);

4 — *A exploração da terra pelo homem.* A derrubada das matas, o fogo, os maus processos de preparo mecânico do solo, o alinhamento defeituoso das plantações, etc., podem e têm influência prejudicialmente, facilitando a erosão em alta escala.

5 — *Natureza da cobertura do solo* (vegetação) — existem as que protegem o solo ou favorecem a erosão, na conformidade de seu sistema radicular.

6 — *Natureza de proteção contra a erosão.* Não são muitos, embora os processos possam ser combinados atendendo às peculiaridades de uma determinada propriedade agrícola.

Além dos processos de combate assim considerados que são de caráter mecânico, têm-se as medidas de defesa que, adotadas racionalmente, podem atenuar sensivelmente os efeitos da erosão.

São os seguintes os processos mecânicos:

1 — *Os terraços verdadeiros* ou *patamares*, que consistem na formação de degraus. É um processo usado há séculos.

2 — O “*sistema trenching*”, que consiste em fossas ou buracos retangulares distribuídos pela área cultivada (geralmente em pomares, cafezais, etc.). Esses buracos depois de cheios por efeito da erosão, são abertos em outros pontos.

3 — *Cultura em faixa de nível*, conhecido entre os norte-americanos por *stripp eroping*. É aplicada com eficiência em declividades de 4 a 7 por cento e de acôrdo com as constantes físicas do solo. Consiste na alternância de faixas de cultura com plantas adequadamente escolhidas e cultivadas em linha de nível. É um processo econômico, usado em grande escala nos Estados Unidos e que se vai generalizando entre nós. As *faixas de cultura* são intercaladas com *faixas de plantas* de caráter perene ou semi-perene formando degraus, tendo por fim proteger as faixas de cultura. Será papel das estações experimentais estudar as plantas, em cada região, que deverão constituir as faixas, e, mesmo, que devam ser cultivadas economicamente. As leguminosas, como adubo verde, estão destinadas a representar papel importante.

4 — *Terraceamento.* Esse processo consiste na divisão dos terrenos de cultura de fortes declives (de 8 a 18%) em faixas estreitas de solo, denominadas terraços; os quais vão comportar-se independentemente na absorção do excesso d'água, evitando a formação de enxurradas. Esses terraços acompanham as curvas de nível do terreno e as distâncias entre eles variam na conformidade das características locais (declividade, precipitação pluviométrica propriedades físicas do solo, etc.).

Na execução do *terraceamento* que é da alçada da engenharia rural, ter-se-ão que considerar as seguintes operações: estudo do terreno, sobretudo do ponto de vista topográfico, geológico e propriedades físicas; localização e construção dos terraços; construção de canais coletores. Entram no cálculo das despesas muitos fatores, como sejam: topografia, maquinaria empregado, pessoal, etc. Segundo os agrônomos João Abramildes Melo e Mário Borganov, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, que se têm dedicado a esse estudo, a eficácia do *terraceamento* está comprovada em experiências realizadas em campos pertencentes ao governo em propriedades particulares. Foram adquiridas muitas máquinas especializadas e delas fez-se distribuição pelo interior. E assim o *terraceamento* está sendo difundido.

Os *terraços* podem ser construídos em pequenas áreas, adotando-se métodos manuais de tração animal e mecânica sendo que para este último processo, existem máquinas especiais e importadas dos Estados Unidos.

Por orientação da Secção de Combate à Erosão, Irrigação e Drenagem do Instituto Agronômico de Campinas, o *terraceamento* está sendo executado em muitas regiões do estado, alcançando-se ótimos resultados. Sua aplicação está limitada pela declividade, que não deve exceder de 18%; mesmo porque, do contrário, os terraços ficariam muito próximos, dificultando os trabalhos de cultivo. Não basta, entretanto, construir os terraços; os métodos de cultivo nêles empregados, sobretudo os mecânicos, exigem cuidados especiais.

7 — São os seguintes os métodos que podem atenuar a erosão:

1 — *Reflorestamento*. Além da proteção do solo, o *reflorestamento* dos terrenos íngremes está se impondo entre nós como medida econômica, desde que sejam escolhidos para plantio essências florestais adequadas. Pode-se alcançar com o reflorestamento, dupla finalidade: a proteção do solo contra a erosão e a criação de vantajosa exploração agrícola.

As elevações com declividades acima de 80% devem ser conservadas em florestas ou reflorestadas:

Quem viaja pelo interior de nosso país, pelo que se pode observar mesmo à margem das estradas de ferro e das rodovias, é levado a ficar fortemente impressionado com as extensas áreas (nas regiões montanhosas) em que as florestas, tendo sido abatidas, jazem agora abandonadas, devido à ação das chuvas determinando a *erosão*. Regiões hoje abandonadas e empobrecidas, antigos cafêzais, assim se encontram pelo efeito da *erosão*, devido à ignorância dos processos de combate à *erosão*.

Falando aos agricultores paulistas, assim se manifestou de uma feita, o eminente e saudoso agrônomo Dr. Fernando Costa:

— “Vivemos duas fases em nossa vida econômica: a fase das florestas e a das terras desprovidas de florestas. Durante a primeira, derrubamos as matas e exploramos o húmus acumulado pelos séculos com a lavoura dos cafêzais. Agora, estamos na fase das terras despidas de matas, já empobrecidas por uma lavoura quase secular. Como, então devemos agir se na terra, já não existem as condições do passado, que criaram todo este potencial de riquezas de que gozamos? São Paulo diminuirá a marcha de seu progresso? Não! São Paulo não se deterá. São Paulo tem que resolver o seu problema, enveredando por uma agricultura mais racional”.

Deve-se ter sempre presente à memória que, segundo os cálculos do geólogo norte-americano H. Bennat, “a erosão concorreu para que mais de 30 milhões de hectares de terra produtivas dos Estados Unidos se transformassem em desertos. Segundo H. R. Tolley, do Agricultural Adjustment Administration”, dos Estados Unidos:

— “Verificações recentes da extensão da erosão do solo neste país indicam que aproximadamente 50 000 000 de acres de terras outrora férteis, ficaram essencialmente arruinadas para uma lavoura prática. Outros 50 000 000 de acres estão em condições quase idênticas. Cerca de 100 000 000 de acres ainda em cultura acham-se seriamente empobrecidas, pela perda de solo, e cerca de 100 000 000 de acres mais de terras cultivadas estão sendo exauridas de solo produtivo em proporções alarmantes”.

2 — *Enleiramento*. A prática da cultura limpa, isto é, da capina para eliminar as ervas daninhas nas plantações, embora sendo racional, nas plantações permanentes (pomares, cafêzais, etc.) que guardam espaçamentos grandes, em terras de declive, permite os efeitos desastrosos da erosão. Daí, porque se realizam cuidados de cobertura do solo em estações experimentais, principalmente para adubação verde, visando proteger o solo.

O *enleiramento permanente* que tem sido aplicado nos cafêzais em São Paulo, consiste em cordões de terra formados em quadrado ou em meia lua ao redor do cafeeiro, tendo por finalidade proteger cada planta contra os efeitos da enxurrada. Consiste na abertura de sulcos nos sentidos do arruamento, de 15 a 20 centímetros de profundidade, para nêles ir sendo depositado todo o cisco da superfície do solo e a própria terra solta, devendo o lavrador recorrer a todo resíduo orgânico vegetal ao seu alcance, de modo a proporcionar ao cafêzal o *húmus* vivificador. A palha de café, de arroz, de feijão, etc., os resíduos da fazenda, os capins em geral, enfim, tudo de que se possa dispor, visando a incorporação de matéria orgânica, pode e deve ser utilizado desde que economicamente. Além dos efeitos da *humificação* em virtude dos fenômenos bioquímicos, a planta irá ter à sua disposição, alimentos nas leiras que a circundam. Alcança-se também o principal objetivo visado — a *retenção da água* — impedindo os efeitos da erosão.

O Prof. Carlos Mendes, pela primeira vez entre nós, aconselhou o uso de *curvas de nível*, para o caso dos

cafézais, no geral localizados em terrenos acidentados, processo êsse consistindo em cordões de terra (camelões) bem feitos, acompanhando as curvas de nível. O número de cordões e a distância que entre êles deverá mediar, variarão segundo a declividade do terreno. Em terrenos de grande declividade diz o ilustre professor Carlos Mendes, "conseguimos reter tôdas as chuvas de qualquer época do ano, dispondo as curvas a distâncias que variam de 15 a 20 metros".

3 — *Métodos racionais de cultivo do solo.* Conforme a declividade e o aproveitamento a que o terreno se destina, dever-se-á de preferência procurar fazer o plantio mecânico nas partes baixas, reservando-se as partes íngremes para pastagens e as partes mais elevadas para a floresta.

4 — *Plantio em curvas de nível.* E' esta uma providência útil e que deve ser adotada sempre em terrenos mesmo de pequeno declive. Terá ainda a vantagem de economizar a fôrça animal e motora nos cultivos.

5 — *Disposição das linhas de plantio.* — Não deverão as plantações obedecer à maior declividade do terreno, sendo realizadas preferencialmente no sentido transversal.

6 — *Cultura de cobertura.* Êste método consiste principalmente, nas culturas perenes (pomares, cafézais), no cultivo de plantas destinado à cobertura que, protegendo o solo, dispensem as capinas, por o revestirem inteiramente. Trata-se de estudo a ser confiado às estações experimentais nas diversas regiões do país.

Citaremos, aqui, os resultados obtidos na Estação Experimental de Missouri, por F. L. Duley e F. Miller, durante seis anos, em 7 canteiros de 51,21 metros quadrados com 3,68% de declividade. Depois de cada chuva a quantidade de matéria fertilizante arrastada era medida e, igualmente, a quantidade d'água que corria pelo canteiro. Os canteiros eram separados por tiras de ferro galvanizado e, nas extremidades mais baixas, existia um tanque de cimento onde eram recolhidos os materiais transportados pela erosão.

<i>Canteiro</i>	<i>Tratamento</i>	<i>Kg. por hectare</i>
1	Sem cultura (descoberto) .....	521 765
2	Terra virada a pá (10 cms.) e capinada após as chuvas .....	620 945
3	Terra virada a pá (20 cms.) e capinada após as chuvas .....	537 478
4	Capim azul .....	4 243
5	Trigo anualmente ....	100 184
6	Rotação: milho, trigo e trevo .....	34 399
7	Milho anualmente ....	267 410

Os resultados acima demonstram a necessidade de cuidados especiais com a cobertura do solo e adoção de produções culturais orientadas pela experimentação local.

8 — *O problema da conservação do solo.* Está comprovado insofismavelmente que os prejuízos da erosão, destruindo a fertilidade do solo, são muito maiores nos países acidentados do que se poderia supor. E' enorme a quantidade de elementos nutritivos que as águas arrastam principalmente depois de abatida a floresta. E' enorme o desgaste da camada mais rica do solo, dependendo a intensidade do fenômeno da natureza físico-química do solo, da declividade e da intensidade e distribuição das precipitações pluviométricas. A *defesa contra a erosão* nada mais representa do que o bom aproveitamento do solo mediante a aplicação de métodos racionais de cultivo, de modo a conseguir-se a *manutenção da fertilidade*. Êsse aproveitamento terá que se fazer visando rendimento econômico, mas evitando a *ruína do solo*, o maior patrimônio de uma nação. Infelizmente em países novos, com grandes reservas de terras virgens, assistimos à destruição da floresta, sem a precaução necessária contra a erosão, ao empobrecimento rápido de enormes áreas, determinando a migração da população em busca de outras que, por seu turno, em poucos anos, serão relegadas ao abandono. E' uma verdadeira formação de desertos. Os solos de acôrdo com sua constituição física, des-

providos de vegetação natural, e de matéria orgânica, são rapidamente empobrecidos e invadidos por pastagens pobres. O solo deve ser utilizado sob orientação racional, tendo em vista o contrôlo da erosão e a defesa de sua fertilidade.

"Incontrolled soil erosion, the greatest enemy to soil productivity and greatest destroyer of land in the country today is costing the American farmers not less than \$ 400 000 000 every year in abandoned acreage and the lost of fertile soil" (Winfielt Scott-ands J. B. Paul — *Permanent Agriculture*).

E' do papel das estações experimentais, mediante pesquisas adequadas, traçarem os métodos de combate à erosão. Ter-se-á de traçar, para cada região, um programa. Muitos estadistas norte-americanos, desde Washington e Jefferson, já vinham proclamando a necessidade da defesa do solo americano contra a erosão, como uma providência de preservação do futuro da nacionalidade. Como disse Franklin Roosevelt, "é um dever proteger o maior patrimônio nacional, porque a nação que destrói o seu solo, destrói a si mesma".

Teremos, portanto que desenvolver combate sistemático contra os efeitos da erosão, compreendendo, dentre outros, os seguintes estudos: determinação da intensidade do fenômeno nas várias regiões do país; estudo econômico dos processos a serem aplicados; exame das variedades de plantas fixadoras do solo, com o respectivo valor econômico; desenvolvimento de intensa campanha educativa; divulgação dos métodos de combate mediante demonstrações levadas às propriedades agrícolas; adoção de facilidades para aquisição de máquinas destinadas ao terraceamento e outras operações necessárias à conservação do solo; formação de cooperativas congregando agricultores e, sobretudo, pequenos proprietários de uma mesma região, onde sejam aconselháveis iguais processos de combate; aplicação de medidas de defesa florestal, mediante a preservação de florestas e aplicação de medidas obrigatórias de reflorestamento por se revestir de caráter de utilidade pública.

Já é tempo de iniciarmos intensa campanha de *conservação do solo*, isto é, da fertilidade do solo brasileiro, delineando-se, com esse fim, programa e legislação apropriados, pois já são calamitosos os efeitos da erosão em enormes trechos do território nacional. Aquilo que a natureza levou séculos para formar, estamos destruindo em poucos anos de exploração, nem sempre feita em proveito da nação.

A erosão, já se disse com propriedade, "rouba a herança dos brasileiros de amanhã".

*Conclusões:* Para o perfeito conhecimento da erosão em nosso país, e para desenvolver um sistemático combate aos seus efeitos, são aconselháveis os seguintes estudos e medidas práticas:

1 — determinação da intensidade do fenômeno nas várias regiões do país;

2 — estudo econômico dos processos a serem aplicados;

3 — exame das variedades de plantas fixadoras do solo, com o respectivo valor econômico;

4 — desenvolvimento de intensa campanha educativa salientando os desastrosos efeitos da erosão;

5 — divulgação dos métodos de combate mediante demonstrações levadas a efeito nas propriedades agrícolas;

6 — adoção de facilidades para a aquisição de máquinas destinadas ao terraceamento e outras operações necessárias à conservação do solo;

7 — formação de cooperativas congregando agricultores, e, sobretudo, pequenos proprietários de uma mesma região, onde sejam aconselháveis iguais processos de combate;

8 — aplicação de medidas de defesa florestal, mediante a preservação de florestas e aplicação de medidas obrigatórias de reflorestamento, por se revestir de caráter de utilidade pública;

9 — articulação do Ministério da Agricultura com os estados, entidades autárquicas, associações de classe, etc., para estudos pedológicos nas regiões mais sujeitas à erosão;

10 — orientação da classe rural, no sentido do aproveitamento, nas

propriedades agrícolas, sob a forma de compostos orgânicos, dos resíduos animais e vegetais, visando a humificação do solo;

11 — assistência pelo crédito agrícola, aos proprietários rurais que aplicarem métodos racionais de conservação do solo;

12 — é recomendável que, através de órgãos técnicos governamentais, mediante delimitação de áreas, sejam estabelecidas normas racionais de melhor utilização do solo, visando-se principalmente a defesa de interesses coletivos. Como já disse o senhor presidente da República "o solo é a primeira riqueza, insubstituível e, por desgraça, algumas vezes irre recuperável".

Artur Tôrres Filho

★

### O imigrante e o problema da terra \*

Os objetivos de uma política imigratória não devem ser precisamente aumentar a população do país, ou encher os vazios demográficos. Quem lhe assinalar tais diretrizes estará pensando em termos megalomânicos, estará acalentado, em seu sub-consciente, sonhos de imperialismo e dominação. Ou, pondo o carro adiante dos bois, querendo o efeito antes da causa. Crescimento demográfico deve ser função da riqueza, e não vice-versa. Que o Brasil venha a ter a densidade dos Estados Unidos ou a do Canadá, mas que sua população desfrute o alto padrão de vida de ambos.

Errôneo é, também, a nosso ver, o ponto de vista dos que pensam no imigrante como um braço, destacando abusivamente um pedaço do corpo humano que, em geral, só funciona acompanhado de outras partes. Esta corrente é muito forte e repercute em todos os órgãos da opinião pública. A ela se filiam todos os que vêem no imigrante um fator do aumento de produção, equiparando-o, portanto, à

máquina ou ao adubo. Pensam assim os que, contaminados de certo economismo predominante em várias esferas do pensamento moderno, subordinam os destinos de um povo ao jôgo inelutável das forças econômicas.

Se nos detivemos em expor essas concepções do imigrante, foi para melhor esclarecer nossa posição e tornar mais preciso tudo que se segue. Conceber o imigrante como reprodutor ou como braço implica, — clara ou implícita, — a sua proletarização. O imigrante é uma pessoa humana e, como tal, não pode ser simplificado. Ouvindo, às vezes, certos propugnadores da imigração, dir-se-ia que o país, pelo fato de necessitar de imigrantes, se acha automaticamente no dever de explorá-los o mais possível. Para êles, a chegada de uma leva de *displaced persons* é mais uma oportunidade de engrandecer a nação à custa dêsse material humano que bate às suas portas pedindo hospitalidade.

Se quisermos elevar o nível cultural do país, se aspirarmos o seu engrandecimento qualitativo e não quantitativo, se quisermos formar um povo de homens livres e não simples massa de proletários, trabalhando para minorias privilegiadas, pensamos que a política imigratória deve tomar outros rumos. Sobretudo, no que diz respeito à imigração dirigida de agricultores. A condição de homem livre está ligada à propriedade. Esta é uma projeção natural da pessoa humana que nela se completa. Sem a propriedade, o homem se torna instável e inseguro, característicos fundamentais do proletário. "Quem não tem propriedade", escreveu Belloc, "está submetido à servidão econômica do que tem a propriedade, seja o possuidor desta, outro indivíduo ou o Estado.

Ora, é pela propriedade que o imigrante realiza suas núpcias com a pátria adotiva. Quanto mais tempo se adiar êsse consórcio, e suas conseqüências econômicas, sociais e jurídicas, quer por meio de uma legislação restritiva, quer através de barreiras de outra espécie, mais lento e penoso se tornará o processo de assimilação. Isto que é verdade para qualquer tipo de imigrante, deve ser acentuado so-

\* Tese apresentada pelo Prof. Artur Rios, da Fundação Getúlio Vargas, aprovada na 1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização recentemente realizada em Goiânia, sob os auspícios do Conselho de Imigração e Colonização.

bretudo no caso do agricultor. A esperança de melhoria econômica é um dos móveis permanentes da história das migrações. No século XIX, os Estados Unidos puderam aproveitar-se de uma poderosa corrente imigratória, pelas facilidades de ascensão social que proporcionavam ao imigrante. Se a vida rural americana pôde enriquecer-se com a contribuição trazida por finlandeses, noruegueses, dinamarqueses, holandeses, tchecos, portugueses, suecos e flamengos, foi, entre outros fatores, porque aos representantes destas nacionalidades foi fácil integrar-se na agricultura americana através da posse da terra. Pelos motivos exatamente opostos, não pôde o Brasil, na mesma época, canalizar para seu território a massa formidável dos emigrantes europeus. Este fato foi sobejamente, reconhecido por autoridades em imigração que escreveram, ao tempo em que se verificavam êsses deslocamentos humanos, para o continente americano.<sup>1</sup>

Sustentamos que não será possível ao Brasil elaborar uma política imigratória sem uma correlata política de terras. Por política de terras entendemos um sistema jurídico que dê ao imigrante o acesso à propriedade da terra no mais breve espaço de tempo. Por certo, não é êsse o único requisito de um regime de terras, mas é, sem dúvida, o mais importante. Não se compreende que o imigrante, em busca de oportunidades econômicas pouco freqüentes no Velho Mundo, seja constrangido a desempenhar o papel de braço na monocultura latifundiária, descendo ao nível do nosso proletário rural, quando o ideal seria exatamente criar, através do imigrante, um fator de levantamento do padrão de vida das nossas populações do interior.

Esclareça-se, em tempo, que não desejamos extinguir, de uma penada, o latifúndio, nem queremos agarrar o imigrante e forçá-lo a ser proprietário. E' preciso que se deixe ao imigrante até mesmo liberdade de ser assalariado, colono ou foreiro, caso não tenha capacidade para gerir êle próprio um estabelecimento agrícola, e na hipótese

de vir *sponte sua* para o Brasil. Então, cabe-nos, apenas, facilitar a sua adaptação ao país. Tratando-se, porém, da imigração dirigida, é um dever encaminhar o ádvna à posse da terra, pois não se compreende que o tomemos nos portos de embarque, que lhe paguemos a passagem, para abandoná-lo no primeiro pórtio de chegada.

Colonização e imigração têm de ser o verso e o reverso da mesma moeda. A seleção e o transporte do imigrante têm de ser completados por um serviço eficiente de distribuição e localização. No caso do agricultor, esta deve ser feita dando ao imigrante glebas que possa chamar suas, embora estas se integrem, por necessidade da topografia, ou do tipo de cultivo, numa grande exploração. Só assim, êle poderá desempenhar seu formidável papel de transmissor de novos padrões culturais ao habitante do campo.

Ao analisar a situação de nossas populações rurais, é preciso abandonar certas idéias "progressistas", e certos complexos de superioridades mal encobertos em planos de "reformas" que visam o homem do campo. A própria oposição entre a mentalidade urbana e a rural já mostra que estamos ante dois sistemas culturais. Não se pode reformar arbitrariamente um sistema cultural, conjunto multisseccular de crenças e práticas que foram transmitidas de geração em geração. Os antropólogos já demonstraram que é impossível modificar êsses sistemas da noite para o dia, sem sérias conseqüências para a personalidade dos que nêles participam. A cultura é uma realidade que resiste a nossas tentativas ingênuas de intervencionismo. E resiste porque funciona, porque é eficiente, porque supre satisfatoriamente as necessidades do indivíduo.

A cultura cabocla — para usarmos a expressão de um sociólogo, — não pode ser "reformada". O que podemos fazer é uma enxertia cultural, isto é, expor seus membros a traços materiais e imateriais de outra cultura, para que, através dos mecanismos do contacto, da imitação, do intercâmbio, haja uma fertilização recíproca. A fixação de imigrantes em núcleos homogêneos, a multiplicação dêsses núcleos,

<sup>1</sup> V. por exemplo, A. Legoyt, *L'Émigration Européenne*, Paris, Guillaumin, 1861, pp. XXXV-XLII e 121-23 e 125-32.

focos de disseminação de idéias e práticas novas, lentamente, orgânicamente, realizaria êsse objetivo. O imigrante é um agente formidável de transmissão cultural, mas seu efeito será contra-producente, se permitirmos que se dissolva entre as populações do interior. Neste caso, a ação do meio físico e social, encontrando o individuo desligado do seu grupo, enfraquecido pela falta de contactos, conseguirá reduzi-lo ao nível dêsse proletariado rural que pretendemos suprimir. Em vez de transmitir práticas agrícolas capazes de sustar o crescente empobrecimento do nosso solo, de combater a erosão, o imigrante vira matuto, como aconteceu em Santa Catarina e no Espírito Santo, com os primeiros colonos alemães, exemplo típico de desintegração cultural.

O objetivo de uma política imigratória no Brasil, — a mudança cultural provocada,\* — só pode ser efetuada pela fixação do imigrante, e esta tem de se fazer em comunidade que gozem da posse plena da terra e que possam agir, pelo exemplo, sobre as populações circunvizinhas, modificando-lhes os hábitos culturais rotineiros. A maneira como está se processando a imigração dirigida, facilita a criação dessas comunidades, pois os imigrantes têm vindo, não isoladamente, mas em famílias. Será imprudente, e até mesmo criminoso, deixar que essas famílias se dispersem numa grande cidade, ou se isolem nas breznhas. Será como lançar num areal, sementes escolhidas a capricho.

A ausência de um sistema de terras e de um programa generoso de colonização explica, entre outros fatores, muitos malogros de que está cheia a história da imigração no Brasil. O clima, a escravidão, a intolerância religiosa, a falta de comunicações não são fatos que se desprezem. Além disso, porém, o latifúndio e a mentalidade a que deu origem, entre as classes responsáveis do país, entraram com um coeficiente nada desprezível. Basta olhar a profunda diferença entre a colonização de São Paulo e a dos outros estados do sul. Em São Paulo,

escreve Rubens Borba de Moraes, "foi a repressão ao tráfico e o conseqüente encarecimento do escravo que estimularam a imigração. Não houve colonização, mas importação de braços. Não se procurou, no princípio, colonizar, mas substituir o braço escravo pelo imigrante. Mais tarde, depois de 13 de maio, quando já estava enraizada a cultura do café em grandes fazendas, não se cuidou de colonizar, mas de "fornecer braços à lavoura"... Na maior parte dos estados do sul, a colonização se fez pelo trabalho livre, sem o precedente da escravatura, em pequenos lotes pagos em construção de estradas, ou em espécie, onde se desenvolveu a policultura e onde, aos poucos, sem transição rápida vai se formando uma próspera indústria rural. Contrasta-se isso com o proletariado rural paulista sem raízes na terra".<sup>3</sup>

Esta situação se explica historicamente. Em São Paulo, a colonização esbarrou no latifúndio cafeeiro e, no restante do país, não conseguiu vencer a oposição dos proprietários de terras. No século passado, havia quem acreditasse na fragmentação, em pouco tempo, da fazenda de café. Hendelmann, por exemplo, achava, otimisticamente, que a cultura do café seguiria o exemplo do Haiti, dando lugar, em breves anos, à pequena propriedade. Isso veio realmente se dar, mas só depois da crise de 1929. A esperar por tal transição, que demorou perto de cem anos, nenhum dos colonos poderia presenciá-la. Quanto a doações de terra a imigrantes, dentro do sistema da monocultura latifundiária, não se cogitava disso. O próprio senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que iniciara a importação de trabalhadores europeus na sua fazenda de Ibicaba, em 1847, levantou-se, anos mais tarde, no Senado, afim de atacar o programa das doações, sob a alegação, — hoje tantas vezes repetida, — de prejudicar aos nacionais.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Rubens Borba de Moraes, prefácio às *Memórias de um colono no Brasil* de Thomas Davatz, Livraria Martins, São Paulo, 1941, p. 1. Lourival Câmara, *Estrangeiros em Santa Catarina*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1948, pp. 12-16.

<sup>4</sup> Henrique Hendelmann, *História do Brasil*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, 1931, p. 984.

<sup>2</sup> Emilio Willems, *O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico*, Secretaria de Agricultura, São Paulo, 1944, p. 23.

Visando preservar o sistema econômico de exploração da terra que alimentava sua classe, Vergueiro desenvolveu em sua fazenda o famoso sistema da parceria que seria imitado e difundido por todo o estado. As colônias de parceria, na opinião de Vergueiro, seriam formas transitórias que preparariam o imigrante à posse plena da terra. Não cabe no plano do nosso trabalho, uma discussão do sistema de parceria que sempre encontrou defensores e opositores acérrimos. Não negamos que tivesse produzido resultados em diversas regiões do globo. Seria, na opinião de Sérgio Buarque de Holanda, "uma espécie de conciliação entre o regime dos serviços assalariados, como se pratica, em geral, nas fazendas, e o das pequenas propriedades, peculiar aos núcleos coloniais."<sup>5</sup>

O que é indiscutível, e a mesma autoridade o reconhece, é que o sistema não produziu os benefícios esperados. Após a rebelião dos colonos de Ibicaba, encabeçada por Thomas Davatz, o sistema deu lugar ao pagamento de jornais aos trabalhadores, ou de um salário mensal fixo, — isto é, formas de contrato de trabalho que não encaminhavam o imigrante à posse da terra. Nada mais concludente do que a afirmação de José Vergueiro, em memorial redigido em 1874, trinta anos, portanto, após a implantação da parceria, sobre a má vontade com que os colonos trabalhavam, procurando tirar todo o proveito para si, já que não tinham esperança de poder considerar, algum dia, como sua, a terra que cultivavam.

São inúmeros os depoimentos de estrangeiros sobre a resistência que os proprietários de terras opunham à imigração. Van Delden Laërne, que visitou o Brasil de 1883 a 1884, colheu, de sua palestra com fazendeiros, a seguinte impressão: "Não querem colonos livres, mas trabalhadores, — instrumento de trabalho (em português no original) — para beneficiar suas propriedades"<sup>6</sup>. Que poderiam fazer os

partidários da imigração livre, que poderia fazer uma Sociedade Internacional de Imigração animada pelo idealismo de Tavares Bastos, se a classe mais poderosa do país bloqueava sistematicamente seus esforços?

Em 1867, o ministro Zacarias resolveu pagar as despesas de viagem de imigrantes da Europa ao Rio de Janeiro. Para esse fim, expediram-se instruções aos cônsules brasileiros nos portos europeus. Em 1868, porém, subia ao poder o gabinete Itaboraí que, imediatamente cancelou aquelas instruções.

Em 1876, encorajou-se o alemão Gruber a trazer 5 000 colonos para Santa Catarina e Paraná. Ao chegarem, porém, a situação política havia mudado e o novo gabinete recusou-se a ratificar o acôrdo. Os imigrantes dirigiram-se assim mesmo a seu destino e lá chegando, receberam terras de qualidade inferior. Tiveram de regressar à Europa, ou emigraram para a América do Norte e a Argentina. Gruber apressou-se a escrever para a Hungria dissuadindo 30 000 emigrantes de sua projetada vinda para o Brasil.

Tais fatos obrigaram diversos países europeus a proibir a emigração para o Brasil. Essa já fora a origem, por exemplo, do rescrito Heydt de 1859. Entretanto, o documento mais contundente contra a política imigratória do Império foi dado à luz em 1875, pelo governo inglês, alertando os súditos de Sua Majestade contra os prejuízos que acarretaria sua emigração, caso viessem para o Brasil.

"Em 1872 e 1873, relatava o citado documento, diversos grupos de emigrantes, em número aproximadamente de 1 000 pessoas, dirigiram-se do Reino Unido para o Brasil "sob a condição de receberem terra em termos favoráveis" e auxílio no seu cultivo até que se bastassem a si mesmos, e na expectativa de que realizariam a primeira colheita no fim de seis meses. Estas promessas e esperanças não se realizaram. "Os emigrantes não obtiveram a terra", houve um surto de doença, muitos morreram e os que tiveram forças para tanto, regressaram à capital, afim de obter assistência do representante de Sua Majestade. Muitas viúvas e filhos de emigrantes que faleceram foram repatriados, outros foram removidos para lugares diferentes e o representante

<sup>5</sup> Sérgio Buarque de Holanda, prefácio do tradutor às *Memórias* de Davatz, p. 20. Ver também Jules Duval, *Histoire de l'Émigration Européenne, Asiatique et Africaine au XIXe Siècle*, Paris, Guillaumin, 1862, p. 265.

<sup>6</sup> C. F. Van Delden Laërne, *Brazil and Java*, London, W. H. Allen, 1 885, p. 131.

britânico ainda está ocupado em tentar obter do governo do Brasil, auxílio para os que restam. As narrativas desses emigrantes sobre sua situação atual, mostram que sofreram grandes privações e que se acham muito longe de ter melhorado sua condição, emigrando para o Brasil".<sup>7</sup> Mais tarde, em 1902, era o governo italiano que proibia a emigração para o Brasil...

E' curioso assinalar que inúmeras autoridades e membros do governo não deixavam de reconhecer a impossibilidade de integrar o imigrante na terra, sem alterar o sistema agrário existente. Moreira de Barros, ministro de Estrangeiros no gabinete Sinimbu, afirmava: "A colonização européia pode-se dar aqui de uma única forma: é que os imigrantes desta procedência se estabeleçam em propriedades suas e trabalhem por própria conta". Reconheciam isso, mas nada faziam para modificar o regime de terras do país.

A lei de terras de 1850, que podia ter iniciado uma era nova para o Brasil, nunca foi aplicada, simplesmente porque jamais se executou uma providência básica que condicionava sua execução: o tombamento das terras devolutas, sua demarcação e registro. A mesma oposição encontrada pelos abolicionistas, era o que tinham de enfrentar todos os que sonhavam a substituição do latifúndio pela pequena propriedade. Escrevendo trinta anos depois da promulgação da lei e da sua regulamentação, Laërne, um dos estrangeiros mais lúcidos que nos visitaram, autorizado por exaustivo estudo das condições sociais e econômicas do país, mostrava-se cético quanto à extinção do latifúndio, único obstáculo à colonização do Brasil, na sua categórica afirmação.

O latifundiário no Brasil tudo fez para impedir a abolição, e tudo continuava a fazer para impedir a colonização. Perdeu a primeira fase da batalha, mas a segunda? Flagrante da mentalidade dos latifundiários do Império se encontra na pena de um dos seus vultos mais representativos, o barão de Pati do Alferes. Sustentava que a abundância de escravos e a vastidão do

terreno a cultivar afugentavam o trabalhador assalariado das tarefas do campo. "Vê-se, por experiência própria, dizia êle, que um colono, a quem vamos a bordo de um barco pagar a passagem, mal se sujeita a indenizar seu amo, retirando-se ou evadindo-se, muitas vezes sem ter cumprido seu contrato, mas por que? Por achar êle quem muitas vezes gratuitamente lhe oferte um pedaço de terra, para trabalhar por sua conta ou o inquiete com esperança de maior ganho, mediante menos afanoso trabalho". Ora, qual é a conclusão que o bom barão tira desse fato perfeitamente legítimo? Nada menos que a necessidade de continuar usando o trabalho escravo: "Nestes termos, vê-se a necessidade de continuar-se com esse cancro, cujo preço atual não está em harmonia com a renda que dêle se pode tirar..."<sup>8</sup>

Os fazendeiros subordinavam o imigrante ao destino da grande lavoura cafeeira, à qual, por sua vez, ligavam a sorte do país. Por êsse processo, que invertia os termos humanos da questão, nunca se poderia resolver o problema. O imigrante, dentro do sistema do latifúndio, só podia permanecer como braço, como proletário, jamais como proprietário livre. Chocava-se contra dois obstáculos, um econômico, outro psicológico. O primeiro residia nos altos salários que se pagavam ao trabalhador livre e que arruinariam o fazendeiro. O segundo era a mentalidade paternalista do latifundiário, acostumado a considerar o escravo como parte de sua família, sobre o qual, portanto, podia exercer o direito de recompensa ou de castigo. Essa tradição escravagista foi um fator constante de perturbação entre o proprietário de terras e o trabalhador livre, ao qual repugnava essa sujeição, essa constante interferência do patrão nos seus negócios particulares.

A "fome de braços" dos fazendeiros nacionais, se prende a tentativa abortada da imigração de chineses como *coolies* para o Brasil, por volta de 1870. E' edificante ler os debates sobre o assunto no parlamento da época. O ministro Moreira de Barros achava que daqui não havia outro meio de

<sup>7</sup> O documento citado vem em Van Delden Laerne, *op. cit.*, p. 137. (Os grifos são nossos).

<sup>8</sup> Barão de Pati do Alferes, *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, Rio, Laemmert, 1863, pp. 37-38.

resolver a situação, já que a imigração européia era de vantagem problemática para a grande lavoura (sic). Por sua vez, seus adversários só viam um perigo na idéia: o de mongolizar o Brasil. O fato é ilustrativo. Portugueses, chins, alemães ou nacionais, os latifundiários não os compreendiam senão dentro do sistema reinante. A imigração seria utilizada como instrumento de dominação de uma classe, não como construtora da grandeza nacional. "Os fazendeiros querem trabalhadores no país, não *gentlemen* — resume o amargo Andrew McCollan que nos visitou em 1886, fugindo ao domínio dos nortistas vitoriosos no sul dos Estados Unidos.<sup>9</sup>

A República não conseguiu dar ao Brasil um sistema de terras, que efetuassem a transição do latifúndio para a pequena propriedade. Todas as tentativas, com exceção de iniciativas estaduais, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, não passaram do papel. Nem a Abolição, nem a República conseguiram extirpar a mentalidade latifundiária, cuja vitória em nossos dias está comprovada pelo alto índice de concentração da propriedade da terra aparente no último recenseamento. E' esse mesmo espírito que transparece, ainda hoje, em certos próceres da lavoura paulista, como o Sr. Cincinato Braga, que critica a política da União, por encaminhar imigrantes para outros estados que fornecem lotes de terras gratuitos aos imigrantes, deixando a lavoura paulista sem braços.<sup>10</sup>

Em 1820, o inglês James Henderson escrevia: "E' uma grande desgraça para o Brasil estarem extensões enormes de território, nas mãos de proprietários que não possuem bastante fortuna nem mesmo para poderem cultivar a centésima parte delas e que, não obstante, se agarram tenazmente à sua propriedade, na esperança de que, ao contínuo desenvolvimento do país, a mesma se valorize cada dia mais". Em 1850, a situação era a mesma e, hoje, cerca de cento e trinta anos mais tar-

de, não parece ter mudado. Henderson criticava os donos de terras, por não quererem desfazer-se da parte das mesmas, a não ser por aforamento, ou onerando-as de toda sorte de condições, que tornavam pouco remunerativo o seu cultivo. E não é isso que vemos em nossos dias, não nos sertões de Goiás, mas a poucos quilômetros do Rio, nessa Baixada Fluminense, onde o governo inverteu somas colossais em obras de saneamento, para que a terra permanecesse nas mãos de privilegiados que a usam para fins de especulação?<sup>11</sup>

Desde o começo do século passado, espíritos ilustres sentiram que o destino da imigração no Brasil estava prêso à extinção do latifúndio e a uma política racional de terras. José Bonifácio, por exemplo, em tanta coisa um precursor, apoiou decididamente a pequena propriedade. Recomendou o parcelamento da terra e seu aproveitamento, principalmente na vizinhança das grandes povoações, onde se acharia sempre um mercado certo, pronto e proveitoso.

Aureliano Cândido de Tavares Bastos, — o solitário Tavares Bastos, — escrevia, em 1867: "Um dos maiores obstáculos à imigração espontânea, é serem possuídas pelos grandes proprietários vastas extensões das melhores terras das terras vizinhas dos mercados e das estradas".<sup>12</sup> Espírito liberal e humanista, apontava o exemp'o dos Estados Unidos e clamava por uma lei que desse ao imigrante a segurança do *homestead*.

E' lamentável que essa corrente liberal não tivesse preponderado em nossa política imigratória. E' lamentável que não tenhamos ainda uma lei de terras à altura das necessidades do país. Que se procure localizar o imigrante em regiões remotas, onde seus esforços terão forçosamente de malograr-se quando há, perto dos centros povoados, terras inaproveitadas. Que se mande buscar imigrantes na Europa sem lhes reservar lotes, em núcleos agrícolas, onde possam dar a

<sup>9</sup> Andrew McCollum, cópia dactilografada do diário manuscrito, existente nos arquivos da Universidade Estadual da Luisiana, Baton Rouge, La., Estados Unidos.

<sup>10</sup> Cincinato Braga, *Problemas Brasileiros*, 3.ª edição, José Olímpio, Rio de Janeiro, 1948, p. 32.

<sup>11</sup> A citação de Henderson vem em Handelman, *op. cit.*, p. 985.

<sup>12</sup> A. C. Tavares Bastos, "Memória sobre Imigração", in *Males do Presente e Esperanças do Futuro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 87.

justa medida de sua capacidade no cultivo da terra. Que se faça da parceria a regra quando, mesmo acautelada por leis que protegessem o interesse de ambas as partes, devia ser uma exceção.

Julgamos, portanto, à luz da experiência imigratória brasileira, que uma colonização em larga escala só se poderá processar tomando como base os seguintes fatores:

1) A colonização em comunidades rurais planejadas de acôrdo com as técnicas recentemente aplicadas, com grande êxito nos Estados Unidos, sobretudo na *Tennessee Valley Authority*.

2) Essas comunidades deverão ser constituídas por agricultores que possuam a terra em forma de pequenas propriedades, entendendo-se porisso, o mínimo indispensável, ao sustento de uma família.

3) Essas comunidades devem organizar-se economicamente em cooperativas, de modo a poderem enfrentar a concorrência das grandes propriedades no mercado interno, e obter o equipamento e a assistência técnica de que necessitam.

4) A propriedade da terra, nas comunidades rurais, deve ser garantida por um sistema moderno e seguro de demarcação e tombamento, a fim de evitar litígios e arbitrariedades, a exemplo do que se faz nos Estados Unidos e na Austrália.

5) E' indispensável o levantamento das terras públicas dos estados e a sua venda, em leilões periódicos, a um preço mínimo que esteja ao alcance, não só do imigrante, como do pequeno agricultor nacional.

Esses serão os traços gerais de um sistema realista de colonização. Sem êle, o Brasil permanecerá vegetando em formas mais ou menos disfarçadas de colonialismo, sem a estabilidade econômica que lhe daria a formação de um mercado interno e a estabilidade política que lhe proporcionaria uma classe média, com fundas raízes na terra. Da nossa generosidade, do nosso sentimento de solidariedade humana, dependem a sua execução e o nosso destino de povo.

*José Artur Rios*

## O Reno\*

Prof.<sup>a</sup> MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO  
Encarregada do Setor de Assistência ao Ensino  
da Secção Cultural do C.N.G.

Rio algum, em tóda a história da humanidade, tem tido papel de relêvo como o Reno. Nenhum é melhor conhecido, nenhum tem igual circulação, nem outro qualquer tem estado mais em contacto com a parcela da humanidade que vive nas suas margens, ou até mesmo distante dêle. Desde os tempos pré-históricos os homens reconheceram, no vale do Reno, uma via favorável à passagem, como o demonstram inúmeros vestígios encontrados. Também Roma, levando até aí os seus exércitos o percebera. E, desde então, tem sido essa a fronteira entre o mundo mediterrâneo e o mundo germânico. Entretanto, o progresso da técnica e a revolução industrial ampliaram a importância do Reno. Deixou de ser uma via internacional, mas européia, para tornar-se uma artéria ligada à grande circulação mundial. As boas condições de navegação e de passagem do vale do Reno, alia-se a presença de jazidas de carvão. Iria criar-se ali um dos maiores parques industriais, com todo o seu cortejo de conseqüências: afluência de população, rede de estradas, formação de cidades, florescimento da cultura, através da ciência e das artes, e também a cobiça das nações, que passaram a disputar ferozmente a posse da grande artéria. E, mais do que nunca, o Reno teve influência nos destinos da humanidade. Mais do que nunca, é um dos pontos nevrálgicos da superfície terrestre, onde vêm chocar-se interesses diversos, de nações, às vèzes bem distantes.

O Reno nasce no coração da Europa, no interior dos Alpes. Das cabeceiras, onde a erosão deixou de morder as rochas duras, até a foz no mar do Norte, êle atravessa uma das regiões mais antigas da terra, os planaltos hercínianos, fraturados e deslocados durante a fase de agitação da crosta terrestre, na qual apareceram as cadeias alpinas. Essa grande comoção veio influir muito no curso do Reno atual, que teve de abrir caminho por entre rochas duras.

Sendo assim, o curso pode ser dividido em três partes distintas: o Reno alpino, desde as cabeceiras até Basileia, ao norte da Suíça; o Reno médio, na planície entre os Vosgos e a Floresta Negra, até Bonn, depois de ter vencido a "passagem heróica"; e de Bonn até o delta, o baixo Reno, de leito já muito entulhado, que só o grande afluxo de águas do curso superior permite atingir o mar.

O Reno tem suas nascentes no São Gotardo, cujas torrentes se dispersam em tódas as direções: para o Mediterrâneo, através do Ródano, para o mar do Norte através do Reno, para o mar Negro por intermédio dos afluentes do Danúbio. Como rio alpino, o seu curso superior é alimentado por uma infinidade de tributários originados nas geleiras, qual nívea cabeleira que se derrete ao calor do estio, chegando as águas tódas ao mesmo tempo, depois das tempestades de verão. Provocam cheias violentas, que nem mesmo o lago de

\* Aula dada no Curso de Férias da A.B.E., em 1949.

Constança, por êle formado, é capaz de sopitar. A impetuosidade da cõrrente e a pulsação das enchentes do Reno alpino repercutem em todo o curso. Nas abas da montanha, em pequenos rebordos planos aninham-se as aldeias, os chalés de verão dos pastôres sobem montanhas acima. Pululam aqui as usinas elétricas, nos vales abertos favorecidos pelos lagos, que são reservatórios naturais, pelos degraus do terreno, vestígios das geleiras quaternárias. Com elas tomou impulso uma indústria de objetos delicados, em particular de relógios; Saint Gall, a pitoresca cidade, tornou-se o centro duma ativa indústria de bordados, que se distribui também pelas aldeias e casas dos arredores, cuja produção encontra fácil mercado nos turistas que visitam a região.

Basiléia, ponto inicial da navegação do Reno, é também, por sua posição na fronteira da Suíça, na Alemanha, importante cruzamento de estradas de ferro. A proximidade das quedas de Schaffuse, onde o Reno se estreita e precipita nos calcários do Jura, facilitou a industrialização dêsse importante pôrto renano.

Depois de Basiléia, as águas alpinas do Reno despencam tôdas em estreito corredor. À esquerda, os Vosgos franceses; à direita, a massa escura dos pinheiros da Floresta Negra alemã levantam-se como muralhas. Entre elas, o rio ainda rápido, divaga em meandros, cercado de ilhas cobertas de espessas florestas, barreira que isola uma margem da outra.

E' marcante o contraste entre o fundo do vale e o alto, o planalto de poucas centenas de metros, de cimos arredondados, o clima frio e úmido; é o domínio da floresta, interrompida por algumas clareiras agrícolas. Dispersa-se nêle uma população de camponeses, que vivem em chalés de madeira, de telhados altos para guardar o feno, e de balcões rendados que fazem lembrar a Suíça. Nos vales entalhados, localizam-se pequenas serrarias e tecelagens, utilizando as fôrças das torrentes; os homens ocupam seus longos lazeres de inverno, na fabricação paciente de objetos delicados, relógios, brinquedos de madeira, que, da Floresta Negra, eram distribuídos às crianças de todos os países.

Na planície, entretanto, a paisagem é bem diferente. Em todo o vale, protegido contra os ventos úmidos do oeste, um clima relativamente quente e sêco, que permite culturas de vinha e de fumo. Intensa atividade anima o corredor renano, desde as margens, onde se sucedem os portos movimentados por comboios de chatas e embarcações de todo tipo. Nos primeiros degraus do planalto, alinham-se os campos de trigo riscados pelo arado e as aldeias por entre os pomares nos quais as cerejeiras ocupam lugar de destaque. Mais para o norte, aparecem também culturas de fumo, de beterraba, de lúpulo. E, grimpendo pela encosta acima, a vinha, apoiada em pequenos muros de arrimo, amadurecendo ao calor das vertentes bem expostas ao sol. Nas encostas íngremes do Taunus, encontram-se os mais célebres vinhedos alemães, o Rheingau, donde provêm os seus melhores vinhos.

Muitas são as cidades renanas de tradições no Palatinado, no Hesse, na Vestfália. Cidades que foram antigas colônias romanas, hoje industrializadas, pequenos centros industriais, cidades residenciais, como Heidelberg onde está a mais antiga universidade alemã, tendo tôdas elas recebido um alento de vida nova, sob a fase industrial. Mais adiante, na Alsácia, Strasburgo, antiga praça forte, disputada por alemães e franceses, um dos portos importantes da margem do Reno. Na junção dos seus afluentes, pelos quais o Reno penetra longe, mais se desenvolveram as cidades. Strasburgo, quase na confluência, é um centro de comunicações ligado a Paris por terra e por canais e seu pôrto muito ativo, é um dos primeiros da França.

Manheim e Ludwigshaven cidades gêmeas, são ambas, portos do Reno. Nesta, se instalou importante indústria de anilinas, onde trabalhavam cerca de vinte mil operários numa única fábrica. Mogúncia, uma das mais velhas cidades renanas, foi antigo acampamento, depois cidade romana, dominando a passagem dos rios. A volta da antiga cidade medieval, de ruas tortuosas e estreitas, a cidade se estendeu em múltiplos portos e pequenos centros. Dentre tôdas as cidades renanas, entretanto, avulta Frankfort, a velha capital regional situada no seu afluente, o Meno. Data do tempo dos romanos, mas só adquiriu foros de grande cidade na Idade Média, graças ao espírito mercantil duma burguesia onde não faltavam os judeus, e que a transformou em centro comercial e financeiro.

Na fase moderna, Frankfort tirou proveito de sua posição privilegiada num dos eixos de comunicação da bacia renana, e passou a ser um centro ferroviário, enquanto o pôrto bem equipado permitia-lhe participar ativamente da navegação renana.

Debruçadas sôbre as ruas tortuosas e estreitas, erguiam-se as fachadas sóbrias dos velhos casarões harmoniosos; mais além, expandiu-se a cidade moderna, ativa, abraçando as duas margens do rio, atravessado por sete pontes, na zona movimentada das fábricas.

Frankfort manteve, através dos séculos, o seu aspecto de grande senhora, a cidade de eleição dos imperadores do Santo Império Romano-Alemão, onde eram coroados no velho salão dourado do Nömer. E como senhora culta, nela, ao lado da Bôlsa e dos bancos, encontravam-se museus e bibliotecas. Se Frankfort foi o berço da casa bancária dos Rothschild, também o foi de Goethe.

Prosseguindo no seu curso, o Reno depara o Maciço Chistoso Renano, outrora coberto de florestas, das florestas tenebrosas da Idade Média, que as abadias começaram a derrubar. Em tôda parte, encontram-se traços dos homens pré-históricos e dos romanos.

Neste trecho o Reno se estreita para vencer as rochas duras do Maciço, serrando-as enêrgicamente, entalhando o seu leito na rocha viva. E' essa a "passagem heróica" do Reno, quando êle adquire tôda a imponência e beleza que tem inspirado tantos artistas. Comprimido entre as paredes apertadas, o rio tem impetuoso sôbre o leito de pedras, como que ansioso por livrar-se daquela incômoda prisão, em curvas e esporões, os "lei", dos quais o mais célebre é o "Lorelei". No alto, erguem-se, uma após outra, a massa escura dos castelos medievais. Aqui em ruínas, ali ainda bem conservadas, essas testemunhas do passado evocam os tempos longínquos em que, do alto da sua tôrre de vigia, os "barões" exerciam o poder do mais forte. E ai daquele que ousasse navegar as águas tumultuosas do Reno, sem pagar o direito de pedágio... A margem do rio, as aldeias de vinhateiros cresceram à sombra protetora dos castelos alcantilados.

Depois de Bonn, a pátria de Beethoven, sente-se decrescer a altitude das elevações. O Reno já se prepara para entrar na terceira parte do seu curso, na planície do baixo Reno.

Será ela o assunto de nossa próxima palestra.

## II

Ao pitoresco e à variedade da paisagem, na travessia do Maciço Chistoso, sucede a monotonia da baixada sem relêvo, desde Bonn até o delta. O Reno continua majestoso nas terras baixas. O regime mantém-se sem grandes saltos,

graças às águas das chuvas que lhe chegam através dos afluentes, no inverno, quando se reduz a contribuição dos rios alpinos. Há, portanto, duas épocas de cheias, no verão e no inverno, e assim o rio, o ano todo, não está sujeito ao açoreamento como os seus colegas da Alemanha.

Assim percorre o Reno uma das regiões de mais intensa atividade agrícola, o Münster, na planície que vai até o horizonte, onde a vista só se detém nos grupos de árvores, indício duma habitação, ou nas chaminés e tórres das igrejas de alguma cidade. A população se dispersa em pequenos povoados, ao redor da igreja e das escolas, ou nas suas fazendas, cujas casas se escondem atrás da cortina de árvores. Os edifícios são todos agrupados num só bloco. Larga porta de carros comunica com o exterior. A riqueza, aqui, mede-se pelo número de cavalos; quanto maior o seu número, mais importante o seu proprietário. O amor à terra une êsses homens circunspectos, de forte espírito religioso, fechados sobre si mesmos como as suas casas, sempre preocupados com os seus campos de cereais, conservando a fertilidade do solo com o rodízio, valorizando-o com o emprêgo de adubos. Entretanto, a proximidade dos grandes centros industriais veio modificar as culturas tradicionais da planície do baixo Reno, com a substituição das culturas tradicionais de trigo pela de batatas e pela de forragem destinadas ao gado, que seria consumido pela população vizinha.

As cidades, como seria de esperar nessa região tão próxima das jazidas do Ruhr, multiplicam-se, e crescem de importância. Se Bonn, na saída do corredor, conserva o caráter de cidade universitária apesar das indústrias, o mesmo não sucede com as outras, sejam elas antigas cidades dos tempos medievais, como Duisburgo e Aix-la-Chapelle, a capital de Carlos Magno, sejam antigas cidades romanas, como Colônia.

Esta última merece especial destaque, como o mais importante centro de todo o vale do Reno alemão, deixando longe, a própria Frankfurt. A antiga Colônia Agripina manteve pelos tempos afora a dianteira cedo conquistada. O *Castrun* conservou-se nítido no traçado da cidade, enquanto Newmarkt rodeou-se de igrejas, dentre as quais sobressaíam as tórres de sua famosa catedral, numa demonstração de fé católica que a afastou da Alemanha protestante.

Colônia é um dos portos mais ativos do Reno, como o fôra no passado, mas também é a grande estação ferroviária, na qual se entrecruzam os trens vindos da Europa ocidental com os que vêm do sudeste europeu, e com aquêles que, das brumas do mar do Norte, demandam os vales glaciais dos Alpes e, mais além, o Mediterrâneo cheio de sol.

Localizada próxima à bacia carvoeira do Ruhr, possuidora de antigas tradições comerciais, Colônia contribuiu para a prosperidade da exploração da hulha. Daí, a transformar-se em centro industrial, foi um passo.

Esse o Reno ao natural como foi até o século XIX, a grande via de comércio utilizada pelos homens, desde a Idade do Bronze, para circularem entre os mares do Norte e o centro da Europa e o Mediterrâneo. Se hoje voltasse às suas margens, dificilmente Júlio César o reconheceria, tais as diferenças introduzidas pelos homens, que fizeram dêle um rio construído, no qual pouco escaparia à sua interferência. O século XIX foi o século das indústrias metalúrgicas e o Reno, ligado a um dos maiores depósitos de carvão existentes, não escaparia à fúria manufatureira dos homens. O rio foi atacado em todos os trechos do seu curso, as margens corrigidas, o débito regularizado, o leito

nivelado. Passou a ser um rio bem educado, não mais divagando ao sabor de sua fantasia, amontoando seixos e areias até formarem ilhas, volteando nos meandros; não mais precipitado como jovem imprudente, ansioso por escapar à prisão do Maciço Chistoso para depositar mais adiante a massa enorme do material transportado. Nem mesmo lhe deixaram o direito de subir súbitamente, ao fundirem-se as neves dos Alpes ou, mais ainda, ao receber as chuvas de inverno. Tudo foi alterado, amoldado de acôrdo com o uso que dêle queriam fazer os homens. A princípio foram obras isoladas, executadas pelas populações ribeirinhas, depois pelos vários estados que ocupavam suas margens até que, por fim, em 1851, uniram-se todos para organizar e realizar os trabalhos de "construção" do Reno, como o exigia a sua complexidade. Aos primeiros trabalhos, que consistiram na elevação das margens, os engenheiros alemães preferiram outros diques quase perpendiculares à margem, de maneira a conservar, ao centro, a maior velocidade da corrente, enquanto o material sólido mais pesado, atirado para as margens, é retido pelas espigas. Já os franceses optaram pela construção de canais laterais, para onde se encaminha o excesso das águas nas enchentes. No médio e baixo Reno, foi necessário aqui cortar um meandro, ali soldar à margem uma ilha. E o próprio Maciço Chistoso, cheio de tradição e de beleza, mas repleto de perigos, foi atacado a dinamite para se destruírem os rochedos mais perigosos à navegação. Na Holanda, onde o Reno se esparrama no delta e perde, por fim, a sua imponência, correndo nas suas próprias aluviões que se alteiam sôbre a planície, os homens também intervieram. Construíram diques ao longo das margens, três de cada lado; elevam-se sucessivamente à medida que se afastam da beira do rio, ficando os últimos acima do mais alto nível jamais atingido pelas águas.

Hoje a navegação é franca desde Strasburgo aos Países Baixos. E' intenso o tráfego do rio, onde circula uma multidão de embarcações de vários tipos, os enormes comboios de chatas puxadas por poderoso rebocador, e, de vez em quando, espetando o céu cinzento, o mastro dum navio de alto mar. E' intenso sobretudo entre os portos holandeses e o Ruhr; para aí encaminham-se cereais, matérias primas, e produtos tropicais; carvão e produtos manufacturados descem o rio, bem como uma infinidade de outros artigos produzidos ou consumidos nesse formigueiro humano, onde a presença da via fluvial permitiu a exploração das riquezas minerais encontradas na sua bacia. O Reno, mais do que um rio, é uma avenida de penetração da Europa, pela qual passa uma das mais importantes correntes de tráfego do globo. Indício evidente são os oitenta milhões de toneladas de mercadorias que circulam de pôrto a pôrto, muitos dos quais podem emparelhar com os grandes portos de outros continentes.

### III

Reno tão evocativo, criador de imagens cada vez que o seu nome é pronunciado.

Ora corredor estreito entre os Vosgos e a Floresta Negra, ou cativo entre as paredes do Maciço Renano, ora alargando-se na planície do Münster e da Flandres. Aquí, oculto pela floresta sombria, abrindo ali ao sol meridiano, as florestas coroando apenas o cimo das elevações, as encostas cobertas de vinhas; acolá os retângulos dos campos cultivados com cuidados de jardim. Misturadas às plantas de climas quentes, como o milho e o fumo, outras de terras frias, a beterraba e o lúpulo, como que a mostrar as possibilidades dêste vale privilegiado. Aquí a montanha, onde as aldeias se aglomeram nas

clareiras das florestas e o castelo medieval domina a passagem do rio; mais adiante, a planície de terras negras, de campos contínuos, onde a população se dispersa em fazendas isoladas.

Se a geografia do Reno nos sugere múltiplas imagens, a sua história nada lhe fica a dever. O seu presente movimentado, interessando uma boa parte da humanidade, é a continuação duma peça que se desenrola há séculos, e que ainda não chegou ao último ato.

A história do Reno é longa, pois se conta por milênios o tempo em que os homens se instalaram em suas margens. E, fato curioso, enquanto, os acidentes geográficos mudam de nome a ponto de se precisar lembrar o nome passado para serem reconhecidos, êsse rio tantas vezes conquistado, no qual se encontram civilizações diversas e se falam línguas diferentes, êsse rio conserva o mesmo nome. Reno já o chamavam os antepassados dos ocupantes atuais, dois mil anos antes de Cristo; Reno lhe chamam os textos gregos, nome que, sob a forma de *Renos*, nas línguas célticas significa "água corrente". Todos lhe respeitaram o nome, e com êle, o Reno chegou até nossos dias.

Tão depressa o conheceram os homens, tão depressa o utilizaram. Mais do que qualquer outro, antes de ser fronteira natural, o Reno é "uma estrada que corre". Campo de batalha têm sido suas margens, mas, também, ponto de contacto entre povos diferentes, e sob o aspecto muito mais humano, através do intercâmbio intelectual, religioso, artístico e econômico.

Contudo, como estrada que é, nem sempre teve a mesma importância a navegação renana, pois passou por várias alternativas de restrição ou alargamento de sua zona de influência.

Teve uma primeira fase de navegação transcontinental. Pela garganta do São Bernardo, Roma enviava azeite e vinho aos seus legionários estacionados nos acampamentos das margens do Reno, e mesmo além, até a Bretanha. As Cruzadas fizeram do rio o caminho natural das trocas entre os dois focos de maior atividade econômica, o Mediterrâneo e os Países Baixos. Desciam-no os produtos manufaturados do Oriente e da Itália, subiam-no tecidos da Flandres e da Inglaterra. Quando os homens no século XIII conseguiram lançar uma ponte sobre a torrente do São Gotardo, o Reno uniu-se à fértil planície do Pó. Frankfort e, mais ainda, a já próspera Colônia, floresceram. No extremo do rio, Bruges, em frente à costa inglesa, recebia peixe e minérios e, juntando a êstes suas tapeçarias, enviava-os rio acima.

Com a navegação marítima direta entre a Inglaterra e a Itália, e a concorrência dos portos marítimos, veio depois a decadência. Os portos renanos foram postos à margem, o rio transformado numa via regional, mantida graças à abundância de homens e de produção aí existente. Dentro do próprio vale, o rio encontrava rivais, nos caminhos terrestres que de Colônia demandavam os portos da foz, Antuérpia e Bruges, ainda prósperos. Os Países Baixos centralizavam o comércio mundial. Foi daí, dessas terras inundadas nas cheias do rio, que saíram aquêles homens enérgicos, marinheiros e comerciantes, soldados e administradores de iniciativa, que iriam atirar-se à conquista das terras de além mar, seguindo as pegadas dos portugueses, ousando mesmo desalojá-los das posições privilegiadas de quem foi o primeiro a chegar. Aí se fundaram as Companhias das Índias Orientais, e das Índias Ocidentais, cujas atividades iriam repercutir num dos episódios importantes da História do Brasil... Nos braços de mar, as cidades cresceriam animadas pelo movimento dos veleiros, carregados de produtos tropicais até então desconhecidos na

Europa. Erguiam-se igrejas, abadias, universidades, edifícios solenes de fachadas altas e telhados agudos debruçados sobre as águas mansas dos canais.

Mas, não estava ainda terminada a vida do Reno como via internacional. O século XIX iria dar-lhe um papel mais importante no palco da história. Enquanto se formavam os estados modernos e a era da indústria ensaiava os primeiros passos, a Renânia crescia lentamente, ainda como região agrícola, o solo dividido em vários estados. Os habitantes das margens iam paulatinamente corrigindo os obstáculos que o rio apresentava; aqui construindo um dique, mais adiante uma comporta ou um canal. Reanimava-se a via renana, sempre procurada naquela região muito populosa. Finalmente, a partir de 1870, a navegação do Reno entrou na sua terceira fase. Alargou-se infinitamente a sua esfera de influência, para muito além dos limites da bacia renana e do continente europeu. O Reno iria representar o seu papel não só no cenário europeu, mas no mundial.

Encontram-se no vale dum de seus afluentes, o Ruhr, as mais ricas jazidas de carvão da Europa. São camadas de variada espessura, contendo todos os tipos de hulha, sobretudo os empregados nas siderurgias. A flor da terra no sul, onde se apoiam no Maciço Renano, as camadas mergulham suavemente em direção ao norte. A presença e as facilidades de exploração do combustível e a via fluvial atraíam para o vale do Ruhr a indústria metalúrgica, com o ferro vindo da Lorena também por via fluvial. Em poucos anos, criou-se aí a maior concentração de indústrias existentes no continente, a qual, tendo se desenvolvido mais tarde do que os outros centros, pôde utilizar a experiência alheia, empregando por isso métodos mais modernos e aperfeiçoados.

Como observa De Martonne — “A prodigiosa concentração de homens, de capitais, de fábricas, de matérias primas e de produtos estende-se, entretanto, bem além dos limites da bacia do rio e mesmo além da bacia hulhífera da qual tomou o nome”. Não se vêem apenas as bocas das minas e a silhueta elevada dos altos fornos, as chaminés vomitando fumaça colorida, e, ao redor, as casas operárias espalhando-se como mancha de óleo. A indústria de carvão trouxe consigo uma série enorme de outras indústrias, que aproveitam, umas, os subprodutos, como as indústrias químicas; outras, as facilidades de transporte e de mão de obra, como a de tecidos. A mão de obra afluiu em massa, assim como técnicos e indivíduos de tôdas as classes, à Renânia já tão povoada.

Com tal ímpeto cresceu a indústria do Ruhr que, ao fim de meio século, não reconheceríamos mais a paisagem natural sob aquêle aglomerado de construções unidas umas às outras, como se fôsse uma cidade gigantesca, em cujas ruas o movimento incessante de trens e de caminhões acompanhasse o vaivém das embarcações do rio. Custa a distinguir-se as cidades maiores como Essen e Duisburgo.

Essa vida toda viria forçosamente refletir-se no Reno, saída líquida natural da bacia carbonífera. Entre Ruhrort e Rotterdam, no delta, a atenção, que nos outros trechos poderia ser desviada pela paisagem natural, aqui se concentra no próprio rio. Circulando para baixo e para cima, passam veleiros pequenos com a sua carga variada, vapôres carregados de minério de ferro e de carvão, e as chatas, aquelas imensas chatas do Reno que de Strasburgo até Rotterdam, seguem rebocadas em compridos comboios. Nas margens, os portos bem equipados acolhem essa frota em amplas bacias, e no cais circula uma multidão de homens atarefados.

A importância vital da via renana para os países que atravessa, fêz que fôsse internacionalizada a navegação, aberta a tôdas as bandeiras.

Esse mesmo motivo valeu à Holanda, estado-tampão que ocupa o delta pela vontade das grandes nações, a possibilidade de enriquecer como porta do Reno no mar.

Apesar da intensidade de trocas entre as várias regiões percorridas pelo Reno, apesar de suas margens serem ocupadas por povos em grande parte de origem comum, o Reno não conseguiu realizar a união entre eles. Desde os celtas e os romanos até a atualidade, o vale é um campo de luta. Às vezes luta pacífica, choque de idéias resultantes do contacto das civilizações, outras vezes lutas sangrentas, que acarretam a destruição e a morte.

A razão de ser das tragédias desenroladas em suas margens, talvez resida nas muitas possibilidades que oferece aos homens.

Ainda em nossos dias, fronteira viva entre a França e a Alemanha, como o fôra entre o mundo germânico e a latinidade, a Renânia continua a ser uma preocupação para os estadistas, zona de atrito permanente onde vêm refletir-se múltiplos interesses em choque.

# Cadastro de Professôres de Geografia

Organizado pela Secção Cultural do C. N. G.

## COLÉGIOS E GINÁSIOS \*

### DISTRITO FEDERAL

- Ginásio Todos os Santos* — Eglantine Freitas; Osvaldo Damasceno; Natércia A. Tôrres.  
Eglantine Freitas — Rua Borges Monteiro, 842.  
Gratiela (Ir.) — Rua Amaro Cavalcante, 2591.  
Heitor Jorge Xavier — Rua Sarg. Pinto Oliveira, 40.  
Inésia (Ir.) — Av. Amaro Cavalcante, 2591.  
Natércia A. Tôrres — Rua Visconde de Abaeté, 114 apto. 206.  
Osvaldo Damasceno — Rua Borges Monteiro, 906.

### PERNAMBUCO

- Limoeiro. — *Ginásio do Limoeiro* — D. Moraes e Silva; Geraldo Azevedo.  
D. Moraes e Silva — *Ginásio Limoeiro* — Limoeiro.  
Geraldo Azevedo — *Ginásio Limoeiro* — Limoeiro.  
Hildegard Bühler — Rua Benfica, 715 - Recife.  
Maria Dorer — Rua Benfica, 715 - Recife.  
Perolina Santos Pereira — Rua Melquisedeque, 66 - Recife.  
Rumi'da de Carvalho Pereira — Rua Benfica, 715 - Recife.

### RIO GRANDE DO SUL

- Artur Frederico Reif — *Faculdade de Filosofia* — Pôrto Alegre.  
Jean Roche — *Faculdade de Filosofia* — Pôrto Alegre.  
José Luís Paranhos de Araújo — *Faculdade de Filosofia* — Pôrto Alegre.  
Lourenço Mário Prunes — *Faculdade de Filosofia* — Pôrto Alegre.  
Paulo Rubens Krebs Appel — *Faculdade de Filosofia* — Pôrto Alegre.

### ESCOLAS TÉCNICAS

### DISTRITO FEDERAL

- Escola Comercial Lacé* (Filial) — Heitor Jorge Xavier.  
*Escola Comercial N. S. da Piedade* — Inésia (Ir.); Gratiela (Ir.).

### FACULDADES

### RIO GRANDE DO SUL

- Pôrto Alegre — *Faculdade de Filosofia* (da Universidade do Rio Grande do Sul) — José Luís Paranhos de Araújo; Lourenço Mário Prunes; Artur Frederico Reif; Paulo Rubens Krebs Appel; Jean Roche.

---

\* Respostas enviadas em março do corrente ano.

## GINÁSIOS E COLÉGIOS \*\*

## DISTRITO FEDERAL

*Instituto La-Fayette* — Alcias Martins de Ataíde; Davi Pena; Aarão Reis; Ernani Machado; João Carlos Fernandes Cantuária; Maria Luísa Fernandes; Mayar Teixeira de Sousa; Daso de Oliveira Coimbra; Maria Isabel Gonçalves de Azevedo; Mirtes de Luca Wenzel.

## FACULDADES

## DISTRITO FEDERAL

*Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil* — Altamirano Nunes Pereira; Valdemar de Gusmão; Luci Abreu da Rocha Freire.

## SÃO PAULO

*São Paulo* — *Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo* — Alfredo Ellis Jr; Eugênio Lefèvre Neto.

---

\*\* Respostas recebidas em abril do corrente ano.

---

Os professores registados neste cadastro têm direito ao abatimento de 50% nos preços de todas as publicações editadas pelo Conselho Nacional de Geografia, de acordo com a resolução n.º 284, de 19 de setembro de 1947, do Diretório Central.

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Mahatma Gandhi, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que lhe atenderá pronta e satisfatoriamente.

# Noticiário

## Capital Federal

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS DA MUDANÇA DA CAPITAL DO PAÍS** — Estêve mais uma vez reunida, no dia 6 de junho findo, sob a presidência do deputado Costa Neto, a comissão parlamentar encarregada de fazer os estudos necessários em tôrno do projeto de mudança da capital do país para o Planalto Central.

Durante a sessão o deputado Israel Pinheiro concluiu a sua exposição, contrariamente à localização da nova capital na região Goiânia-Anápolis, defendendo a sua preferência pela zona de Tupaciguara. O assunto suscitou vivos debates e motivou manifestações favoráveis e contrárias ao ponto de vista do representante mineiro. O Sr. Galeno Paranhos sugeriu fosse aprovado o parecer do Sr. Eunápio Queirós, relator geral da Comissão, opinando também que as emendas e substitutivos fossem apresentados em plenário. Esta proposta deverá ser discutida na próxima reunião.

★

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**13.º ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO — SOLENIDADES COMEMORATIVAS** — Transcorreu a 29 de maio último o 13.º aniversário de instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, data também consagrada em todo o país, como o "Dia do Estatístico e do Geógrafo".

Desdobrando-se nos últimos anos em plano ainda mais extensos, pois a êle se acham vinculados os serviços estatístico-geográficos de todos os municípios brasileiros, a obra do I.B.G.E. vem repercutir no continente e em todo o mundo, o que é testemunhado pela articulação que desenvolve com entidades congêneres americanas e europeias.

O 13.º aniversário do I.B.G.E. foi festivamente celebrado em todo o Brasil, por iniciativa dos Departamentos Estaduais de Estatística, Inspeções Regionais de Estatística Municipal e Diretórios Regionais de Geografia.

Nesta capital, a data foi assinalada pela celebração de missa gratulatória, seguida de comunhão pascal dos estatísticos e geógrafos, realizando-se ainda a reunião da Junta Executiva Central do C.N.E., para eleição do secretário-geral da entidade.

Comemorando o acontecimento, foi dado à publicidade o 13.º número do *Anuário Estatístico do Brasil*.

★

**OS PREPARATIVOS PARA O RECENSEAMENTO GERAL DE 1950** — Continuam em ritmo acelerado os preparativos para a realização do recenseamento geral de 1950, cujos tra-

balhos estão a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de acôrdo com determinação expressa em lei já sancionada pelo Sr. presidente da República.

Esse será o sexto levantamento de tal natureza que se realiza no Brasil, em sua vida de nação, cujo êxito já está assegurado, dada a experiência adquirida no censo de 1940. De fato, a operação censitária levada a efeito naquele ano produziu os melhores resultados, visto como procedeu a vasto inquérito sobre a realidade brasileira no plano econômico, social e político, propiciando sólida base para estudos técnicos e administrativos.

Ao lado dessa circunstância, constituem poderoso elemento de êxito, as providências que vêm sendo tomadas, entre as quais releva notar a colaboração a ser prestada pela rede de Agências Municipais de Estatística, postas agora sob a administração do I.B.G.E.

A quantidade de papel, destinado à confecção do material necessário aos trabalhos censitários, já conhecida através da concorrência pública aberta pelo Serviço Gráfico do I.B.G.E. para aquisição de 400 toneladas daquele artigo, dá uma idéia das proporções gigantescas que assumirá a próxima coleta de dados.

A Sociedade Brasileira de Estatística e outras instituições congêneres também colaborarão com os órgãos dos poderes públicos na realização do censo.

★

### CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

**ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA. — CONVENÇÕES HIDROGRÁFICAS — TRABALHO DE CAMPO** — Sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estando presente a maioria dos seus membros, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia realizou no dia 20 de junho passado a sua reunião quinzenal.

Inicialmente, foi aprovada a ata da reunião anterior e foram lidos o expediente e o "Diário do Conselho", relativos à quinzena, o que ensejou a aprovação, por proposta do engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho, de vários votos: de pesar, pelo falecimento dos engenheiros Assis Ribeiro, Rodolfo Valadão e Desidério Finamor; de congratulações ao general Juarez Távora pela medalha militar que lhe foi concedida; de aplausos à Sociedade Brasileira de Geografia pela iniciativa da exposição dos trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira, ilustrada com um Curso de Conferências.

O comandante Jurandir Chagas, suplente do representante do Ministério da Marinha, apresentou uma publicação da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha com as convenções das cartas hidrográficas e exigiu que uma carta do Bureau Hidrográfico Internacional contendo referências à mencionada Diretoria.

O engenheiro Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, leu um relatório sucinto das atividades da Comissão do Regimento, que preside, a fim de ser presente à Assembléa Geral do Conselho, a reunir-se em julho vindouro.

Entrando-se na ordem do dia, foi aprovada, em redação final, a resolução n.º 339, dispondo sobre o pagamento do salário-família aos dependentes dos servidores falecidos.

Depois, discutiu-se o projeto do novo regulamento de promoções do pessoal do Conselho, tendo o presidente comentado longamente a matéria; o Diretório, depois de aprovar diretrizes gerais, deliberou em entregar o assunto a uma Comissão Especial, formada do comandante Manuel Ribeiro Espindola, representante do Conselho Nacional de Estatística; do Dr. Péricles de Melo Carvalho, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e coronel Dácio César, suplente do representante do Ministério da Guerra.

Em seguida, o Diretório aprovou a resolução n.º 340, definindo as atribuições dos chefes dos serviços de campo, em caráter de emergência, até que se aprove o regimento das repartições centrais do Conselho.

Finalmente foi aprovada a resolução n.º 341, dispondo sobre o processamento da concessão de diárias aos servidores do Conselho.

★

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Serviço Florestal

A 1.ª REUNIÃO DA COMISSÃO LATINO-AMERICANA DE FLORESTAS E PRODUTOS FLORESTAIS — AS RESOLUÇÕES TOMADAS NESTA CONFERÊNCIA. A VINDA DE TÉCNICOS EUROPEUS, CURSOS DE TREINAMENTO PARA ESTATÍSTICOS FLORESTAIS. — A Repartição Regional para a América Latina, filiada à Organização de Alimentação e Agricultura das Nações (FAO), encarregada das pesquisas, informações e projetos, relacionados com os problemas florestais, já está em franca atividade, funcionando, nesta capital, no Jardim Botânico do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. A sua primeira tarefa foi organizar a primeira Reunião da Comissão Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, levada a efeito recentemente nesta capital e cuja sessão de encerramento fôra presidida pelo senhor ministro Daniel de Carvalho.

Nessa reunião, foram traçadas pelos delegados americanos, as linhas gerais dos seus trabalhos, tendo sido incluídos na agenda de estudos daquela Comissão, os problemas mais urgentes recomendados pela Conferência de Teresópolis, ocorrida de 19 a 30 de abril do ano passado. Foi estudado e aprovado o projeto de desenvolvimento dos recursos florestais da América Latina, o qual deverá ser discutido dentro em breve, pelo Conselho Econômico para a América Latina (CEPAL) da ONU sediado em Havana.

A Comissão examinou também o projeto de organização de um Instituto Latino-Americano de Pesquisas e Ensino Florestais, determinando as suas linhas gerais e regionais. A estrutura desse Instituto será estabelecida à base de um organismo central, e de estações regionais especializadas em investigações silvícolas, na América Central, nos Andes Tropicais, na Amazônia, no rio da Prata e nos Andes Meridionais.

Foi discutida a falta de técnicos florestais na América Latina, sugerindo o aproveitamento

de especialistas europeus. Decidiu o *Bureau* entrar em contacto com os diversos governos latinos-americanos e organizações de fomento e produção, bem assim com a Organização Internacional de Refugiados (TRO), para concretização do projeto.

Foi ainda elaborado um programa para a melhoria e padronização dos métodos estatísticos sobre florestas e produtos florestais. Esse programa, além da realização de inquéritos, compreende providências de mais longo prazo, como sejam, a formação de técnicos, a organização, em cada país, de cursos de treinamento para estatísticos especializados em questões florestais, etc.

Entre outros assuntos, foi debatida a próxima convocação de uma Conferência de Estatística Florestal, assim como a colaboração que o *Bureau* deverá prestar à Conferência Internacional para a Conservação e Utilização do Solo que a FAO pretende realizar em futuro próximo.

Entrevistado acerca da I Reunião da Comissão Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, o Sr. Pierre Terver, chefe do Serviço Latino Americano de Florestas e Produtos Florestais, que foi o encarregado do Serviço Florestal da França de Além-Mar, declarou estar satisfeito com os resultados alcançados naquela conferência. O Sr. Terver salientou a importância desse início de colaboração obtido entre os técnicos latino-americanos.

O nosso desejo — terminou — é desenvolver um programa racional de exploração de florestas e de reflorestamento em larga escala.

★

## MINISTÉRIO DA GUERRA

### Serviço Geográfico do Exército

A VISITA DE OFICIAIS GERAIS AQUELE ÓRGÃO DO EXÉRCITO — Estiveram em visita ao Serviço Geográfico do Exército, no dia 1.º de junho último, os senhores generais Fiúsa de Castro, chefe do Estado Maior do Exército, Otávio da Silva Paranhos e Fernando S. Bandeira de Melo, respectivamente primeiro e segundo sub-chefes daquele órgão do Exército os quais se fizeram acompanhar de outros oficiais superiores adjuntos de diversas secções.

Os visitantes foram conduzidos ao salão nobre do Palácio da Conceição, pelo diretor daquele serviço, general Poli Coelho, tendo sido entregue, na ocasião, a medalha militar de prata ao major João Febrônio de Oliveira Júnior, oficial técnico de grande valor profissional. Após essa cerimônia, foram percorridas todas as divisões técnicas e administrativas, quando tiveram os visitantes oportunidade de observar os processos e andamento dos trabalhos.

Concluída a visita, reuniram-se todos no salão nobre, tendo o general Poli Coelho discursado, agradecendo a honra concedida ao Serviço Geográfico do Exército, por tão destacadas figuras do alto comando do Exército. Em resposta, fez uso do palavra o general Fiúsa de Castro, que manifestou a grata impressão colhida, declarando-se um velho amigo do Serviço Geográfico do Exército.

No mesmo dia, esteve naquele Serviço o brigadeiro A. Rozani, do Estado Maior Geral das Forças Armadas, cuja visita coincidiu com a dos senhores chefes e sub-chefes do Estado Maior do Exército, em companhia dos quais, percorreu todas as dependências daquele órgão.

★

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

AUXÍLIO AO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E AO ARQUIVO NACIONAL — Em ato de 30 de maio passado,

★

## Instituições Particulares

### INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

O CENTENÁRIO DE RUI BARBOSA — CONFERÊNCIA SOBRE O ILUSTRE JURISTA — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, associando-se às homenagens que serão prestadas à memória de Rui Barbosa, cujo centenário de nascimento se comemora este ano, realizará um curso a ter início em outubro, que constará de 13 aulas — conferências, focalizando os aspectos principais da vida e obra do ilustre jurista. A frequência às aulas será obrigatória e aos alunos que concluírem o curso será conferido um diploma.

A sessão de abertura será presidida pelo senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto, devendo falar no encerramento o Sr. Pedro Calmon, orador oficial daquele sodalício.

O programa das aulas consta dos seguintes temas:

I — Rui na intimidade, deputado Edgar Batista Pereira; II — Rui jornalista, deputado Luis Viana; III — Rui parlamentar, senador Aloísio de Carvalho; IV — Rui advogado, acadêmico Leví Carneiro; V — Rui conferencista, acadêmico Rodrigo Otávio Filho; VI — Rui e a Língua Portuguesa, professor Clóvis Monteiro; VII — Rui e o folclore, professor Joaquim Ribeiro; VIII — Rui e a Marinha Nacional, capitão de mar e guerra Carlos da Silveira Carneiro; IX — Rui no cenário internacional, professor Aroldo Valadão; X — Rui e a História Política no Império e na República, professor Américo Jacobina Lacombe; XI — Rui ministro da Fazenda, deputado Aliomar Baleeiro; XII — Rui e seus escritos religiosos, professor Mário Pereira da Rocha; XIII — A pedagogia de Rui Barbosa, professor Lourenço Filho.

☆

CURSO DE 12 CONFERÊNCIAS SOBRE JOAQUIM NABUCO — Em homenagem à memória de Joaquim Nabuco, cujo centenário de nascimento se comemora no corrente ano, organizou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um curso de 12 conferências nas quais serão examinados diversos aspectos da personalidade do eminente diplomata e homem de letras. A primeira palestra foi proferida pelo professor Antônio Austregésilo, no dia 1.º de julho corrente.

Aos alunos que concluírem o curso será conferido um diploma.

★

### SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGRICULTURA

"TENDÊNCIAS DA I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO" — Durante uma sessão especial da Sociedade Brasileira de Agricultura, o engenheiro

o Sr. vice-presidente da República, no exercício do cargo de presidente da República, sancionou lei do Congresso Nacional, abrindo ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para auxiliar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a publicação de documentos inéditos pelo Arquivo Nacional.

agrônomo João Gonçalves de Sousa, fez uma exposição sobre as "Tendências da I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização", recentemente realizada na capital de Goiás.

As considerações daquele técnico podem ser assim resumidas:

Êxito da conferência — Parece não haver dúvidas da parte dos que participaram de seus trabalhos quanto à oportunidade e ao êxito desse certame. Oportunidade, sim, porque se realizou no instante preciso em que massas de imigrantes nacionais e estrangeiros acorrem em demanda de Goiás e do Planalto Central como nova Terra da Promissão.

Quanto ao êxito, também não houve dúvidas, a julgar pelos depoimentos publicamente expressos por congressistas, inclusive quando colocados em ângulos diversos dos em que se achavam os patrocinadores da reunião. Êxito na coleta dos dados, dos elementos científicos trazidos a plenário por mãos de mestres e que deram da paisagem física, econômica e humana de Goiás e do Planalto tradução real, atualizada e verdadeira. Êxito no que se refere a conclusões básicas capazes de imprimir rumos novos não apenas à técnica de colonizar e povoar as áreas potencialmente ricas do oeste, mas à política oficial brasileira de imigração e colonização.

O realismo dos trabalhos — Durante a Conferência houve debates doutrinários, mas sobre assuntos para os quais tal coisa era aconselhável e necessária. E foram os princípios ali firmados os que vieram ratificar ou sugerir ao Parlamento a necessidade da alteração de certos pontos da legislação imigrantista atualmente em vigor, legislação que, apesar de tudo, representa uma dura experiência vivida.

No resto, trabalhou-se no concreto. Técnicos, homens de alto espírito público, pertencentes aos mais variados quadros políticos, religiosos ou mentais, chegaram a conclusões positivas sobre métodos fundamentais para a colonização do Planalto.

A Comissão de Ecologia, por exemplo, à vista de estudos experimentais, estudou a fundo a questão de solos, climas, recursos naturais, recuperação dos cerrados do Planalto Central Brasileiro em razão de um programa imediato de incorporar às suas rarefeitas populações as correntes humanas de procedência interna e externa. Estudos sobre revestimentos florísticos, reflorestamento, defesa das matas, qualidades e levantamento dos solos para fins produtivos, — tudo isso foi conseguido. Nesse setor, preciosa foi a cooperação prestada pela Sociedade Nacional de Agricultura, que mandou dez (10) teses ou indicações valiosas ao certame, sendo nove (9) firmadas pelo seu vice-presidente, agrônomo Antônio de Arruda Câmara e uma (1) pelo seu diretor-técnico professor Geraldo Goulart da Silveira.

As autoridades, além dos planos já anteriormente estabelecidos ficaram, assim, melhor habilitadas ao início imediato de novos programas de colonização tecnicamente concebidos e conduzidos.

As grandes linhas da Conferência — A Conferência de Goiânia não perdeu o seu norte. Desenvolveu-se dentro de um esquema pré-estabelecido e chegou a seu miradouro. Examinando sempre fatos e não hipóteses firmou certas conclusões, algumas absolutamente novas e outras relacionadas com certames anteriormente realizados, como por exemplo, a Conferência dos Secretários de Agricultura realizada, há dois anos, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, a Conferência de Teresópolis e a Mesa Redonda de Conservação de Solos, há pouco levada a efeito em São Paulo. O mais, que não nos foi possível examinar em Goiânia, se-lo-á certamente na próxima conferência de Araxá.

Das discussões havidas nas Comissões de Imigração e Colonização brotaram alguns princípios básicos capazes de servir de roteiro ao Parlamento e ao Poder Executivo quanto à política oficial nessa especialidade.

Reconheceu a Conferência o princípio de que a colonização deverá processar-se em comunidades rurais previamente planejadas e tecnicamente estabelecidas segundo planos e critérios que não sejam rígidos mas promanam de condições culturais e ecológicas regionais e em função dos grupos nacionais a receber e fixar. O funcionamento de toda essa política, para o caso dos imigrantes agrários, — apontou a Conferência — é a cessão da terra aos agricultores sob forma de propriedades pequenas e médias, trabalhadas e possuídas por suas famílias.

Foi o cooperativismo encarecido como a fórmula para examinar, de vez, o estabelecimento daquelas comunidades humanas, formadas por nacionais e estrangeiros. Nesse particular a Conferência de Goiânia reconheceu o princípio oriundo de uma realidade social viva de nosso meio: o nacional e o estrangeiro não se excluem mas se completam. A Conferência superou a xenofobia dos verde-amarelistas e reconheceu, num passo um tanto revolucionário, ser possível e necessário, sem prejuízo do processo de aculturação, estabelecer núcleos agrários modelares, culturalmente homogêneos, atendendo-se ao princípio de alternância de grupos nacionais e alienígenas, utilizado um critério racional de delimitação de áreas.

Sem limitação de raça, nacionalidade ou religião — numa definição liberal e ampla — a Conferência estabeleceu que a colonização deverá ser feita preferencialmente com imigrantes de nível superior ao dos nossos rurícolas. Não visando, especificamente, ao aumento interno da população, a política imigracionista do governo brasileiro, nos termos aprovados pelo certame de Goiânia, deverá ter como finalidade essencial a incorporação do estrangeiro como elemento complementar indispensável à melhoria demográfica, euzênica e cultural no prosseguimento de nossa formação nacional, dando à nossa gente padrões agrícolas e industriais mais elevados.

Definindo, clara e precisamente, as atribuições cabíveis ao governo em suas três esferas administrativas e nas instituições particulares, emprestando a estas papel muito destacado, os convencionais do Planalto assentaram a diretriz de que o planejamento e a política de colonização entre nós se processem sob direção única e uniforme à busca de maiores e melhores resultados.

É importante assinalar que, como fundo de quadro da Conferência, demorava a idéia da interiorização da Capital Federal. Encareceram os convencionais ao governo da União e ao Parlamento a necessidade dessa decisão, sobretudo agora que se estudaram as mais adequadas medidas indispensáveis à colonização

dos terrenos em derredor do sítio já escolhido pela missão técnica oficial para assento da nova capital.

Proveitos imediatos da Conferência — Tendo atingido, à risca, os fins entrevistos no temário, ensejou contactos pessoais de homens públicos e de técnicos, de diplomatas e de financistas, de religiosos e de políticos, de professores e de parlamentares, de tal modo que caminhos novos se abriram à solução desse problema da imigração colonizadora, um dos cinco grandes temas fundamentais de nossa pátria.

Por força de tudo isso convém esclarecer que o senhor presidente do Conselho de Imigração e Colonização, ministro Jorge Latour, idealizador e realizador do certame de Goiânia, o maior que se realizou no mundo, no gênero, depois da guerra — está presentemente selecionando as conclusões e recomendações da Conferência, por ordem de prioridade e as encaminhando aos vários órgãos interessados para que estes, na medida em que possam as ponham na prática. De Goiânia saiu uma fórmula de acordo para assunto de imigração e colonização entre o governo federal e o de Goiás; brotou a criação do Instituto de Colonização do Planalto Central a que ficará afeta a responsabilidade prática de povoamento e colonização de áreas do Centro-Oeste; surgiu a porta aberta para um convênio sobre transportes e comunicações por parte dos vários estados com áreas colonizáveis no Planalto, cuja tentativa de efetivação está sendo encaminhada na capital de São Paulo; resultou a criação pelo excelentíssimo senhor arcebispo de Goiás do Comitê Católico de Imigração e Colonização, filiado ao Comitê Nacional do Rio de Janeiro, sem mencionar uma série de iniciativas outras já equacionadas para execução imediata por parte dos órgãos interessados.

★

## SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

A CONTRIBUIÇÃO DO ENGENHEIRO FLÁVIO VIEIRA SOBRE O CAMINHO FLÚVIO-RODO-FERROVIÁRIO DO PACÍFICO-AMAZONAS. — CONVIVIDO O ENGENHEIRO LEITE DE CASTRO PARA RELATAR OS TRABALHOS DO XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA. — No dia 1.º do mês passado realizou a Sociedade Brasileira de Geografia mais uma reunião. Presidida pelo embaixador Macedo Soares, presidente efetivo da tradicional instituição, teve excepcional relevo, pois, na ocasião, foi recebido numeroso grupo de novos sócios, entre os quais se contam geógrafos, cientistas, técnicos e professores. Os novos sócios foram saudados pelo Dr. Roberto Moreira da Costa Lima, secretário-geral, tendo agradecido em nome dos recipiendários, o engenheiro Flávio Vieira, diretor da Administração do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, cujo discurso encerrou também uma contribuição sobre o caminho flúviorodo-ferroviário do Pacífico-Amazonas. Ainda sobre a recepção dos novos sócios, falaram os doutores Taciano Acólli, Lindolfo Xavier e ministro Fonseca Hermes. O cônsul José Lavrador sugeriu que o engenheiro Christovam Leite de Castro, que chefiou a delegação brasileira ao XVI Congresso Internacional de Geografia, realizado recentemente em Lisboa, fosse convidado a relatar os trabalhos daquele certame.

Por último, fez uso da palavra o embaixador Macedo Soares, que pôs em destaque a personalidade e obra geográfica do general Cândido Rondon, que, presente, tomara lugar à mesa.

Foram os seguintes os sócios recebidos: engenheiro Vitor André Argolo Ferrão; capitão George Albuquerque Moreira da Rocha; coronel Adir Guimarães, dona Olga Leite Pinto Buarque de Lima; Evandro Pinheiro Requião; Dr. Rubens da Silva Queirós; major Moacir de Santa Luzia Gonçalves; professora Miriam Guiomar Coelho Mesquita; professor José Osvaldo Fogaça; major Agenor Monte; professor Mário Lopes da Costa Moreira; Dr. Alberto Raja Gabaglia; engenheiro Honório Bezerra, engenheiro Simas Pereira, Alcion da Fonseca Dória, professor Valdomiro Gonçalves Cristino; professor Miguel Alves de Lima; professor Héldio Xavier Lens César; Percy Alfred Lau; Dr. Mário Belfort Galvão, Dr. Antônio Liberalino de Moraes; Dr. Péricles de Faria Melo Carvalho; engenheiro Flávio Vieira; engenheiro Raul Pires Xavier; professor Reginaldo Lemos; professor Antônio José de Matos Musso, professor José de Sá Nunes; Dr. Antônio Horácio do Amaral Caldeira; professor Arnaldo Vieira Lima; Dr. Lafaiete Pereira Guimarães; dona Cailda Pereira Fernandes; professor Alfredo

José Porto Domingues; professor Pedro Geiger, Dr. Edson Guerra Dias.

★

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOPOLÍTICA

**SUA PRÓXIMA INSTALAÇÃO NESTA CAPITAL** — Os estudiosos de Geopolítica reuniram-se no salão de conferências do Clube Naval, para discutirem as bases de um órgão cultural, encarregado de desenvolver no país os problemas afetos à novel ciência.

A criação dessa entidade que terá a denominação de Instituto Brasileiro de Geopolítica, trará entre outras vantagens a de permitir a divulgação dos estudos geopolíticos entre nós, bem como oferecer ao governo contribuições para a solução de muitos de nossos problemas. A nova instituição promoverá cursos, conferências e palestras, pugnando ainda pela criação de cadeiras de Geopolítica nos principais centros culturais brasileiros.

★

## Certames

### I REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA

**DESIGNADOS OS DELEGADOS DOMINICANOS** — A Comissão Organizadora da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, a realizar-se nesta capital, em setembro próximo, com a participação de representantes de todas as nações do continente, já recebeu a adesão da República de São Domingos ao importante certame.

Está assim constituída a delegação que deverá representar aquêle país na magna assembléia: engenheiro Vicente Tolentino Rojas, Salvador Fernández e Oscar Cucurullo Júnior.

★

### CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFOS, GEOLOGOS E HISTORIADORES

A cidade de Angoulême, na França, foi sede, recentemente, do Congresso Internacional de Geógrafos, Geólogos e Historiadores, com a participação de delegados da Holanda, Bélgica, Suécia, Polónia, Brasil, Estados Unidos, Egito e Portugal, além de representantes de associações científicas da França e da Universidade de Jerusalém.

★

### II REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO

**SUA REALIZAÇÃO EM CAMPINAS — AGENDA E PROGRAMA** — Sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo e com o apoio de várias entidades científicas do país, está se realizando presentemente na cidade de Campinas a II Reunião Brasileira de Ciência do Solo, na qual se acham representados, entre outros os seguintes órgãos oficiais e instituições particulares: Centro Nacional de Experimentação e Pesquisas Agronômicas; Escola Nacional de Experimentação e Pesquisas Agronômicas; Escola Nacional de Agronomia, Instituto de Química Agrícola, Instituto Agronômico do Norte, de Belém do Pará, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e Escola de Agronomia, do estado do Paraná, Secretaria

de Agricultura do Rio Grande do Sul, Secretaria de Agricultura do estado do Rio de Janeiro, Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, de Piracicaba, Divisão de Fomento Agrícola, de São Paulo e Instituto Agronômico de Campinas.

O certame cujos trabalhos se inauguraram a 11 do corrente está com o seu encerramento previsto para o próximo dia 23.

Da agenda da Reunião constam os temas seguintes:

I — Física do solo. II — Química do solo. III — Microbiologia do solo. IV — Fertilidade do solo. V — Gênese, morfologia e cartografia do solo. VI — Aplicação da ciência do solo ao melhoramento das terras. VII — Uniformização dos métodos de estudo e de representação dos solos. Ensino da ciência do solo.

★

### IV CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL

— Em fins de abril último, realizou-se nesta cidade o IV Congresso de História Nacional, em que tomaram parte eminentes historiadores brasileiros e portugueses, além de representantes da cultura das duas nações irmãs. Delegações de todas as unidades federadas compareceram ao certame, sendo que a representação bandeirante reuniu as mais expressivas figuras do estado, tendo à frente o erudito Afonso E. de Taunay e o Dr. J. P. Leite Cordeiro.

Inúmeras teses foram apresentadas durante o congresso versando assuntos de história geral, e dos seus ramos, geográfico, cartográfico, etnográfico, econômico, social, militar, diplomático, religioso, científico e literário, além de excelente contribuição bibliográfica e estudos sobre instituições políticas e jurídicas.

São Paulo contribuiu com 25 teses, assinadas por ilustres representantes da cultura histórica paulista, quase todos membros do Instituto Histórico e Geográfico do estado.

Entre os autores destes trabalhos figuram nomes como os de Afonso E. Taunay, Dr. J.

P. Leite Cordeiro, Dr. Ernesto de Sousa Campos, Dona Alice P. Canabrava, desembargador Júlio César de Faria, Aureliano Leite, T. O. Marcondes de Sousa, professor Alfredo Gomes, cônego Florêncio de Camargo, Francisco Assis Carvalho Franco, e muitos outros cultores da história.

★

**CONFERENCIA INTERAMERICANA SOBRE OS INDIOS — SUA REALIZAÇÃO NA CIDADE DE CUZCO, NO PERU. — O PROGRAMA DE ATIVIDADES.** — Sob os auspícios do governo peruano e com a participação de todas as repúblicas do continente, inclusive o Canadá, reuniu-se a 24 de junho, na cidade de Cuzco, no Peru, a Conferência Interamericana sobre os índios. Tendo por objetivo desenvolver esforços em prol do bem-estar dos 9 milhões de silvícolas que vivem nesta parte do hemisfério ocidental, estudará este Congresso

problemas econômicos, sociais, sanitários, de educação, alfabetização e direitos das populações indígenas. Espera-se que o certame estabeleça uma linha de cooperação internacional em favor dos índios, de acordo com o programa esboçado pelo presidente Truman, para melhorar as condições de vida daquelas populações. Os Estados Unidos enviarão à Conferência uma delegação, composta de cinco ou mais representantes e quinze assessores destes.

A Primeira Conferência Interamericana sobre a vida dos índios realizou-se no México em 1940, na qual ficou resolvida a criação do Instituto Indigenista Interamericano, em convenção que foi ratificada por quatorze países, oito dos quais já estabeleceram Institutos Indigenistas nacionais. Esses quatorze países são a Bolívia, Colômbia, República de São Domingos, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela e Estados Unidos.

★

## Unidades Federadas

### MINAS GERAIS

#### Departamento Estadual de Estatística

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO DOS AGENTES MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA DO ESTADO** — A fim de discutirem, em comum, assuntos ligados à coleta estatística e estudarem as providências preliminares, relativas ao recenseamento geral de 1950, estiveram reunidos na capital mineira, em maio último, os agentes municipais de estatística daquele estado; assim como os titulares das agências-modelo de Diamantina, Montes Claros, Guanhães, Governador Valadares e Ponte Nova.

A sessão de encerramento da reunião contou com a presença do Dr. Rafael Xavier, secretário-geral do I.B.G.E., além do professor Joaquim Ribeiro Costa, diretor do Departamento Estadual de Estatística, Dr. Said Farhat, inspetor regional, chefes de Divisão e de serviços do mesmo departamento e os representantes do secretário da Agricultura e da Prefeitura de Belo Horizonte.

Inicialmente, falou o Dr. Said Farhat, inspetor regional que declarou ser com a mais viva satisfação que naquele momento se recebia o Dr. Rafael Xavier, essa figura singular de estatístico e de economista, cuja pregação cívica por todo o Brasil dos ideais municipalistas e de soergulimento das estatísticas, tornavam-no credor da estima e da admiração de todos que nele viam o amigo de todas as horas e o chefe vigilante, sempre alerta para atender aos reclamos da nação brasileira, nos postos que lhe foram destinados, nos altos quadros da vida administrativa do país.

Nas suas palavras introdutórias foi também saudado o Dr. Gamaliel Suaris, como representante do secretário da Agricultura, na pessoa de quem o orador via manifestados o apoio e o estímulo com que o governo mineiro vem dando às estatísticas, principalmente no setor das apurações agrícolas, sabendo-se que Minas, sem favor algum, considerada o celeiro do Brasil, não podia faltar em um movimento que representa a verdadeira fotografia do país através dos resultados de suas estatísticas.

O orador agradeceu, mais uma vez, a presença do Dr. Rafael Xavier àquela cerimônia, para o que veio especialmente a esta capital, bem como a todos os dirigentes do sistema estatístico regional e aos agentes municipais ali presentes.

Saudaram, em seguida, o Dr. Rafael Xavier, os Srs. Arlindo Chaves, em nome da Junta Executiva Regional de Estatística, Dr. Mauro Macedo Bhering, pelos funcionários da Inspetoria, Sebastião Gouveia Fontes, pelos agentes municipais de estatística e agente em Sete Lagoas e Abad de Freitas Coutinho, chefe da agência-modelo de Montes Claros.

Todos os oradores foram unânimes em ressaltar a importância daquela reunião, que congregava os estatísticos do centro de Minas Gerais, em torno da figura admirada do seu chefe, tendo sido vivamente aplaudido.

Falou, por fim, o Dr. Rafael Xavier, declarando inicialmente que é da máxima importância a solenidade que tinha a honra de presidir, uma vez que o contacto com os elementos de base da organização que dirige, no caso, os agentes municipais, de Estatística, servia para demonstrar como está cada vez mais vivo em cada um deles o espírito ibgeano, que se inocula já na maioria dos servidores da estatística, considerando os agentes como verdadeiros sustentáculos da própria vida do Instituto.

Após ouvir as cinco brilhantes orações, duas das quais dos próprios agentes municipais, concluiu ser cada vez mais elevado o grau de cultura dos seus colegas, para quem o curso representou uma preparação conjunta, eludindo dúvidas, e trazendo, por certo, a consolidação definitiva, no espírito de cada um, do que realmente devem representar as estatísticas no panorama da organização política brasileira.

Esperando magníficos resultados daquela concentração, o Dr. Rafael Xavier finaliza o seu aplaudido discurso, afirmando que a obra do agente municipal de Estatística é um verdadeiro sacerdócio, principalmente daqueles que se esforçam, e se compenetraram dos seus deveres funcionais, para atingir a meta ideal não só quantitativa, mas qualitativa dos seus trabalhos, que deverão cada vez se multiplicar mais em proveito de Minas e do Brasil.

★

#### Instituto Agrônomo do Oeste

**SUA LOCALIZAÇÃO EM TERRITÓRIO MINEIRO** — Na Assembléia Legislativa mineira, foi apresentada pelo deputado Márcio Paulino uma indicação ao senhor ministro da Agricultura, no sentido de ser examinada a possibili-

dade de se localizar no estado de Minas Gerais, o Instituto Agrônômico do Oeste, criado pelo decreto-lei n.º 6 155, de 30-12-1943.

Estes institutos são centros de experimentação agrícola, possuindo cada um deles uma escola de agricultura.

★

## Municípios

### GOIANIA (Goiás)

**EXPOSIÇÃO DO PLANALTO CENTRAL** — Durante a Conferência de Imigração e Colonização, recentemente realizada na cidade de Goiânia, e da qual participaram representantes de serviços técnicos oficiais, funcionou uma exposição documentária constante de mapas, fotografias, livros e cartazes referentes ao Planalto Central. Os trabalhos que figuraram naquela exposição foram apresentados pelo Conselho de Imigração e Colonização, pelo Conselho Nacional de Geografia e pela Divisão de Terras e Colonização de Goiás.

★

### MACAPÁ (Amapá)

**INSTALAÇÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA E POSSE DOS NOVOS MEMBROS** — Em cerimônia presidida pelo senhor governador, realizou-se, no dia 6 de junho passado, a instalação do Diretório Regio-

nal de Geografia do Território do Amapá, procedendo-se, na mesma ocasião, à posse dos seus membros.

★

### PELOTAS (Rio Grande do Sul)

**ESCOLHIDO O PREFEITO DE PELOTAS PARA PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, A REALIZAR-SE EM 1950** — Foi recebida, com especial agrado, a escolha do prefeito de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Dr. Joaquim Duval, para ocupar o cargo de presidente da Comissão Organizadora do Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, a realizar-se no ano vindouro. A elevada distinção de que foi alvo o edil daquela cidade gaúcha, avulta de significado, pois foi proposta em reunião, presidida pelo Dr. Rafael Xavier, secretário-geral do I.B. G.E., técnico em assuntos estatísticos e econômicos, e da qual participaram vereadores e prefeitos de diferentes partes do país.

★

## Exterior

### PORTUGAL

**ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA — DESTACADA A ATUAÇÃO DO DR. JÚLIO DANTAS NO CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL REALIZADO NO BRASIL — ESTUDADA A OBRA DE VARNHAGEN PELO DR. ANTÔNIO BAIÃO.** — A Academia de Ciências de Lisboa, em recente sessão plenária, congratulou-se com o seu presidente, Dr. Júlio Dantas, pelo brilho com que representou o seu país no Congresso de História Nacional, realizado nesta capital, em abril último. Na reunião da classe de Letras da Academia, o professor Queirós Veloso, comunicou ter recebido um grosso "in-folio" dactilografado, de dois professores da Universidade de Chicago, com a notícia de todas as obras sobre Geo-

grafia publicadas em todo o mundo. A parte relativa a Portugal foi examinada pelo aludido professor, que com o auxílio da Sociedade de Geografia, completou do melhor modo a bibliografia geográfica concernente ao seu país.

Na mesma reunião, o Dr. Antônio Baião fez uma comunicação sobre o historiador brasileiro Varnhagen. Dividiu o seu trabalho em duas partes, salientando que Varnhagen colheu elementos na Torre do Tombo, quando esta não era pública, para concluir: "Se Varnhagen pertence pelo seu nascimento e pela especialização dos seus estudos, ao Brasil, pertence bem a Portugal, pela sua formação intelectual desde bem moço até a publicação dos seus trabalhos históricos, da mais profunda e completa investigação no Arquivo Nacional."

★

Este "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Mahatma Gandhi, 14 — Edifício Francisco Serrador — 5.º andar — Rio de Janeiro, D. F.

## Relatórios de instituições de Geografia e ciências afins

# Relatórios dos Representantes Estaduais Apresentados à VIII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C. N. G.

### **SERGIPE**

Pelo Sr. Tennyson Ribeiro, delegado do estado de Sergipe à VIII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G., foi apresentado o seguinte relatório das atividades de caráter geográfico, levada a efeito naquela unidade federada no período de julho de 1947 a junho de 1948:

Não sendo possível ao atual presidente nato do Diretório Regional, Dr. Manuel Ribeiro, comparecer às reuniões desta magna assembléia, resolveu delegar a mim a honrosíssima incumbência de representar o referido Diretório, cujas atividades nos exercícios de 1946 e 1947 tenho de relatar, em cumprimento de dispositivos regimentais.

#### *Diretório Regional de Geografia*

Apesar de convencido da grande e patriótica obra que vem realizando por todo o país, através de seus diversos órgãos, o Conselho Nacional de Geografia, apesar de bem compreender a necessidade imprescindível da mais íntima e efetiva colaboração, que deve ser prestada em prol da grandeza de nossa pátria, por todos os Diretórios Regionais, não pôde o de Sergipe, por circunstâncias alheias à sua vontade, produzir como desejava, tendo realizado apenas três sessões.

Procurou, entretanto, manter-se em perfeita articulação, no espírito da mais franca cordialidade, seja com o Diretório Central, cujas decisões são sempre acatadas, seja com os demais Diretórios dos outros estados.

*Alteração na composição do Diretório* — Este Diretório, mediante entendimento com a Secretaria-Geral do C.N.G., foi reorganizado por decreto de 14 de fevereiro de 1946, publicado no *Diário Oficial* de 16 do mesmo mês, passando a se compor dos seguintes membros:

Presidente nato, secretário-geral do estado; secretário nato, diretor de estatística; presi-

dente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; diretor de Obras da Prefeitura do município de Aracaju; diretor do Departamento de Obras Públicas do estado; professor de Geografia do Colégio Estadual.

Alterando ainda a composição, por proposta do diretor de Estatística, consultado previamente o C.N.G., foi incluído como membro do Diretório, o diretor técnico da Biblioteca Pública do estado. O decreto referente a esta alteração é de 19 de dezembro de 1946.

Criada a Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas, desmembrada da Secretaria-Geral do estado, pelo decreto-lei n.º 3, de 20 de maio de 1947, passou o Diretório Regional a ter como seu presidente nato, o titular da nova Secretaria, à qual ficaram afetos todos os assuntos estatísticos e geográficos.

*Movimento burocrático* — Foram recebidos 75 ofícios e 12 telegramas expedidos 23 ofícios, atendendo-se sempre com a maior solicitude e presteza, quando possível, a quaisquer consultas ou informações pedidas.

*Diretórios Municipais* — Seria de toda conveniência que se recomendasse, o mais cedo possível, a instalação dos Diretórios Municipais, órgãos de suma importância, cuja colaboração nos trabalhos locais é reconhecida e imprescindível.

*Modificação na divisão territorial* — Nos termos do art. 9.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do estado de Sergipe, promulgada a 16 de julho de 1947, os povoados Amparo e São José, pertencentes ao município de Canhoba, passaram à jurisdição do município de Propriá, ao qual foram incorporados. Apesar da delimitação indicada no referido artigo, ainda se desconhece a superfície assim alterada dos dois municípios. Dispondo o C.N.G. de técnicos especializados, solicitamos que seja feita a medição das áreas em apêço.

*Monografias municipais* — Não têm sido apresentadas monografias sobre assuntos geográficos em nosso estado. Julgamos que se deveria fazer uma propaganda intensa, para provocar interesse pelos estudos regionais, cuja utilidade é desnecessário ressaltar. É claro que resultaria sem efeito essa propaganda, se não se oferecessem facilidades para as publicações e mesmo prêmios como o C.N.G. costuma oferecer.

Era tudo, excelentíssimo senhor presidente e excelentíssimos senhores conselheiros, o que me cumpria trazer ao conhecimento dessa dou- ta Assembléia.

N. R. — O Diretório de São Paulo apresentou à guisa de relatório, um quadro demonstrativo em que enumera, de maneira sintética, as suas principais atividades e respectivos resultados. Pelo esquema remetido tem-se assim uma idéia do que ali se realizou com respeito, notadamente, à divulgação e distribuição, por meio de venda e gratuitamente, de mapas, e demais publicações de interesse científico. Verifica-se ainda que nas doze reuniões realizadas pelo Diretório, saíram vinte e três resoluções de assinalada importância.

 Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sobre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.

# Bibliografia

## Registos e

## comentários bibliográficos

### Livros

J. TRICART — *Cours de Géomorphologie — 1re. Partie — Géomorphologie Structurale — Fascicule I — Le relief des Côtes ("cuestas") avec Travaux Pratiques — Paris.*

Trata-se do primeiro fascículo de um curso avançado de geomorfologia, que se propõe abranger as grandes questões geomorfológicas numa série de estudos independentes entre si. A despeito de requerer, como adverte o autor, para ser compulsado com proveito, o conhecimento das noções básicas sobre o assunto e bem assim a compreensão das operações e técnicas de trabalho, foi êle elaborado com o intuito de proporcionar aos estudiosos que tenham de desenvolver seus trabalhos, na base de puro esforço individual, os elementos teórico-práticos que se fazem necessários.

Além da explanação ampla da matéria, insere o autor exercícios práticos e gráficos exemplificativos sobre pontos particulares dos problemas ver-sados.

Constitui, portanto, importante contribuição ao ensino e um guia substancial que, de maneira esquemática e discriminada, expõe os procedimentos e a análise dos distintos aspectos de interesse na parte de estudos geomorfológicos a que se refere essa assina-lável publicação.

J.M.C.L.

MAJOR DÁCIO CÉSAR — *A ocupação holandesa no Brasil, estudada sobre as cartas topográficas do S.G.E. — Rio de Janeiro, 1948.*

Sobre o valor das cartas topográficas como documentário para os estudos históricos, constitui o presente trabalho um exemplo. Com efeito, a exata noção do teatro dos acontecimentos, com a designação mais minuciosa de certas relações locais, contribuem de modo considerável para uma apreciação objetiva dos fatos humanos que aí se desenrolaram. A apresentação desses fatos ganham nova vida e colorido quando seus próprios sinais exteriores se nos oferecem, por assim dizer, visíveis e palpáveis. Com mais razão ainda isso se torna verdadeiro, quando o objeto preponderante da nossa preocupação são feitos militares, que, por sua natureza, estão adstritos às condições topográficas e muitas vezes se orientam e se decidem em função destas. Usando assim de uma perspectiva cartográfica, o autor nessa sua conferência pronunciada por ocasião da passagem do tri-centenário da primeira batalha dos Guararapes, alinha os principais fatos da ocupação holandesa no nordeste brasileiro, situando-os, localizando-os a cada passo, como o permitem as respectivas cartas existentes, em diversas escalas, referidas no texto.

J.M.C.L.

### Periódicos

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS — Órgão da Associação Brasileira de Municípios — Ano I — Ns. 3 e 4 — Julho-dezembro de 1948.

Contendo os números 3 e 4, correspondentes ao segundo semestre de 1948, acaba de sair mais um volume da *Re-*

*vista Brasileira dos Municípios*, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esse órgão do Conselho Nacional de Estatística e da Associação Brasileira dos Municípios destina-se à divulgação dos ideais municipalistas e dos assuntos relativos à política municipal, ocupando por isso mesmo dis-

tinto lugar em nossa bibliografia especializada. Eis porque é sempre com especial agrado que se regista o aparecimento de uma excelente publicação como essa, necessária aos estudiosos e aos que lidam com os complexos problemas da administração pública.

O presente volume oferece farta matéria espalhada por mais de quatrocentas páginas.

Ao lado das substanciosas contribuições, de autoria de conhecidos técnicos em assuntos municipalistas, tais, como as de M. A. Teixeira de Freitas, Rafael Xavier, Desiré Silva, Edgar Teixeira Leite, Mário Lins e Carlos M. Morán, distribuem-se pela revista em diferentes secções especializadas estudos relativos à administração e urbanismo, direito municipal, legislação e jurisprudência. Em um sem número de tópicos, notas, reportagens e comentários são ventilados problemas de administração municipal, além de completo noticiário do que se passa nas comunas brasileiras. São ainda focalizadas em interessantes colaborações a vida e a obra das grandes figuras do municipalismo, as questões municipais discutidas no Parlamento, bem como a evolução das idéias municipalistas.

A cuidadosa feição material apresentada por esta publicação, que vem

ilustrada com fotografias e gráficos, demonstra o esmero pôsto no seu preparo pelos seus organizadores.

A. V. L.

ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS — Tomo XXI — N.º 1 — Rio de Janeiro, 1949.

Encerra êsse número dos *Anais da Academia Brasileira de Ciências* a par de outros trabalhos científicos, a seguinte contribuição sôbre geologia: "Nota sôbre a estratigrafia da série Tubarão em São Paulo" de Otávio Barbosa e F. M. de Almeida.

*Bolletino della Società Geografica Italiana* — Serie VIII — Vol. II — Società Geografica Italiana — Roma — Gennaio - Febbraio, 1949.

No presente número dessa publicação geográfica se inserem as contribuições que passamos a indicar, além de comentários e referências sôbre problemas de interesse geográfico em geral. "O estabelecimento humano nas bacias do Cesano e do Misa (Marche)" — por Eugenia Bevilaqua; "A hidrografia cársica da Planície de S. Scolastica (Norcia) — Cesare Lipi — Boncambi; "A Geografia na Itália e a Sociedade Geográfica Italiana".

Contribuição

bibliográfica especializada

# Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil

Índice dos assuntos constitutivos dos boletins 1 a 99

(Ns. 73 A 82)

BOLETIM 73. — *A Política do Ouro.* —  
Eusébio Paulo de Oliveira. 1937,  
46 páginas.

Em que consiste a política do ouro. Histórico do uso do ouro como moeda; dados estatísticos do valor do ouro em relação ao trigo e à prata, do total de ouro e prata em objetos e moedas, existentes no mundo, antes da descoberta da América; produção do ouro e prata no mundo, desde a descoberta da América; distribuição das zonas da produção máxima em diferentes épocas; produção da África do Sul; produção mundial em 1933; quadro da distribuição da produção mundial de ouro, em 1933, e sua produção total; produção de ouro no Brasil; descobrimento e exploração do ouro na época colonial (1500-1822); a exploração das jazidas aluvionais e as tentativas de exploração das jazidas primárias de Minas Gerais; o relatório do Dr. José Vieira Couto e a causa da decadência de exploração das minas primárias; produção brasileira de ouro no período colonial, segundo Calógeras, Antônio Olineto e De Launay; exploração intensiva das jazidas primárias na época imperial; época das companhias inglesas e razões de sua entrada no Brasil; resenha histórica dos trabalhos das companhias inglesas organizadas na época imperial; "Sociedade Mineralógica", a primeira companhia de mineração de ouro no Brasil; referências e comentários sobre exploração, trabalhos, teor de minério, produção, etc., das companhias: Imperial Brazilian Mining Association, St. John Del Rey Mining Limited, Brazilian Company, National Brazilian Mining Association, East del Rey Mining Company Limited,

Dr. Pedro North del Rey Gold Mining Comp. Ltd., Santa Barbara Gold Mining Company Limited, Anglo-Brazilian Gold Mining Company Limited, Roça Grande Brazilian Gold Mining Company Limited, Brazilian Consols Gold Mining Company Limited, Associação Brasileira de Mineração, Pitangui Gold Mining Company Limited, Empresa de Mineração do Município de Tiradentes, Brazilian Gold Mines Limited, Ouro-Preto Gold Mining of Brazil Limited, Societé des Mines d'Or de Faria; observações. Estado da indústria aurífera em 1889 e causas da sua decadência no correr do período imperial; as perdas de metal em várias minas com os processos então usados; os processos de tratamento e seu rendimento na época imperial nas minas de Morro Velho, Maquiné, Pari, Passagem. Desenvolvimento da exploração aurífera na época republicana. Referências históricas e dos trabalhos das seguintes companhias que exploraram ouro de fins de 1889; Companhia de Mineração do Furquim, Companhia Minas de Ouro Falla, Companhia Mineralúrgica Brasileira, Empresa de Mineração de Caeté, Companhia Aurífera de Minas Gerais, Companhia Brasileira de Salitrais, Terra e Colonização, Minas de Barra, Morro Grande Sindicato, Boa Esperança, Carancas e Santa Cruz; razão do malôgro dessas companhias. Notícia sobre as seguintes companhias já em trabalho na época imperial: Societé des Mines d'Or Faria, Passagem, St. John d'El Rey Mining Company, S. Bento Gold States Limited, Lathom Gold Mining, Rotulo Limited, Pena & Irmãos, Companhia Minas de Goiás; considerações sobre o estado atual do tratamento dos minérios auríferos no Brasil; quadro

da produção anual do ouro no país, durante a época republicana de 1889 a 1933. Tratamento dos minérios; considerações gerais sobre a natureza dos minérios, aparelhagem adequada aos casos, operações nos processos de tratamento e preço de custo. Propriedade das minas; considerações históricas sobre a legislação das jazidas; análise do assunto segundo as constituições de 24 de fevereiro e 16 de julho. Circulação e comércio do ouro; considerações sobre o padrão ouro; dólar e franco; suas características monetárias; o mecanismo do mercado monetário; a política monetária americana; resenha histórica da política monetária brasileira; compra do ouro; considerações sobre a forma de determinação do valor intrínseco do ouro; as normas de aquisição do ouro particular pelo Banco do Brasil; o custo da produção do ouro e sua influência na possibilidade de exploração econômica de uma jazida aurífera.

**BOLETIM 74.** — *Fósseis Carboníferos no Rio Jatapu.* — Aristómenes Duarte. 1938, 18 páginas, 3 estampas de fósseis, bibliografia de 18 obras.

Considerações sobre os fósseis encontrados pelo Dr. Odorico Rodrigues de Albuquerque; situação; as rochas portadoras dos fósseis; as espécies; a idade; quadro geral dos fósseis e rochas correspondentes; descrição de 27 fósseis.

**BOLETIM 75.** — *Relatório Final da Comissão Nacional de Siderurgia.* — 1935, 71 páginas.

Ofício de entrega do relatório; composição da Comissão; incumbência; exposição da marcha dos trabalhos realizados pela Comissão.

*Capítulo I* — Contrato da Itabira Iron Ore Company Ltd. Ofício de entrega de um parecer sobre o projeto de revisão da "Itabira Iron Ore Co. Ltd.". Parecer da Comissão Nacional de Siderurgia. Caráter facultativo da construção de usinas siderúrgicas; análise da produção e consumo no país e justificativa do caráter facultativo das usinas nos contratos; sugestões e observações sobre a minuta da Comissão Revisora do Contrato de Itabira; a influência do transporte econômico na indústria siderúrgica; abertura ao tráfego público das linhas de Itabira; as cláusulas de transporte da Comissão

Revisora e os seus inconvenientes; normas propostas para a cláusula XIII da minuta da Comissão Revisora para abertura da linha da Itabira ao tráfego público; discussão das vantagens e desvantagens resultantes destas normas para a Itabira. Análise da minuta feita pela Comissão Revisora; discussão das cláusulas e sugestões. Anexos: N.º 1 — resposta da Comissão Nacional de Siderurgia aos quesitos da Comissão de Revisão do Contrato da Itabira; algumas considerações da Comissão Nacional de Siderurgia sobre os quesitos; declarações de votos dos Srs. Dr. Raul Ribeiro da Silva e Cpt. Tte. R. A. Azevedo e Castro. N.º 2 — memorial da Comissão de Revisão do Contrato da Itabira Iron ao chefe do governo; considerações econômicas sobre a política da siderurgia e da exportação de minério de ferro; parecer do Dr. Gil Guatimosin, sobre este assunto. N.º 3 — ata da Assembléia Geral de 13 de fevereiro de 1920 da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas; discussão de uma proposta da Diretoria pedindo autorização para contrato e acôrdo com a Itabira Iron e com o governo federal. N.º 4 — Planta da zona privilegiada da E. F. Vitória a Minas. N.º 5 — Voto em separado do Cte. A. Castro, referente ao parecer da Comissão Nacional de Siderurgia sobre o projeto de revisão do contrato da Itabira Iron. N.º 6 — Parecer do Dr. Fonseca Costa. N.º 7 — Parecer do Dr. Gil Guatimosin. N.º 8 — Carta do Dr. Gil Guatimosin. N.º 9 — Relatório da "Comissão Revisora" do Ministério da Viação; exposição da marcha dos trabalhos e justificativas da orientação dos estudos; esboço da primeira minuta de revisão de contrato com a Itabira Iron; esquema da segunda minuta; razões da inxequibilidade das duas minutas; terceira minuta, em suas linhas gerais; projeto de revisão do contrato da Itabira Iron Ore Co.; seu assunto em 38 cláusulas; considerações do Dr. Alcides Lins sobre o tráfego público. N.º 10 — Memorando do Sr. Percival Farquhar à Comissão Nacional de Siderurgia, em tôrno da cláusula XIII. N.º 11 — Memorando do Sr. Percival Farquhar ao senhor presidente da República, sobre a cláusula XIII da Revisão do Contrato da Itabira; justificativa da impossibilidade do financiamento satisfazer a Itabira a cláusula XIII; duas novas redações da cláusula XIII proposta pelo Sr. Farquhar. N.º 12 — Cláusula XIII; redação da Comissão Nacional de Siderurgia.

**Capítulo II** — Parecer da Comissão Nacional de Siderurgia sobre a exportação de sucata, desenvolvendo os seguintes temas: a) A sucata como matéria prima para a indústria metalúrgica; sua importância; seu comércio. b) Consumo da sucata ferrosa no Brasil; estatísticas. c) Sucata não ferrosa; natureza. d) Influência do emprego de sucata na economia nacional; considerações sobre a sua exportação e o emprego dela nos nossos fornos. e) Preço da sucata no Brasil; quadro dos preços de 1926 a 1932 por quilo exportado. f) Objetivo visado pela proibição ou limitação da exportação; perigo do esgotamento. g) A sucata sob o ponto de vista de defesa nacional. h) Conclusões. Transcrição do decreto 23 565 de 7 de dezembro de 1933 que proíbe a sucata de ferro.

**Capítulo III** — Parecer da Comissão Nacional de Siderurgia sobre o processo W. H. Smith como solução do problema siderúrgico brasileiro; ofício de entrega do parecer ao senhor ministro da Guerra. O assunto do parecer: a) o que é a esponja de ferro; b) aplicações atuais da esponja de ferro; c) o que é o processo W. H. Smith; d) será possível criar-se uma grande siderurgia baseada exclusivamente na esponja de ferro? e) estudo da Comissão utilizando diretamente a esponja de ferro produzida pelo forno de demonstração do Sindicato Nacional de Indústria e Comércio; f) conclusões. Estudo do processo W. H. Smith. Programa do trabalho; objetivo deste estudo; verificação das condições técnicas e econômicas do produto.

**Capítulo IV** — A siderurgia na economia das nações. Alternativa econômica do Brasil; análise do mercado e situação econômica do Brasil. Mercado brasileiro de produtos siderúrgicos e seus derivados. O problema siderúrgico brasileiro; as nações e a sua situação em face das matérias primas siderúrgicas que possuem; o caso brasileiro e as possibilidades de sua solução. O problema dos agentes térmicos e redutores; a nossa dificuldade no caso da siderurgia; o nosso carvão, sua ocorrência, conclusões gerais dos trabalhos do Dr. Fleury da Rocha, levados a efeito na Europa entre 1920 e 1922; considerações gerais sobre o coque metalúrgico nacional; as razões que dificultam o seu emprego; os casos russos, sueco e brasileiro; considerações justificando a possibilidade no Brasil da indústria siderúrgica a car-

vão de madeira; o preço da tonelada de carvão de madeira. Importação de coque e exportação de minério; desequilíbrio de volume de transporte e escassez de mercado para o volume do nosso minério. Sugestões para a solução do problema. Duas etapas do problema: usina de carvão de madeira seguida, quando conveniente, de usina de coque nacional; medidas a serem executadas pelo governo na realização da solução seguida pela Comissão.

**BOLETIM 76.** — *Noções Sumárias de Paleofitologia.* — Matias G. de Oliveira Roxo. 1938, 23 páginas, diagrama da distribuição dos vegetais, 22 gravuras de plantas, quadro de classificação dos vegetais.

Considerações gerais sobre a classificação dos vegetais e sua distribuição em 9 *Phyla*. *Phyla* talófitas; tipos; caracteres; distribuição na coluna geológica; fósseis brasileiros. *Phylum* biófitas; tipos, caracteres e distribuição na coluna geológica. *Phylum* pteridófitas; classificação; tipos; caracteres; distribuição na coluna geológica; fósseis brasileiros. *Phylum* artrófitas; classificação; tipos; caracteres; distribuição na coluna geológica. *Phylum* lepidófitas; classificação; caracteres; tipos; distribuição na coluna geológica; fósseis brasileiros. *Phylum* pteridospermófitas; caracteres; gêneros; distribuição na coluna geológica; fósseis brasileiros. *Phylum* cicadófitas; gêneros; caracteres; distribuição na coluna geológica. *Phylum* coníferas; classificação; evolução genética; tipos; e gêneros; caracteres; sementes e troncos petrificados; distribuição na coluna geológica; a *Sequoia*. *Phylum* angiospermófitas; evolução genética; classificação; caracteres; distribuição na coluna geológica; fósseis brasileiros.

**BOLETIM 77.** — *Argilas Fossilíferas do Plioceno do Território do Acre.* — Dra. Carlota Joaquina Maury. 1937, 29 páginas, 12 gravuras.

Considerações sobre a potamografia do território do Acre. Geologia da área das cabeceiras do rio Juruá; argilas conchíferas; descrição minuciosa dos fósseis nelas encontrados; localidade; horizonte geológico; correlação com as camadas de Pebas; extensão das camadas de Pebas no Amazonas; ocorrência também de sementes de *Chara* e *Myliobatis* e *Zygobatis*; correlação com as camadas de Trindade,

Antilhas. As argilas com fôlhas fósseis; correlação com a flora fóssil do rio Aguaiatia, Peru; descrição pormenorizada das fôlhas fósseis; sua classificação; localidade e horizonte geológico. Geologia da área das cabeceiras dos rios Purus e Aquiri; referências e considerações sobre a região; estudos e fósseis; correlação ao Maestrichtiano por Agassiz; correlação com as camadas do rio Gramane e de Sapucari.

**BOLETIM 78. — Rio Gurupi —** Pedro de Moura. 1936, 66 páginas, 2 mapas, 1 corte geológico, 30 fotos.

Introdução; considerações gerais sobre a região, recursos, geologia e os trabalhos nela desenvolvidos. Histórico; início de sua colonização; a obra dos jesuítas; penetração pela descoberta do ouro; escravidão; os mocambos; a exploração do ouro na região; as expedições; o trabalho de Luis Guilherme Dodt; os trabalhos de Paulo de Queirós e Destrot, visando uma estrada de ferro Pirapora-Belém; outras excursões. Meio social; distribuição dos três elementos raciais; baixo rio, zona povoada civilizada; zona dos pretos, dos mocambos; e alto rio ou zona das tribos indígenas; a situação social atual dos índios; a dos mocambos; a dos garimpos. Vias de comunicação; o povoamento do rio; a influência da rede telefônica, obra de Capanema; a navegação no rio Gurupi e afluentes; as comunicações por estradas e caminhos pela região; a importância das picadas do telégrafo; Regime hidrográfico; regime das chuvas; enchentes; "tesos"; Meio econômico; o povoamento e a borracha também o cravo e a copaíba; o ouro no baixo rio; a queda da borracha e a exploração florestal. Populações indígenas; considerações; índios Urubus; as linhas telegráficas e o aperfeiçoamento de suas armas; a ação civilizadora do Serviço de Proteção aos Índios; seus postos; costumes e atividades dos Urubus; sua pacificação; Timbiras; caracteres; localização; sua decadência. Tembés; situação; atividades. Guajás; índios nômades. Referências aos Gaviões. Curso do rio; nascentes e extensão; o baixo rio; caracteres; o médio rio; caracteres e suas cachoeiras; alto rio; caracteres; fisiografia praias e ilhas afluentes. 1.<sup>a</sup> Secção, de Viseu a Camiranga; considerações gerais sobre a costa; populações vegetal e animal; o siriubal; limites das inundações da preamar; des-

crição da secção sob os pontos de vista fisiográfico, geológico, geográfico, comercial, social e especialmente dos acidentes do curso. 2.<sup>a</sup> Secção; de Camiranga a Itamauari, disposição do curso do rio e seus caracteres fisiográficos e geológicos; considerações sobre povoamento, desenvolvimento e atividades neste trecho. 3.<sup>a</sup> Secção; Itamauri a Canindé; descrição dos acidentes do curso; geologia e petrografia. 4.<sup>a</sup> Secção; Canindé a Filipe Camarão; caracteres fisiográficos e descrição geológica e petrográfica do curso; o posto Filipe Camarão. 5.<sup>a</sup> Secção; Filipe Camarão a Cunham Muçu; fisiografia e geologia do curso; vegetação; povoamento indígena. 6.<sup>a</sup> Secção; Cunham Muçu a Gurupi Mirim; caracteres fisiográficos; geologia; orientação do leito. 7.<sup>a</sup> Secção; Gurupi Mirim ao Cajua-para; forma de desenvolvimento do curso; vegetação; fisiografia; geologia; população indígena; os principais formadores do Gurupi. Distrito aurífero de Camiranga; situação das jazidas; geologia e petrografia da região; exploração aurífera de Alegre; o trabalho de lavra; os vieiros nas minas de São Pedro, Aurélio e Mangerona; os depósitos aluviais; outras localidades auríferas; os "covões". Caráter principal da série Gurupi. Sedimentos não metamórficos do alto Gurupi. Serra Grande; fisiografia; geologia; escarpa semelhante à de Goiás e semelhanças litológicas com o arenito triássico de S. Paulo. "Arenito Pedra de Amolar" e "Arenito Cocalzinho". Serra do Igarapé Grande; fisiografia, erosão e litologia. Divisor Gurupi-Turi-Açu; fisiografia e litologia. "Arenito Tiracambu"; resumo e correlação com formações das bacias do Parnaíba e Mearim. Formações holocênicas; distribuição das formações recentes: holocênio; distribuição; topografia. Pliocênio; série das Barreiras; distribuição; caracteres litológicos; gênese e côr das camadas; conglomerado basal; transgressões. Cretáceo; rochas e fósseis; a serra de Tiracambu e sua constituição litológica; cretáceo ao longo do Gurupi; ambiente gerador da série de Tiracambu; erosão e leito maior. Algonquiano; série do Gurupi; constituição das rochas; idade provável; comparação com as formações pré-silurianas do Amazonas; estrutura; rocha predominante; distribuição dos afloramentos; depósitos auríferos. Arqueano; natureza das rochas; distribuição; estrutura; tectônica e mineralização. Sugestões para campa-

nhas geológicas futuras. Levantamento topográfico e determinação de coordenadas geológicas; marcha dos trabalhos de campo no norte do país; aparelhamento, processos e locais de determinação das coordenadas. Quadros das coordenadas determinadas por Dotz em 1872 e por Pedro Moura em 1935. Geologia econômica; considerações; jazidas de ouro; jazidas primárias; tipo dos filões; tectônica; jazidas de Mangerona, Amélio Camiranga; estrutura na região de Montes Aureos; conclusões. Jazidas secundárias; gênese das jazidas; *placers* aluviões; jazidas costeiras; jazidas de Marataúna; fisiografia e relevo costeiro; lance de olhos sobre a evolução geológica histórica da região.

**BOLETIM 79.** — *Idade dos Calcários do Morro do Chaves. Estado de Sergipe.* — Aristômenes Duarte. 1936, 15 páginas, esboço geológico da região de Propriá, estampa com 25 gravuras dos fósseis descritos.

Desenvolvimento histórico dos estudos da região de 1870 a 1935; os fósseis encontrados. O morro do Chaves; situação; constituição litológica; estrutura; descrição litológica das rochas; os fósseis; descrição paleontológica dos fósseis e rocha matriz.

**BOLETIM 80.** — *Reconhecimento Geológico nos Rios Tocantins e Araguaia.* — Axel Löfgren, 1936, 61 páginas, 2 mapas geológicos dos 2 rios, 1 perfil geológico Salobro-Serra do Carmo, 6 perfis transversais de barrancos, 68 fotos, bibliografia de 15 obras.

Introdução. Preliminares; objetivo da campanha; a viagem até Leopoldina no Araguaia. Itinerário; descrição sumária do percurso realizado durante a campanha. Histórico; notícias sobre as expedições realizadas pelo Tocantins; exploração do diamante e povoamento. Rio Araguaia; aspectos gerais; descrição morfológica e fisiográfica do curso; praias, barrancos, escarpas e pastagens; furos, ilhas e lagos marginais de compensação; ilha do Bananal; paisagens, fisiografia; o "Fecho dos Morros"; "Serra das Macaúbas"; argilas salitrosas. Aspectos da viagem de Belém a Baliza; o trecho das cachoeiras e a Estrada de Ferro do Tocantins; matas, madeiras e panorama do trecho da via-férrea. Interior do Pará; rio Salobro; excursão de Conceição do

Araguaia ao Salobro; a planície estéril e desoladora; o Campo de Todos os Santos. Interior de Goiás. "Mesopotâmia Brasileira"; de Couto de Magalhães a Piabanhas; região aparentemente estéril. Rio Tocantins; descrição geral fisiográfica e acidentes do seu curso; navegabilidade sua e dos afluentes, fertilidade e atividades da região. Núcleos demográficos; dados sobre os povoados e cidades e sua distribuição ao longo do curso; os postos de catequese, sua instalação e povoamento; descrição geral do trajeto entre Conceição do Araguaia e o rio Salobrinho; considerações sobre o município de Conceição do Araguaia; descrição geral, povoamento e atividades do trecho entre Couto de Magalhães e Bela Vista. Índios. Os Carajás; costumes; população e situação atual; vida nômade; instintos. Os Xavantes; indomabilidade; população. Os Tapirapés; população; atividades; costumes. Os Caiapós; catequese; armas. Os Xerentes, os Javaés e Caraós; catequese. Considerações gerais sobre o índio e o missionário. Clima e salubridade; duas estações; temperatura; umidade; considerações gerais sobre a salubridade da região e as enfermidades ocorrentes. Fauna e flora; descrição das espécies de animais e vegetais com o nome vulgar e científico. Recursos minerais. Exploração de diamante; processos usados; o tratamento do gorgulho; exploração nos travessões; distribuição dos garimpos; "as aldeias"; a população garimpeira; situação e ambiente social; o centro comercial de Baliza. Ouro; parcas ocorrências nos rios das Mortes e Tocantins. Quartzo; cristal de rocha; abundância de veios de quartzo nas margens do Araguaia e Tocantins. Geologia; estudo estratigráfico de Baliza a Conceição do Araguaia; exposição da coluna geológica neste trecho; o triássico; o arqueano; o terciário; o algonquiano; rochas eruptivas básicas e seu estudo petrográfico. Resumo da geologia neste trecho. Secção geológica Conceição do Araguaia-Salobro; descrição fisiográfica, geológica, litológica e petrográfica do trecho. Secção geológica de Couto de Magalhães à serra do Carmo; descrição fisiográfica, geológica e petrográfica do trecho. Resumo da secção Salobro-Serra do Carmo. Rio Tocantins; estudo da coluna geológica de Piabanhas à foz; descrição das formações; litologia. Resumo da secção Piabanhas-Foz. Conclusões; consideração e apanhado geral sobre idade dos leitos do Araguaia

e Tocantins; sua navegabilidade; seu povoamento, possibilidades agrícolas e pecuárias; fertilidade da ilha do Bananal e baixo curso dos 2 rios. A Mesopotâmia Brasileira e possibilidades minerais. Quadros das distâncias e altitudes dos diversos pontos do percurso. Coordenadas geográficas. Estudo petrográfico das amostras, por Menescal Campos.

**BOLETIM 81. — Trabalhos Geofísicos. Aplicações dos Métodos Elétricos.**

— Mark C. Malamphy, H. Capper, A. de Sousa, Irnack C. do Amaral, Décio S. Oddone. 1937, 51 páginas, mapa da fazenda "Campos Novos", 2 perfis geológicos, 28 gráficos de resistividade, gráficos de aparelhos geofísicos, bibliografia de 15 obras.

**1.<sup>a</sup> Parte.** — Teoria do método. Aparelhagem. Aplicações. a) Histórico do método de resistividade; b) teoria do método de resistividade; c) variantes no arranjo dos elétrodos; d) aparelhagem necessária às medições; e) ordem de grandeza das medições; f) aplicação das medidas de resistividade.

**2.<sup>a</sup> Parte.** — Trabalho no Distrito Federal e arredores. Comparação de resultados das medições elétricas com sondagens efetuadas; a) problemas brasileiros. Objetivo das medições; b) investigações feitas pelo Serviço Geológico e Mineralógico; instrumentos usa-

dos; disposição dos elétrodos; orientação geral do trabalho no campo; regiões estudadas; c) resultados obtidos; d) discussão dos resultados; e) observações experimentais na lagoa Rodrigo de Freitas; f) conclusões; sobre a interpretação das curvas; sobre a precisão dos resultados; g) custo das observações elétricas; pessoal; material.

**3.<sup>a</sup> Parte.** — Prospecção na fazenda "Campos Novos". a) Área e finalidade do trabalho; as medições; tabela dos locais das medições; tabelas dos resultados numéricos das medições; c) análise dos perfis; d) conclusões.

**BOLETIM 82. — Geologia do Município de Curitiba.** — Paulino Franco de Carvalho. 1934, 37 páginas, um mapa geológico do município de Curitiba, 21 fotos.

Curitiba; coordenadas; altitude; dados meteorológicos; estudo geológico e litológico da bacia diluvial sobre que assenta a capital; análise minuciosa e considerações sobre o ambiente gerador desta bacia e suas camadas; discussão da idade da bacia diluvial; considerações sobre o arqueano circundante; suas rochas; decomposição e os produtos resultantes; geologia econômica; as argilas, caulim; depósitos de cascalho; as pedreiras; jazidas minerais; vieiros de quartzo com pirita e pontilhamento de galena.

# Leis e Resoluções

## Legislação federal

### Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 30 de novembro de 1948

#### Leis

- Lei n.º 447, de 20 de outubro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para ocorrer a despesas com a construção da Cidade Universitária”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Lei n.º 452, de 23 de outubro de 1948** — “Autoriza o Poder Executivo a doar à congregação dos Salesianos uma área de terreno pertencente à Escola Agro-Técnica de Barbacena, em Minas Gerais”.  
“Diário Oficial” de 6-11-948.
- Lei n.º 453, de 25 de outubro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, de crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00 para pagamento de despesas com a manutenção de hospedarias a cargo do Departamento Nacional de Imigração em Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal”.  
“Diário Oficial” de 6-11-948.
- Lei n.º 454, de 27 de outubro de 1948** — “Autoriza o Poder Executivo a doar, por intermédio do Ministério da Agricultura, à Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, sediada em Campo Grande, estado de Mato Grosso, uma área de 40 hectares”.  
“Diário Oficial” de 6-11-948.
- Lei n.º 455, de 27 de outubro de 1948** — “Dispõe sobre porcentagens devidas aos servidores das Coletorias Federais, pela arrecadação de rendas das entidades autárquicas”.  
“Diário Oficial” de 6-11-948.
- Lei n.º 457, de 29 de outubro de 1948** — “Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais e criadores de gado bovino”.  
“Diário Oficial” de 1-11-948.
- Lei n.º 459, de 29 de outubro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Guerra, de crédito especial para as despesas com a confecção de medalhas”.  
“Diário Oficial” de 6-11-948.
- Lei n.º 461, de 29 de outubro de 1948** — “Dispõe sobre a inclusão em caráter permanente no Almanaque da Marinha e no Boletim Mensal, do nome de Joaquim Marques Lisboa, no posto de almirante”.  
“Diário Oficial” de 9-11-948.
- Lei n.º 462, de 30 de outubro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ ..... 40 000 000,00 para financiamento do excedente do consumo nacional da borracha”.  
“Diário Oficial” de 6-11-948.
- Lei n.º 463, de 3 de novembro de 1948** — “Retifica e altera a lei n.º 162, de 2 de dezembro de 1947”.  
“Diário Oficial” de 12-11-948.
- Lei n.º 464, de 4 de novembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1 365 734,70 para atender às despesas decorrentes da desapropriação por utilidade pública do imóvel denominado Charqueada de Tupanã, situado na cidade de Belém, estado do Pará”.  
“Diário Oficial” de 8-11-948.
- Lei n.º 465, de 4 de novembro de 1948** — “Manda erigir, na capital da República, monumento ao ex-presidente da República, conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves e dá outras providências”.  
“Diário Oficial” de 8-11-948.
- Lei n.º 466, de 4 de novembro de 1948** — “Autoriza a abertura ao Congresso Nacional, de crédito especial de Cr\$ 3 625,00”.  
“Diário Oficial” de 8-11-948.
- Lei n.º 467, de 4 de novembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito suplementar de Cr\$ 600 000,00, à verba que especifica”.  
“Diário Oficial” de 8-11-948.
- Lei n.º 468, de 4 de novembro de 1948** — “Abre ao Poder Judiciário o crédito suplementar de Cr\$ 15 400,00 para ocorrer ao pagamento de alugueis do prédio, onde funciona o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe”.  
“Diário Oficial” de 8-11-948.

- Lei n.º 469, de 5 de novembro de 1948** — “Dá exequibilidade ao decreto-lei n.º 7 928, de 3 de setembro de 1945”.  
“Diário Oficial” de 11-11-948.
- Lei n.º 470, de 5 de novembro de 1948** — “Concede subvenção à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e autoriza a abertura do crédito necessário”.  
“Diário Oficial” de 11-11-948.
- Lei n.º 471, de 5 de novembro de 1948** — “Abre ao Poder Judiciário, o crédito suplementar de Cr\$ 33 200,00, para pagamento de gratificação de representação, aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do estado de Sergipe”.  
“Diário Oficial” de 11-11-948.
- Lei n.º 472, de 5 de novembro de 1948** — “Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 35 200,00, para pagamento de gratificação de representação, aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará”.  
“Diário Oficial” de 11-11-948.
- Lei n.º 473, de 5 de novembro de 1948** — “Abre ao Congresso Nacional o crédito de Cr\$ 2 057 895,10, para pagamento de despesa com reformas e ampliações do Palácio Tiradentes e estudos de adaptação do Palácio Monroe”.  
“Diário Oficial” de 13-11-948.
- Lei n.º 473-A, de 6 de novembro de 1948** — “Abre ao Poder Judiciário o crédito suplementar de Cr\$ 46 800,00, para ocorrer ao pagamento de gratificações de representação, aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do estado da Paraíba”.  
“Diário Oficial” de 13-11-948.
- Lei n.º 474, de 8 de novembro de 1948** — “Dispõe sobre o custeio das despesas de fiscalização das entidades autárquicas federais, as quais exploram serviços industriais”.  
“Diário Oficial” de 11-11-948.
- Lei n.º 475, de 8 de novembro de 1948** — “Revoga os decretos-leis ns. 9 523 e 9 564, ambos de 1946, que respectivamente regula a liquidação do câmbio destinado ao pagamento de importações, e estabelece multa para as liquidações fora do prazo”.  
“Diário Oficial” de 11-11-948.
- Lei n.º 476, de 8 de novembro de 1948** — “Revigora por sessenta dias, o decreto n.º 9 297, de 1946, que estendeu aos oficiais do Corpo de Bombeiros, as vantagens de promoção ao posto imediatamente superior”.  
“Diário Oficial” de 12-11-948.
- Lei n.º 477, de 9 de novembro de 1948** — “Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 7 000,00, para atender às despesas com a manutenção das plantações de Fordlândia e Belterra”.  
“Diário Oficial” de 13-11-948.
- Lei n.º 478, de 10 de novembro de 1948** — “Abre ao Poder Judiciário o crédito suplementar de 193 200,00, para ocorrer ao pagamento de gratificações de representação, aquisição de imóveis e aluguel de casa pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina”.  
“Diário Oficial” de 16-11-948.
- Lei n.º 479, de 11 de novembro de 1948** — “Abre ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 27 200,00, para pagamento a membros do Tribunal Regional de São Paulo, em 1947”.  
“Diário Oficial” de 16-11-948.
- Lei n.º 480, de 11 de novembro de 1948** — “Estende à Companhia Nacional de Navegação Costeira, o regime de isenção fiscal de que goza o Lóide Brasileiro”.  
“Diário Oficial” de 16-11-948.
- Lei n.º 481, de 12 de novembro de 1948** — “Abre, pelo Ministério da Fazenda, créditos especiais para pagamento à Viação Férrea Rio Grande do Sul, à Rêde Mineira de Viação e à Great Western of Brazil Ry., Co. Ltda”.  
“Diário Oficial” de 17-11-948.
- Lei n.º 482, de 12 de novembro de 1948** — “Autoriza o Ministério da Fazenda a contratar com o Banco do Brasil S. A. o financiamento agrícola de safras”.  
“Diário Oficial” de 16-11-948.
- Lei n.º 489, de 18 de novembro de 1948** — “Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 8 000,00, para atender às despesas da construção de duas rodovias entre Alcindo Guanabara e Teresópolis e os trechos que ligam Niterói a Friburgo”.  
“Diário Oficial” de 30-11-948.
- Lei n.º 490, de 18 de novembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial destinado à aquisição de trilhos para a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e Rêde Viação Paraná-Santa Catarina”.  
“Diário Oficial” de 30-11-948.
- Lei n.º 491, de 19 de novembro de 1948** — “Concede isenção de direitos de importação para objetos importados pela “Fundação Álvares Penteado”, de São Paulo”.  
“Diário Oficial” de 24-11-948.
- Lei n.º 492, de 19 de novembro de 1948** — “Extingue a taxa especial, criada pelo decreto-lei n.º 5 582, de 17 de junho de 1943, sobre o algodão destinado à exportação ou ao consumo interno”.  
“Diário Oficial” de 24-11-948.
- Lei n.º 493, de 17 de novembro de 1948** — “Autoriza a abertura, ao Ministério da Agricultura, de crédito especial para ocorrer a despesas com a realização de uma conferência sobre o combate à febre aftosa”.  
“Diário Oficial” de 27-11-948.
- Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948** — “Altera a Lei do Imposto de Consumo”.  
“Diário Oficial” de 26-11-948.

## Decretos

- Decreto legislativo n.º 33, de 1948** — “Aprova registros feitos sob reserva, pelo Tribunal de Contas”.
- Decreto n.º 24 644, de 9 de março de 1948** — “Outorga a João Luciano Barbosa ou à empresa que organizar concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível situado no ribeirão do Fundão, distrito da sede do município de Perdizes, estado de Minas Gerais”.  
“Diário Oficial” de 8-11-948.
- “Diário Oficial” de 19-11-948.
- Decreto n.º 25 524, de 17 de novembro de 1948** — “Concede à Nitzke Georgen & Cia. Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acôrdo com o que prescreve o decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.  
“Diário Oficial” de 27-11-948.
- Decreto n.º 25 585, de 27 de setembro de 1948** — “Dá nova denominação a estabelecimento de ensino secundário”.  
“Diário Oficial” de 22-11-948.
- Decreto n.º 25 602, de 28 de setembro de 1948** — “Concede à Aerolinne Internazionali (A. L. I. I.) Società Azioni, autorização para funcionar na República”.  
“Diário Oficial” de 10-11-948.
- Decreto n.º 25 621, de 5 de outubro de 1948** — “Autoriza a Companhia de Tecidos Santanense a ampliar as suas instalações”.  
“Diário Oficial” de 27-11-948.
- Decreto n.º 25 623, de 6 de outubro de 1948** — “Aprova o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército”.  
“Diário Oficial” de 9-11-948.
- Decreto n.º 25 624, de 6 de outubro de 1948** — “Aprova o Regulamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica”.  
“Diário Oficial” de 6-11-948.
- Decreto n.º 25 632, de 6 de outubro de 1948** — “Autoriza a Empresa Luz e Força Itulutabana Ltda. a ampliar suas instalações”.  
“Diário Oficial” de 27-11-948.
- Decreto n.º 25 648, de 11 de outubro de 1948** — “Aprova e manda executar o novo Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 660, de 13 de outubro de 1948** — “Manda executar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente”.  
“Diário Oficial” de 8-11-948.
- Decreto n.º 25 667, de 15 de outubro de 1948** — “Expede instruções para a execução da lei n.º 59, de 11 de agosto de 1947”.  
“Diário Oficial” de 19-11-948.
- Decreto n.º 25 681, de 18 de outubro de 1948.** — “Renova o decreto n.º 20 884, de 29 de março de 1946.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 682, de 18 de outubro de 1948** — “Autoriza o cidadão brasileiro Manuel da Silveira Brum Filho, a pesquisar mica no município de Tombos, estado de Minas Gerais”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 683, de 18 de outubro de 1948** — “Autoriza o cidadão brasileiro José Pioli, a lavar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, estado do Paraná”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 684, de 18 de outubro de 1948** — “Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Severino de Teixeira, a lavar ouro no município de Teixeira, estado da Paraíba”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 685, de 18 de outubro de 1948** — “Autoriza a cidadã brasileira Maria Mous-sallen Quadros, a pesquisar diamantes e carbonados no município de Marabá, estado do Pará”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 693, de 9 de outubro de 1948** — “Autoriza o cidadão brasileiro Juliano Henrique de Oliveira, a lavar jazidas de calcário e associados no município de Sorocaba, estado de São Paulo”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 694, de 19 de outubro de 1948** — “Autoriza o cidadão João Alonso Furtado Memória, a pesquisar gipsita no município de Jaicós, estado do Piauí”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 695, de 19 de outubro de 1948** — “Autoriza o cidadão brasileiro João Paulo de Vasconcelos, a lavar minério de ferro e associados no município de Brumadinho, estado de Minas Gerais”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 696, de 20 de outubro de 1948** — “Manda executar os Atos firmados em Montreal, a 9 de outubro de 1946, por ocasião da 29.ª Sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho”.  
“Diário Oficial” de 24-11-948.
- Decreto n.º 25 702, de 21 de outubro de 1948** — “Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Vicente de Castro, a pesquisar jazidas de rochas betuminosas — classe IX no município, termo e comarca de Pindamonhangaba, estado de São Paulo”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.
- Decreto n.º 25 727, de 27 de outubro de 1948** — “Aprova a reforma dos estatutos da sociedade que menciona e dá outras providências”.  
“Diário Oficial” de 4-11-948.

- Decreto n.º 25 728, de 27 de outubro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Ivo Zeno Aurélio Baroncini, a comprar pedras preciosas”.  
 “Diário Oficial” de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 740, de 3 de novembro de 1948** —  
 “Outorga à Prefeitura Municipal de Formiga, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão dos Moutinhos, município de Candeias, estado de Minas Gerais”.  
 “Diário Oficial” de 19-11-948.
- Decreto n.º 25 741, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o Ministério da Agricultura a adquirir terras para instalação de uma fazenda modelo de criação”.  
 “Diário Oficial” de 6-11-948.
- Decreto n.º 25 743, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o governo do território federal do Amapá a pesquisar cassiterita e associados no município de Amapá, território federal do Amapá”.  
 “Diário Oficial” de 6-11-948.
- Decreto n.º 25 745, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Concede à Barbará & Cia. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração”.  
 “Diário Oficial” de 27-11-948.
- Decreto n.º 25 747, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Concede à S. A. Mármoreos Brasileiros, autorização para funcionar como empresa de mineração”.  
 “Diário Oficial” de 11-11-948.
- Decreto n.º 25 748, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Lobato Marcondes Machado, a lavar fonte de água mineral no município de Sertãozinho, estado de São Paulo”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 749, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza a cidadã brasileira Luísa Laje, a lavar água mineral no município de Santo André, estado de São Paulo”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 750, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto Viana, a pesquisar zircônio e associados no município de Parrelhas, estado de Minas Gerais”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 751, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Alimonda, a pesquisar apatita e associados no município de Monteiro, estado da Paraíba”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 752, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Gemignari, a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, estado de São Paulo”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 753, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza S. Barreto Filhos a pesquisar amianto e associados no município de Traipu, do estado de Alagoas”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 754, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Giraldi, a pesquisar talco e associados no município de Ponta Grossa, estado do Paraná”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 755, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza a cidadã brasileira Carolina de Almeida Bicudo, a pesquisar quartzo e associados no município de Moji das Cruzes, estado de São Paulo”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 756, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Aldo Rosa do Fernandes, a pesquisar gipsita no município de Paulistana, estado do Piauí”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 757, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Procópio Pinto, a pesquisar cassiterita e associados no município de Resende Costa, do estado de Minas Gerais”.  
 “Diário Oficial” de 13-11-948.
- Decreto n.º 25 758, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim José de Freitas, a pesquisar talco, ferro e associados no município de Brumadinho, estado de Minas Gerais”.  
 “Diário Oficial” de 12-11-948.
- Decreto n.º 25 759, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Suprime cargos vagos”.  
 “Diário Oficial” de 6-11-948.
- Decreto n.º 25 760, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Suprime cargos vagos”.  
 “Diário Oficial” de 6-11-948.
- Decreto n.º 25 761, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Suprime cargos vagos”.  
 “Diário Oficial” de 6-11-948.
- Decreto n.º 25 672, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Extingue cargos excedentes”.  
 “Diário Oficial” de 6-11-948.
- Decreto n.º 25 763, de 4 de outubro de 1948** —  
 “Concede à Sociedade Anônima “W. M. Jackson, Inc.”, autorização para continuar a funcionar na República”.  
 “Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 764, de 4 de novembro de 1948** —  
 “Concede à sociedade anônima The Saint Paulo Gas Company Limited, autorização para continuar a funcionar na República”.  
 “Diário Oficial” de 17-11-948.
- Decreto n.º 25 783, de 6 de novembro de 1948** —  
 “Aprova alterações introduzidas nos estatutos da Companhia de Seguros Liberdade”.  
 “Diário Oficial” de 11-11-948.

- Decreto n.º 25 786, de 8 de novembro de 1948**  
— "Aprova e manda executar o Regulamento para o Centro de Armamento da Marinha".  
"Diário Oficial" de 10-11-948.
- Decreto n.º 25 787, de 8 de novembro de 1948**  
"Altera a redação do artigo 52, suprime a alínea c do artigo 53 do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo decreto n.º 3 121, de 8 de outubro de 1938, e modificado pelo decreto n.º 7 016, de 25 de março de 1941".  
"Diário Oficial" de 10-11-948.
- Decreto n.º 25 788, de 8 de novembro de 1948**  
— "Altera a lotação de repartições do Ministério da Marinha".  
"Diário Oficial" de 10-11-948.
- Decreto n.º 25 789, de 8 de novembro de 1948**  
— "Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura".  
"Diário Oficial" de 10-11-948.
- Decreto n.º 25 794, de 9 de novembro de 1948** —  
"Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e aprova o seu estatuto".  
"Diário Oficial" de 10-11-948.
- Decreto n.º 25 795, de 10 de novembro de 1948**  
— "Torna pública a adesão do Brasil à cláusula facultativa a que se refere o artigo 36, § 2.º, do estatuto da Corte Internacional de Justiça".  
"Diário Oficial" de 12-11-948.
- Decreto n.º 25 796, de 10 de novembro de 1948**  
— "Manda executar o Acôrdio Administrativo entre o Brasil e a Comissão Preparatória da Organização Internacional de Refugiados, firmado no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1948".  
"Diário Oficial" de 17-11-948.
- Decreto n.º 25 797, de 10 de novembro de 1948**  
— "Altera o Regimento do Museu Imperial".  
"Diário Oficial" de 12-11-948.
- Decreto n.º 25 798, de 10 de novembro de 1948**  
— "Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde".  
"Diário Oficial" de 12-11-948.
- Decreto n.º 25 799, de 10 de novembro de 1948**  
— "Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 800, de 10 de novembro de 1948**  
— "Extingue cargos excedentes".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 801, de 10 de novembro de 1948**  
— "Extingue cargos excedentes".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 802, de 10 de novembro de 1948**  
— "Extingue cargos excedentes".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 803, de 10 de novembro de 1948**  
— "Extingue cargos excedentes".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 804, de 10 de novembro de 1948**  
— "Revoga o decreto n.º 19 173, de 12 de julho de 1945".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 805, de 10 de novembro de 1948**  
— "Aceita doação de terreno situado no município de Serrinha do estado da Bahia".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 806, de 10 de novembro de 1948** —  
"Corrige a redação do decreto n.º 25 255, de 22 de julho de 1948".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 809, de 10 de novembro de 1948**  
— "Dispõe sobre o emprego da contribuição a que se refere a lei n.º 216, de 31 de julho de 1948".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 813, de 10 de novembro de 1948**  
— "Concede à Sociedade Mineradora Ponta da Serra Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração".  
"Diário Oficial" de 16-11-948.
- Decreto n.º 25 818, de 10 de novembro de 1948**  
— "Autoriza a empresa mineração Chaves & cia., a lavar jazidas de magnesita e associados no município de Jucás, estado do Ceará".  
"Diário Oficial" de 19-11-948.
- Decreto n.º 25 819, de 10 de novembro de 1948**  
— "Autoriza a empresa de mineração Minas de Ouro Saúde Limitada, a pesquisar ouro e associados no município de Saúde, estado da Bahia".  
"Diário Oficial" de 19-11-948.
- Decreto n.º 25 820, de 10 de novembro de 1948**  
— "Autoriza os cidadãos brasileiros Gabriel Camilo Soares e Domingos José de Oliveira a pesquisar mica, caulim e associados no município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais".  
"Diário Oficial" de 19-11-948.
- Decreto n.º 25 821, de 10 de novembro de 1948**  
— "Autoriza os cidadãos brasileiros José Manuel Claro Filho e Manuel da Costa, a lavar calcário e associados no município de Sorocaba, estado de São Paulo".  
"Diário Oficial" de 19-11-948.
- Decreto n.º 25 822, de 10 de novembro de 1948**  
"Autoriza o cidadão brasileiro Filinto de Sousa, a lavar ametista, pedras coradas, quartzo e associados no município de Urandi, estado da Bahia".  
"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 823, de 10 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Charles William Rule, a pesquisar sal-gema no município de Contiguiba, estado de Sergipe".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 824, de 10 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Sérvulo Pereira, a pesquisar cheelita e associados no município de Sant'Ana dos Matos, estado do Rio Grande do Norte".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 825, de 10 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula Castro, a lavar ferro e associados no município de Caeté, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 826, de 10 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Luís Mendes Araújo, a pesquisar grafita e associados no município de Itapeçerica, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 827, de 11 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Vitor Manuel, a pesquisar calcário e associados no município de Fartura, estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 828, de 11 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Correia Guerra, a pesquisar mica e associados no município de Espera Feliz, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 829, de 11 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Augusto Braga, a pesquisar calcário e associados no município de Jacuí, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 830, de 11 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Barros Filho, a pesquisar calcário e associados no município de Ribeirão Branco, estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 831, de 11 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Peçanha Filho, a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 832, de 12 de novembro de 1948**  
— "Aprova o Regulamento do Serviço de Intendência da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 20-11-948.

**Decreto n.º 25 833, de 12 de novembro de 1948**  
— "Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 2 300 000,00, para atender a despesas com a construção (Obras) do aeroporto na área de Paulo Afonso".

"Diário Oficial" de 13-11-948.

**Decreto n.º 25 839, de 17 de novembro de 1948**  
— "Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3 622 414,50 para atender ao pagamento de dívidas relacionadas".

"Diário Oficial" de 19-11-948.

**Decreto n.º 25 841, de 18 de novembro de 1948**  
— "Abre ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00, para ocorrer a despesas efetuadas em 1947, com a execução da lei do Serviço Militar".

"Diário Oficial" de 24-11-948.

**Decreto n.º 25 842, de 18 de novembro de 1948**  
— "Concede à Empresa de Mineração Cecchi Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração".

"Diário Oficial" de 27-11-948.

**Decreto n.º 25 843, de 18 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Breno Soares Maia, a lavar calcário e associados no município de Passos, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 22-11-948.

**Decreto n.º 25 844, de 18 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro José Frederico de Sousa Martins, a lavar cassiterita e associados no município de São João d'El Rei, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 22-11-948.

**Decreto n.º 25 845, de 18 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Jafet, a lavar jazida de carvão mineral no município de Cresciúma, estado de Santa Catarina".

"Diário Oficial" de 22-11-948.

**Decreto n.º 25 846, de 18 de novembro de 1948**  
— "Autoriza Serrana Sociedade Anônima de Mineração, a pesquisar apatita e associados no município de Jacupiranga, estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 22-11-948.

**Decreto n.º 25 847, de 18 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior, a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados no município de Congonhas do Campo, estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 22-11-948.

**Decreto n.º 25 848, de 18 de novembro de 1948**  
— "Autoriza a cidadã brasileira Delfina Veleda de Faria, a pesquisar calcário e associados no município de Bajé, estado do Rio Grande do Sul".

"Diário Oficial" de 22-11-948.

**Decreto n.º 25 849, de 18 de novembro de 1948**  
— "Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Lolli, a pesquisar quartzo, caulim, argila e associados no município de Sant'Ana de Farnaiba, estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 22-11-948.

**Decreto n.º 25 850, de 18 de novembro de 1948**  
— "Renova o decreto n.º 21 514, de 26 de julho de 1946".

"Diário Oficial" de 22-11-948.

- Decreto n.º 25 851, de 18 de novembro de 1948**  
— “Declara sem efeito o decreto n.º 23 340, de 15 de julho de 1947”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 852, de 18 de novembro de 1948**  
— “Aprova projeto e orçamento para obras na Estrada de Ferro Vitória a Minas”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 853, de 18 de novembro de 1948**  
— “Aprova projeto e orçamento para obras na Estrada de Ferro Vitória a Minas”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 854, de 18 de novembro de 1948**  
— “Suprime cargos vagos”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 855, de 18 de novembro de 1948**  
— “Suprime cargos vagos”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 856, de 18 de novembro de 1948**  
— “Suprime cargos vagos”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 857, de 18 de novembro de 1948**  
— “Suprime cargos vagos”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 858, de 18 de novembro de 1948**  
— “Suprime cargos vagos”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 859, de 18 de novembro de 1948**  
— “Suprime cargos vagos”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 860, de 18 de novembro de 1948**  
— “Transforma função na Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista do Departamento Nacional de Previdência Social, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.  
“Diário Oficial” de 20-11-948.
- Decreto n.º 25 862, de 18 de novembro de 1948**  
— “Aprova as alterações introduzidas nos estatutos da L'Union Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie et les Accidents et Risques Divers”.  
“Diário Oficial” de 27-11-948.
- Decreto n.º 25 863, de 18 de novembro de 1948**  
— “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para pagamento de vencimentos atrasados a ex-servidores do extinto território de Ponta Porã”.  
“Diário Oficial” de 24-11-948.
- Decreto n.º 25 864, de 20 de novembro de 1948**  
— “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para atender à despesa com o pagamento do pessoal extranumerário contratado do território do Acre, devido ao exercício de 1947”.  
“Diário Oficial” de 24-11-948.
- Decreto n.º 25 865, de 24 de novembro de 1948**  
— “Cria o Parque Nacional de Paulo Afonso”.  
“Diário Oficial” de 26-11-948.

# Íntegra da legislação de interêsse geográfico

## Leis

Lei n.º 720, de 28 de maio de 1949

*Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros), para os fins que especifica.*

O vice-presidente da República, em exercício no cargo de presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros), entregando-se a importância de Cr\$ 500 000,00 (quinhentos mil cruzeiros) ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a restauração e conservação de seu arquivo e biblioteca, e aplicando-se a im-

portância de Cr\$ 500 000,00 (quinhentos mil cruzeiros) nas publicações do Arquivo Nacional e restauração de suas oficinas gráficas.

Art. 2.º — A subvenção anual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro passa a ser de Cr\$ 300 000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1949; 128.º da Independência e 61.º da República.

NEREU RAMOS.

*Adroaldo Mesquita da Costa.*

*Correia e Castro.*

“Diário Oficial” de 2-6-49.

# Íntegra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico

## Rio de Janeiro

Lei n.º 454, de 7 de maio de 1949

A assembléa legislativa do estado do Rio de Janeiro decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 4.º do artigo 24, da Constituição estadual, a seguinte lei:

Art. 1.º — É criado o distrito de Retiro do Muriaé que ficará sendo o 6.º do município de Itaperuna e será constituído de partes dos terrenos ora desmembrados dos atuais 1.º, 3.º e 5.º distritos, respectivamente, Itaperuna, Laje do Muriaé e Comendador Venâncio.

Art. 2.º — A área do distrito de Retiro do Muriaé terá a seguinte delimitação:

Com o 3.º distrito (Laje do Muriaé):

— Partindo de um ponto no rio Muriaé em frente ao quilômetro 15 do ramal de Poço Fundo, e descendo pelo rio até o ponto onde a serra do Campinho se confronta com o rio Muriaé, segue por esta serra, pelo divisor de águas dos córregos Paixão e Santa Rosa, e depois, o dos córregos São João e Santa Rosa, até o ponto onde se encontra o divisor de águas dos referidos córregos com o divisor de águas da esquerda do ribeirão Salgada.

Com o 4.º distrito (Itajara): — Partindo do ponto comum aos divisores de águas dos córregos Santa Rosa, São João e ribeirão Salgada, segue pelo divisor desses dois últimos cursos d'água, até o marco das 3 pedras (ponto onde termina a reta de 50º NO que parte do marco triangular com 4 cruzes, da divisa das fazendas Capoeira Grossa e Boa Vista).

Com o 1.º distrito (Itaperuna). — Partindo do marco das 3 pedras e prosseguindo pelo divisor de águas da esquerda do ribeirão Salgada, até o ponto onde esse divisor encontra a margem direita do rio Muriaé; sobe pela dita margem até confrontar a ponta leste da ilha Sant'Ana, atravessa, nesse ponto, o rio Muriaé e alcança, do outro lado, o divisor de águas da esquerda do córrego Sant'Ana; sobe por este divisor até encontrar o divisor de águas da direita do ribeirão Santiago; desce por este divisor até o rio Carangola, sobe a margem esquerda do rio Carangola até o ponto que confronta com o divisor de águas da esquerda do ribeirão Santiago.

Com o município de Natividade de Carangola: — Partindo do ponto onde o divisor

de águas da esquerda do ribeirão Santiago encontrou o rio Carangola, e subindo por este divisor de águas, prossegue até o ponto de encontro dos divisores de águas dos ribeirões São Lourenço, Santiago e Santa Paz, continua pelo divisor de águas entre os ribeirões São Lourenço e Santa Paz, até o ponto onde se encontra o divisor de águas do ribeirão Fumaça.

Com o 5.º distrito (Comendador Venâncio): — Partindo do ponto onde se encontram os divisores de águas dos ribeirões Santa Paz, São Lourenço e Fumaça, prossegue pelo divisor de águas da direita do ribeirão Santa Paz, até encontrar o rio Muriaé em um ponto que se acha próximo ao marco quilométrico n.º 15, do ramal Poço Fundo da Estrada de Ferro Leopoldina.

Art. 3.º — Fica delimitada do seguinte modo a zona urbana da sede do distrito de Retiro do Muriaé:

Margem esquerda do rio Muriaé: -- Partindo 39 metros abaixo do pontilhão, sôbre um pequeno córrego e do eixo da Estrada de Ferro Leopoldina Railway em frente à placa (Apite); dêste ponto segue no rumo de 5º30' NW, 250 m; 72º15' SW, 208 m; 88º15' SW, 268 m; 77º30' SW, 600 m, até a cerca divisória com o Sr. Tibúrcio Garcia; 42º15' SE, 168 m; acompanhando a referida cerca; 9º30' SE, 94 m até o eixo da Estrada de Ferro Leopoldina Railway e seguindo o mesmo rumo ao 66 m, alcança a margem esquerda do rio Muriaé. Voltando ao ponto de partida segue o rumo 5º30' SE, 33 m alcança o rio Muriaé e segue pelo mesmo até o ponto deixado onde se fecha a área acima descrita.

Margem direita do rio Muriaé: — Partindo do ponto onde um valo divisório entre Ari Moreira Bastos e Vítua Manuel L. de Sousa, termina no rio Muriaé e dêste ponto segue o rumo 77º NE, 520 m; 9º NW, 80 m até o rio Muriaé e por este acima até o ponto de partida.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléa Legislativa do estado do Rio de Janeiro, em Niterói, 7 de junho de 1949.

Ariano de Sousa Matos — Presidente

"Diário Oficial" do Rio de Janeiro, 9-6-1949.

Resoluções do Instituto Brasileiro  
de Geografia e Estatística

**Conselho Nacional de Geografia**  
**Assembléia Geral**

**Íntegra das resoluções de ns. 156 a 160**

**Resolução n.º 156, de 21 de julho de 1945**

***Aprova as contas do Conselho relativas ao período de julho de 1942 a junho de 1945.***

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aprovado o anexo parecer da Comissão de Finanças da Assembléia e consequentemente aceitas as contas relativas ao Conselho, apresentadas pelo Serviço de Contabilidade do Instituto.

Art. 2.º — Ficam confirmados os pareceres das Comissões constituídas pela direção do Instituto, emitidos no período em que não se

reuniu a Assembléia Geral, sóbre a vida financeira do Conselho.

Art. 3.º — Consigna a Assembléia aplausos à Secretaria Geral do Instituto, pela excelência da organização dos seus serviços contabilísticos.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho. — Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 157, de 21 de julho de 1945**

***Dispõe sóbre a execução do orçamento do Conselho relativo ao exercício corrente.***

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que a instalação do Serviço de Geografia e Cartografia, criado pelo decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944, como repartição central do Conselho, deve merecer os melhores cuidados, a fim de que o novo Serviço venha a preencher integral e satisfatoriamente as suas importantes finalidades técnicas e científicas;

Considerando que, proposto em 19 de julho de 1944, pelo Diretório Central, com a resolução n.º 160, o orçamento do Conselho para 1945 não podia prever a instalação daquele Serviço, à qual não se atribuiu nenhum crédito especial;

Considerando que, no caso, acresce a circunstância agravante de o auxílio consignado ao Conselho no Orçamento da União ter sido inferior de um milhão, setecentos e sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 1 762 400,00) ao que havia sido proposto;

Considerando que, apesar disso, o Diretório Central aprovou a reorganização dos serviços do Conselho, levando em conta a instalação do Serviço de Geografia e Cartografia, bem como a reestruturação do quadro do funcionalismo, distribuindo-o por carreiras técnicas adequadas;

Considerando que as providências tomadas pelo Diretório se impunham, tanto mais que foram lançadas prudentemente para serem efetivadas na proporção das possibilidades;

Considerando que a aquisição de aparelhagem aerofotogramétrica, prevista para ter início em 1945, em face da situação atual dos serviços, pode ser reduzida no corrente ano, em suas proporções, o que vem permitir, pelas disponibilidades que se abrem na verba respectiva, a possibilidade de se atenderem a outras necessidades já ocorrentes da instalação dos novos serviços;

Considerando que, nessas condições, há necessidade de uma readaptação das verbas do Conselho, em que se harmonizem disponibilidades e deficiências, por forma que, ajustados os programas de trabalho, se normalize satisfatoriamente a execução financeira em curso.

**RESOLVE:**

Art. 1.º — No orçamento vigente do Conselho, o Serviço de Contabilidade fará um destaque de novecentos e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 980 000,00), a ser obtido tirando-se quantitativos das diferentes verbas orçamentárias, nas seguintes condições:

	Cr\$
1) da Sub-consignação 04 "Ajudas de custo e diárias" da verba I Pessoal .....	20 000,00
2) da Sub-consignação 01 "Livros, mapas, documentos, revistas e outras publicações especializadas" da Verba II — Material .....	20 000,00
3) da Sub-consignação 03 "Filmes Geográficos" da Verba II — Material .....	20 000,00
4) da Sub-consignação 04 "Objetos para o Museu de Geografia do Brasil" da Verba II — Material .....	5 000,00
5) da Sub-consignação 05 "Artigos de expediente, desenho e congêneres, fichas e impressos" da Verba II — Material .....	25 000,00
6) da Sub-consignação 12 "Representação social, solenidades, recepções, homenagens" da Verba II — Material .....	10 000,00
7) da Sub-consignação 07 "Aparelhagem aerofotogramétrica" da Verba III — Serviços e Encargos .....	770 000,00
8) da Sub-consignação 08 "Excursões científicas e pesquisas de análises regionais" da Verba III — Serviços e Encargos .....	75 000,00
9) da Sub-consignação 13 "Curso de Cartografia, Cursos de especialização e missões culturais no Exterior" da Verba III — Serviços e Encargos .....	85 000,00
TOTAL .....	980 000,00

Art. 2.º — Em consequência dos destaques fixados no artigo anterior, ficam estabelecidas as seguintes providências:

a) a filmoteca central do Conselho será iniciada no ano vindouro, limitando-se os trabalhos no ano corrente, aos estudos preliminares de organização e à compra do material compatível com disponibilidade da verba;

b) a aparelhagem aerofotogramétrica a ser adquirida no ano corrente, será principalmente

o aparelhamento para a restituição das fotografias aéreas tiradas pelo processo do Trimetrogon.

c) não haverá, em 1945, o Curso de Cartografia para os funcionários estaduais, previsto para os meses de agosto e setembro.

Art. 3.º — O destaque determinado no art. 1.º será aplicado no reforço de verbas orçamentárias, de acordo com a seguinte discriminação:

	Cr\$
1) para a Sub-consignação 01 "Vencimentos do Pessoal do Conselho" da Verba I — Pessoal .....	300 000,00
2) para a Sub-consignação 03 "Gratificações de diversas naturezas" da Verba I — Pessoal .....	100 000,00
3) para a Sub-consignação 02 "Móveis em geral, máquinas e utensílios de escritório" da Verba II — Material .....	60 000,00
4) para a Sub-consignação 06 — "Aluguel de sede", da Verba II — Material .....	40 000,00
5) para a Sub-consignação 11 "Publicações: Boletim mensal, Revista trimestral, Anuário Geográfico, volumes da Biblioteca Geográfica Brasileira" da Verba II — Material .....	420 000,00
6) para a Sub-consignação 02 "Ajudas de custo, indenização de despesas de estada aos delegados a Assembléa" da Verba III — Serviços e Encargos .....	13 000,00
7) para a Sub-consignação 05 — "Campanha das coordenadas geográficas" da Verba III — Serviços e Encargos .....	40 000,00
8) para a Sub-consignação 01 "Suplementação das verbas, eventuais e despesas extraordinárias autorizadas pelo Diretório Central" da Verba IV — Eventuais .....	7 000,00
TOTAL .....	980 000,00

Art. 4.º — Incluir-se-ão, nas verbas de Pessoal, os pagamentos aos técnicos e auxiliares do quadro do Serviço de Geografia e Cartografia, aplicados nas campanhas do Conselho, de coordenadas geográficas, altimétrica e outras.

Art. 5.º — A Secretaria envidará todos os esforços para que no corrente ano, entrem rigorosamente em dia, as publicações periódicas do Conselho e assim se mantenham no futuro.

Art. 6.º — A Presidência do Instituto examinará a possibilidade da obtenção de recursos

especiais, que permitam ao Conselho Nacional de Geografia, o aceleramento da instalação do Serviço de Geografia e Cartografia, sobretudo quanto ao seu aparelhamento de aerofotogrametria.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho. — Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

## Resolução n.º 158, de 21 de julho de 1945

## Aprova a proposta do orçamento do Conselho para o ano de 1946.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando as necessidades dos serviços administrativos, técnicos e científicos do Conselho, sobretudo em face da recente reforma em que se procurou dar estrutura adequada ao aparelho executivo;

Considerando que os serviços recém-criados ainda se encontram na fase de instalação e de primeiro estabelecimento, para o que não houve, nem poderia haver, a conveniente previsão nas verbas atuais, em virtude da grande antecedência com que se aprovou a proposta do orçamento vigente do Conselho;

Considerando que as atividades básicas do Conselho de acham presentemente divididas em dois órgãos executivos centrais: um, a Secretaria Geral, para os encargos de natureza administrativa e representativa; outro, o Serviço de Geografia e Cartografia, com finalidades técnicas e científicas (decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944);

Considerando a conveniência de se conhecerem as despesas efetuadas por aquelas duas repartições centrais, separadamente;

Considerando a necessidade de serem proporcionados à nova repartição central do Conselho, o Serviço de Geografia e Cartografia, instalação adequada, equipamento suficiente e movimentação conveniente, por forma que venha ela a preencher plena e satisfatoriamente as finalidades para as quais foi criada pelo governo da República;

## RESOLVE:

Art. 1.º — Propõe a Assembléa que se obtenha do governo da República, na forma usual, a consideração no orçamento da União relativo ao ano de 1946 de um auxílio ao Conselho de dezenove milhões e seiscentos mil cruzeiros (Cr\$ 19 600 000,00), em quanto se estima o vulto das despesas dos seus serviços administrativos, técnicos e científicos.

Art. 2.º — As despesas do Conselho previstas para o ano de 1946 obedecem às seguintes discriminações, que levam rubricas adequadas aos seus objetivos e ajustadas à nomenclatura fixada pela Comissão do Orçamento do Ministério da Fazenda:

## A — ORÇAMENTO PROPOSTO PARA A SECRETARIA GERAL

## Verba 1 — Pessoal

## Consignação II — Pessoal Extranumerário

04 — Contratados .....	505 200	
05 — Mensalistas .....	1 164 600	
06 — Diaristas .....	30 000	
07 — Tarefeiros .....	40 000	1 739 800

## Consignação III — Vantagens

09 — Funções gratificadas .....	69 600	
12 — Gratificação por serviço extraordinário .....	60 000	
13 — Gratificação por trabalho técnico ou científico .....	20 000	
15 — Gratificação adicional (decreto-lei n.º 18) .....	13 200	
17 — Gratificação de representação de Gabinete .....	2 400	
18 — Honorários por concurso, prova ou ensino .....	120 000	285 200

## Consignação IV — Indenizações

22 — Ajudas de custo .....	10 000	
23 — Diárias .....	10 000	20 000

## Consignação IX — Etapas e Auxílios

38 — Auxílio para fardamento .....	16 000	16 000
------------------------------------	--------	--------

Total da Verba I ..... 2 061 000

## Verba 2 — Material

## Consignação I — Material Permanente

02 — Camioneta para o serviço de comunicações, com acessórios .....	50 000
03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas .....	40 000
04 — Aparelhos de fotografia e filmagem, e respectivo material .....	60 000

09 — Material de ensino .....	30 000	
13 — Móveis em geral, máquinas e utensílios de escritório, de ensino e de desenho .....	80 000	
14 — Objetos para o Museu Paisagístico do Brasil .....	10 000	270 000

Consignação II — Material de Consumo

17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação, fichas e livros de escrituração; impressos e mate- rial de classificação, inclusive fichas bibliográ- ficas e de referência .....	150 000	150 000
--	---------	---------

Consignação III — Diversas despesas

31 — Aluguel de imóveis para sede da Secretaria .....	288 000	
32 — Assinatura de órgãos oficiais .....	1 000	
33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas .....	5 000	
35 — Despesas miúdas de pronto pagamento .....	12 000	
37 — Iluminação, força motriz .....	20 000	
38 — Publicações; periódicas (Boletim, Revista e Anuário), seriadas (Biblioteca Geográfica Brasileira) e avulsas. Serviços de impressão e encadernação; clichês .....	900 000	
40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conser- vação de bens móveis .....	10 000	
42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal .....	20 000	1 256 000

Total da Verba 2 .....

1 676 000

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

02 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	50 000	
04 — Abono familiar .....	50 000	
28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens ...	15 000	
61 — Realização da 7.ª Sessão Ordinária da Assembléa Geral		
01 — Passagens para os delegados .....	25 000	
02 — Ajudas de custo e indenização de despesas de estadas aos delegados .....	80 000	
03 — Despesas gerais .....	15 000	
62 — Impressão de mapas .....	1 000 000	
63 — Participação no XI Congresso Brasileiro de Geografia e demais certames e exposições. Concurso Anual de Monografias .....	300 000	
64 — Assistência aos órgãos regionais .....	250 000	
65 — Quota anual da adesão do Brasil ao Instituto Pan- Americano de Geografia e História e sua Comis- são de Cartografia .....	210 000	
66 — Contribuição para impressão dos Anais dos Congressos Brasileiro de Geografia .....	250 000	
67 — Cursos para formação, aperfeiçoamento e especializa- ção do pessoal. Missões culturais no estrangeiro	300 000	

Total da Verba 3 .....

2 545 000

Verba IV — Eventuais

01 — Suplementação eventual de verbas, despesas extraordi- nárias .....		118 000
--	--	---------

Total Geral da Secretaria .....

6 400 000

B — ORÇAMENTO PROPOSTO PARA O SERVIÇO DE GEOGRAFIA  
E CARTOGRAFIA

Verba 1 — Pessoal

Consignação II — Pessoal Extranumerário

04 — Contratados .....	700 000	
05 — Mensalistas .....	2 140 000	
06 — Diaristas .....	300 000	
07 — Tarefeiros .....	200 000	3 340 000

## Consignação III — Vantagens

09 — Funções gratificadas .....	96 000	
10 — Gratificação por exercício em zonas insalubres .....	30 000	
11 — Gratificação por serviço extraordinário .....	60 000	
12 — Gratificação por trabalho técnico ou científico .....	30 000	
13 — Honorários por concurso, prova ou ensino .....	40 000	256 000
	<hr/>	

## Consignação IV — Indenizações

22 — Ajuda de custo .....	20 000	
23 — Diárias .....	580 000	600 000
	<hr/>	

## Consignação IX — Etapas e Auxílios

33 — Auxílio para fardamento .....	12 000	12 000
	<hr/>	

Total da Verba 1 .....		4 208 000
------------------------	--	-----------

## Verba 2 — Material

## Consignação 1 — Material Permanente

01 — Animais destinados a trabalho e apetrechos .....	200 000	
02 — Auto-caminhões, camionetas e automóveis de campanha, lanchas de gasolina com acessórios .....	1 000 000	
04 — Máquinas e aparelhos de fotografia e de filmagem, e material respectivo .....	200 000	
06 — Material de acampamento e campanha .....	100 000	
13 — Móveis, máquinas, aparelhos e utensílios:		
01 — Aparelhos e material técnico para trabalho no campo .....	500 000	
03 — Mobiliário de escritório e desenho ...	200 000	
06 — Máquinas e aparelhos de escritório e de desenho .....	200 000	
	<hr/>	
	900 000	2 400 000
	<hr/>	

## Consignação II — Material de Consumo

17 — Artigos de expediente, desenho, ensino .....	200 000	200 000
---	---------	---------

## Consignação III — Diversas Despesas

31 — Aluguel de imóveis para sede do serviço .....	96 000	
35 — Despesas miúdas de pronto pagamento .....	8 000	
37 — Iluminação, força motriz .....	20 000	
40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis .....	10 000	
41 — Passagens, transporte de pessoal e suas bagagens .....	30 000	
42 — Telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal .....	20 000	184 000
	<hr/>	

Total da Verba 2 .....		2 784 000
------------------------	--	-----------

## Verba 3 — Serviços e Encargos

## Consignação I — Diversos

02 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização do pessoal .....	300 000	
04 — Abono familiar .....	50 000	
07 — Expedições científicas .....	200 000	
21 — Levantamentos aerofotogramétricos (aparelhagem e serviços) .....	5 000 000	
68 — Campanha das coordenadas geográficas .....	300 000	
69 — Campanha altimétrica (Excursão-tipo) .....	200 000	
	<hr/>	

Total da Verba 3 .....		6 050 000
------------------------	--	-----------

## Verba 4 — Eventuais

01 — Suplementação de verbas, eventuais e despesas extraordinárias autorizadas pelo Diretório Central ....	158 000
Total Geral do Serviço .....	13 200 000

## Resumo Geral do Orçamento

Verba 1 — Pessoal .....	6 269 000
Secretaria Geral .....	2 061 000
Serviço de Geografia e Cartografia .....	4 208 000
Verba 2 — Material .....	4 460 000
Secretaria Geral .....	1 676 000
Serviço de Geografia e Cartografia .....	2 784 000
Verba 3 — Serviços e Encargos .....	8 595 000
Secretaria Geral .....	2 545 000
Serviço de Geografia e Cartografia .....	6 050 000
Verba 4 — Eventuais .....	276 000
Secretaria Geral .....	118 000
Serviço de Geografia e Cartografia .....	158 000
Total .....	19 600 000
Secretaria Geral .....	6 400 000
Serviço de Geografia e Cartografia .....	13 200 000

Art. 3.º — A Secretaria organizará as tabelas explicativas e os esclarecimentos necessários à devida justificação da presente proposta, em face dos planos e programas de trabalhos do Conselho quanto à sua execução em 1946.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho. — Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

## Resolução n.º 159, de 21 de julho de 1945

*Dispõe sobre a participação do Brasil nos trabalhos da União Geográfica Internacional.*

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando que a União Geográfica Internacional é a organização geográfica mais universal, promovendo, além de muitas outras iniciativas culturais de valor, os Congressos Internacionais de Geografia, de tão larga repercussão nos meios de cultura geográfica do Mundo;

Considerando que a criação do Conselho decorreu, em parte, da solicitação encarecida feita, pela União, ao governo brasileiro no sentido de que se criasse no país um comitê nacional de Geografia, previsto naquela organização mundial, conforme esclareceu o eminente professor Emmanuel De Martonne, em memorável conferência pronunciada nesta capital;

Considerando que a cessação da guerra na Europa vem permitir ao Conselho reiniciar suas atividades de intercâmbio cultural com as organizações européias;

## RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho providenciará para a regularização da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional, responsabilizando-se

por todas as medidas referentes à participação do país nos seus trabalhos e iniciativas, o que esteve suspenso durante o período da guerra na Europa.

Art. 2.º — Fica a Presidência do Conselho autorizada a estabelecer os necessários entendimentos para que a União Geográfica Internacional realize, no Brasil, um dos próximos Congressos Internacionais de Geografia.

Art. 3.º — O Conselho Nacional de Geografia do Brasil cumprimenta cordialmente os ilustres geógrafos europeus, por motivo da cessação da guerra na Europa, e lhes apresenta os mais sinceros votos a fim de que, na paz por todos tão desejada, duradoira e compreensiva, continuem a contribuir para o progresso da Geografia, como ciência e como instrumento de crescente e fecunda aproximação dos povos.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho. — Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

## Resolução n.º 160, de 21 de julho de 1945

*Dispõe sobre a participação do Conselho na reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas.*

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que a uniformização das convenções cartográficas constitui problema de grande interesse, para cuja solução o Conselho tem despendido esforços;

Considerando que é de importância e oportunidade o conhecimento do que sobre o assunto vêm estudando outros meios técnicos do país;

## RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho tomará parte nos trabalhos da próxima reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas, convocada para setembro vindouro, devendo, para isso efetivar a sua inscrição na forma do respectivo regulamento.

Art. 2.º — A Secretaria, com base nos estudos realizados, sobretudo, pela Comissão

criada com a resolução n.º 119, de 6 de julho de 1942, da Assembléia, organizará estudos e *dossiers* relativos às convenções cartográficas, sobretudo daquelas referentes à Geologia e à Petrografia.

Art. 3.º — O presidente do Instituto designará a delegação do Conselho à reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas, devendo compô-la preferentemente os membros da Comissão mencionada no artigo anterior, na medida do possível.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho. — Visto e rubricado — *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★